Templários

Os cavaleiros de Deus

EDWARD BURMAN

Revisão técnica de Johann Heyss

8ª edição

NOVA ERA

Quem foram os Templários? Muito já foi dito e escrito sobre estes misteriosos cavaleiros medievais. Defensores da Cristandade, misto de monges e guerreiros, corajosos e imprudentes, caridosos e avarentos... A história dos membros da Ordem dos Cavaleiros Pobres do Templo de Salomão, mais conhecida simplesmente como a Ordem dos Templários, é repleta de nuances, mitos e lendas.

Neste livro, Edward Burman apresenta o resultado de uma pesquisa extensa, ideal tanto para o leigo quanto para aquele que já leu outros trabalhos sobre os Templários. Ao contrário da maioria dos estudos sobre esta Ordem, que se concentram em seus momentos finais, esta obra oferece um amplo panorama da história templária a partir de suas origens na França do século XII, quando os cavaleiros foram criados como força de proteção aos peregrinos cristãos na Cidade Santa de Jerusalém.

Templários

EDWARD BURMAN

Templários

OS CAVALEIROS DE DEUS

Tradução
PAULA ROSAS

Revisão técnica
JOHANN HEYSS

9ª EDIÇÃO

NOVA ERA

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

Burman, Edward, 1947-
B28t Templários: os cavaleiros de Deus / Edward Burman; tradução:
9ª ed. Paula Rosas. – 9ª ed. – Rio de Janeiro: Nova Era, 2011.

Tradução de: The Templars: Knights of God
Inclui bibliografia
ISBN 978-85-7701-174-2

1. Templários – História. I. Título.

05-0589 CDD – 271.71
CDU – 061.236.6

Título original inglês
THE TEMPLARS
Knights of God

Copyright © Edward Burman, 1986
Publicado originalmente em língua inglesa por HarperCollins Publishers Ltd.
Copyright da tradução © Distribuidora Record de Serviços de Imprensa S. A., 1993,
mediante acordo contratual com HarperCollins Publishers Ltd.
O autor/fotógrafo tem assegurado o direito moral de ser reconhecido como autor/
fotógrafo desta obra.

Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução, no todo ou em parte,
sem autorização prévia por escrito da editora, sejam quais forem os meios
empregados, com exceção das resenhas literárias, que podem reproduzir
algumas passagens do livro, desde que citada a fonte.

Direitos exclusivos de publicação em língua portuguesa para o Brasil
adquiridos pela EDITORA NOVA ERA um selo da EDITORA BEST SELLER LTDA.
Rua Argentina, 171 – Rio de Janeiro, RJ – 20921-380 – Tel.: 2585-2000
que se reserva a propriedade literária desta tradução

Impresso no Brasil

ISBN 978-85-7701-174-2

Seja um leitor preferencial Record.
Cadastre-se e receba informações sobre nossos
lançamentos e nossas promoções.

Atendimento e venda direta ao leitor:
mdireto@record.com.br ou (21) 2585-2002

Sumário

Prefácio 7

1 Gênese 11
2 A Ideologia Templária I: 1128-36 29
3 A Ideologia Templária II: 1136-46 47
4 Cavaleiros Combatentes: 1147-87 61
5 Proprietários de Terras e Financistas Internacionais 93
6 Saladino e a Queda de Jerusalém 123
7 Templários na Terra Santa: 1187-1292 139
8 Crítica e Declínio 173
9 A Reconquista de Jerusalém e a Proposta de União 187
10 Supressão 199

Posfácio 221
Notas 227
Bibliografia 243

Prefácio

A Ordem dos Cavaleiros Pobres do Templo de Salomão, mais conhecida na época, e ainda hoje, como os Cavaleiros Templários ou O Templo, foi uma das grandes ordens militares medievais, cujos irmãos cavaleiros foram, de 1119 a cerca de 1300, a imagem do cavaleiro das Cruzadas. A literatura, a história popular e o folclore entre eles criaram uma visão permanente desse cavaleiro perfeito, vestido de um manto branco com uma cruz vermelha. Em 1307, os Templários foram presos e julgados sob as acusações de heresia e práticas de magia na França, sendo seguidos logo depois por seus irmãos cavaleiros em toda a Europa. A Ordem foi extinta em 1312, e seu último Mestre foi queimado na fogueira em 1314. Um véu de mistério, ambigüidade e contradições intrínsecas têm gerado desde então lendas e versões romantizadas de sua história e fascinado historiadores e ocultistas.

A vasta literatura sobre os Templários foi sintetizada recentemente para quem lê inglês em dois estudos excelentes de aspectos interessantes e importantes da história templária: em *The Trial of the Templars* (1978), Malcolm Barber forneceu uma análise minuciosa dos processos do julgamento, à qual qualquer investigação genérica como a presente só pode dever muito, ao passo que Peter Partner, em *The Murdered Magicians* (1982), escreveu um estudo empolgante do desenvolvimento do mito dos Templários *depois* da extinção da Ordem e sua integração ao "Templarismo" da Francomaçonaria. Da mesma forma, por esse aspecto da história, o presente livro deve muito a essa obra.

No entanto, de um modo importante, esses dois livros começam onde a história real dos Templários termina — no momento do julgamento —, embora ambos apresentem uma breve história da Ordem desde o seu começo. O objetivo do presente estudo é fornecer um relato detalhado das atividades dos Templários nos dois séculos de sua participação ativa na História Ocidental. É dada ênfase aos primeiros anos, fazendo-se uso sempre que possível de crônicas da época, juntamente com histórias gerais confiáveis das Cruzadas. Foi feita uma tentativa de descrever o que os Templários realmente fizeram e, assim, mostrar até que ponto sua função natural já fora diminuída *antes* que os julgamentos ocorressem. Quando se leva em conta o papel que eles tiveram na história financeira e militar das Cruzadas, o declínio e a eliminação dos Templários deixa de parecer uma catástrofe súbita e inexplicável.

O esclarecimento do papel dos Templários é importante porque o termo "os Templários" é usado com freqüência de modo vago, sendo dada pouca importância a seu *status* histórico. Os escritores afirmam que os Templários "foram isso", ou "fizeram aquilo", ou possuíram tal castelo, sem procurar qualificar suas afirmações. Afirmar que os Templários "possuíram" determinado castelo pode ser tanto verdadeiro quanto enganoso, pois este pode ter sido possuído por um período muito breve; do mesmo modo, talvez seja verdade que os Templários foram uma importante força militar entre, digamos, 1147 e 1187, mas certamente isso não é verdade em relação aos primeiros trinta anos e às últimas duas décadas de sua história. Da mesma forma, afirmar que havia quatro mil Templários na França é ocultar o fato de que talvez apenas um décimo desse número fosse de cavaleiros, enquanto os "Templários" restantes eram irmãos que prestavam serviços, tais como cozinheiros, despenseiros, cavalariços e agricultores. Além disso, a diferença entre a história templária — e seus bens no Oriente — nos séculos XII e XIII é tão imensa que poucas generalizações se aplicam a ambos os períodos.

Embora o enfoque deste livro seja, obviamente, sobre os *Templários* na Terra Santa, cumpre ressaltar que as atividades, o poder e a riqueza dos Hospitaleiros* sempre foram pelo menos iguais aos de sua ordem rival. Depois de meados do século XII, o Hospital exerceu as mesmas funções do Templo e possuía um número ainda maior de castelos no Oriente. Mas embora o julgamento dos Templários, com suas conotações terríveis e sensacionalistas, tenha-os mantido no primeiro plano do interesse histórico, o Hospital foi relativamente esquecido. As duas Ordens, e seus respectivos Mestres, estiveram muitas vezes presentes onde talvez apenas uma seja mencionada; portanto, é preciso supor que afirmações genéricas relativas às ordens militares e muitas referências aos Templários ocultam a presença igualmente importante dos Hospitaleiros.

Embora o presente livro não pretenda ser um estudo erudito da história templária, foi feita uma tentativa de usar textos e relatos originais o máximo possível. Foram utilizadas citações extensas de escritores da época, sobretudo nos dois primeiros capítulos, onde elas fornecem uma idéia exata da força templária na Terra Santa. Obras secundárias, tais como as relativas às Cruzadas, foram usadas para apresentar fatos notáveis e ao mesmo tempo foram evitadas o máximo possível opiniões de fonte indireta. Todas as traduções, inclusive as das coleções de Gabrieli de fontes árabes, são de minha autoria.

*Ou cavaleiros da Ordem de São João de Jerusalém. (*N. R. T.*)

1

Gênese

Os cavaleiros Templários começaram a existir por volta do final da segunda década do século XII, em resposta às exigências dos peregrinos no recém-constituído Reino Latino de Jerusalém. Sua criação acabaria por levar à invenção de uma nova ideologia, que, nas palavras de Joshua Prawer, "fundia dois ideais comuns da sociedade medieval, a cavalaria e o monasticismo, num código para a comunidade dos monges guerreiros".[1] Mas sua função original — a proteção dos peregrinos na perigosa estrada que ia do porto de Jafa a Jerusalém — era menos ambiciosa e muito mais urgente.

Quando tornou-se o rei titular de Jerusalém, em 18 de julho de 1100, depois da morte de seu irmão Godofredo de Bouillon, Balduíno I herdou um reino instável e precário. A cidade de Jerusalém fora recuperada depois de mais de quatro séculos de domínio muçulmano, mas muitos dos vitoriosos cavaleiros das Cruzadas tinham voltado para suas propriedades na Europa Ocidental durante o inverno que se seguiu à campanha.* O Reino Latino existia, mas ainda não havia um governo estável, um sistema de tributação e uma rede de defesa segura seja ao longo da costa, seja ao redor das cidades

*Inverno de 1099-1100.

recém-conquistadas. As comunicações eram intermitentes e sempre difíceis: Jerusalém era efetivamente isolada dos condados cruzados de Antioquia e de Edessa, ao norte, por pequenos emirados muçulmanos, e a tentativa fracassada de criar um caminho terrestre da Europa até Jerusalém em 1101 tornou o reino ainda mais isolado do que antes. Quando Balduíno I chegou, a despeito da oposição combinada do patriarca Daimbert e do príncipe de Antioquia, foi "para herdar um tesouro vazio e um império disperso, composto da cadeia de montanhas central da Palestina, da planície de Esdrélon e de algumas fortalezas distantes, situadas numa região rural hostil, além de um minúsculo bando de cavaleiros arrogantes e sem lei, bem como mercenários nativos indignos de confiança".[2]

A grande fortaleza muçulmana de Ascalão era forte demais para Balduíno atacar, e, como veremos, bandos daquela cidade ameaçavam constantemente os viajantes na estrada que ia de Jafa a Jerusalém. Em 1110, um exército de egípcios conseguiu alcançar as muralhas de Jerusalém; três anos depois, atacantes provenientes de Ascalão realizaram a mesma proeza. Em 1115, quase conseguiram tomar o importantíssimo porto de Jafa, saqueando o povoado cristão durante a tentativa, e nos anos que conduziram ao fim do reinado de Balduíno, em 1118, seu reino foi continuamente atormentado dessa maneira. O único fator que salvou o reino cristão foi a incapacidade das forças muçulmanas de se unirem sob um único líder.[3] Essa situação de insegurança endêmica fornece o contexto em que a idéia para a criação dos Cavaleiros Templários pode ser entendida.

Os estados cruzados, com sua imponente série de castelos, fortalezas e portos marítimos, demoraram a formar a configuração que hoje conhecemos e não eram nada seguros no início do século XII. Mapas atuais tendem a dar uma idéia falsa da situação nesse período, visto que castelos e outras propriedades foram adquiridos gradativamente — e muitas vezes de forma irregular —, na ausência de uma estratégia global entre os governantes seculares, a Igreja e as ordens militares. Castelos posteriores fazem os primeiros estados envolvidos nas Cruzadas parecerem mais fortes do que o eram, ao passo que outros castelos muitas vezes passavam temporariamente para as mãos dos cruzados e depois voltavam para as mãos dos muçulmanos. Por exemplo, o castelo de Banyas só esteve em mãos cristãs de 1129 a 1132, e depois mais uma vez de 1140 a 1164; o castelo templário de Chastellet, no Vau de Jacó, foi construído em 1178 e destruído por Saladino dois anos depois; importante castelo fronteiriço de Baghras, situado ao norte, passou para as mãos dos Templários e saiu delas quase uma vez a cada geração, da década de 30 do século XII até o final do século XIII.[4] A presença desses castelos num mapa da Terra Santa pode, assim, ser enganadora: o Reino nunca foi estático, e muitas vezes foi muito mais fraco do que poderia parecer agora.

Até mesmo esses castelos que de fato existiam eram de eficácia limitada, uma vez que os exércitos muçulmanos podiam movimentar-se entre eles à vontade — e faziam-no freqüentemente. Uma pequena guarnição não podia fazer nada contra uma grande força, mesmo que esta passasse ao alcance das flechas; por outro lado, a força inimiga poderia ter outros objetivos, e não o desejo de envolver-se num cerco longo e talvez estrategicamente inútil. O historiador militar R.C. Smail explicou esse fato do seguinte modo:

> Os caminhos e as regiões eram controlados por guarnições medievais somente no sentido de que tais guarnições os dominavam em tempos de paz e podiam sufocar distúrbios civis ou pequenos ataques inimigos. Mas, quando era travada uma luta numa escala capaz de ameaçar a ocupação latina, nenhuma fortaleza ou nenhum grupo de fortalezas podia impedir a passagem de uma força invasora.[5]

A precariedade, a transitoriedade e comunicações facilmente rompíveis eram partes essenciais de uma existência mutante e muitas vezes fragmentada, em

que a guerra era um aspecto importante da vida cotidiana. Não havia tempos de paz duradouros.

Perigos para os Peregrinos

Jerusalém ficava praticamente isolada, enquanto a economia incipiente do Reino Latino baseava-se nos portos marítimos — onde as colônias mercantes italianas de Gênova, Pisa e Veneza já estavam estabelecidas durante o reinado de Balduíno I. Estradas que iam de Jerusalém a Antioquia e Edessa, e depois de 1109 ao novo estado cruzado de Trípoli, eram controladas pelos emirados que ocupavam a terra entre elas; as estradas que levavam ao litoral eram ameaçadas por salteadores e alguns exércitos hostis mais bem organizados. Contudo, a atração de Jerusalém como um destino para peregrinos devotos era forte o bastante para vencer o medo dessas dificuldades. Já em 1105 o castelo Arnoul foi construído para proteger o caminho até a costa, embora tenha sido destruído no ano seguinte.[6]

Trechos de relatos de primeira mão a respeito dos perigos darão uma melhor idéia das dificuldades do que qualquer resumo: por exemplo, Saewulf, um peregrino nórdico, escreveu um relato vigoroso daquela etapa final de sua longa viagem. Depois de uma tempestade desastrosa em Jafa, que causou a morte de mil peregrinos que viajavam com ele e a perda de trinta embarcações, ele descreve a viagem por terra até a Cidade Santa, em 1102:

> Fomos de Jafa até a cidade de Jerusalém, uma viagem de dois dias por uma estrada montanhosa, cheia de pedras e muito perigosa. Pois os sarracenos, sempre armando ciladas para os cristãos, ficam escondidos nos pontos ocos das montanhas e nas cavernas das rochas, vigiando noite e dia, sempre à espreita daqueles que podem atacar por estarem em grupo pequeno ou daqueles que por cansaço ficaram para trás em relação a seu grupo. Em determinado momento, eles são vistos por toda a parte, e imediatamente desaparecem

> completamente. Qualquer pessoa que faça essa viagem pode ver isso. Ah, o número de corpos humanos que jazem, tanto na estrada quanto à beira desta, despedaçados por bestas selvagens... Nessa estrada, não só os pobres e os fracos, mas até mesmo os ricos e os fortes correm perigo. Muitos são abatidos pelos sarracenos, mas um grupo maior por calor e sede; muitos por escassez de bebida, porém muitos mais perecem por beberem em excesso.[7]

A descrição feita por Saewulf dos sarracenos aparecendo subitamente e em seguida tornando a desaparecer é extraordinariamente convincente e fiel à realidade. Mas a ênfase que ele dá ao número de mortes causadas pelo calor e pela sede, além do fato de que até mesmo os ricos são vulneráveis, é interessante, considerando-se a história posterior dos Templários e a função que vieram a exercer em toda a Europa.

Em 1106-7, Daniel, abade ou prior de um mosteiro russo, fez um relato escrito da mesma viagem. Sua primeira parada foi na igreja de São Jorge, a um terço da distância de Jafa até Jerusalém, em Lida, onde São Jorge fora martirizado e onde havia uma boa quantidade de água. Ele prossegue:

> Há um grande número de nascentes nesse lugar, perto do qual os peregrinos vêm descansar à noite com muito medo, pois o lugar é deserto e não muito distante da cidade de Ascalão, de onde os sarracenos saem e massacram os peregrinos em seu caminho; assim, há muito a temer desde esse lugar até o ponto em que se entra nas montanhas.
>
> Eles contam bem vinte quilômetros de São Jorge até Jerusalém. O caminho passa por montanhas rochosas e é muito assustador e difícil.[8]

Essas experiências são confirmadas também pelo abade Ekkehard, de Aura, que fala dos "inúmeros e inauditos tormentos" do mesmo caminho, com martírios diários e muitos perigos que trazem "sofrimento e aflição" aos peregrinos.[9] Tais descrições enfatizam a dificuldade de viajar dentro do Reino Latino de Jerusalém em seus primeiros dez anos.

Mas, por volta de 1110, houve uma importante mudança na política e na mentalidade dos cruzados, uma mudança que ajudou a abrir o caminho para a nova ideologia do monge-guerreiro. Até essa data, as cidades tinham sido destruídas tão logo eram conquistadas, como Jerusalém (1099), Acra (1104) e Beirute (1110); porém, a partir de então, elas foram poupadas e parte da população original continuou a viver nelas sob os novos governantes, por exemplo em Sidon, Tiro e Banyas. O processo de colonização começara, mas a princípio concentrou-se ao longo da costa, onde o comércio podia sustentar uma nova economia. Nessa época, Jerusalém era uma cidade vazia em três quartas partes de seu território, a ser visitada apenas por breves períodos de peregrinação. As condições de vida eram difíceis, com ladrões exercendo sua profissão impunemente nas áreas desertas da cidade.[10]

A década seguinte viu um esforço combinado por parte de Balduíno I para repovoar sua capital, o centro emocional do Reino. Guilherme, o arcebispo de Tiro, meio século depois, explica a situação assim:

> Nessa época, o rei percebeu, com grande preocupação, que a Cidade Santa, querida de Deus, estava quase desprovida de habitantes. Não havia pessoas suficientes para realizar os empreendimentos necessários do reino. De fato, mal havia gente suficiente para proteger as entradas da cidade e defender as muralhas e torres contra repentinos ataques hostis.[11]

O objetivo de Balduíno foi encontrar homens dispostos a estabelecer-se em Jerusalém, e então criar trabalho para eles. Esse processo começou em meados da década, com o repovoamento por cristãos sírios da Transjordânia, que ganharam casas e por vezes terra também. Ao mesmo tempo, a fim de proteger a cidade contra bandos de saqueadores muçulmanos, foi construída uma nova parte da muralha norte da cidade.[12]

Em seguida, Balduíno procurou encorajar os imigrantes fornecendo incentivos econômicos: isentou todos os gêneros alimentícios que entravam em

sua capital das taxas que antes eram cobradas na porta de Davi, hoje porta de Jafa. Milho, feijões e cevada foram, assim, isentados, e uma taxa de oito por cento imposta a essas mercadorias se elas fossem exportadas de Jerusalém sem ser vendidas.[13] Desse modo, moradia, alimentação e terras baratas foram parte de uma estratégia inteligente adotada com o propósito de aumentar a população da cidade e assim fortalecê-la. Contudo, Jerusalém ficou sendo uma anomalia dentro de seu próprio reino, não possuindo colônia mercante italiana, porto marítimo, e sendo dotada de apenas um mercado. A peregrinação era a principal *raison d'être* da cidade, e Prawer está certo ao afirmar que sua existência foi "preservada artificialmente por razões sentimentais".[14] Para mudar essa situação, a política de repovoamento foi de suprema importância, juntamente com a criação de caminhos terrestres livres de perigo dentro da cidade e do reino. É fácil entender por que Balduíno II — que sucedeu seu primo em 1118 — acolheu com prazer a iniciativa de um grupo de cavaleiros, que se ofereceram para dar proteção no perigoso caminho de Jafa a Jerusalém. Se a linha vital de comunicações pudesse tornar-se segura, Jerusalém teria uma melhor chance de sobreviver e prosperar.

Assentando os Alicerces

Muitas vezes afirma-se que a Ordem dos Cavaleiros Templários foi *fundada* em 1118 ou 1119, mas tal relato atrevido dos fatos é enganador. Essa afirmação baseia-se em dois célebres relatos da história inicial da Ordem, ambos escritos por homens que não eram nem testemunhas oculares, nem contemporâneos. O primeiro relato é o escrito por Guilherme de Tiro, cerca de cinqüenta anos depois do acontecimento; a outra versão, citada com freqüência, é a de Jacques de Vitry, bispo de Acra de 1217 a 1227, escrita um século mais tarde. À parte os problemas óbvios da objetividade histórica, ambos os relatos foram escritos por homens com motivos impuros.

Guilherme era um crítico veemente dos Templários, como veremos; Jacques de Vitry foi informado das origens pelo então Mestre da Ordem, que tinha *seus* motivos para fornecer a versão normalmente aceita dentro da Ordem.

O arcebispo Guilherme de Tiro descreve a origem dos Cavaleiros Templários da seguinte maneira:

> Nesse mesmo ano [1118], certos nobres devotos e tementes a Deus, pertencentes à categoria dos cavaleiros, dedicados ao Senhor, manifestaram o desejo de viver perpetuamente na pobreza, na castidade e na obediência. Nas mãos do patriarca, prestaram o juramento de servir a Deus como cônegos comuns. Os principais e mais ilustres dentre esses homens eram o venerável Hugues de Payens e Geoffroi de Saint-Omer. Como eles não possuíam uma igreja nem residência fixa, o rei concedeu-lhes um local de moradia temporária em seu próprio palácio, no lado norte do Templo do Senhor. Sob certas condições específicas, os cônegos do Templo do Senhor também lhes davam um bloco pertencente aos cônegos perto do mesmo palácio, onde a nova ordem podia exercer os deveres de sua religião.[15]

Esse breve relato coincide com o de Jacques de Vitry, que era chegado aos Templários em Acra e provavelmente obteve de Pedro de Montaigu, o Mestre, detalhes da história da Ordem:

> Somente nove homens, de início, encarregaram-se desse projeto sagrado. Serviram por nove anos, usando trajes seculares, tais como os que os fiéis lhes davam por caridade; mas o Rei e seus Cavaleiros, sentindo compaixão dos nobres supramencionados, que haviam abandonado tudo por Cristo, e juntamente com o Senhor Patriarca, sustentaram-nos com seus próprios recursos, e posteriormente fizeram-lhes doações para o bem de suas próprias almas.[16]

A diferença mais notável é o surgimento do número *nove*, que Guilherme de Tiro também usa mais tarde. Os dois autores afirmam que havia nove

cavaleiros que serviram por nove anos, antes que o Concílio de Troyes lhes fornecesse uma Regra. Como esse Concílio aconteceu em 1128, a data de uma suposta fundação seria 1119.

Essa data é, na verdade, aceita pela maioria dos historiadores recentes dos Templários,* e é fundamentada também por uma narrativa contemporânea: Albert d'Aix relata que na Páscoa de 1119 um grupo de peregrinos foi massacrado num "local solitário" da estrada de Jerusalém à Jordânia por ferozes sarracenos de Ascalão e Tiro. Desarmados e muito enfraquecidos em virtude de estarem no fim de seu jejum da Quaresma, esses peregrinos não puderam defender-se. Trezentos morreram pela espada infiel e sessenta foram levados prisioneiros, juntamente com os despojos de seus companheiros mortos. É possível imaginar o imenso choque de tal massacre na véspera da Páscoa, e Albert descreve que tanto o rei quanto o patriarca de Jerusalém ficaram "profundamente entristecidos" (*magni afflicti sunt doloribus*).[17] Malcolm Barber afirma, de modo plausível, que esse acontecimento pode ter sido o catalisador que levou à tentativa de fundar uma ordem com o propósito específico de proteger os caminhos dos peregrinos. Na verdade, nem Guilherme de Tiro nem Jacques de Vitry afirmam de quem fora a idéia da nova ordem.

Existe, porém, outra versão, quase contemporânea e bem diferente, da "fundação" dos Templários, escrita de uma perspectiva diferente, sem a possibilidade de manipulação pelos próprios Cavaleiros. Foi escrita por Miguel, o sírio, patriarca da Igreja Siríaca de Antioquia, que foi definido como "um historiador cuidadoso e consciencioso" por um importante historiador moderno das Cruzadas.[18] Num trecho de sua narrativa intitulada "Histoire des Phrer Frances", ele diz:

> No começo do reinado de Balduíno II, um franco veio de Roma para orar em Jerusalém. Ele fizera a promessa de nunca voltar para o seu país, mas

*Por exemplo: Barber, *The Origins of the Order of the Temple*, p. 224; Bulst-Thiele, *Sacrae Domus Militiae Templi*, pp. 20-21.

sim de ordenar-se, depois de ter auxiliado o Rei em guerra durante três anos, ele e os trinta cavaleiros que o acompanhavam, e terminar suas vidas em Jerusalém. Quando o Rei e seus nobres viram que eles eram famosos em batalha e tinham sido de grande utilidade para a cidade durante seus três anos de serviço, aconselhou esse homem a servir na milícia, juntamente com aqueles ligados a ele, em vez de ordenar-se, trabalhar para a salvação de sua alma e proteger aqueles lugares contra ladrões.

Ora, esse homem, cujo nome era Hou[g] de Payn, aceitou esse conselho, e os trinta cavaleiros que o acompanhavam juntaram-se a eles. O Rei deu-lhes a Casa de Salomão para sua residência e algumas aldeias para seu sustento. O patriarca também concedeu-lhes algumas aldeias da Igreja.

Sob muitos aspectos esse relato faz mais sentido. Balduíno observou um cavaleiro perfeito, que fizera o juramento de permanecer em Jerusalém, e depois da catástrofe da Páscoa de 1119 percebeu que esse homem e seus companheiros poderiam exercer proveitosamente a função de proteger os caminhos dos peregrinos. Daí o conceito do monge-guerreiro.

Do local de residência na Casa de Salomão originou-se o nome completo dos Templários, "A Ordem Militar dos Cavaleiros do Templo de Salomão". Balduíno e o patriarca teriam sido claramente favoráveis a tal grupo de cavaleiros e se teriam mostrado dispostos a dar-lhes hospitalidade e apoio. O rei podia sentir-se mais seguro com eles abrigados numa ala de seu próprio palácio, e parece possível rejeitar as tentativas feitas por alguns escritores[19] para criar um mistério a respeito desse fato e dar a entender que houve uma conspiração secreta — ou um conhecimento recém-descoberto — por trás da conspiração. A última parte do relato de Guilherme de Tiro confirma a hipótese acima:

> O Rei e seus nobres, bem como o patriarca e os prelados das igrejas, também forneceram de suas próprias posses certos benefícios, cujo resultado foi prover esses cavaleiros de alimento e roupa. Algumas dessas doações

> foram por um tempo limitado, outras para sempre. O principal dever dessa ordem — aquele que lhes foi prescrito pelo patriarca e pelos outros bispos para a remição de seus pecados — foi "que, até onde sua força permitisse, eles deveriam manter as estradas livres da ameaça de ladrões e salteadores, com atenção especial à proteção dos peregrinos".[20]

Essa função básica continuaria sendo o sustentáculo da existência dos Templários: até mesmo atividades tão díspares como finanças e agricultura foram concebidas inicialmente em termos de fornecer um serviço aos peregrinos.

O que fica claro a partir dessas narrativas quase contemporâneas é que um grupo de cavaleiros, entre nove e trinta, uniu-se sob a liderança de Hugues de Payens com a idéia de fornecer proteção aos peregrinos. Parece provável que isso tenha ocorrido no ano de 1119, se não por sugestão do rei e do patriarca de Jerusalém, então pelo menos com o apoio deles. Du Cange deu os seguintes nomes aos supostos primeiros cavaleiros: Hugues de Payens, Geoffroi de Saint-Omer, André de Montbard, Gundomar, Godefroy, Roral, Geoffrey Bisol, Payen de Montdésir, Archambaud de Saint-Aignan. A historiografia tradicional segue sua orientação, ao afirmar que esses homens conceberam e puseram em prática um plano para fundar uma nova ordem militar.

Contudo, é possível que a idéia para a ordem tenha surgido muito antes e de uma fonte mais distante: a chave está na relação estreita entre Hugues de Payens e seu suserano leigo Hugues, conde de Champagne — um dos maiores proprietários de terras e um dos mais poderosos senhores leigos da França do século XII. Hugues, do vilarejo de Payens, a doze quilômetros ao norte de Troyes, no velho condado de Champagne, era mais do que a figura secundária que muitas vezes tentam fazê-lo parecer. Ele era um cavaleiro vigoroso que, afirma Barber, tomou a cruz depois da morte de sua esposa e talvez até tenha participado de uma cruzada com Hugues de Champagne em 1104.[21] Mais tarde, ele ficou estreitamente ligado ao conde, esteve pre-

sente em Champagne em 1113 e talvez tenha voltado à Terra Santa em 1116,[22] uma hipótese intrigante, que nos faz lembrar a afirmação feita por Miguel, o sírio, de que Hugues de Payens esteve na Terra Santa por três anos antes de fundar a nova ordem.

O próprio Hugues de Champagne voltara ao Oriente em 1113, e Bulst-Thiele afirmou que a fundação da ordem foi *decidida* nessa época: essa afirmação origina-se do testemunho de uma carta do bispo Ivo de Chartres, na qual ele exorta o conde a não se alistar na *militia Christi* ou *militia evangelica*, porque ele ainda era casado. Ivo ouvira dizer que Hugues de Champagne já fizera o juramento de ingressar em tal *militia*, e Bulst-Thiele conclui que era "provavelmente a ordem do Templo, ainda sem nome".[23] Na verdade, Hugues juntou-se formalmente aos Cavaleiros Templários em 1125 — quando ainda se dizia haver apenas nove cavaleiros — e, como também foi o homem que forneceu a terra para a fundação da Abadia de Clairvaux para São Bernardo, patrono dos Templários, ele é claramente uma figura-chave em ambas as fundações. Mas seu papel permanece pouco claro: tanto Hugues de Payens quanto André de Montbard — tio de São Bernardo — eram seus vassalos, mas sua presença ativa nos primeiros anos da história templária é enganosa. No entanto, parece sensato supor que a *idéia* de uma ordem como os Templários remontava à época da primeira Cruzada,* que a *decisão* de fundar tal ordem foi tomada em 1113-15, mas que a *fundação* na realidade ocorreu depois da Páscoa de 1119.**

Mas seria irrealista falar em 1119 como ano da "fundação" da ordem conhecida em períodos posteriores. Foram necessários pelo menos vinte anos para que os Cavaleiros Templários surgissem como uma ordem militar to-

*É importante observar que uma sociedade de cavaleiros semelhante fora formada muitos anos antes: "Já antes da Primeira Cruzada um grupo de nobres do sudoeste da França formara uma associação com a finalidade de proteger o mosteiro de La Sauve, perto do Bordeaux, e os peregrinos que o visitavam" (Forey, *The Templars in the Corona of Aragón*, p. 4).

**Um paralelo interessante que pode ter provocado a decisão foi a carta de fundação dos Cavaleiros de São João, *Pie postulatio voluntatis*, também de 1113.

talmente formada, com uma estrutura hierárquica, uma Regra e uma disciplina pelas quais eles se tornaram famosos. Somente em 1147 foi-lhes concedido o direito de usar uma cruz vermelha sobre seus mantos. A Ordem teve grande dificuldade em expandir-se durante esses primeiros anos, e mais de uma vez nas duas primeiras décadas esteve sob o sério perigo de dissolver-se. Foi na década 30 do século XII, com o apoio de São Bernardo e a entrada de dinheiro e doações provenientes de toda a Cristandade, que a Ordem começou a assumir um pouco a forma pela qual a conhecemos. E, mesmo assim, passou-se mais uma década, antes que o Ocidente começasse a ouvir falar de suas façanhas, durante a cruzada comandada por Luís VII da França, em 1147-8. Só então, pode-se argumentar, é realmente possível falar dos Templários de um modo significativo.

Os Primeiros Cavaleiros: Anos de Crise

Sem um espírito específico, sem um papel oficial e com pouco poder ou poucas finanças, os primeiros cavaleiros — quer fossem nove ou trinta — supostamente ocuparam-se com sua obscura tarefa autodesignada. Não se fica sabendo de nada deles em textos da época: Fulcher de Chartres, capelão de Balduíno II e historiógrafo do reinado deste até 1127, não os menciona. Mas existem ecos fracos de sua atividade, e sentimo-los sair lentamente da obscuridade de seu papel humilde.

O Cartulário da Ordem começa com uma carta de Balduíno II a São Bernardo, recomendando-lhe dois cavaleiros do Templo e pedindo-lhe que obtivesse a aprovação papal para a Ordem. Eis o começo: "Os irmãos Templários, que Deus criou para a defesa de nossa província e aos quais concedeu proteção especial, desejam obter aprovação apostólica e também uma Regra para governar suas vidas."[24] Evidentemente, isso foi escrito antes da morte de Balduíno, ocorrida em 15 de outubro de 1126, e enfatiza a

situação incerta da Ordem naquele tempo — embora pelo menos um historiador tenha duvidado da autenticidade da carta.[25] À parte esse documento, a prova mais antiga da existência dos Templários pareceria ser o fato de que em 1120-1 o conde Fulk V de Anjou hospedou-se no Templo em Jerusalém, e talvez até tenha se tornado um irmão leigo. Após essa visita, ele forneceu à nova Ordem um subsídio anual de trinta libras angevinas.[26]

Em meados da década, as provas começam a acumular-se: em 1124, um documento no Cartulário menciona os direitos Templários perto de Marselha,[27] ao passo que no ano seguinte Hugues de Payens é citado numa concessão de privilégios feita pelo patriarca de Jerusalém aos venezianos como *magister Templi*.[28] Foi também em 1125 que Hugues de Champagne se teria juntado aos Templários. De 1126 a 1136, Albion, organizador do Cartulário Templário, apresenta 104 documentos que mostram a atividade e a riqueza crescentes da Ordem. Já a doação que cita o grão-mestre mencionada acima indica uma certa importância de Hugues particularmente ou da Ordem em 1125, mas também parece que nem tudo ia bem: exatamente nesse momento pressões internas e críticas externas quase provocaram um fim prematuro da nova irmandade.

Em 1126, Hugues de Payens deixou Jerusalém e foi para o Ocidente. O objetivo de sua missão era recrutar novos cavaleiros e estabelecer os Templários com maior autoridade. Até esse ponto, eles não tinham tido nenhum êxito notável e tinham sido ignorados em grande parte por seus contemporâneos. Ao que tudo indica, a viagem de Hugues foi provocada pelo medo de que sua Ordem estivesse à beira do fracasso, já que, com o intuito de "sustentar-lhes a coragem", foi escrita uma carta da Europa a seus irmãos cavaleiros em Jerusalém. Com base no estilo e no conteúdo, Jean Leclerq afirmou que o autor dessa carta foi certamente o próprio Hugues de Payens.[29]

Está claro que ela foi escrita para tranqüilizar os cavaleiros mais acometidos de dúvida do que de costume, na ausência de seu Mestre e seu compa-

nheiro de viagem André de Montbard. A carta pode ser dividida em sete partes, da seguinte forma:

1. Hugues afirma que a vocação inicial dos cavaleiros foi enfraquecida pelo demônio, e então busca tranqüilizá-los por meio de citações espirituais.
2. Ele diz que a natureza militar da ordem é uma objeção importante levantada contra eles e responde a essa objeção insistindo em que, como a intenção básica é religiosa, o objetivo da ordem é essencialmente religioso e apenas secundariamente militar.
3. O demônio tenta os irmãos com orgulho e ambição, e com a idéia de alcançar uma posição mais elevada. Hugues insiste em que eles devem resistir a esses desejos com humildade. Com paciência e humildade, eles servirão melhor a Deus.
4. Referindo-se às mesmas tentações, ele lembra os cavaleiros de que nem posição nem indumentária conferem grandeza ao cristão.
5. À possível objeção de que os deveres militares podem ser um obstáculo à paz de espírito essencial para a contemplação, ele argumenta que até mesmo os contemplativos têm de realizar algum trabalho e não podem viver sem dedicar tempo a outras atividades além da contemplação.
6. Ele enfatiza a necessidade de dever e perseverança, visto que essas qualidades permitirão aos cavaleiros resistir às tentações do demônio, que ameaçam sua vocação.
7. A natureza multiforme das sugestões do demônio é enfatizada, em especial a idéia de que os irmãos Templários são meros servos. Hugues insiste na idéia de uma associação de irmãos cavaleiros livres e em que o serviço em tal associação pode conduzir à salvação.[30]

Esses trechos breves, escritos em latim erudito, com referências freqüentes às Escrituras, mostram claramente as dúvidas, tentações e críticas que os primeiros cavaleiros sofreram. O impulso fundamental por trás desse quase

fracasso pode ser atribuído à novidade do conceito de monge-guerreiro. A originalidade da ideologia que estava formando-se lentamente dentro da Ordem era tal que causou tensões ainda maiores: a fusão do guerreiro com o monge era uma façanha verdadeiramente extraordinária mas essencial. De fato, Daniel-Rops afirmou que antes da Primeira Cruzada talvez "se tenha receado que a Europa Ocidental se dividisse em dois grupos: de um lado, a classe militar; de outro, uma classe mais culta de clero e burguesia".[31] Assim, a originalidade dos Templários residia num novo tipo de síntese dessas duas categorias sociais de cavaleiro e monge, e as contradições subjacentes à nova ideologia existiam dentro das mentes de cada irmão Templário.

As contradições já tinham se tornado manifestas durante a Primeira Cruzada, uma vez que os motivos que levavam homens poderosos a partir em tal expedição eram claramente diversos. Entre eles estavam o fervor religioso, o desejo de ganho mercantil, o simples desejo de terras e a rivalidade histórica entre os Impérios Ocidental e Oriental. Na chegada, e depois da vitória, os homens reagiam de maneiras inesperadas, modificando seus ideais para se adequarem às circunstâncias e trazendo à superfície a dúvida e as contradições que afligiam os primeiros Templários. Rosalind Hill cita um exemplo interessante desses conflitos e suas conseqüências:

> Godofredo de Bouillon, que na maioria dos textos do século XII é descrito como um homem de fé ardente e simplicidade heróica, quebrou um juramento solene ao imperador Aleixo, enquanto Boemundo, que era detestado por muitas pessoas e se desentendeu até mesmo com o autor das *Gesta* em sua determinação de apossar-se de Antioquia a qualquer custo, estava entre os que passaram a noite toda da véspera de Natal orando em Belém com Fulcher de Chartres.[32]

Contradições semelhantes parecem ter ameaçado a Ordem Templária antes que sua síntese ideológica fosse finalmente alcançada por São Ber-

nardo.* A carta de Hugues de Payens fornece uma idéia fascinante das dificuldades iniciais de sua Ordem, enquanto ele viajava para a Europa para buscar a ajuda do próprio Bernardo. Mas, além disso, a carta também permite um vislumbre da personalidade do primeiro Mestre da Ordem, como um cavaleiro devoto, forte e persistente, que possuía todas as qualidades que enumera como essenciais para os membros dos Cavaleiros Templários. A partir dessa carta, é possível imaginar os argumentos e justificativas que Hugues apresentou ao Concílio de Troyes, ao buscar apoio para a Ordem.

*R. W. Southern mencionou a contradição no ideal cisterciense, promovido por São Bernardo, entre a total abnegação, a pobreza, a simplicidade, o recolhimento, a pureza e o refinamento da vida espiritual por um lado, e, por outro, a reputação que a Ordem tinha de ser agressiva, arrogante, com disciplina militar, qualidades administrativas notáveis e uma tendência para a ganância (*Western Society and the Church*, p. 252).

2

A Ideologia Templária I: 1128-36

Os Templários são, assim, notáveis por terem criado uma ideologia definida duradoura, que "fundiu dois ideais comuns da sociedade medieval, a cavalaria e o monasticismo, e transformou-os num código para uma comunidade de monges-guerreiros",[1] e que foi a base do mistério intrínseco que mais tarde levou a tentativas de erigir mitos sobre a Ordem. Mas essa fusão não foi imediata. Na verdade, Marion Melville argumentou de modo convincente que a ideologia baseava-se em duas influências sucessivas: a primeira, o espírito místico e ascético do norte e nordeste da França, a segunda, o espírito cavaleiresco da Provença — um conceito de cortesia e elegância, em que tudo, desde as roupas até os cavalos, era insistentemente *belle*.[2]

A primeira influência proveio da liderança de Hugues de Payens e do patronato direto de Bernardo de Clairvaux (isto é, de 1119 a 1136); a segunda proveio da liderança igualmente bem-sucedida porém bem diferente de Robert de Craon, ou Robert, o borgonhês (de 1136 a 1149). Sob o comando desses primeiros Mestres do Templo, cada um dos quais gover-

nou por um período extraordinariamente longo, a ideologia e a identidade duradoura da Ordem foram estabelecidas de forma definitiva. Como veremos no presente capítulo, a Regra latina de 1128 reflete a austeridade de Hugues e Bernardo, ao passo que a versão ampliada francesa de uma década depois contém parágrafos que parecem trechos de um tratado de cavalaria. A bem-sucedida síntese desses elementos contraditórios formou o caráter original dos Cavaleiros Templários e fez da Ordem modelo de todas as ordens militares futuras. Até mesmo a Ordem de São João, ou Ordem dos Hospitaleiros, modificou seu caráter posteriormente, em conseqüência do sucesso dos Templários.

Bernardo de Clairvaux e o Concílio de Troyes de 1128

O Concílio de Troyes teve início em janeiro de 1128, com o objetivo principal de estudar as reivindicações dos Cavaleiros Templários, representados por Hugues de Payens e André de Montbard. Talvez tenha sido, em parte, fruto da carta de Balduíno II, citada acima, e, em parte, resultado da pressão exercida por Hugues durante sua permanência de dezoito meses na Europa. Mas ele aconteceu sobretudo por iniciativa de Bernardo de Clairvaux, e a partir desse momento este começou a figurar de modo destacado na história da Ordem.

Guilherme de Tiro narra os acontecimentos que conduziram ao Concílio da seguinte maneira:

> Nove anos após a fundação dessa ordem, os cavaleiros ainda estavam em trajes civis. Usavam as roupas que as pessoas, para a salvação de suas almas, lhes doavam. Durante esse nono ano, foi realizado um concílio em Troyes, na França. Nele estiveram presentes os arcebispos de Reims e Sens, com seus sufragâneos; o bispo de Albano, núncio do papa; os abades de Citeaux,

> Clairvaux, Potigny; e muitos outros. Nesse concílio, por ordem do papa Honório e de Estêvão, patriarca de Jerusalém, foi criada uma regra para essa ordem e foi-lhes atribuído um hábito branco.[3]

Mas o espírito reinante no Concílio foi Bernardo aqui escondido pelo modesto epíteto de "abade de Clairvaux". Fora por influência sua que o Concílio acontecera, e ele encarnava os objetivos complexos e as contradições intrínsecas dos Cavaleiros Templários em sua própria pessoa. Até sua conversão, com a idade de vinte anos, ele fora dedicado a uma carreira de cavaleiro, e os conflitos espirituais de sua vida influenciaram o espírito da nova Ordem. Sua mãe, Aleth, irmã de André de Montbard, descendia dos condes de Tonnarre; portanto, ele havia herdado um pouco do sangue dos duques da Borgonha. A Ordem do Templo estava impregnada dos ideais e das convicções da classe dos cavaleiros da Borgonha. Além disso, o Concílio teve lugar a apenas doze quilômetros da terra natal de Hugues de Payens, a 29 quilômetros de Fontaine, local de nascimento de Bernardo, e a oitenta quilômetros de Montbard. A abadia de Clairvaux ficava a cerca de 55 quilômetros de Troyes, em terras que tinham sido doadas pelo conde Hugues de Champagne — em cujo território ficavam todos os lugares acima.

Discussões sobre os Templários aconteceram nesse contexto feudal, na presença de um núncio papal, mas não do próprio papa. Naquele momento, a influência de Bernardo dentro da Igreja estava atingindo seu ponto culminante. Sob seu comando, a antes enfraquecida Ordem de Cister passara de sete abadias em 1118 — um ano antes da fundação dos Templários — para 328 abadias até 1152. Esse aumento trouxe a ele um imenso poder, que é difícil de entender hoje. Ele contestou as reflexões filosóficas e o racionalismo de Pedro Abelardo, criticou o que considerou os excessos estéticos do abade Suger, de Saint-Denis, em Paris,* teve poder suficiente para

*Fundador do estilo que se tornaria o gótico. Ver a carta em *Meaning in the Visual Arts*, de Erwin Panofsky (Harmondsworth: Penguin, 1970), pp. 141-55.

repreender publicamente bispos, arcebispos e reis (Luís VI e Luís VII da França), sem medo de represália, e foi convocado para servir de árbitro em eleições episcopais impugnadas. Em seu tratado *De Consideratione*, especificou os deveres do papa, e de um modo geral atuou como "a consciência do alto clero".[4] O que Bernardo atacasse estava fadado ao fracasso; o que ele aprovasse florescia. Desse modo, seu apoio aos Cavaleiros Templários era praticamente uma garantia do sucesso da Ordem.

A Ordem de Cister, fundada recentemente como uma ordem austera e elitista, estava à beira do fracasso quando Bernardo renunciou à sua carreira de cavaleiro, na primavera de 1112, e entrou para o mosteiro em Citeaux. Chegou acompanhado de trinta cavaleiros, e imediatamente a Ordem começou a florescer. Em 1115, quando o conde de Troyes ofereceu-se para fundar uma nova casa, Bernardo foi escolhido para ser o superior da abadia, que adotou o nome de Clairvaux. Em poucos anos, a antes enfraquecida organização se tornara o que R. W. Southern definiu como "uma das obras-primas do planejamento medieval":

> Num mundo governado por uma rede complicada de autoridades, muitas vezes em discordância umas com as outras, o plano cisterciense representou uma única e forte cadeia de autoridade de alto a baixo. Havia um único corpo legislativo supremo no Capítulo Geral trienal de todos os abades cistercienses; um sistema simples de associação e visita que abrangia todas as casas da ordem; uma uniformidade de prática, uma ampla liberdade em relação a toda autoridade local, fosse ela laica ou eclesiástica. Os cistercienses alcançaram, de uma só vez, o tipo de organização que todo governante gostaria de ter: um sistema completo em si mesmo, totalmente autônomo, dotado de uma estrutura completa para supervisão interna, isolado de interferência externa, inatingido pelas fontes de disputa a respeito de serviços e direitos que enchiam os tribunais de justiça da Europa. O sistema cisterciense era a primeira organização eficiente da Europa, mais eficiente

> até mesmo do que a organização papal, porque possuía objetivos mais restritos e um campo de atuação menor.[5]

Essa estrutura, inspirada por São Bernardo, foi bastante imitada quando ele se dedicou à expansão de uma organização militar paralela. Não constitui surpresa que ele tenha feito isso: a natureza militar da disciplina cisterciense já foi mencionada no capítulo anterior. Bernardo era um cavaleiro de nascença, pregaria a Segunda Cruzada, sob os auspícios do papa Eugênio III, e certa vez o abade Suger pensou em confiar um exército a Bernardo. Muitas pessoas acham que Galahah, o cavaleiro ideal ou o galante sem serviço, era o próprio Bernardo.[6]

Seja como for, o século XII foi a era de São Bernardo, e ele — sobrinho de um dos primeiros cavaleiros e mais tarde inspirador espiritual do suposto fundador, Hugues de Champagne — é que foi então convocado para decidir o futuro dos Cavaleiros Templários: por determinação sua, o Concílio foi estabelecido em Champagne e realizado sob sua supervisão pessoal. Ele atendeu totalmente aos pedidos de Hugues de Payens em proporcionar aprovação papal para a nova Ordem, forneceu um novo impulso, que rapidamente ocasionou uma mudança na forma de recrutamento e aumentou o número de cavaleiros proporcionalmente ao enorme sucesso dos cistercienses. Mas, mais importante do que tudo, forneceu a primeira Regra da Ordem dos Cavaleiros Templários, certamente inspirada e talvez até ditada por ele.

Esse fato de ter uma Regra, de tornar-se uma Ordem aprovada, era de importância fundamental no mundo medieval. Joshua Prawer explicou isso assim:

> Nos costumes medievais, *ordo* significava muito mais do que uma organização, ou uma corporação, já que abrangia a idéia de uma função social e pública. Os homens que pertenciam a uma *ordo* não só seguiam seu destino

pessoal, mas também ocupavam um lugar na sociedade cristã. Os guerreiros, como classe, eram agora uma *ordo* com um *officium*.[7]

Esse *officium*, ou papel, foi fundamental para o espírito da Ordem dos Templários. Ele está explicitado no segundo parágrafo da Regra, conhecida como a Regra latina ou primitiva, que foi anexada às atas do Concílio de Troyes.

A Regra Latina

A Regra era composta de 72 artigos ou parágrafos, que se tornaram 76 na tradução francesa posterior. A idéia de uma "nova classe de cavaleiros", mais tarde explicitada por São Bernardo, já está presente no parágrafo 2, o verdadeiro prólogo da Regra, onde é dada ênfase ao *papel* do cavaleiro e ao fato de que a classe dos cavaleiros tinha até aquele momento se afastado desse papel básico:

> Ela desprezava o amor à justiça, que era pertinente a seu papel, e não fazia o que deveria. Em vez de defender os pobres, as viúvas, os órfãos e a Igreja, competia para estuprar e matar.[8]

Essa noção original do propósito e dos objetivos da cavalaria foi representada como uma restauração dos valores perdidos, de modo que os Templários "ressuscitaram" a Ordem da Cavalaria, devolvendo-lhe a pureza inicial. Prawer comenta: "Considerou-se então que um ideal de cavalaria 'pura' havia existido um dia, embora tivesse sido corrompido pelo tempo, e os Templários empenharam-se em restaurar-lhe a pureza primitiva."[9]

O que é mais interessante aqui é que os Templários estavam relembrando uma forma de perfeição perdida imaginada, uma ordem ideal de cavalaria

que talvez nunca tivesse existido. Examinaremos adiante as manifestações literárias dessa visão nostálgica.* Por enquanto, basta observar que esse mito foi muito explorado pelos escritores na mesma estrutura mental histórica e até mesmo *geográfica* que a dos próprios Templários: notadamente, é claro, Chrétien de Troyes, autor de contos palacianos, tais como *Lancelot* e *Perceval*, que expressam idéias nostálgicas semelhantes a respeito da cavalaria. É nesse contexto que a identificação de São Bernardo com Galahad pode ser entendida. Os próprios Templários já se voltavam para um ideal da condição de cavaleiro, assim como seitas e sociedades secretas posteriores sonhavam com os Templários.

Esse conceito é enfatizado na linguagem belamente austera do prólogo da Regra:

> Devant toutes choses quiquioques seit chevalier de Christ, eslisant tant sainte conversation, toi entor la profession, covient ajoustier pure diligence e ferme perseverance, qui est si digne et si sainte, et si haute est coneue a estre, que se ele est gardée purement et pardurablement, tu desserviras a tenir compaignie entre les martirs qui donerent por Jhesu Christ lor arms.[10]**

Fica claro que o zelo e a perseverança fazem eco para a linguagem queixosa de Hugues de Payens, ao escrever para os irmãos que ficaram para trás em Jerusalém. Mas a linguagem é nova, mais vigorosa e nobre.*** Esse segundo parágrafo arma o cenário para o resto da Regra, grande parte da qual

*Raymond Williams ressaltou o conceito perene dos "anos dourados" passados em seu livro *The Country and the City* (Chatto and Windus, 1973); ver sobretudo Capítulo 4, "Anos Dourados", pp. 35-45.

**Acima de todas as coisas, quem quer que seja um cavaleiro de Cristo, que escolha apenas assuntos sagrados, você que fez o juramento deveria acrescentar puro zelo e firme perseverança, que são valiosos e sagrados e reconhecidos como virtudes elevadas, de modo que, se cumprir isso em toda a sua pureza e eternidade, será digno de fazer companhia aos mártires que deram suas almas por Jesus Cristo.

***A novidade é acentuada pela combinação estilística incomum de francês do norte e do sul, do século XII.

consiste em parágrafos curtos, de não mais de duas linhas, ao explicar o significado do novo conceito de cavalaria de Cristo.

Os parágrafos restantes da Regra latina são dedicados às questões práticas da vida diária, com óbvia derivação das regras e atitudes mentais da Ordem de Cister. Contudo, como observa Leclerq, é perigoso tecer generalizações a partir das cláusulas dessa Regra, já que ela apenas nos diz "como eles *deveriam* viver, e não o que eles realmente faziam".[11] Quando a Regra foi criada, os Templários ainda eram um pequeno número de cavaleiros, mas a experiência e números maiores exigiam constantes acréscimos, até que os 72 parágrafos iniciais tornaram-se 686 na versão final.

A Regra especifica que o hábito templário deveria ser branco, ou preto, ou marrom (§17), e que os mantos deveriam ser "sem nenhum excesso e sem nenhuma ostentação" (§18). Ela ressalta que eles deveriam viver em comunidade e fazer suas refeições em silêncio (§21),* e que tinham permissão para comer carne três vezes por semana — exceto quando os dias de Natal, Nossa Senhora dos Doze Apóstolos caíssem durante a semana (§26). Esse ato social de comunhão no refeitório era claramente tão importante para os Templários quanto o era na vida monástica, e uma das primeiras penitências especificadas é a de fazer as refeições sozinho (§45-6). Cada cavaleiro podia ter três cavalos, "e não mais" (§51), e era expressamente proibido caçar (§51).

Já nesse estágio inicial era estabelecida (§65-6 e 69) a presença de irmãos seculares, não ligados a ordens religiosas, que seriam convocados para realizar tarefas diárias da ordem, e de irmãos casados acolhidos temporariamente; do mesmo modo, era providenciado o cuidado com os velhos, Templários reformados e membros doentes da Ordem (§60-1).** Mas, entre essas regras simples e quase monásticas, que possuem pouca originalidade e

*O §31 é ainda mais explícito sobre a importância do silêncio.
**Cf. o hospital de Denny, no condado de Cambridge (p. 95).

podem ou não ter sido seguidas rigorosamente nesse período inicial, dois fatores se destacam: primeiro, o imenso poder do Mestre; segundo, a veemência extraordinariamente forte dos parágrafos contra mulheres, que mais tarde foram usados em tentativas de provar a existência de homossexualidade entre os Templários.

As tendências misóginas aparecem nos últimos parágrafos da Regra latina. O parágrafo 70 afirma categoricamente que "a companhia de mulheres é uma coisa perigosa, e o demônio tirou muitos homens do caminho do paraíso fornecendo companhia feminina". O parágrafo seguinte enfatiza que é perigoso pensar demais em mulheres, e contém a famosa afirmação de que "E por isso nenhum de vocês deve ousar beijar esposa, viúva, donzela, mãe, irmã, tia ou quaisquer outras mulheres..."* (§71). Essa denúncia extrema pode parecer exagerada a olhos modernos, mas simplesmente reforça o conceito de "cavalaria de Cristo" e distingue a idéia de classe de cavaleiros concebida por Hugues de Payens e defendida por São Bernardo daquela que então estava aparecendo na Provença entre os primeiros trovadores. Trata-se de uma cláusula que pode perfeitamente ter sido ignorada durante o segundo período da formação da ideologia templária sob Robert de Craon.

O poder do Mestre já era supremo, e foi explicitado em dois parágrafos dessa Regra. Num deles, intitulado *De Licencia Magistri*, "Sobre os poderes do Mestre", que na tradução francesa posterior foi modificado para o menos austero e mais direto *Dou maistre*, é especificado que o Mestre pode "fornecer o cavalo e as armas de um irmão a quem quer que ele deseje" (§35). Assim, são dados livres poderes de recrutamento ao Mestre do Templo: neste caso, especificamente a Hugues de Payens. Mas outro parágrafo no final da Regra vai ainda mais além e coloca um poder ilimitado nas mãos do Mestre: ele estabelece de maneira categórica e inequívoca que todas as regras

*"Et por ce nul de vos presume baisier de feme, ne veve, ni pucele, ne mere, ni seror, ne ante, ne nule autre feme..."

precedentes contidas nos parágrafos da Regra latina devem ser cumpridas — ou não —, *de acordo com a vontade do* Mestre (§73).

As prescrições da Regra, ao estabelecerem uma ordem e estrutura elementares, atendiam assim plenamente aos medos e desejos que Hugues de Payens trouxera de Jerusalém para a Europa. Ainda estava longe da complexidade e minuciosidade da forma final da Regra, mas pode-se dizer que ela representa um triunfo pessoal de Hugues de Payens e que abriu o caminho para a organização definitiva da Ordem. Embora a força da personalidade de São Bernardo esteja presente na Regra, também é provável que parte das prescrições mais práticas traga a assinatura de Hugues de Payens; talvez já tivesse existido uma regra ou um código de conduta rudimentar, em que se tenha baseado a Regra latina de 1128. Seja como for, a primeira parte da ideologia dos Templários foi formada pela inteligência e a ação combinadas desses dois homens extraordinários, cada um dos quais possuía em elevado grau as qualidades de diligência e perseverança que a Regra enfatizava.

Recrutamento e Expansão

Os Cavaleiros Templários passaram por uma rápida expansão em toda a Europa imediatamente após o Concílio de Troyes. O primeiro sucesso, e o mais óbvio deles, foi na própria França, especialmente na Borgonha. A campanha de recrutamento prosseguiu lá por vários anos, com um grande número de cavaleiros ingressando na Ordem em 1133.[12] Mas a ação mais importante foi uma questão de burocracia: Hugues nomeou Payen de Montdidier Mestre do Templo na França, dando assim o primeiro passo na direção da criação de uma organização internacional que se tornou num tempo relativamente curto o equivalente da Ordem de Cister.[13]

Hugues visitou a Inglaterra e a Escócia logo depois e, ao que tudo indica, recebeu doações em terras e dinheiro em ambos os países.[14] Foi quase

certamente nessa data, fim de 1128 ou começo de 1129, que o Templo de Londres original foi fundado em Holborn, fora dos Holborn Bars, com um jardim, um pomar, um fosso de divisa, um cemitério e a primeira igreja redonda. Esse Templo possuía casas e terras nos dois lados da parte norte de Chancery Lane e ficou sendo o centro administrativo do poder templário na Inglaterra até que a Ordem mudou-se para o Templo Novo — entre Fleet Street e o Tâmisa —, em 1161. Embora não sejam dados detalhes, a Crônica anglo-saxônica de 1128 afirma que Hugues "foi recebido por todos os homens bons, e todos davam-lhe tesouro, na Escócia também".[15] Mas os Templários ingleses começaram realmente a prosperar com a ascensão ao trono do rei Estêvão, em 1135. Aqui, mais uma vez, as relações feudais foram de grande importância: Estêvão era filho de Estêvão de Blois, que fora para Jerusalém com a Primeira Cruzada, e Adela, filha de Guilherme, o Conquistador; sua rainha, Matilda, era herdeira da casa de Bolonha, que proporcionara dois governantes para o Reino Latino de Jerusalém. Geoffroi de Saint-Omer fora vassalo do conde de Bolonha.

Portanto, não surpreende saber que a primeira doação registrada de terra aos Templários ingleses ocorreu em 1137, quando Matilda, rainha da Inglaterra e sobrinha de Balduíno I de Jerusalém, contemplou a Ordem com o domínio feudal de Cressing, em Essex.[16] Essa terra, mais tarde local de uma importante comenda dos Templários, é típica das primeiras propriedades que estes tiveram: compreendia uma propriedade rural em Uphall, o domínio feudal e cinqüenta por cento de Witham, e ficava na estrada principal que ia de Londres a Colchester. Pouco a pouco, foi ampliada por pequenas doações de 0,40 a 2 hectares, até que, no final do século XII, ela abrangia terras nas vilas de Terling, Fainsted, Great Leighe, Naylinghurst, do outro lado do rio Brain, do Templo de Cressing, na direção de Braintree, em Bradwell, Galdingham, Mundon e Layer de la Hay, com casas em Sudbury e Maldon e o domínio feudal de Finchingfield. Toda a propriedade compreendia cerca de 160 locatários até o final do século e Lees conclui

que "a posição central da comenda do Templo de Cressing, a uma distância relativamente pequena de Londres, a fertilidade e a diversidade do solo, a excelência do pasto e os cômodos caminhos terrestres e fluviais davam-lhe um valor desproporcional em relação a seu tamanho".[17] Embora a consolidação da propriedade tenha levado muitas décadas, ela é importante por ter sido a primeira terra dos Templários fora de Londres e representa um exemplo do método de doação e do método de expansão naqueles anos. O primeiro exemplo do nome de um Mestre inglês registrado é o do Oto qualificado de "*milites Templi*", que foi testemunha da *Carta Conventionum* de 1153, o acordo para a sucessão feito entre o rei Estêvão e Henrique, duque da Normandia.[18] Como no caso de Hugues de Payens, que serviu de testemunha do documento de 1124, citado, isso pareceria demonstrar a importância do Mestre na hierarquia legal e militar antes dessa data.

Os Templários também apareceram na Espanha no período de dois anos que sucedeu o Concílio de Troyes: a primeira menção clara de sua presença no nordeste da Espanha data de 1131, embora Forey afirme que "O Templo (...) parece já estar recebendo privilégios de Alfonso I em 1130".[19] Uma rápida expansão na Península Ibérica foi facilitada por favores concedidos aos Templários pelos governantes da Catalunha e de Aragão, em retribuição pela ajuda na reconquista do território espanhol das mãos dos mouros durante a década de 30 do século XII.[20] Paradoxalmente, parece provável que a primeira ação militar realizada pela nova Ordem tenha sido, na verdade, na Espanha. Alfonso I concedeu aos Templários isenção do imposto sobre um quinto de todos os despojos tomados dos mouros, e ao morrer deixou um polêmico testamento que dava um terço de seu reino aos Templários. Embora tenha sido contestada com sucesso mais tarde, essa herança dá um exemplo do papel fundamental desempenhado pelos Templários na reconquista. Como retribuição por esse apoio militar, foram-lhes dadas terras em Aragão, Catalunha, em Valença, Maiorca e por fim na Andaluzia.

Na Itália, a expansão foi menos rápida, e a Ordem nunca se tornou tão poderosa naquele país de estados e ducados fragmentados e independentes como no resto da Europa Ocidental. A presença dos Templários esteve estreitamente relacionada com o papel das cidades e portos italianos no comércio com o Reino Latino: por exemplo, parece provável que eles já estivessem presentes em Lucca, centro do comércio de seda, nos anos 30 do século XII. Embora a primeira presença documentada lá data de 1158, é certo que a Ordem já estava bem estabelecida a essa altura.[21] Mas a presença mais antiga e mais importante na Itália foi nos portos da costa do Adriático, de onde os cruzados e os mercadores partiam para o Oriente — Barletta, Bari, Brindisi, Siponto e Messina.[22]

Na Terra Santa o progresso foi mais lento, e os Templários só começaram a possuir um número significativo de castelos muito mais tarde. Um levantamento de propriedades no domínio do Tiro feito em 1243 mostra um número extraordinariamente pequeno de propriedades pertencentes aos Templários: enquanto 21 vilarejos e 51 metades de vilarejos são atribuídos a Veneza e 4 vilarejos a Pisa, somente dois terços de um único vilarejo são atribuídos aos Templários.[23] Ao todo, o clero e as ordens religiosas possuíam doze por cento da propriedade em 1243. Como observa Prawer: "O aspecto notável da propriedade é o número insignificante de posses pertencentes ao clero e às Ordens Militares (...), a idéia que em geral se possui a respeito da usurpação ou do predomínio dos bens eclesiásticos, comparados com os bens leigos, não pode ser aceita em relação a todo o Reino."[24] Contudo, como veremos, a natureza singular do Reino era sua economia predominantemente urbana e monetária: era o dinheiro, e não a posse de terra, que sustentava o poder na nova colônia. No entanto, os Templários adquiriram a posse de pelo menos alguns castelos no começo de sua carreira: a importante zona fronteiriça de Amano, que ficava entre a Ásia Menor (Cilícia) e a Síria, pode ter se tornado posse dos Templários já em 1131. Ela abrangia os castelos de Baghras, Roche Roussell e Darbsak, e talvez tenha sido dada

aos Templários quando Fulk de Jerusalém viajou para Antioquia em 1131. Foi dada aos Templários, o mais tardar, por Raymond de Poitiers, quando este conduziu uma campanha contra os armênios da Cilícia, em 1136-7. Provavelmente, foi o primeiro presente importante aos Templários no Oriente Latino.[25]

Ao todo, existem cerca de seiscentos privilégios concedidos à Ordem sob a liderança de Hugues de Payens e Robert de Craon, com metade desse número na Provença e Languedoc, um terço no nordeste da França e Flandres, e o restante na Inglaterra, Espanha, Portugal e em outros lugares da França. Eles abrangem os direitos a terras e outros direitos, tais como mercados e feiras, rendimentos, casas, prebendas, dízimos, aluguéis, anuidades, servos feudais, servos com família, escravos mouros e judeus espanhóis.[26] Essa rápida expansão demonstra a nova importância atribuída aos Cavaleiros Templários depois do Concílio de Troyes, e a injeção de vida nova que foi dada na Ordem com o apoio fundamental de São Bernardo. Sem a determinação de Hugues e a influência de São Bernardo, a Ordem poderia perfeitamente ter fracassado; mas, antes do final da década de 30 do século XII, já estava no caminho de sua riqueza e de seu poder posteriores. É interessante, porém, observar que a maior parte dessa riqueza estava na Europa Ocidental e, assim, contradizia até certo ponto o propósito confessado da Ordem quando foi fundada em 1119. O objetivo e o caráter dos Cavaleiros Templários já haviam mudado consideravelmente.

Em Louvor da Nova Cavalaria

A última contribuição importante de São Bernardo, e em certo sentido de Hugues de Payens, foi o tratado *Liber ad Milites Templi De Laude Novae Militiae*. Esse tratado, escrito provavelmente em 1135, parece ter sido preparado em resposta a pedidos feitos por Hugues, cujo tom pode ser imagina-

do depois de ser a carta citada no Capítulo I. Ela é, na verdade, dirigida a "Hugues, Soldado de Cristo e Mestre da Milícia de Cristo" e constituí uma justificação sutil e cuidadosamente argumentada do conceito de monge-guerreiro.* É composto de cerca de trinta páginas, divididas em quatro capítulos: "Em Louvor da Nova Cavalaria", "Sobre a Milícia Profana", "Dos Soldados de Cristo" e "Sobre o modo como os soldados de Cristo devem conduzir-se".

Que esse tratado é uma resposta a Hugues fica claro pelas palavras introdutórias:

> Uma, duas, três vezes, se não estou enganado, caro Hugues, você me pediu para escrever algumas palavras de estímulo para você e seus companheiros da cavalaria, de modo que, em virtude de meu estado, embora não possa usar a lança contra a tirania de nossos inimigos, posso pelo menos fazer uso de minha pena...[27]

Essas palavras são, claramente, de um cavaleiro de nascença, e a linguagem em todo o tratado reforça a concepção de Bernardo como um cavaleiro militante para a Igreja. A única razão por que ele não pode lutar é sua fraqueza física e sua enfermidade. Bernardo glorifica a matança de não-cristãos, encontrando uma justificação suficiente no fato de que a luta e a matança são realizadas por Cristo:

> ...os cavaleiros de Cristo travam as batalhas de seu senhor em segurança, sem recear ter pecado ao matar o inimigo, nem temer sua própria morte, visto que nem o ato de morrer nem o de causar a morte de outrem, quando for por Cristo, contém nada de criminoso; ao contrário, merece uma re-

*Ainda em meados do século XIX foram feitas traduções do De Laude para os soldados do exército papal (cf. Delle Laudi di una nuova milizia, libro di S. Bernardo reso italiano, tedesco, francese ed inglese, Roma: Tipi della Civiltà Cattolica, 1860).

> compensa gloriosa. Desse modo, lutar por Cristo é alcançar Cristo. Realmente, aquele que provoca livremente a morte de seu inimigo como um ato de vingança encontrará mais facilmente consolo em sua condição de soldado de Cristo. O soldado de Cristo mata com segurança e morre com mais segurança ainda. Não é sem motivo que ele empunha a espada. Ele é o instrumento de Deus para a punição de malfeitores e para a defesa dos justos. Na verdade, quando ele mata malfeitores, não se trata de homicídio, mas de malicídio, e ele é considerado o executor legal de Cristo...[28]

Essa bem-sucedida descriminalização do ato de matar em nome de Cristo é uma extraordinária peça de propaganda, que reflete com exatidão a instrução, o pensamento e as verdadeiras preocupações de São Bernardo. Ela defende as ações dos Templários com uma voz muito mais competente e convincente do que a do Mestre da Ordem, e, ao conceder a bênção de São Bernardo, legitimou a idéia do monge-guerreiro. Depois de *De Laude*, nunca mais o novo conceito foi criticado seriamente.

O martírio fora prometido aos combatentes na Terra Santa desde a declaração da Primeira Cruzada por Urbano II, em Clermont, em 1095, quando ele disse: "Agora prometemos-lhe guerras que trazem consigo a recompensa do martírio glorioso, guerras que garantem o direito à glória temporal e eterna."[29] A idéia já existia e, de fato, fora adotada pelos primeiros Templários. O martírio já foi prometido no parágrafo 2 da Regra latina, ao passo que parágrafos posteriores deixam clara a diferença entre matar um infiel e ferir um cristão: um dos crimes mais sérios que um Templário pode cometer, equivalente a simonia, heresia e revelação dos segredos de um capítulo templário, que acarretavam a expulsão da casa, é matar um cristão (§226); apenas um pouco menos severa, resultando em perda do hábito templário, é a punição por ferir um cristão (§235). Assim, o assassinato de um cristão é proibido, ao passo que matar infiéis é não só santificado, mas pode conduzir ao martírio em nome de Cristo.

A novidade desse conceito é enfatizada tanto no *De Laude* como na Regra latina: o parágrafo 9 da Regra afirma que "Esse novo tipo de religião adquiriu existência (...), de modo que a cavalaria deve ser admitida na religião e, assim, armada pela cavalaria, a religião deve avançar e matar o inimigo sem culpa", enquanto São Bernardo afirma que "anunciaram que surgiu um novo tipo de milícia no mundo..."[30] Esse elemento de originalidade foi, assim, legitimado pelo tratado que São Bernardo escreveu para um de seus filhos preferidos, e que foi muito além do seu objetivo imediato, ao justificar com a imensa autoridade de seu autor um conceito que teria conseqüências importantes: "A preservação do Santo Sepulcro Liberado e a defesa da Cristandade contra o Infiel eram, de fato, um fator considerável no recrutamento da nobreza européia, mas sua mensagem social e espiritual para uma classe guerreira em busca de identidade e ideais revelou-se ainda mais forte."[31]

Quando Hugues de Payens morreu, em 1136, a Ordem que ele fundara adquirira importância internacional e criara praticamente sozinha esse novo conceito de cavalaria. De certo modo, um estudo da história dos Templários poderia basear-se numa única questão: considerando-se esse começo privilegiado, e os privilégios papais que logo seriam concedidos, teriam os Cavaleiros Templários justificado com suas ações subseqüentes a formação de uma ideologia sob medida e o apoio de São Bernardo?

3

A Ideologia Templária II: 1136-46

Hugues foi sucedido por Robert de Craon, ou Robertus, Burgundio, que vinha de uma família poderosa da cidade de Craon, em Anjou. Ele era um excelente administrador e um diplomata de "grande astúcia".[1] Acima de tudo, pertencia à nobreza mais sofisticada de Languedoc e era impregnado das características da vida palaciana e da elegância que predominavam naquela parte da França durante o século XII. Seu caráter era diferente do de seu predecessor, mas ele era igualmente dedicado à Ordem Templária e talvez tivesse sido um irmão Cavaleiro desde o começo. Quando a Ordem começou a expandir-se rapidamente na década de 30 do século XII, seus dons de administrador foram, talvez, os mais necessários. Foi sob seu comando que os Templários alcançaram sua estrutura hierárquica e organização internacional e obtiveram do papa Inocêncio II a autonomia que lhes permitia agir com independência em relação às autoridades eclesiásticas e seculares em cuja jurisdição eles atuavam.

Desde o começo de seu pontificado, em 1130, Inocêncio II fora atacado pelo pontificado alternativo do rival Anacleto II. Em sua luta constante

pela supremacia, ele fora apoiado por São Bernardo e desde o começo foi favorável à Ordem que estava florescendo sob a proteção de Bernardo. Já em 1135, no Concílio de Pisa, o papa dera aos Templários um marco de seu próprio tesouro, cinqüenta gramas de ouro do Chanceler da Igreja Romana e um marco de prata de todos os prelados da Igreja, a ser pago anualmente.[2] Quando finalmente pôde entrar em Roma como papa inconteste, Inocêncio II encontrou-se com Robert de Craon para uma série de discussões. Talvez em conseqüência da visita de Bernardo a Roma no ano anterior, o papa Inocêncio II expediu a bula papal *Omne Datum Optimum*, de março de 1139, que marcou época. O comando de Robert alterou o caráter dos Cavaleiros Templários profundamente. A Ordem fora fruto da imaginação de homens que eram membros da primeira geração de francos na Síria Latina, com sua experiência e qualidades especiais, mas com sua imaginação limitada. Agora ela seria modificada, tanto no campo de ação quanto na prática diária, sendo transformada numa ordem de cavaleiros que refletia os valores da nobreza provençal.

Omne Datum Optimum

O objetivo declarado dessa bula papal foi criar uma nova categoria de irmãos-capelães para servir aos Templários em suas casas agora muito espalhadas, mas seu efeito real foi mais drástico: libertou os Templários de toda autoridade eclesiástica, exceto a do papa, e tornou o Mestre e o Cabido inteiramente responsáveis pela Ordem. Seu título, "Todas as Melhores Dádivas", e sua introdução, "Bispo Inocêncio, para nosso querido filho Robert, Mestre dos cavaleiros do Templo...",[3] anunciam o tom espantoso da bula.

Esta tradução da parte mais importante da bula dará uma boa idéia de seu tom e conteúdo:

Todas as melhores dádivas e todas as dádivas perfeitas provêm de cima, vêm do Pai das luzes, com quem não há mudança nem sombra de alteração. E portanto, queridos filhos do Senhor, louvamos a Deus Todo-poderoso por vossa causa e por vós, pois vossa Ordem e venerável instituição é famosa em todo o mundo. Pois, *por natureza*, éreis *filhos da ira*, entregues ao prazer do mundo, mas agora, pela inspiração da graça, vós vos tornastes receptivos à mensagem do evangelho e, tendo deixado para trás as ostentações mundanas e vossos bens, e também *o caminho largo que leva à morte*, escolhestes humildemente o difícil caminho que leva à vida; e, para provar isso, usastes muito conscienciosamente sobre o peito o símbolo da cruz viva, porque sois especialmente considerados membros da Cavalaria de Deus. Além disso, como verdadeiros israelitas e guerreiros muito versados na batalha sagrada, inflamados com a chama da verdadeira caridade, pondes em prática, com vossas ações, a palavra do evangelho, em que está dito: *Nenhum homem possui amor maior do que aquele que dá sua vida por seus amigos.* E, seguindo o comando do pastor principal, não temeis em absoluto dar vossas vidas por vossos irmãos e defendê-los das invasões dos pagãos e, como sois conhecidos pelo nome de Cavaleiros do Templo, fostes nomeados pelo Senhor defensores da Igreja e atacantes dos inimigos de Cristo. Mas, embora com esforço e louvável devoção estejais labutando com todo o vosso coração e toda a vossa mente numa tarefa tão sagrada, não obstante exortamos todos os membros de vossa Ordem pelo Senhor e ordenamos a vós e àqueles que vos servem para a remissão dos pecados, pela autoridade de Deus e do Abençoado Pedro, o Príncipe, que protejais a Igreja Católica e, ao combaterem os inimigos da cruz, livreis de sua corrupção aquela parte da Igreja que está sob a tirania dos pagãos.[4]

Essa bula generosa e afetuosa deu claramente aos Templários um campo de ação muito maior, e um objetivo diferente daquele estabelecido por Hugues de Payens vinte anos antes. Ela foi definida com correção por um

historiador recente dos Templários como "a Magna Carta dos Cavaleiros Templários".[5]

Os Templários estavam agora livres para dedicar-se a defender a Igreja Católica de todos os inimigos da Cruz. O papa afirma em seguida que a Casa dos Templários ficaria a partir de então sob a tutela e a proteção da Santa Sé e que eles teriam permissão para ficar com os despojos tomados aos sarracenos. O novo papel dos irmãos-capelães foi instituído com um noviciado de um ano, embora, ao que tudo indica, isso não tenha sido cumprido por muitos anos. Os capelães deveriam ser livres de todo controle diocesano. Talvez o mais controverso de tudo, do ponto de vista dos inimigos dos Templários, na época e posteriormente, tenha sido a concessão do direito de construir suas próprias igrejas. Esse privilégio foi concedido com a extrordinária — embora coerente depois das críticas de São Bernardo — motivação de que seria "indecente e perigoso para os monges professos misturar-se com a ralé de pecadores e com aqueles que andam na companhia de mulheres".

A Regra Francesa

Foi, provavelmente, por incentivo de Robert de Craon que os parágrafos iniciais da Regra latina foram traduzidos para o francês; visto que a nova Regra abrange parágrafos dedicados aos irmãos-capelães, é provável que a tradução tenha sido feita depois de *Omne Datum Optimum*, provavelmente em 1139-40.[6] Contudo, é importante entender que a nova Regra nunca foi realmente terminada: até o final do século XIII foram acrescentados novos parágrafos — muitas vezes, exemplos históricos fornecidos pelas batalhas e derrotas dos Templários —, e esse processo de adaptação para atender a novas contingências teria continuado, se a Ordem não tivesse sido dissolvida.

A parte fundamental da Regra foi completada, porém, entre as revisões e os acréscimos de Robert de Craon em 1139-40 e a queda de Jerusalém, em 1187, quando parágrafos que determinavam as funções hierárquicas no Reino tornaram-se obsoletos e não teriam sido incluídos, se a Regra tivesse sido revisada completamente depois dessa data. A versão da Regra que sobreviveu em alguns manuscritos foi organizada em 1886 por Henri de Curzon originalmente em francês arcaico, sendo os parágrafos 1-76 também apresentados em latim. Ele é composto de cinco partes:

§1-76 *Parte I*: tradução em 72 parágrafos da Regra latina, juntamente com os parágrafos introdutórios.

§77-278 *Parte II*: uma parte que abrange os estatutos hierárquicos da Ordem. Os títulos, privilégios e deveres dos dignitários e irmãos são especificados, juntamente com os deveres da vida monástica.

§279-543 *Parte III*: a) a vida cotidiana dos irmãos, questões de disciplina no mosteiro, em marcha e na guerra (§279-385); b) a realização de assembléias ordinárias, confissão pública, o testemunho ou as acusações que eles tinham que apresentar e o código penal da Ordem (§386-543).

§544-656 *Parte IV*: novos esclarecimentos relativos ao código penal, como se as partes curtas, de 1 a 3 linhas, do código original fossem insuficientes. Esta parte, escrita provavelmente no século XIII, abrange exemplos da história templária.

§657-86 *Parte V*: ata da cerimônia para receber novos irmãos na Ordem.

De Curzon acreditava que houve pelo menos quatro revisões importantes da Regra, com muitos acréscimos. Em alguns casos, foram feitas modificações em partes anteriores da Regra, mas a estrutura apresentada aqui pode

ser aceita como aquela que governou a vida cotidiana da maior parte da história templária.

Duas mudanças, possivelmente incentivadas por Robert de Craon, feitas na Regra latina na primeira versão da Regra francesa são de considerável interesse. A primeira diz respeito à estipulação na Regra latina de um período de experiência de um ano para os cavaleiros recém-alistados; no parágrafo correspondente da Regra francesa, esse requisito desaparece, indicando um afrouxamento da disciplina e dos requisitos para fins de recrutamento no final da década de 30 do século XII (cf. §11). A mudança mais extraordinária, considerando-se nosso conhecimento de acusações posteriores, é feita no segundo parágrafo: um trecho de frase na versão original ("... ademais, onde cavaleiros não-excomungados estão reunidos, vós deveis ir"*) torna-se exatamente o oposto na Regra francesa: "... ordenamos que ides aonde cavaleiros excomungados estão reunidos". Essa alteração controversa gerou muitas tentativas de explicação, mas pode ser considerada simplesmente uma indicação do poder dos Templários e do grau de independência relativamente ao controle eclesiástico que a Ordem já havia alcançado. Antes de examinar a natureza geral da Regra, poder-se-ia também ressaltar que não foi feita nenhuma menção aos peregrinos por São Bernardo no *De Laude*, nem por Inocêncio II em *Omne Datum Optimum*, nem pelas duas versões da Regra templária — como se a função original tivesse sido esquecida.

A Regra francesa começa com uma lista da hierarquia templária, sendo especificados os privilégios e deveres de cada categoria. Por exemplo, o Mestre "deve ter quatro cavalos, e um irmão-capelão e um clérigo com três cavalos, e um irmão-sargento com dois cavalos, e um criado pessoal para carregar seu escudo e sua lança, com um cavalo..." (§77). Seus deveres e equipamento são enumerados com imensos detalhes e cuidado.

*"ubi autem milites non excommunicatos congregare auderint".

De acordo com essa Regra, a hierarquia dos Cavaleiros Templários é a seguinte, com privilégios, deveres, armas, direitos e equipamento especificados nos parágrafos mencionados:

Mestre	§77-80
Senescal	§99-100
Marechal	§101-3
Chefe do Reino de Jerusalém	§110
Chefe da Cidade de Jerusalém	§120-4
Chefe de Trípoli e Antioquia	§125-6
Drapier	§130-1
Chefes de Casas	§132-6
Chefes de Cavaleiros	§137
Irmãos Cavaleiros e Sargentos do Mosteiro	§138-41
Turcoplier	§169-72
Submarechal (um sargento)	§173-6
Portador padrão (um sargento)	§177-9
Irmãos-sargentos chefes de casas	§180
Irmãos rurais ("*frères casaliers*")	§181
Irmãos assistentes de doentes ("*frères infirmiers*")	§190-7

Além dessas categorias, os Templários tinham um extenso número de irmãos criados ("*frères de métier*"), que realizavam as tarefas diárias essenciais dessa Ordem tão grande — cavalariços, cozinheiros, criados e executores de outros trabalhos servis. Além disso, algumas dessas ocupações, por exemplo a de *drapier*, responsável pelas tropas recrutadas no local, treinadas pelo método da cavalaria leve bizantina, eram próprias na Terra Santa. No todo, porém, as categorias — e em especial as mais elevadas — estavam de acordo com a estrutura feudal da Europa medieval. A diferença fundamental era sempre entre cavaleiro e sargento, mesmo nos casos em que os sargen-

tos, em conseqüência da falta de cavaleiros numa casa pequena ou em conseqüência de atributos pessoais, ocupavam postos aparentemente equivalentes aos de seus "irmãos cavaleiros". Essa distinção era marcada pelos mantos marrons ou pretos usados pelos sargentos, ao passo que somente o número relativamente pequeno de cavaleiros usava o famoso manto branco. Embora a Regra especifique que eles comeriam "em comunidade", na prática os Templários comiam em mesas separadas, de acordo com a categoria, mas na mesma sala (cf. §286-7).

Havia também categorias mais indefinidas de cavaleiros associados e temporários e sargentos. Os associados ("*affiliès*") abrangiam irmãos casados ("*frères mariés*" e "*confrères*"), ao passo que alguns membros ingressavam na Ordem por um período estipulado previamente, tal como a duração de uma única cruzada; estes eram chamados irmãos *ad terminum* ("*frères a terminé*"). Uma outra categoria, mais complexa, consistia naqueles que pagavam uma taxa anual *pro fraternitate* como membros leigos ou associados, a fim de garantir os benefícios espirituais, as preces e as intercessões com que os Templários eram privilegiados (cf. §673). E, quando a Ordem se expandiu por toda a Europa, anomalias de título e posição se multiplicaram, de modo que parece não ter havido uma aplicação geral de termos tais como preceptor e comendador. Uma confusão relativa ao uso de títulos foi aumentada no século XIII, quando os Templários mantinham uma frota de embarcações para o transporte de peregrinos e mercadorias da França e Itália para a Terra Santa; outros papéis e portanto categorias foram criados, tais como a de Comandante de Navio ou Comandante da Frota, semelhante ao uso dos Hospitaleiros.[7]

No núcleo dessa enorme estrutura, os Cavaleiros Templários que usavam o manto branco, mais tarde com a cruz vermelha, e que criaram a lenda, foram desde o começo uma pequena minoria. Constituíam uma elite militar servida por um exército de escudeiros e criados, e toda a Ordem — hierarquia, finanças, agricultura, organização, recrutamento — estava vol-

tada para um único objetivo: a manutenção desse corpo de cavaleiros bem equipados e bem preparados pronto para entrar em ação a qualquer momento. Isso exigia imensos recursos, e os números calculados de cavaleiros em proporção a outros irmãos ilustrarão esse fato: na verdade, na Terra Santa, no decorrer do século XII, o número de cavaleiros presentes era extraordinariamente pequeno. A tropa feudal recrutada era de 670 cavaleiros e alguns milhares de soldados de infantaria, ao passo que a força total de cavaleiros no Reino Latino chegava a 1.200. Destes, talvez 300 fossem Templários.[8] Com esse número, é provável que as maiores guarnições templárias fossem compostas de 50-60 cavaleiros, com 400-500 outros membros.[9] Em 1178, quando o líder muçulmano Saladino destruiu a guarnição em Le Chastellet, havia 80 cavaleiros e 750 sargentos.[10] Muitas vezes, alguns castelos e guarnições eram privados totalmente de cavaleiros, a fim de defender outros lugares, e muitos eram ocupados com uma força de sargentos. A maior derrota na história dos Templários, em Hattin, em 1187, viu a morte de cem cavaleiros, de acordo com o autor de crônicas em versos Ambroise.[11] Esses números dão uma boa idéia do tamanho das forças envolvidas em muitas ações militares na Terra Santa.

Na Europa Ocidental, os números eram ainda mais baixos: Matthew Paris enfatiza a importância das casas, quando afirma que "cada domínio feudal pode fornecer, sem problema, um soldado, bem armado e totalmente equipado, para o auxílio da Terra Santa, mesmo com todas as coisas que fazem parte do equipamento completo de um soldado".[12] Acontecimentos posteriores estabelecem com mais precisão as proporções entre cavaleiros e outros irmãos, que não temos razão para julgar diferentes das do século XII. Na revolta de Chipre, em 1192, as forças templárias presentes abrangiam 14 cavaleiros, 29 outros homens montados e 74 soldados de infantaria.[13] Do mesmo modo, no julgamento em Paris de 138 Templários, que foram interrogados pelo inquisidor Geral, somente 14 eram cavaleiros; de 546 Templários que se apresentaram para defender a Ordem em 1310, 18 eram

cavaleiros.[14] Talvez a estimativa de uma razão de um para dez feita por Henry Lea seja exata: ele calcula que a força total da Ordem pouco antes de sua queda fosse de 15.000, dos quais 1.500 eram cavaleiros.*[15] Ele observa que, quando os Templários foram capturados em Beaucaire, em 1307, havia 5 cavaleiros, 1 padre e 54 irmãos servidores.[16] Não existe uma boa razão para duvidarmos que isso era o efetivo normal e que o cálculo global de Lea é aceitável.

A Regra dizia respeito a essa pequena elite militar. Um dos parágrafos mais detalhados é, na verdade, o §138, no qual são enumerados minuciosamente a indumentária e o equipamento do cavaleiro (como veremos no Capítulo 4). Eles deveriam usar o manto branco em todas as ocasiões, exceto quando doentes no hospital; ele deveria ser usado corretamente, e eles não poderiam nem beber nem comer sem ele (§279). Pelo menos nos primeiros anos, os cavaleiros mantiveram a vida austera estabelecida para eles em concordância com a dos cistercienses. Eles deveriam dizer 26 pais-nossos ao acordar e mais 60 antes de comer (§683). As refeições deveriam ser feitas em silêncio, sem vinho nem água à mesa (§31 e §183); só deveriam comer o que todos comessem juntos (§289). Além disso, para salientar sua vocação religiosa, deveriam celebrar duas Quaresmas todo ano, uma antes da Páscoa e a outra antes do Natal, com quarenta dias de jejum em cada período (§76 e 351). Essa regra poderia ser modificada em caso de guerra, ou ao arbítrio do Mestre, em caso de necessidade.

A Regra estipula penalidades simples para as infrações dessa disciplina, não indo a maioria delas além de algumas linhas. Havia duas categorias principais de infração, distinguida por penalidades para elas: coisas pelas quais um Templário "perdia a casa" ("*pert la maison*") e coisas pelas quais ele "perdia seu hábito" ("*pert son abit*"). As principais infrações que implicavam a perda da casa eram simonia, revelar seu cabido, matar um cristão,

*Outros cálculos da época do julgamento variam de 5.000 a 20.000.

furto e heresia (§224-31), ao passo que aquelas que incorriam em perda do hábito templário abrangiam recusa em obedecer às regras da casa, lutar contra outros irmãos templários, ferir um cristão e dar os donativos da casa a pessoas leigas (§233, 234, 235, 249). Como vimos, acréscimos posteriores a esse código penal rudimentar indicam que esses parágrafos curtos — lacônicos e quase abstratos, como se nunca ninguém fosse cometer tais crimes — revelaram-se insuficientes à luz da prática e expansão da Ordem. Eles foram repetidos em maiores detalhes nos parágrafos 544-656.

A Regra termina com a fórmula para a recepção de um irmão templário. Antes que o novo irmão tenha permissão para entrar no Capítulo Geral, o Mestre ou preceptor presidente abre a cerimônia:

> Belos irmãos cavaleiros [*Biaus seignors freres*], vedes que a maioria concordou que esse homem se torne um irmão. Se existe alguém dentre vós que sabe de alguma coisa que o impede de tornar-se um irmão de acordo com a Regra, então diga-o, pois é melhor dizê-lo antes que ele se apresente perante nós. (§657)

Se não houver objeções, o candidato é então trazido perante o capítulo. O chefe do capítulo deixa-lhe claro que a vida dos Templários é dura:

> Tu nos vês com belos cavalos e belos arreios, e comer bem e beber bem, e possuir belos trajes, e portanto parece-te que terás vida confortável. Mas não sabes os severos mandamentos que prevalecem aqui dentro: porque é difícil tu, que és senhor de ti mesmo te tornares servo de outro (...); se quiseres ficar na terra deste lado do mar, serás mandado para o outro lado; se quiseres ficar em Acra, serás mandado para Trípoli... (§661).

Os quatorze parágrafos seguintes consistem num interrogatório do candidato, para descobrir se ele está pronto para sofrer por Deus, para ter certeza de que ele não é membro de outra ordem, para verificar se ele não é casado nem noivo, se não possui dívidas e se não tem rixa ou processos legais pendentes. Essa investigação paciente deve ter dissuadido qualquer um, exceto os candidatos mais convictos.

A solene pergunta final, que ainda ressoa de forma magnífica depois de sete séculos, não deixa espaço para dúvida de que o futuro cavaleiro está deixando para trás toda a pompa de sua vida até aquele momento: "Você quer ser, por todos os dias de sua vida, servo e escravo da casa?" Ao que o candidato responde: "Sim, se Deus quiser, *sire*."* Depois desse juramento, pede-se ao irmão recém-recebido que jure lealdade ao Mestre e servir à Ordem. Fornecem-lhe as regras citadas acima e dizem-lhe claramente o que fazer para evitar perder o hábito ou a casa; são-lhe apresentadas regras práticas de como e quando dormir, comer e comportar-se, juntamente com o número de pais-nossos e outras preces que ele deve dizer. O último parágrafo da Regra diz o seguinte:

> Agora que te dissemos as coisas que deves fazer e com que deves ter cuidado, e as que causam a perda da casa, e as que causam a perda do hábito, e outras regras; e se não tivermos dito tudo o que deveríamos dizer, então podes perguntar. — E Deus permita que fales bem e ajas bem. (§686)

O tom da recepção e a severidade com que o Mestre interroga e lembra o candidato da dificuldade da vida templária não deixam dúvidas sobre a dificuldade da vocação e a seriedade do propósito. A semelhança da recepção de Gérard de Caux no final do século XIII indica que essas características

*"Volés vos estre, tous les jors de vostre vie mès, sers et esclaf de ma maison?" "Oill, se Dieu plaist, Sire."

permaneceram as mesmas no processo de recepção ao longo da história dos Cavaleiros Templários.*

Mais Apoio Papal

Com a Regra francesa e o imenso apoio moral fornecido pela *Omne Datum Optimum*, os Templários eram agora uma ordem verdadeiramente internacional, já importante em algumas esferas, mas por enquanto sem nenhum grande êxito militar.

Omne Datum Optimum foi repetida com freqüência no século seguinte,** mas papas posteriores não hesitaram em acrescentar novas bulas à iniciativa de Inocêncio II. Celestino II, seu legítimo sucessor, morreu antes de completar um ano de sua eleição para a Santa Sé, em 26 de setembro de 1143, porém encontrou tempo para promulgar a importante bula *Milites Templi* em 9 de janeiro de 1144. Essa bula estabeleceu dois precedentes: concedeu indulgências a benfeitores da Ordem do Templo e deu-lhes permissão para realizar uma coleta de dinheiro em suas igrejas uma vez por ano.[17] O sucessor de Celestino, Lúcio II, também ocupou a Santa Sé por menos de um ano; depois desse curto período, os Templários foram favorecidos pela eleição de Bernardo Pignatelli, de Pisa, como Eugênio III, em 15 de fevereiro de 1145.

Eugênio III, cujo papado durou oito anos, era amigo e discípulo de São Bernardo e fora monge no mosteiro de Clairvaux. Bernardo escreveu-lhe: "Que importância tem você ter sido elevado à Cadeira de Pedro? Ande nas asas do vento, se quiser; você não pode escapar à minha afeição. O amor reconhecerá um filho coroado até mesmo com a tiara."[18] Imediatamente Bernardo começou a escrever as cinco cartas que compõem seu *De Consideratione*, aconselhando

*Cf. Michelet, *Le Procès*, I, pp. 379-86. Barber, *Trial*, apresenta uma tradução inglesa, pp. 253-7.
**Oito vezes entre 1198 e 1205, durante o pontificado de Inocêncio III.

Eugênio sobre como agir como papa e produzindo assim o que Daniel Rops define como a "Carta Régia do Pontificado".[19] Não é de surpreender que esse papa tenha expedido quase de imediato uma bula favorecendo os Templários, também um fruto da inspiração de São Bernardo. Em 7 de abril de 1145, sete semanas depois de sua eleição, a bula *Militia Dei* foi promulgada,[20] ao passo que em julho do mesmo ano ele renovou *Milites Templi*.[21]

Militia Dei deu à Ordem Templária o direito de construir suas próprias capelas independentemente da autoridade diocesana e enterrar seus mortos nos cemitérios dessas capelas. Esse reforço do privilégio já concedido em *Omne Datum Optimum*, dando-lhes o direito de construir suas próprias igrejas, dá a entender que talvez eles tenham tido alguma dificuldade em colocá-lo em prática. A questão dos cemitérios logo se tornaria polêmica.

O apoio constante de Eugênio III teria mais uma conseqüência importante. Ao que tudo indica, o papa foi convidado a comparecer ao Capítulo Geral realizado em Paris, em 1147 — um indício da relação estreita e do respeito mútuo entre o pontificado e os Templários na época —, e foi então que Eugênio concedeu aos Templários o direito de usar a cruz vermelha na parte da frente de seu manto.[22] Assim, em 1147, os Cavaleiros Templários estavam firmemente estabelecidos como uma importante ordem militar tanto na Terra Santa como na Europa Ocidental: possuíam uma Regra, uma forma característica e conhecida de vestir-se, uma estrutura hierárquica bem definida e riqueza e terras por toda a Cristandade. Foi também em 1147 que sua fama militar começou a espalhar-se em conseqüência de uma importante ação durante a Cruzada de Luís VII da França, que partiu da França para a Terra Santa naquele ano, com a bênção de São Bernardo e de Eugênio III.

4

Cavaleiros Combatentes: 1147-87

A situação militar em que os Cavaleiros Templários começaram a atuar era de uma complexidade tortuosa. O domínio francico do Oriente era dividido em quatro Estados Cruzados: o Reino de Jerusalém, o principado de Antioquia, o condado de Trípoli e o condado de Edessa. O *Reino de Jerusalém* tinha o mar como limite a oeste, desde as-Darum até Nahr-al-Kalb, ao norte de Beirute; sua fronteira oriental ia do golfo de Aqaba, no mar Vermelho, em direção ao norte, até o leste do mar Morto e do rio Jordão e pelas montanhas libanesas adentro. O *Principado de Antioquia* era muito mais antigo, com seu próprio patriarca. Até recentemente, fora parte do império Bizantino, e portanto nunca fora "perdido" para os muçulmanos como os outros três estados. Antioquia controlava o caminho terrestre até os estados da Europa e a costa marítima desde o castelo de al-Marqab, no sul. Sua fronteira norte ia ao norte de Misis até Marash, então contornava Alepo em direção ao norte e se estendia a leste do rio Orantes até Kafartab, a partir de onde sua fronteira sul estendia-se até o mar ao norte de Ahaizar e do território ocupado pelos Assassinos. O *Condado de Trípoli* estendia-se

do litoral perto de Nahr-al-Kalb até um ponto ao norte de Tartus, e então, a partir de Ba'rin, a fronteira seguia a sudoeste do rio Orantes e da cidade de Homs. Em seguida, prolongava-se de Jubail até o mar. Por último, o efêmero *Condado de Edessa* ficava situado a nordeste de Antioquia e estendia-se até o outro lado do rio Eufrates. Sua fronteira norte ia de Marash, na atual Turquia, até Besni e Samsat; ali ela virava para o sul, na direção da Síria de hoje, e passava entre o próprio condado de Edessa e Harran.

Esses quatro estados muitas vezes entravam em conflito por causa de política e eram mais enfraquecidos pela presença de emirados muçulmanos independentes e das fortalezas dos Assassinos dentro da área que eles buscavam controlar. Esse paradoxo é explicado pelo fato de que a "ocupação da amplitude total da Síria era um ideal (...) talvez nunca percebido e certamente nunca perseguido pelos francos sírios".[1] Smail mostrou que as estradas que passavam dentro de território frâncico eram regularmente usadas por exércitos muçulmanos e que as comunicações entre Alepo e Damasco com a Mesopotâmia nunca eram interrompidas pelos cruzados.[2] As cidades fronteiriças, tais como Edessa e Antioquia, eram disputadas pelas potências cristãs e não-cristãs circundantes, que mudavam, fundiam-se, aliavam-se ou atacavam, conforme exigiam as conjunturas do momento. A religião era, muitas vezes, subserviente a necessidades políticas e militares imediatas: o sebastocrador Isaac, irmão do imperador João de Constantinopla, fugiu da corte em 1130 e passou os nove anos seguintes conspirando com vários príncipes muçulmanos e armênios.[3] O sobrinho do mesmo imperador, também chamado João, tornou-se muçulmano e casou-se com a filha de Mas'ud ibn Kilij Arslan, sultão seljúcida da Turquia e um dos maiores inimigos de seu tio.[4]

Esses e outros governantes atacavam com freqüência os estados cruzados, e com uma freqüência maior conspiravam para enfraquecê-los. O imperador de Bizâncio, embora governante cristão, mantinha um delicado equilíbrio de poder com seus vizinhos muçulmanos e tinha o cuidado de

não permitir que os estados cruzados se tornassem poderosos o bastante para perturbar esse equilíbrio. Ao norte ficava a Cilícia arménia, de importância fundamental para o caminho terrestre da Europa mas pronta a fazer alianças com os inimigos dos cruzados sempre que necessário. Também ao norte estavam os seljúcidas de Mas'ud, e a nordeste as terras do emir Mohammed ibn Ghazi — a principal potência da Ásia Menor. Alguns governantes muçulmanos importantes invadiam constantemente os limites das terras dos cruzados das cidades de Alepo, Damasco e Homs, que ficavam a uma pequena distância de castelos e cidades dos quatro estados. Mais para leste, os seljúcidas de Bagdad e os fatimidas de Fustat estavam prontos para aproveitar-se de qualquer fraqueza, ao passo que o sultão do Egito ameaçava constantemente a fronteira sul do Reino de Jerusalém.

Os Templários foram obrigados a agir dentro dessa teia complexa de alianças mutantes, a fim de desenvolver e consolidar seu poder. Portanto, não é de surpreender que numa das primeiras ações registradas eles se tenham aliado ao imperador João de Constantinopla e às tropas do conde de Edessa contra os interesses do Reino de Jerusalém. Poder-se-ia argumentar, à luz de acusações posteriores de traição, que o tipo de idealismo inspirado por um homem como São Bernardo tinha necessariamente de ser modificado na turbulência e confusão da vida no Oriente.

Ao que tudo indica, as primeiras ações militares de que os Templários participaram foram no norte da Terra Santa — distantes de sua suposta tarefa de guardar a estrada dos peregrinos de Jafa até Jerusalém. Riley-Smith sustentou que a Ordem pode ter adquirido a posse da importante região fronteiriça de Amanus, no principado de Antioquia, já em 1131; o mais tardar, os Templários controlavam Amanus em 1137, antes que qualquer atividade militar na Terra Santa seja registrada.[5] Essa região consistia num maciço ao norte de Antioquia que constituía uma barreira natural entre a cidade e a província de Cilícia, ou a Ásia Menor, ao norte. Ela foi criada a fim de controlar as duas estradas que levavam através dos portões sírios até a cidade de

Antioquia. O rei Fulk de Jerusalém, sucessor de Balduíno II, viajou para Antioquia em 1131 e pode ter conferido a região aos Templários nesse ano. Cinco anos depois, o conde Raymond de Poitiers chegou à Terra Santa para casar-se com Constância, herdeira de Antioquia.* Sua primeira tarefa foi recuperar Cilícia, e ele envolveu-se imediatamente numa campanha que durou de abril de 1136 até 1137. Se os Templários já não possuíam a região, é provável que tenham adquirido sua posse durante a campanha de Raymond. A poderosa fortaleza de Bagras ficava na região de Amanus, juntamente com os castelos templários menos importantes de Roche Roussel e Darbsak.

Bagras, que hoje fica na Turquia, era fundamental para a defesa de Antioquia, mas também desejada pelas forças muçulmanas como uma salva-guarda contra avanços armênios do Norte. Ela vinha para as mãos templárias e deixava-as constantemente: eles a dominaram em 1156, mas de 1160 a 1161 ela foi um feudo do príncipe de Antioquia; a partir de 1175, foi ocupada pelos Templários como seu quartel-general do norte até que Saladino tomou-a em 1188; esteve novamente em mãos templárias de 1216 a 1268, mas eles a perderam depois dessa data e foram os responsáveis pelo incêndio do castelo em 1283.[6] Na verdade, a história de Bagras, mesmo nessa forma simples, mostra claramente as mudanças freqüentes naqueles anos turbulentos e a dificuldade de enumerar os bens dos Templários em qualquer momento de sua história.

Que os próprios Templários foram apanhados nessa rede política é mostrado pelos seguintes incidentes: em 1137, o imperador João de Constantinopla avançou sobre Cilícia e em seguida pôs cerco à cidade de Antioquia em 29 de agosto. Em março do ano seguinte, ele entrou na própria Antioquia, acompanhado das tropas do príncipe de Antioquia e do conde de Edessa, bem como de *um contingente de Templários*,[7] provavelmente da

*Raymond chegou da Inglaterra, onde fora hóspede de Henrique I, cuja filha se casara recentemente com o filho de Fulk, Geoffrey.

região de Amanus. Ao que tudo indica, eles participaram de toda a campanha de primavera do imperador naquele ano, na qual seu exército alcançou Alepo sem tomar a fortemente defendida cidade e sitiou Shaizur de 28 de abril a 21 de maio de 1138. Contudo, o papel deles foi ainda mais ambíguo durante a surtida de João a Antioquia em 1142: em 25 de setembro daquele ano ele chegou ao castelo templário de Bagras e exigiu que Raymond entregasse Antioquia.[8] Se a hipótese de Riley-Smith de que Raymond dera Bagras aos Templários está correta — e isso é plausível, considerando-se que outros castelos foram dados aos Hospitaleiros na fronteira sul do Reino de Jerusalém —, então os Templários estavam, de fato, numa situação ambígua. Quando o imperador João enviou um emissário a Jerusalém para negociar com Fulk, o rei de Jerusalém escolheu Geoffroi, abade do Templo, para levar sua resposta ao imperador.* Para os Templários, talvez tenha sido bom que João morresse em abril de 1143, antes que a posição deles se tornasse insustentável.

A história da Ordem no Oriente é extremamente nebulosa nesse período, e, na verdade, uma de suas primeiras ações registradas parece ter sido uma derrota humilhante. Durante a campanha de Fulk em Gilead, conta Runciman, "um bando de muçulmanos conseguiu atravessar o Jordão perto de sua junção com o mar Morto e atacar a Judéia, onde eles atraíram para a destruição, por meio da tática de uma retirada simulada, uma companhia de cavaleiros templários enviada contra eles".[9] De fato, isso foi algum tempo antes de os Templários e outros cavaleiros presentes na Terra Santa desenvolverem uma tática para contrapor-se às dos muçulmanos e dos turcos seljúcidas, que empregavam métodos de guerra diferentes daqueles aos quais os cavaleiros europeus tinham sido acostumados. Os Templários fizeram bom uso dessas primeiras experiências e mais tarde tornaram-se os estrategistas militares dos reis e cruzados que lutaram na Terra Santa.

*Considerando-se as acusações de ignorância feitas contra os Templários, é interessante que Runciman defina Geoffroi como "um bom conhecedor da cultura grega" (*History of the Crusades*, II, p. 224).

Antes de examinar a tática e as armas empregadas pelos Templários, podemos perguntar o que foi feito de sua vocação original de protetores dos peregrinos que se dirigiam a Jerusalém. Quando eles aparecem na História, já são parte das forças militares regulares dos estados cruzados, ao passo que sua função original parece ter sido esquecida. É um fato curioso que seu primeiro castelo ficasse na fronteira norte, a seiscentos quilômetros da estrada de Jafa para Jerusalém, ao passo que os primeiros castelos na fronteira sul não foram confiados aos Templários nem construídos por eles: Ibelin, construído pelo rei Fulk de Jerusalém a dezesseis quilômetros a sudoeste de Lida, foi confiado a Balian, irmão do visconde de Chartres, que deveria proteger as estradas de Ascalão a Jafa, e a Ramleh; Blancheregarde foi construído ao sul de Ibelin para proteger a estrada de Ascalão a Jerusalém, e foi colocado nas mãos do barão Arnulf; um outro castelo, chamado Betgibelin, foi construído para controlar a estrada de Ascalão a Hebron e foi dado aos Hospitaleiros. Este último castelo foi construído depois que o patriarca Guilherme de Jerusalém havia organizado uma campanha contra salteadores na estrada de Jafa a Jerusalém.[10] O primeiro castelo templário no sul do Reino Latino de Jerusalém foi Gaza, que foi reconstruído, fortificado e confiado aos Templários em 1149-50 como base para represálias contra Ascalão.[11] Em algum ponto da linha, entre a inspiração original de Hugues e a expansão da Ordem sob o comando de Robert de Craon, os Templários tinham mudado completamente de caráter. É como uma ordem de cruzados plenamente desenvolvida que ouvimos falar pela primeira vez dos notáveis êxitos templários.

A Segunda Cruzada e Luís VII da França

O mais exposto dos estados cruzados sempre fora o condado de Edessa, vulnerável em três lados até o nordeste da Terra Santa, cruzando o Eufrates,

com a cidade de Edessa quase em sua extremidade oriental. Após um cerco de quatro semanas, em novembro de 1144, Imad ed-din Zengi, filho do ex-governador de Alepo, autodesignado defensor do Islã contra os francos, tomou a cidade. As forças muçulmanas, com o apoio dos curdos e dos turcomanos do alto Tigre, entraram em Edessa na véspera de Natal e puseram-se imediatamente a executar toda a população frâncica. Zengi era o *atabeg*, isto é, o governador de Mosul para o príncipe seljúcida Alp Arslan, mas depois desse triunfo contra Edessa foi nomeado rei e conquistador pelo próprio califa. "A notícia da queda de Edessa repercutiu por todo o mundo. Para os muçulmanos, trouxe nova esperança. Um estado cristão que se intrometera no meio deles fora destruído, e os francos limitados às terras junto ao Mediterrâneo. As estradas de Mosul a Alepo estavam agora livres do inimigo, e já não havia uma cunha cristã colocada entre os turcos do Irã e os turcos de Anatólia."[12] A perda de Edessa foi um choque traumático para os cristãos da Europa Ocidental, e, olhando para trás, aparece como o primeiro passo na direção da desintegração final dos estados cruzados — apenas meio século depois da conquista alcançada com dificuldade.

Mensagens foram enviadas ao papa Eugênio III, cuja ação imediata foi começar a organizar uma nova cruzada. A escolha do papa para líder caiu sobre Luís VII, que sempre apoiara Eugênio e tinha como conselheiro religioso Bernardo de Clairvaux, o mentor espiritual do próprio papa. Mais uma vez, entra na história dos Templários uma rede cujo centro era São Bernardo. A Segunda Cruzada foi pregada para um grande público pelo próprio São Bernardo em Vézélay, em 31 de março de 1146, e em seguida ele viajou pelo norte da Europa fazendo a causa ser aceita: pregou a cruzada na Borgonha, na Lorena, em Flandres, na Alemanha e no leste da França, e supervisionou os preparativos para a partida, talvez com o auxílio dos Templários. Seria essa a maior de todas as cruzadas, com contingentes franceses, alemães, ingleses e italianos lutando no Oriente, bem como contra os mouros da Península Ibérica e os vênedos do norte da Alemanha e leste da Saxônia.[13]

Qualquer que tenha sido seu papel na organização inicial, a Segunda Cruzada foi importante para os Cavaleiros Templários por três razões. No início de abril de 1147, o papa Eugênio III viajou de Roma para encontrar-se com Luís VII da França em Dijon; depois prosseguiu para o norte até Clairvaux, onde encontrou-se com Bernardo em 6 de abril. Duas semanas depois, foi passar o período de Páscoa na abadia de Saint-Denis, permanecendo em Paris até o começo de junho.[14] Foi, provavelmente, nesse período de seis semanas de residência em Paris que o papa compareceu ao Capítulo Geral dos Cavaleiros Templários e concedeu-lhes o privilégio de usar a cruz vermelha sobre seus mantos. O rei Luís partiu de Saint-Denis em 8 de junho, viajando para leste, pois a partida da cruzada estava programada para ser em Metz alguns dias depois. Ele foi acompanhado por Everard de Barres, grão-mestre do Templo, com um regimento de recrutas templários que se dirigiam à Terra Santa. Sua participação conduziria a Ordem à sua primeira façanha militar notável; além disso, a importância da Ordem e o respeito dado a seu grão-mestre foram demonstrados quando Everard de Barres foi mandado na frente por Luís para negociar a passagem de seu exército por Constantinopla.[15]

O terceiro fator de grande interesse é que essa cruzada parece ser a primeira ocasião em que os Cavaleiros Templários aparecem como financistas internacionais. Como os líderes de todas as cruzadas, Luís VII achou o empreendimento mais caro do que havia imaginado. Quando se encontrava na Síria, precisou contrair um empréstimo a fim de concluir sua campanha, a ser pago na sua volta para a França. Os Templários puderam satisfazer suas necessidades imediatas.[16] Assim, durante essa importante cruzada, apadrinhada por Bernardo de Clairvaux, patrono espiritual dos próprios Templários, a dupla função de força de luta permanente a serviço da Terra Santa e financistas das cortes reais da Europa pôs-se simultaneamente em evidência.

Mas seu papel militar na Segunda Cruzada, indicando um grau extraordinário de treinamento e disciplina em meio a tropas tão indisciplinadas,

talvez seja o fator mais notável e importante. Antes da partida da cruzada, Luís promulgou uma série de leis para garantir a paz entre as facções rivais de seu exército; mas parece que os rigores da viagem, juntamente com o antagonismo inato e as tentações colocadas diante deles, foram demais para muitos dos cruzados. Além disso, todo o empreendimento foi marcado por uma falta fatal de coordenação entre o exército de Luís e o de Conrado Hohenstaufen, que precedeu Luís no caminho terrestre até o Oriente. Saques constantes e a tática torturante dos turcos ao longo do caminho tortuoso ao sul de Constantinopla enfraqueceram mais a disciplina das tropas, cuja lealdade era a seus próprios senhores. O exército de Conrado foi dizimado antes de chegar à Terra Santa, e, quando seus sobreviventes voltaram cambaleantes para Constantinopla, o exército francês ficou assustado e foi levado a uma desordem ainda maior. Nessa grande quantidade de forças desiguais e desmoralizadas, com o volume das águas dos rios aumentado em virtude das chuvas de inverno e suprimentos insuficientes para um corpo de talvez vinte mil homens, somente os Templários mantiveram uma disciplina rígida.

No trecho da marcha de Éfeso até Adalia,* quando os suprimentos do exército foram reduzidos a carne de cavalo e pão assado nas cinzas das fogueiras dos acampamentos, o papel deles foi fundamental. Odo de Deuil, que viajou com os cruzados como historiógrafo oficial de Luís VII, descreve a situação assim:

> Contra eles [isto é, os muçulmanos hostis], os Templários e o Mestre do Templo, Senhor Everard de Barres, que deveria ser venerado por sua devoção religiosa e que forneceu ao exército um exemplo louvável, economizou sabiamente suas próprias posses e protegeu as outras pessoas da forma mais corajosa possível. Então o rei gostou do exemplo dado por eles e ficou contente em imitá-lo, e quis que o exército fosse in-

*Hoje Antalya, e no século XII ainda a quarenta dias de viagem por terra a partir de Antioquia.

fluenciado nessa direção, pois sabia que, mesmo que a fome extrema os enfraquecesse, a unidade de espírito também os fortaleceria em sua fraqueza. Portanto, de comum acordo, ficou decidido que durante esse período perigoso todos deveriam estabelecer amizade com os Templários, ricos e pobres fazendo o juramento de que não fugiriam do campo de batalha e de que obedeceriam em todos os sentidos aos oficiais indicados para eles pelos Templários. Desse modo, foi-lhes dado um comandante chamado Gilbert, ao qual foram dados auxiliares, a cada um dos quais ele deveria distribuir cinqüenta cavaleiros.[17]

Assim organizado e inspirado, o exército seguiu sua viagem, e, embora quando eles chegaram a Antioquia no final da primavera somente metade do número inicial estivesse presente, a salvação dessa metade do exército se deveu em grande parte à disciplina e ao exemplo dos Templários. Pela primeira vez, na primavera de 1148, a Ordem do Templo se destaca por ter desempenhado um papel decisivo numa ação militar importante. Mas mesmo esse êxito foi limitado pelo desastroso fracasso geral da Segunda Cruzada, que em última análise foi "conduzida a nada por seus líderes, com sua truculência, sua ignorância e sua insensatez ineficaz".[18]

O Cavaleiro Templário em Ação

A Regra francesa fornece a base de uma descrição detalhada de um Cavaleiro Templário, sustentada por ilustrações ainda existentes dos Templários em batalha. O cavaleiro pode ter três cavalos e um escudeiro, mais um quarto cavalo, de acordo com a decisão do grão-mestre. Sua armadura é enumerada da seguinte maneira: um capacete de cotas de malha (*haubers*), proteção para as pernas, de início aniagem mas mais tarde cotas de malha (*chauces de fer*), e um capacete (*heaume*) ou chapéu leve cobrindo o alto da cabeça

(*chapeau defer*). Além disso, ele usava pedaços de armadura para proteger os ombros e os pés (*jupeau d'armer, espalliers, soliers d'armer*), enquanto sua armadura era completada por um escudo corporal triangular, cujos lados verticais eram ligeiramente curvos (*escu*).

Sua arma principal era uma espada reta de dois lados (*espée*), sendo as armas secundárias uma lança e uma clava turca (*mace turquese*) — uma cabeça de ferro com pontas sobressalentes. Além disso, cada cavaleiro deveria estar armado com três facas: um punhal comprido, usado à esquerda do cinto, uma pequena faca de bolso e uma faca muito curta com lâmina comprida (*1 d'armes, 1 de pain talher* e *1 canivet*).[19]

A tática de batalha do século XII baseava-se num ataque montado preliminar de cavaleiros armados com lanças. O cavaleiro segurava as rédeas e o escudo na mão esquerda e usava a mão direita para segurar a lança, quer rígida sob o braço, quer empunhando-a com um impulso giratório. O ataque era feito na velocidade máxima do cavalo, e a lança também podia ser atirada como um dardo em determinadas circunstâncias. Se a lança fosse quebrada ou perdida, o cavaleiro continuava a lutar com a espada. Mas, mesmo com a maior disciplina, esse ataque continuava sendo um ataque combinado de cavaleiros separados, e não um ataque controlado com precisão, e, para seu êxito, dependia da força de impacto. Assim, embora o ataque francico fosse temido em todo o Oriente, ele exigia grande disciplina e hábil sincronização, a fim de produzir seu maior efeito.[20]

Contudo, contra a tática turca seljúcida, parece que a maior arma nas mãos dos Templários era, na verdade, sua disciplina, rigidamente controlada pela Regra. A arma fundamental dos exércitos turcos era o arqueiro montado, mais rápido e mais flexível do que os cavaleiros francicos, em conseqüência de armas e armaduras mais leves, combinadas com o ritmo de seus cavalos. Isso criava sérios problemas para os cavaleiros europeus treinados para atacar uma força estacionária, que estivesse aguardando seu ata-

que. Uma maior mobilidade permitia aos turcos basearem sua tática em quatro características principais:

1. Eles ficavam a uma distância prudente de um corpo de cavaleiros francicos e podiam escolher à vontade o momento de ataque ou retirada, se os francos dessem a impressão de estar preparando um ataque.
2. Uma de suas armas táticas preferidas era a retirada simulada, às vezes durando dias, em que eles usavam um pequeno corpo de homens como isca para os ávidos francos.
3. Em geral, eles atacavam o flanco ou a retaguarda do inimigo, uma tática para a qual a experiência européia era inútil. O inimigo era, portanto, flanqueado ou então completamente cercado.
4. Eles forçavam os francos a lutar na marcha, quando estes teriam preferido tomar posição e lutar em ordem.

Essas táticas incomuns causavam muitos problemas, como na marcha de Luís VII pela Cilícia até Antioquia. Juntamente com a capacidade que tinham os cavaleiros turcos de usar seus arcos sobre a montaria, sem parar nem desmontar, matando desse modo valiosos cavalos em marcha, bem como soldados, eles exigiam uma reação nova da parte dos cruzados.[21]

A principal reação era a disciplina, sempre difícil sob a provocação do inimigo, já que resistir à tentação de revidar "exige um forte controle dos instintos humanos normais".[22] Foi sua defesa contra ataques constantes na marcha que levou os Templários ao êxito na Segunda Cruzada. A partir de então, os cavaleiros do Templo e do Hospital foram usados com freqüência como retaguardas em marcha, pois, contra essas táticas, a retaguarda tornou-se o elemento de maior importância num exército em marcha. A Regra estipulava firmemente que nenhum cavaleiro poderia deixar a formação sem permissão (§162), sendo a única exceção quando um cavaleiro pedia permissão para testar seu cavalo e seus arreios com um curto galope (§162).

Outra circunstância sob a qual um Templário podia deixar seu esquadrão era para salvar um cristão em terrível perigo de morte nas mãos de um muçulmano (§163). Qualquer infração a essas ordens podia levar um Templário a perder seu hábito, e Smail observa que "a própria existência dessas penalidades revela até certo ponto a dificuldade de cumprir a regra".[23]

Juntamente com essa disciplina extrema e essencial, a qualidade pela qual os Templários eram mais célebres era sua coragem — mesmo nas inúmeras ocasiões em que perderam a batalha. Os historiadores muçulmanos ressaltam esse fato. A descrição que Ibn Wasil faz dos mamelucos de Malik as-Sahih, que indicaram o caminho para os francos e capturaram Luís IX da França em 1250, chamando-os de "Templários do Islã", mostra o respeito que os inimigos da Ordem tinham por ela.[24] Anteriormente, depois da batalha de Safouriyad, em 1187, Ibn-Alatyr comentara: "Foi uma vitória memorável para os muçulmanos, porque os Templários e os Hospitaleiros eram, por assim dizer, o feroz coração da França."[25] O relato mais famoso da coragem dos Templários foi feito por Jacques de Vitry:

> Assim, eles se tornaram tão terríveis para os inimigos da fé de Cristo que um deles bastava para perseguir mil, e dois deles dez mil; quando eram convocados às armas, eles não perguntavam quantos do inimigo havia, mas onde eles estavam. Eram leões na guerra e mansos como cordeiros em casa; no campo de batalha eram soldados ferozes, na igreja eram como eremitas ou monges; eram duros e selvagens com os inimigos de Cristo, mas bondosos e afáveis com os cristãos.[26]

É interessante que ele também ressalte a importância da disciplina e seu papel para estabelecer a reputação dos Templários:

> Ora, vendo que a devoção religiosa não pode ser mantida sem uma disciplina rigorosa, desde o começo esses homens sábios e devotos garantiram-se e

> prepararam o bom governo de seus sucessores, determinando que de modo algum fossem desprezadas ou deixadas impunes as negligências e infrações dos irmãos delinqüentes...[27]

Esse texto resume bem as duas qualidades essenciais — disciplina e coragem — que ficaram sendo os atributos conhecidos dos Cavaleiros Templários, não obstante sua história um tanto pobre de êxitos militares.

Castelos Templários no Século XII

Afirmações generalizadas sobre castelos templários tendem a ser ainda mais enganadoras do que outras generalizações sobres eles: por exemplo, o maior dos castelos templários, At'lit, ou Castelo Peregrino, erigido para ser inconquistável e, na verdade, nunca tomado pelos inimigos dos Templários, só foi construído em 1218. Assim, enumerar os castelos ou falar de um modo genérico de suas características seria apresentar um quadro falso da situação no século XII. Os Templários nunca tiveram mais de dez castelos aproximadamente em qualquer momento de sua história, bem menos do que os Hospitaleiros, que em 1160 já possuíam sete ou oito castelos, e numa época ou outra possuíram um total de 56 castelos da Síria latina.[28]

Em meados do século XII, os Templários tinham a posse de talvez sete castelos: na região fronteiriça de Amanus, os de Bagras, Roche Roussel e Darbsak, anteriormente citados; mais Gaza no extremo sul do Reino de Jerusalém, na beira do deserto de Sinai, que eles adquiriram em 1149; e o castelo de Tortosa, onde em 1152 o bispo havia "implorado aos Templários que assumissem a guarda do castelo, para garantir sua segurança e a da população da cidade e permitir que o serviço de Deus prosseguisse na catedral".[29] Além disso, eles ocupavam Ahamant, "que se situava além do Jordão, nas fronteiras da Arábia",[30] e Arima, no condado de Trípoli.[31] É interessante observar

que a posse de Tortosa não foi o resultado de um cerco ou de uma batalha, mas presente de um bispo desesperado depois que a cidade de Tortosa fora devastada por Nur-ad-Din. O único outro castelo importante ocupado pelos Templários no século XII foi o de Le Chastellet, perto do Vau de Jacó; esse malfadado castelo, construído em 1178, foi destruído por Saladino em 1180, quase tão logo foi terminado. Os importantes castelos de Beaufort e Safed (Safita), juntamente com At'lit, pertencem à história bem diferente do século XIII; mas, destes, Beaufort só esteve em mãos templárias de 1260 a 1268, At'lit de 1218 a 1291, e Safed de 1240 a 1266.

Essa distinção entre os castelos do século XII e os do XIII é crucial, pois os métodos e critérios empregados na construção de castelos mudaram drasticamente após a batalha de Hattin e a conseqüente Queda de Jerusalém, em 1187. Os castelos anteriores encaixavam-se em duas categorias principais: a primeira, castelos simples com finalidades de ataque, seja castelos bizantinos ou muçulmanos tomados e modificados, seja castelos novos construídos perto da costa ou na fronteira oriental para expandir o poder frâncico e abrir novos caminhos de comércio; a segunda, castelos de defesa de complexidade e tamanho cada vez maiores.[32*] Eles eram pequenos porque a campanha de cerco ainda não era tão sofisticada quanto se tornaria breve, e em geral eles possuíam uma estrutura simples, com torres para proporcionar fogo de flanco. Existem provas de que castelos inteiros foram deixados com freqüência sem guarnição, quando foram necessários homens para lutar em outro lugar, e não havia as quantidades imensas de suprimentos ou as hortas e moinhos de castelos posteriores. Mas eles se tornaram mais complexos à medida que as armas de cerco se aperfeiçoaram rapidamente.**

---

*Detalhes de construções, locais e função dos castelos templários posteriores serão fornecidos no Capítulo 7.

**Uma olhada no plano que Smail apresenta de Krac des Chevaliers ilustrará esse fato (cf. Smail, *Crusading Warfare*, p. 248).

R.C. Smail mostrou de modo convincente que lugares-comuns tais como "guardava a fronteira", "dominava o vale" ou "fechava o caminho" são completamente inaplicáveis aos castelos da Terra Santa.[33] Nunca existiu um sistema unificado de defesa dos estados cruzados, e os castelos serviam tanto de centros de colonização, residência, quartel, centros de administração e postos de polícia como de pontos de ataque ou baluartes para a defesa de territórios conquistados. Nesse sentido, do ponto de vista da história templária, as áreas mantidas em cidades importantes como Jerusalém e Acra eram, muitas vezes, de importância bem maior do que os castelos. O "presente" do castelo de Tortosa oferecido pelo bispo daquele lugar trouxe consigo todas as igrejas com direitos paroquiais, exceto cinco, e metade do dízimo de toda a diocese; é provável que direitos parecidos tenham vindo junto com o castelo de Gaza,[34] e estes teriam sido uma justificativa suficiente para que os Templários os aceitassem sem levar em consideração seu valor militar. Na verdade, Tortosa tornou-se o centro administrativo dos Templários no condado de Trípoli.

Do mesmo modo, a distribuição dos castelos era irracional de qualquer ponto de vista estratégico ou defensivo: havia muitas estradas no interior e desfiladeiros em montanhas que não eram guardados, ao passo que castelos proliferavam ao longo da costa entre Haifa e Jafa. Isso era um desperdício de recursos, já que nenhuma ameaça direta foi oferecida enquanto os francos mantiveram controle inconteste dos caminhos litorâneos que levavam àqueles portos e deles provinham, e nenhum ataque proveitoso podia ser lançado a partir deles. A situação era a mesma na fronteira oriental:

> Durante todo o período, Damasco foi uma sede mais importante do poder político muçulmano do que as cidades do médio Orontes; a defesa dos caminhos agradáveis daquela cidade até o Reino Latino era, portanto, um problema mais importante e urgente do que o do corredor Homs-Trípoli. Uma força muçulmana que marchasse de Damasco a Banias estava na estrada

> principal para Tiro e Sidon, embora também pudesse atravessar o alto Jordão até a planície de Acra... A entrada no reino por meio da travessia do Jordão logo ao sul do lago Tiberíades em al-Sannabra, usada durante as importantes invasões de Mawdud e Tughtain em 1113 e de Saladino em 1182, 1183 e 1187, era praticamente desprotegida.[35]

A importância desses castelos templários era a de postos avançados que ofereciam segurança, suprimentos e água para exércitos que saíam das cidades principais para atacar invasores que se aproximavam. Mas, no todo, a função militar era, paradoxalmente, de menor importância do que as outras funções enumeradas anteriormente.

O Castelo e o Poder Feudal

O aspecto civil do castelo na Síria latina do século XII, na medida em que a posse de castelos levava ao controle do território circundante, dos direitos, da renda e dos serviços, forma uma importante parte da história templária e prefigura a rápida ascensão da Ordem à riqueza a partir de meados do século. De fato, embora no começo as duas principais ordens militares, a dos Templários e a dos Hospitaleiros, tenham adquirido suas posses por meio de conquista, mais tarde no século eles tenderam a *comprar* castelos e terras, obviamente por motivos que não eram puramente militares. Desse modo, a posse de castelos resultou em sua permanente integração na sociedade feudal do Reino Latino e de outros estados cruzados. De início, os castelos existentes foram construídos tanto com a finalidade de *colonizar* o território ao redor deles quanto para defesa. A verdadeira importância do castelo e da cidade fortificada é encontrada na dominação dos povos das novas colônias por uma pequena classe governante e uma elite militar; essa dominação, evidentemente, era econômica, e não militar.

A estrutura feudal dos estados cruzados baseava-se na doação de terras como feudos por parte dos soberanos a seus vassalos, os quais deveriam fornecer forças bem armadas sempre que isso lhes fosse pedido. Mas ocorreu uma importante mudança nessa estrutura em meados do século XII, depois dos êxitos militares de Imad ed-din Zengi e seu filho Nur ad-Din. Havia dois problemas principais para os estados cruzados: a unificação da Síria muçulmana, o que tornava mais difícil a defesa dos estados; e o empobrecimento gradual dos arrendatários feudais em conseqüência de campanhas quase contínuas. Isso tornou necessário o reforço da força militar com efetivos extrafeudos, o que tanto os Templários como os Hospitaleiros estavam prontos a fornecer. Foi nesse momento que foi criado o poder real destes, começando com a doação de Bait Jibrin aos Hospitaleiros em 1137.

Longe de fortalecer os estados cruzados, como seria de esperar, essa política enfraqueceu-os pouco a pouco como entidades feudais, por razões que Smail explicou da seguinte forma:

> Essas concessões feitas aos cavaleiros eram transferências não só de propriedade mas de poder. O governo feudal na Síria latina foi progressivamente enfraquecido, não porque senhores e vassalos não tenham alcançado uma relação satisfatória, mas porque terras, castelos, poderes e direitos sobre os homens tinham de ser concedidos continuamente a Ordens que não eram totalmente parte da estrutura feudal. Nas condições especiais da Síria, a cavalaria feudal proprietária de terras não possuía os recursos para cumprir seus deveres com a sociedade na guerra e no governo, e as ordens bem dotadas tiveram, cada vez mais, de substituí-la.[36]

Assim, Gaza, por exemplo, era não só um castelo, mas também um domínio feudal, e grandes extensões de terra passaram para as mãos das ordens, juntamente com propriedades arrendadas e feudos. A partir de 1142, os

bens do Hospital no condado de Trípoli constituíam quase um principado independente.[37] A economia monetária e essencialmente urbana do Reino Latino também ocasionou a concessão de feudos em dinheiro no lugar de terra. Os Templários possuíam os direitos de pasto beduínos, que eram pagos em cavalos, camelos e carneiros, e possuíam até mesmo tribos beduínas inteiras.[38] Essa situação está diretamente em concordância com a posse feudal de servos. As áreas templárias tornaram-se efetivamente domínios eclesiásticos independentes, com mercados autônomos criados dentro deles.[39]

À medida que o poder feudal das ordens militares cresceu, os Mestres destas tornaram-se figuras políticas importantes, sem cujos conselhos decisões importantes não podiam ser tomadas. O poder — derivado de força econômica, e não militar — subentendia necessariamente um interesse em política interna: em 1186 o Mestre do Templo, o Mestre do Hospital e o patriarca de Jerusalém já possuíam, cada um, uma chave das jóias da Coroa,[40] um símbolo de sua autoridade dentro do Reino. Quando Balduíno IV morreu, aos 24 anos, em 1185, os Templários e os Hospitaleiros receberam a custódia de castelos reais durante a regência de Raimundo de Trípoli.[41] Esse único fato é indicação suficiente da condição de senhores feudais e abonadores da Coroa que as ordens tinham.

Mas nesse novo poder estavam as sementes do descontentamento e as raízes da arrogância que lentamente lhes conquistaram inimigos poderosos dentro da Igreja — notadamente Guilherme de Tiro. O problema principal era a muito alardeada independência das ordens militares, e o fato de que elas nunca executavam plenamente os serviços que deveriam ter feito como senhores feudais e vassalos — entre outros — do rei de Jerusalém. Mais uma vez, Smail descreveu essa situação de forma vigorosa:

> Eles prestavam ajuda militar, não como arrendatários que deviam serviço a um senhor feudal, mas como Ordens internacionais poderosas, que se tor-

naram cada vez mais livres de controle feudal na Síria. Esse progresso na direção da liberdade reflete-se nos termos em que eles adquiriam os castelos. Aproveitavam ocasiões de concessão ou venda para negociar privilégios especiais. Conquistaram o *direito de negociar* seus armistícios com os muçulmanos, independentemente do príncipe feudal, e de ser *livres* do costume normal de dividir os despojos de guerra. Embora esses privilégios sejam na forma de uma concessão de um príncipe feudal às Ordens, eles assemelham-se a tratados entre *poderes iguais e independentes*.[42]

Com o pleno apoio de uma série de papas influentes, total liberdade de ação na Terra Santa e o auxílio de grandes somas de dinheiro que agora vinham de doações e posses européias, o poder dos Templários era imenso no final do século XII. Eles não conquistaram tampouco a estima da hierarquia eclesiástica local, embora o patriarca de Jerusalém tivesse sido possivelmente a inspiração por trás da fundação da ordem.

Esta descrição esbaforida do quartel-general dos Templários em Jerusalém no auge de seu poder, por volta de 1172, escrita pelo peregrino alemão Theoderich, dará uma idéia do fausto real em que o grão-mestre e seu séquito imediato viviam então:

> Em seguida vem, no sul, o palácio de Salomão, que é alongado e sustentado por colunas do lado de dentro como uma igreja, e no final é redondo como um santuário e coberto por uma grande cúpula redonda, de modo que, como eu disse, se assemelha a uma igreja. Essa construção, com todos os seus anexos, passou para as mãos dos Cavaleiros Templários, que moram nela e em outras construções ligadas a ela, tendo muitos depósitos de armas, roupas e alimentos nela, e estão sempre de guarda para defender e proteger a região. Têm abaixo deles estrebarias para cavalos construídas outrora pelo próprio rei Salomão, contígua ao palácio uma construção maravilhosa e complexa, sustentada por seus pilares e contendo uma infindável complexidade de arcos e abóbadas,

> cuja estrebaria, declaramos de acordo com nosso cálculo, poderia receber dez mil cavalos com seus cavalariços. Nenhum homem conseguiria mandar uma flecha de uma extremidade da construção à outra, seja na direção do comprimento ou de través, num tiro com um arco baleárico. Em cima, ela é repleta de quartos, aposentos e construções apropriadas para todos os tipos de uso. Quem andar sobre seu telhado encontrará um grande número de jardins, pátios, antecâmaras, vestíbulos e cisternas de água de chuva; enquanto bem embaixo contém um número extraordinário de banheiros, armazéns, celeiros e depósitos para armazenagem de madeira e todas as outras provisões necessárias. Em outro lado do palácio, isto é, do lado ocidental, os Templários ergueram uma nova construção. Eu poderia fornecer as medidas de sua altura, seu comprimento e largura de adegas, refeitórios, escadas e telhado, que se eleva a uma grande altura, ao contrário dos telhados achatados daquela região; mas, mesmo que eu o fizesse, meus ouvintes mal conseguiriam acreditar em mim. Eles construíram um claustro novo lá, além do velho, que eles tinham em outra parte da construção. Ademais, estão colocando os alicerces de uma nova igreja, de tamanho e arte extraordinários nesse lugar, ao lado do grande pátio. Não é fácil alguém ter uma idéia do poder e da riqueza dos Templários — pois eles e os Hospitaleiros se apossaram de quase todas as cidades e aldeias com que um dia Jerusalém foi enfeitada, as quais foram destruídas pelos romanos, e construíram castelos por toda a parte e encheram-nos de guarnições, além das numerosas e, na verdade, inúmeras propriedades que todos sabem que eles possuem em outras terras.[43]

As enormes estrebarias, os aposentos infinitos e os novos prédios que os Templários estavam construindo na década de 70 do século XII mostram seu poder feudal e sua riqueza na Terra Santa naquela época.

Em cinqüenta anos, a idéia original de uma "Ordem de Cavaleiros Pobres" criada para proteger peregrinos indefesos fora superada. É benéfico ima-

ginar que poder os Templários poderiam ter conquistado na Síria latina, se não fosse a queda de Jerusalém nas mãos de Saladino quinze anos depois.

Ação Militar 1147-87: A Terra Santa

A partir do seu êxito na cruzada do rei Luís, os Templários participaram da maioria das ações militares, campanhas e cercos na Síria latina. Seu papel era, muitas vezes, importante mas também, muitas vezes, controverso; cumpre também lembrar que eles estiveram envolvidos em derrotas comprometedoras e sofreram grandes perdas durante esse período. Nesta parte, recapitularemos algumas de suas ações mais importantes na Terra Santa até a Batalha de Hattin.

Considerando-se sua história posterior e as acusações freqüentes feitas contra eles, é fascinante ler que acusações de ganância já estavam sendo lançadas contra os Templários na década que sucedeu a Segunda Cruzada. Poucas campanhas ofensivas de larga escala foram tentadas nos anos intermediários do século XII, e a primeira — uma campanha contra Damasco — resultou em fracasso, porque nem mesmo o grande exército reunido com as forças extras da Segunda Cruzada presentes na Terra Santa conseguiu sitiar com êxito a cidade grande e bem defendida.[44] Foi, talvez, essa falta de oportunidade em explorar seus privilégios relativos à pilhagem que seduziram os Templários ou levaram seus inimigos a acreditar que eles tinham sido seduzidos.

Os exércitos foram convidados para uma reunião em Acra, presidida por Balduíno, o patriarca Fulcher e os reis Luís e Conrado, juntamente com os arcebispos de Cesaréia e Nazaré, o Mestre do Templo, o Mestre do Hospital e outros nobres e clérigos importantes do Reino de Jerusalém e da Cruzada. Nessa reunião, realizada em 24 de junho de 1148, foi tomada a decisão de atacar Damasco.[45] O papel exato de Robert de Craon no debate e de sua

Ordem na campanha que se seguiu não são conhecidos. Mas exatamente um mês depois, as forças do rei Balduíno, com um contingente templário liderado por seu Mestre, chegaram aos portões de Damasco e acamparam à beira dos jardins e pomares que cercavam a cidade.

O resultado dessa ação maciça, com um exército calculado de "pelo menos cinqüenta mil", comandado por Balduíno, Luís e Conrado,[46] é típico do freqüente impasse na guerra da Síria latina: enquanto em 1126 e 1129 o exército de Damasco havia deixado a cidade e combatido o exército cristão nas planícies, desta vez os muçulmanos não ousaram deixar a segurança de sua cidade para desafiar o exército de Balduíno no campo de batalha. Contudo, o próprio exército cristão não foi capaz de montar um cerco bemsucedido.[47] A cidade foi reforçada pelas tropas enviadas por Nur ad-Din de Alepo, e, sob constantes ataques, os francos foram obrigados a bater em retirada de suas posições nos jardins três dias depois de sua chegada. Runciman descreve a retirada assim:

> Em 27 de julho, todo o exército transferiu-se para a planície do lado de fora do muro leste. Foi uma decisão desastrosa, pois o novo local não possuía água e ficava defronte da parte mais forte do muro; e destacamentos damascenos de ataque podiam agora movimentar-se livremente pelos pomares. De fato, muitos dos soldados francos achavam que os barões palestinos que aconselhavam os reis deviam ter sido subornados por Unur para fazer tal sugestão. Pois, com a mudança de posição, a última chance de eles tomarem Damasco desapareceu.[48]

Raimundo de Antioquia enfrentou acusações semelhantes. O grande exército desintegrou-se em meio a rumores de suborno e traição, e a seqüência planejada de um ataque conjunto a Ascalão nunca aconteceu.[49] Os Templários também foram acusados de trair o exército e aceitar subornos, embora não haja nenhuma prova oficial para mostrar que eles fizeram isso. É

somente com a distância dos acontecimentos, alguns anos depois, que essas acusações contra os Templários parecem soar verdadeiras. Existem muitas indicações de que os irmãos colocavam com freqüência a segurança, o prestígio e a riqueza de sua Ordem acima de todas as outras considerações. Isso alimentou claramente uma atitude que estava fadada, por sua vez, a provocar desconfiança e ódio, independentemente da verdade ou falsidade de tais acusações.

No ano seguinte, 1149-50, porém, os Templários receberam elogio de um de seus críticos mais veementes e francos, Guilherme de Tiro, que nesse ponto de sua *História* estava tratando de acontecimentos dos quais ele tinha conhecimento direto. Nesse período, o castelo e o domínio feudal de Gaza, a dezesseis quilômetros ao sul de Ascalão, foram colocados a cargo dos Templários, em conseqüência da política de reforço dos castelos de fronteira e de aumento do controle frâncico sobre a parte sul do Reino de Jerusalém. Desde o começo da história do Reino, a cidade muçulmana e fortaleza de Ascalão fora uma eterna ameaça, como vimos. A reconstrução, fortificação e cessão de Gaza aos Templários foi o primeiro passo numa estratégia que visava a eliminação dessa ameaça. Eis, afinal, uma indicação dos Templários realizando sua tarefa original:

> Repetidas vezes, eles atacaram vigorosamente Ascalão, às vezes abertamente e outras vezes de emboscada. Conseqüentemente, os inimigos, que antes invadiam e devastavam toda a região e faziam-se temidos pelos cristãos, agora consideram-se muito afortunados se, com súplicas ou dinheiro, conseguem obter uma paz temporária e permissão para viver tranqüilamente dentro de suas muralhas.[50]

O êxito dessa política fez oscilar o equilíbrio do poder na região e o castelo estrategicamente importante foi primeiro isolado e depois tomado. É interessante ver os Templários de Gaza aplicando, em seu uso de ataques sucessivos e de ataques de emboscada como uma arma ofensiva, as táticas empregadas contra eles anteriormente pelos turcos seljúcidas. Isso é uma importante indicação de sua adaptação gradual aos métodos de guerra orientais.

Contudo, Ascalão foi cenário de uma das maiores e mais eficazes críticas feitas contra a Ordem apenas três anos depois. Em 25 de janeiro de 1153, todo o exército do Reino de Jerusalém, comandado por Balduíno III e pelo novo Mestre do Templo, Bernard de Tremelay, apareceu diante das muralhas de Ascalão com armas de cerco e começou um bloqueio que durou meses. A cidade foi abastecida e rearmada pelos navios enviados pelos egípcios que escaparam da pequena esquadra cristã. Uma noite, em julho, uma torre de cerco que estava sendo usada contra as muralhas foi incendiada pelas tropas muçulmanas, que saíram da fortaleza; ela caiu de encontro às muralhas da cidade e abriu uma brecha nestas. Por acaso, os Templários estavam estacionados nesse ponto. Na manhã seguinte, quarenta cavaleiros entraram pela brecha, conforme relata Guilherme de Tiro:

> Mas Bernard de Tremelay, o Mestre dos Templários, e seus irmãos tinham chegado lá muito antes do resto; ele tomou conta da abertura e só deixou seus próprios homens entrarem. Foi feita a acusação de que ele deteve o resto, para que sua própria gente, sendo a primeira a entrar, pudesse obter a parte maior e melhor dos despojos e do saque.(...) Por ganância, eles se recusaram a deixar que seus companheiros ficassem com uma parte do produto da pilhagem; portanto, somente eles sofreram perigo de morte. Cerca de quarenta entraram, mas o resto não pôde acompanhá-los.[51]

Embora corajosa, a ação templária foi inútil: a brecha logo foi fechada e, enquanto cadáveres de Templários foram pendurados nas muralhas da cidadela, suas cabeças foram enviadas como troféus ao califa, no Cairo.[52] Ascalão caiu em 22 de agosto de 1153, cerca de uma semana depois que os Templários entraram pela brecha acidental, de modo que eles não puderam

reivindicar o crédito pela vitória final. Nem tampouco, ironicamente, puderam pegar uma parte do butim considerável.

Esse desrespeito às ordens reais, e ao direito de outros cavaleiros, soberanos e ordens de ficar com parte dos despojos potenciais, tornou claramente os Cavaleiros Templários vulneráveis a ataques, tais como o do arcebispo de Tiro. Mas mais importante foi o fato de que tal comportamento independente conduziu, a longo prazo, ao enfraquecimento do Reino. Falta de controle de operações militares por parte dos governantes seculares se tornaria uma de suas fraquezas mais devastadoras em poucas décadas.[53]

Contudo, ninguém ainda, nem mesmo Guilherme de Tiro, duvidava da coragem dos Templários no que parece ter sido uma loucura quase suicida. Eles eram criticados, mas ainda eram admirados e temidos. A década trouxe outras atribulações aos Mestres do Templo. Quando o exército do rei Balduíno III foi atacado de emboscada no Vau de Jacó, em junho de 1157, pelas forças de Nur ad-Din, o Mestre do Templo, Bertrand de Blancfort, foi capturado juntamente com a maioria dos cavaleiros de Balduíno, enquanto o próprio rei conseguia escapar e chegar a Acra.[54] Às vezes, os cavaleiros eram punidos severamente, como em 1165 ou 1166, quando doze Templários foram enforcados pelo rei de Jerusalém por perderem uma fortaleza para Shirkuh, ao se renderem a este. Segundo Guilherme de Tiro, esse castelo ficava "além do Jordão, nas fronteiras da Arábia"[55] e era, provavelmente, Ahamant.

A crítica, porém, se alternava com um sucesso político e militar notável. Em 1168 os Templários se recusaram repetidamente a se juntar a uma expedição militar para tomar o Egito, talvez por ciúme sectário diante de um projeto apoiado entusiasticamente pelo então Mestre do Hospital. Dois anos depois, em 1171, eles desempenharam um papel fundamental na defesa do Reino contra um avanço inesperado do Egito por Saladino: eles acompanharam o rei Amaury, irmão do falecido Balduíno III, no relevo de Daron, e então defenderam Gaza contra Saladino, que logo se retirou para

o Egito de modo tão misterioso como viera.[56] Em 1177 os Templários estacionados em Gaza deram uma contribuição fundamental para a vitória de Balduíno IV sobre Saladino no Monte Gisard,[57] o que adiou a perda do Reino por uma década.

Essas vitórias foram mais do que contrabalançadas, porém, pela perda de Le Chastellet. Saladino minou suas defesas externas um ano depois de ele ter sido concluído, cavando sob seus muros e proporcionando sustentação temporária para seus túneis com escoras de madeira, que depois foram queimadas.[58] Calcula-se que oitenta cavaleiros e 750 sargentos morreram na queda de Le Chastellet.[59] Se esses números correspondem à verdade, então foi um desastre para a Ordem; mesmo que eles tenham sido bem menores, isso representou a perda de um castelo importante estrategicamente — um dos poucos nas mãos dos Templários na época.

À medida que a força repressora de Saladino sobre os estados cruzados se intensificou nos anos subseqüentes, os Templários ficaram cada vez mais sob o fogo de seus contemporâneos. Em 1179 o Mestre Templário Odo de Saint-Amand foi culpado pelo desastre militar em Marj Ayyunt.[60] Sua precipitação em ordenar um ataque que foi oposto de modo imediato e eficiente por Saladino resultou na morte de muitos de seus homens e em sua própria captura. A mera força do ataque dividiu as fileiras cristãs.[61] Odo foi aprisionado e morreu numa masmorra em Damasco, um ano depois. Do mesmo modo, Gérard de Ridfort foi culpado pelo massacre em 'Ain Gozeh, em 1187, quando ele liderou um ataque suicida de noventa cavaleiros Templários contra uma força muçulmana perto de Nazaré. O próprio Gérard foi um de apenas três sobreviventes depois desse ataque, feito com raiva e arrogância, contrariando conselhos para uma retirada.[62]* Três anos depois, Saladino pôde pilhar o condado de Trípoli à vontade, porque os Templários e os Hospitaleiros se recusaram a deixar seus castelos, por receio de que então eles ficassem sob cerco.[63]

*Ver o relato nas páginas 126-129.

Nos últimos anos do Reino de Jerusalém, os Templários conduziram-se com coragem e algum êxito. Mas é inegável que durante a maior parte do século XII suas ações militares foram, na melhor das hipóteses, de eficácia duvidosa, em parte em conseqüência da precipitação de seus líderes. Ao se fazer um julgamento final sobre esse período, é difícil não concordar com Lizerand: "Os Templários lutaram na Terra Santa sem grande entusiasmo e sem grande inteligência. Mas esses cruzados muito medíocres eram bons administradores."[64] Foi, como veremos, seu êxito na administração, nas finanças e no comércio que sustentou sua riqueza e reputação.

Ação Militar 1130-87: Europa Ocidental

A extensão e a importância das ações templárias na Europa Ocidental são menos bem documentadas; mas talvez elas sejam ainda mais fascinantes, já que abrangem exemplos gritantes de desrespeito às condenações severas da Regra contra as ações de ferir ou matar cristãos (§235 e 236).

Na Espanha e em Portugal, os Templários estavam tanto na linha de frente quanto estavam na Terra Santa. Em Portugal, já em 1128, a rainha Teresa havia doado o castelo de Soure, no rio Mondego, à Ordem.[65] Na Espanha, o recrutamento e as doações foram evidentemente muito influenciados pelo fato de o conde Raymond Béranger III, de Barcelona, ter sido o primeiro a tornar-se membro, fazendo os juramentos templários em 14 de julho de 1130 e dando imediatamente o castelo fronteiriço de Granena à Ordem. Quando morreu, no ano seguinte, deixou seu cavalo Donc e sua armadura para os Templários.[66] Seguiu-se logo uma ação militar: por volta de 1134 os Templários ganharam seu primeiro castelo no Reino de Castela, Calatrava, em conseqüência de uma vitória sobre os mouros,[67] e na mesma década a Ordem expandiu-se rapidamente por toda Aragão e Catalunha, em conseqüência de favor concedido a eles pelos soberanos, em troca de

ajuda na reconquista.[68] A doação testamentária de um terço de seu reino por Alfonso I de Castela também pode ser entendida nesse contexto.

Os êxitos militares templários resultaram em grandes doações de terra e casas em Andaluzia, Maiorca e Valença, ao passo que foi criado um complexo sistema de divisão de despojos e cálculo do valor de dinheiro, cavalos, armas, cidades e castelos.[69] Nessas regiões, a Ordem assumiu características locais distintivas, tais como a conservação de grandes números de escravos mouros capturados e comprados, num total de quarenta ou cinqüenta num único mosteiro, juntamente com trabalhadores livres voluntários e pagos, empregados leigos e escribas.[70] Em conseqüência do enorme sucesso dos Templários por toda a Espanha, foram fundadas novas ordens imitando-os conscientemente: a Ordem de Calatrava obteve a aprovação papal em 1164 e a de Santiago em 1175. Quando o baixo Extremadura, em Andaluzia, foi retomado dos mouros no século seguinte, tornou-se quase inteiramente propriedade dos Templários e das Ordens de Santiago e Alcântara, com mais de 280 hectares para serem usados por cada ordem para criação de carneiros e rebanho bovino.[71] Os Templários foram também grandes proprietários de terras em Navarro.

Mas, se suas campanhas contra os mouros espanhóis foram perfeitamente legítimas, o mesmo não pode ser dito sobre algumas das ações dos Templários ingleses. Vimos que os bens templários aumentaram rapidamente na Inglaterra durante o reinado do rei Estêvão (1135-54), e parece que ele não teve escrúpulos em usar a Ordem como uma força para complementar seu próprio exército. No estado de guerra civil que durou na Inglaterra de 1138 a 1142, entre os partidários do rei Estêvão e os da imperatriz Matilda, da Normandia, os Templários comprometeram-se a servir a cada facção — e ganhar recompensas do rei Estêvão e de Matilda.* Eles lutaram pela imperatriz na Batalha de Standard, na qual Estêvão foi capturado; mas o triunfo

*Matilda era filha de Fulk d'Anjou e, assim, impunha respeito aos Templários franceses (cf. Poole, *Domesday Book*, pp. 131-54).

de Matilda foi breve, e esse período viu seu rápido crescimento no sul e sudeste da Inglaterra, bem como na região central do país, à medida que Estêvão adquiria pleno controle.[72]

Beatrice Lees afirma que houve uma ligação entre o cerco do Castelo de Oxford em setembro-dezembro de 1142 e cartas régias expedidas aos Templários concedendo-lhes terras em Hertfordshire, Oxfordshire e Bedfordshire.[73] Também parece provável que a série de doações feitas por Estêvão em Sussex, Oxfordshire, Berkshire e Wiltshire em 1139, e a doação da comenda de Eagle, em Lincolnshire — mais tarde um dos locais templários de maior importância na Inglaterra —, foram resultado de acordos semelhantes. Parece claro que a participação nessas campanhas foi recompensada diretamente com doações de terras, uma atitude mais gritantemente mercenária do que a adotada na Terra Santa. Mas Poole assinalou que um dos maiores problemas na história do período é como Estêvão financiou suas guerras; ao que tudo indica, ele "fez empréstimos grandes de comerciantes ricos e pagou-lhes com doações de terras".[74] Assim, as terras templárias podem ter sido obtidas por meio de ações militares ou em conseqüência de ajuda financeira.

Quando Henrique II, que era neto de um rei de Jerusalém e sobrinho de outro, e foi protetor dos Templários durante todo o seu longo reinado (1154-89), entrou em guerra contra Luís VII, foram doadas terras numa troca mais óbvia por favores feitos em batalha. Em 1159, cartas régias foram expedidas do acampamento inglês em Vilemur *durante* a campanha de Toulouse, concedendo aos Templários o lugar para um moinho no rio Fleet, em Londres. No ano seguinte, William de Hastings, Oto de Saint-Omer, ambos Templários, e Robert Pirou, preceptor do Templo Hurst, em Yorkshire, serviram de testemunhas para o tratado de paz entre os dois monarcas.[75] A custódia dos castelos de Gisors, Néaufle e Neufchâtel foi dada aos mesmos três Cavaleiros Templários condicionada ao casamento de Henrique com a filha de Luís, Margaret. Seria uma hipótese razoável supor que essa

foi a razão por trás da doação de terras novas em Londres e a transferência da Ordem de Holborn para o local do Templo Novo, em 1161. Os escrúpulos de Hugues de Payens e São Bernardo foram esquecidos na Inglaterra, assim como tinham sido esquecidos na Terra Santa. Muito mais tarde, a *História* de Bury St. Edmunds afirma que Adrian le Jay, Mestre do Templo na Inglaterra, morreu lutando pela Inglaterra contra a Escócia, na Batalha de Falkirk, em 22 de julho de 1298.[76]

Essas atividades, militares e de outra natureza, desrespeitam claramente a Regra e o mandato original dos Templários. A crítica inicial contra a Ordem foi dirigida contra irmãos religiosos, por causarem derramamento de sangue, e até mesmo a engenhosidade e arte retórica de São Bernardo no *De Laude* não conseguiu ir além de justificar o derramamento de sangue no caso de *infiéis* e inimigos da Igreja. A licença templária para matar com aprovação papal se restringia a muçulmanos que lutassem contra cristãos na Terra Santa. Contudo, é inegável que os Templários se envolveram em ação militar contra irmãos cristãos, tanto antes quanto depois que essas condições foram inseridas na Regra. Isso é mais uma indicação de que os Templários tomaram a lei, tanto civil quanto eclesiástica, em suas mãos e de que as censuras da Regra não eram — mesmo nos primeiros anos de história da Ordem — sacrossantas. A Regra foi, desde o começo, mais a expressão de um ideal do que uma indicação real de como os Templários realmente se conduziam.

5

Proprietários de Terras e Financistas Internacionais

Um dos aspectos mais fascinantes, e talvez menos valorizados, da história dos Templários é sua atividade financeira inovadora e generalizada, embora seja um tema difícil de abordar, na ausência de um estudo aprofundado da história econômica das Cruzadas. Os efeitos econômicos das Cruzadas foram múltiplos e muitas vezes inesperados, como este trecho de um historiador da economia medieval irá mostrar:

> Será difícil dizer se sua conseqüência foi aumentar o fluxo de ouro da Itália e do Levante para o continente da Europa, ou, ao contrário, esgotar o continente de seus metais preciosos. Mais provavelmente, o escoamento de ouro mudava com freqüência de direção, e, por vezes, movimentos opostos anulavam-se um ao outro. A ocupação da Terra Santa pode, para começar, ter rendido despojos e resgate, e o mesmo deve ter feito o saque de Constantinopla em 1204. Por outro lado, o resgate às vezes tinha de ser pago e despojos entregues. Do mesmo modo, expedições de cruzadas, com muita freqüência, representavam um sorvedouro dos recursos ocidentais de pagamento. Os países que as enviavam financiavam-nas com o dinheiro

> arrecadado em impostos: nobres cruzados levantavam fundos em casa de muitas maneiras diferentes, mas geralmente em empréstimos que conseguiam obter no exterior. Esses métodos de financiamento devem ter ajudado a mobilizar as reservas de ouro e prata, e assim, indiretamente, ativar a circulação e influenciar preços e a atividade econômica em geral. Contudo, também devem ter esgotado todos os estoques de ouro no norte da Europa, já que mandavam metais preciosos da Europa continental para a Itália e o Levante. A tributação eclesiástica para ajuda aos Remos Latinos, as viagens às Terras Santas, as atividades militares e religiosas dos Templários e Hospitaleiros, tudo deve ter agido do mesmo modo e contribuído para o equilíbrio da dívida continental com a Itália e o Oriente.[1]

Embora seja difícil fornecer provas definitivas da participação dos Templários nesse movimento de ouro e prata, incidentes e fatos isolados darão uma idéia de sua importância. Muitas vezes eles foram os agentes de pagamentos de resgate e da transferência de fundos para a Terra Santa a fim de serem utilizados em guerra, e também forneciam empréstimos aos cruzados, como, por exemplo, a Luís VII, bem como aos peregrinos. Mais problemática ainda é a questão de se as atividades templárias, tais como a transmissão de crédito, pagamento à distância e coleta de impostos para papas e reis, foram "inventadas" por eles. Parece claro que o surgimento dessas técnicas no começo do século XII precede a adoção generalizada delas por banqueiros italianos durante aquele século. Por fim, os bancos italianos e outros financistas seculares suplantaram o papel dos Templários, e assim vieram a ser encarados como inovadores, quando talvez as técnicas que eles usavam já existissem.

Seria um erro falar que uma economia puramente monetária, ou até mesmo uma nova economia monetária, passou a existir durante o século XII, mas parece haver pouca dúvida de que, de muitas maneiras, a economia tornou-se naquele ponto *predominantemente* monetária. Nisso, os Templários estavam na vanguarda. Enquanto outros estados monásticos no século XII

eram cultivados para o abastecimento de seus habitantes, os estados templários "eram administrados basicamente com vistas ao dinheiro que rendiam, e não ao sustento que podia ser extraído deles".[2] Desde os tempos carolíngios, a unidade monetária de uso comum em toda a Europa tinha sido o pêni de prata (*denarius*), mas essa unidade foi substituída no século XII, quando casas de moeda começaram a surgir nas novas cidades e estados onde se fazia comércio.[3] Nesse contexto, é interessante observar que em três cidades italianas onde atividades bancárias foram criadas no final do século XII, os Templários já tinham se estabelecido em meados do século: em Siena, Lucca (a igreja de S. Pietro) e Florença (S. Giacomo).[4] Parece provável que os Templários tenham estado envolvidos nos grandes progressos nas técnicas de crédito e pagamento que ocorreram nos séculos XII e XIII, quando o volume de dinheiro em circulação estava aumentando rapidamente.

Auxiliando essa mudança e o envolvimento dos Templários havia uma economia predominantemente urbana e monetária na Terra Santa, e o sucesso com que os Templários se integraram nela. Os Cruzados que restaram depois da Primeira Cruzada adotaram a economia monetária de dinares de ouro árabes, hiperperas bizantinos e dracmas de prata, e tornaram-se especialistas numa economia de metais preciosos. Feudos em dinheiro, taxas de mercado, impostos de alfândega, mercadorias, eram, todos, parte dessa economia, e os cavaleiros recebiam seus rendimentos feudais em dinheiro.[5] Os Templários se ajustaram logo a esses novos costumes, adaptando sua vestimenta, aprendendo as línguas locais e até mesmo treinando especialistas em assuntos muçulmanos dentro da Ordem.[6] O historiador árabe Usama ibn Munqidh, emir de Shaizar, apresenta um exemplo interessante de quanto os Templários estavam ajustados à vida oriental:

> Quando visitei Jerusalém, eu costumava entrar na mesquita Al-Aqsa, ao lado da qual ficava um pequeno oratório que os francos haviam transformado numa igreja. Sempre que eu entrava na mesquita, onde os meus

amigos Templários estavam instalados, eles colocavam aquele pequeno oratório à minha disposição, para que eu pudesse fazer minhas orações nele. Um dia eu entrei, disse a *Allah Akbar* e levantei-me para iniciar minhas orações, quando um franco veio correndo até mim, agarrou-me e virou meu rosto para o Oriente, dizendo: "É assim que se reza." Alguns Templários intervieram imediatamente, pegaram-no e levaram-no para longe de mim, enquanto eu voltava para terminar minhas orações. Mas, quando eles não estavam vendo, ele agarrou-me novamente e virou meu rosto para o Oriente, repetindo: "É assim que se reza." E, mais uma vez, os Templários intervieram, levaram-no embora e pediram-me desculpas dizendo: "Ele é um recém-chegado, chegou há poucos dias da terra dos francos, e nunca viu ninguém rezar de outra maneira senão com o rosto voltado para o Oriente."[7]

Mesmo com as derrotas militares que examinamos, em meados do século os habitantes frâncicos já tinham modificado seus costumes nativos de acordo com o uso oriental. Assim, bem estabelecidos na economia monetária e urbana da Terra Santa, os Templários estavam numa situação ideal para prever o tipo de economia semelhante que estava desenvolvendo-se lentamente na Europa Ocidental, e dispunham de técnicas para satisfazer as demandas de clientes que necessitavam de serviços bancários complexos.

Na agricultura, eles também estavam à frente da prática geral do século XIII, em sua ênfase na produção para venda, o começo do que Postan definiu como "uma agricultura mais ou menos capitalista em grandes propriedades".[8] Isso refletia a base monetária da vida templária e seu objetivo constante de criar fundos para uso na luta contra os muçulmanos. A administração templária cedo estava preparada para lidar com o grande influxo de doações em dinheiro e transportar fundos para a Terra Santa quando necessário: em 1182 Henrique II deixou cinco mil marcos de prata para a Ordem em seu testamento, juntamente com cinco mil para a defesa do Reino de Jerusalém;[9] em 1239 o patriarca de Jerusalém deixou dezesseis mil besantes

para os Templários, para serem empregados na defesa da Terra Santa.[10] Como, desde o começo, doações papais e reais colocadas à disposição deles acompanharam esses legados, pode-se supor que outras doações em dinheiro eram comuns desde um período bem inicial da história dos Templários — talvez inspiradas pelo generoso legado de Alfonso I de Aragão na década de 30 do século XII.

Assim, logo foi solicitado aos Templários que utilizassem e transportassem grandes somas de dinheiro. Mas é importante ressaltar que formas de crédito mercantil já estavam em uso antes que eles ganhassem proeminência. No século XI, o *foenus nauticum*, ou empréstimo marítimo, estava em uso generalizado no comércio com a Síria latina — por isso produtos como pimenta, pau-brasil, pedra-ume e algodão já eram as principais mercadorias importadas. O *foenus nauticum* era usado por mercadores genoveses para fazer remessas de dinheiro para agentes na Síria, levantar dinheiro para mercadorias a serem exportadas e dadas como garantia no empréstimo, e como método de assegurar capital para investimento. Nesse tipo de empréstimo, o emprestador assumia todo o risco, "já que o pagamento dependia da chegada segura do navio e das mercadorias, ou da maior parte destas, a seu destino".[11] Também é interessante notar que o lucro era, em geral, de 33,5 por cento por uma viagem inteira de cerca de nove meses em meados do século XII, chegando às vezes a 50-60 por cento.

Os Templários tiveram mais tarde sua própria frota, tanto para transporte de peregrinos quanto para finalidades comerciais, e também para abastecer suas próprias forças na Terra Santa. Em 1292, o papa Nicolau IV ordenou-lhes que equipassem vinte galés em águas cipriotas, a fim de proteger aquela ilha e a Armênia.[12] É inegável que eles eram especialistas em comércio marítimo e mais tarde mantinham depósitos nos principais portos do sul da Europa: em 1275 Carlos II, de Anjou, solicitou ao preceptor residente em Brindisi, no sul da Itália, que nomeasse um irmão para supervisionar a construção de um novo farol, para tornar o porto mais seguro,

uma indicação clara da importância do porto na economia templária.[13] Mas essa combinação de financistas, mercadores e expedidores é difícil de estabelecer com clareza na história do século XII dos Templários, embora certamente eles estivessem envolvidos em todas as três frentes. Ademais, houve um precedente recente: no século XI, a reconquista cristã do Mediterrâneo ocidental por Pisa e Gênova proporcionara o capital necessário para as primeiras aventuras econômicas dessas duas cidades. A partir daquele momento, o tráfego comercial e o tráfego peregrino estiveram estreitamente ligados.[14] O conseqüente aumento da riqueza dos Templários foi canalizado para sua tarefa na Terra Santa e para grandes projetos de construção que vimos exemplificados na descrição feita por Theodorich do quartel-general deles em Jerusalém.

As condições que tornavam possível essa operação financeira acabaram de adquirir existência, e foi a posse da Terra Santa que desencadeou essas mudanças. No começo do século XII, ainda não havia uma lei internacional de comércio, e um dos efeitos das Cruzadas foi forçar a criação dessas leis — tornando possíveis operações bancárias complexas ao fornecer garantias internacionais. Um historiador da economia medieval resumiu esses começos hesitantes do capitalismo da seguinte maneira:

> Uma importante criação das Cruzadas foi a dos negócios. O mercador bizantino era um capitalista, como também o eram os mercadores e banqueiros das cidades italianas. E também os exportadores de Veneza, Gênova, Marselha, os Templários e todas as ordens religiosas...[15]

Ao se tornar a mais poderosa e inovadora das ordens militares, e ao utilizar a intrincada rede que a Ordem possuía por toda a Europa, os Templários puderam explorar as novas técnicas e a nova riqueza ao máximo. Contudo, de certa forma, seu rápido acesso a uma grande riqueza, como a das Ordens

dos Hospitaleiros e de Cister, foi uma coincidência: como todos os bons empreendedores, eles estavam no lugar certo, na hora certa.

Finanças dos Peregrinos e Tráfego de Peregrinos

De muitas maneiras, as operações financeiras dos Templários eram uma extensão racional da finalidade confessa inicial da Ordem. Pelo menos, nos primeiros anos, o objetivo de muitas de suas operações era facilitar peregrinações à Terra Santa. Na verdade, um dos primeiros exemplos documentados de uma transação financeira templária diz respeito a um empréstimo feito para que um certo Petre Desde pudesse fazer uma peregrinação. Em 1135, Petre, de Saragoza, na Espanha, fez empréstimo de dinheiro para viajar até o Santo Sepulcro, em Jerusalém, prometendo, em troca, deixar seus "cavalos, terras e vinhedos e hortas" para os Templários quando morresse. Em troca, numa única fórmula de hipoteca,* que evitava possíveis acusações de usura mas era claramente vantajosa para o emprestador, os Templários deveriam fornecer a Petre cinqüenta morabitinos para sua viagem. O mais notável aspecto do feito é a fórmula que afirma que os Templários estavam fornecendo o dinheiro por caridade, quando na verdade a Ordem estava aceitando toda a propriedade dele em doação definitiva em troca de um adiantamento imediato.**[16]

Outro exemplo que permite um vislumbre do uso de empréstimos para peregrinos é dado por Forey. Um padre de Novillas chamado Gerald fez uma doação aos Templários com a condição de que eles lhe dessem dinheiro

*Mais tarde legitimada pela bula de Eugênio III referente às Cruzadas, *Quantum praedecessores* (1-12-1145), que dava permissão para hipotecar propriedades com o intuito de obter fundos para a viagem da Segunda Cruzada (cf. Virginia G. Berry, *The Second Crusade, in*, Setton, *History of the Crusades*, vol. I, p. 467).

**"Et dederunt nobis inde illos seniores de Templo Salomonis, *per caritate*, L morabitinos, per facere nostra romeria ad sancti Sepulchri..." [grifo meu].

se ele ficasse doente e de que eles lhe fornecessem um cavalo se ele decidisse partir em peregrinação.[17] Assim, o dinheiro para tal viagem era apenas um dos favores que muitas vezes eram concedidos aos benfeitores da Ordem: comida e bebida diárias, uma proporção da produção da terra doada durante a vida do benfeitor ou quantidades especificadas regulares de vinho, queijo ou trigo.[18] Desse modo, embora parecendo oferecer de graça seus serviços aos peregrinos — transporte seguro, proteção no caminho e talvez acomodação —, os Templários logo conquistaram imensa riqueza até mesmo de pequenos benfeitores.

Essas garantias vieram no momento em que houve um enorme aumento no volume de tráfego de peregrinos, para lugares da Europa — Compostela, Vézalay e Roma —, bem como para a Terra Santa. O tráfego de peregrinos tornou-se de considerável importância em portos como Marselha e nos portos da Itália adriática, onde os Templários estavam bem estabelecidos:

> Depois do sucesso da Primeira Cruzada, a criação do Reino Latino de Jerusalém e das ordens militares de religião, organizações para viagens à Palestina se multiplicaram. A parte as comunas italianas, especialmente Veneza e Gênova, que possuíam abrigos na maioria das cidades da Terra Santa, os Hospitaleiros de São João de Jerusalém e os Templários desempenharam um papel de destaque na supervisão e auxílio desse tráfego de peregrinos. Na verdade, os Templários tornaram-se a grande agência bancária cujos ramos nas capitais européias, em Jerusalém e na maioria dos centros orientais conduziam todos os tipos de transações de câmbio, com enormes lucros provenientes do serviço aos peregrinos.[19]

Assim, seguindo as experiências das frotas mercantes italianas, os Templários basearam grande parte de seus negócios no tráfego de peregrinos.

Os imensos lucros a serem obtidos estimularam a competição, é claro, e as potências marítimas de Barcelona, Marselha, Gênova, Pisa, Veneza, bem como os portos adriáticos tentaram, todos, monopolizar esse negócio. Por fim,

foram estabelecidos limites sobre as embarcações pertencentes às ordens envolvidas nas Cruzadas, às quais foi dada uma vantagem pelo serviço completo que podiam fornecer — incluindo financiamento, as embarcações e proteção na chegada. De Marselha, por exemplo, os Templários e os Hospitaleiros tinham permissão para fazer um único embarque de peregrinos por ano.[20] O serviço completo funcionava para pobres e ricos igualmente: enquanto Petre Desde hipotecou sua casa para a viagem, os mais abastados "usavam um sistema de crédito e transferiam seus fundos para uma das casas bancárias da Itália ou depositavam dinheiro no mosteiro local dos Templários ou Hospitaleiros, para serem reembolsados ao chegarem a seu destino".[21]

Depósitos

A segurança das casas templárias e a possibilidade de transferir fundos em caso de perigo tornaram-nas ideais para o depósito de valores — não necessariamente apenas dinheiro ou metais preciosos. O Templo de Londres, que um escritor definiu como o "precursor medieval do Banco da Inglaterra",[22] foi usado para depósitos do tesouro real já em 1185, o que indica que a essa altura a Ordem já era uma potência financeira de alguma importância.[23] Talvez o cofre ficasse no porão que ainda pode ser visto sob a porta de entrada sul da Igreja do Templo — um traço arquitetônico que não sugere nenhuma outra função específica. O Templo de Jerusalém também foi usado desde o começo como um cofre de segurança, e os problemas dos depósitos a longo prazo são bem exemplificados pelas dificuldades do novo bispo de Tiberíade em 1198: ele julgou necessário pôr um processo contra os Templários, a fim de obter a posse de uma soma de 1.300 besantes e alguns outros objetos de valor que seu antecessor havia depositado com eles.[24]

Embora em Aragão a função bancária fosse menos importante do que na Inglaterra e na França, o caso da comenda templária de Gardênia fornece um

testemunho fascinante. Naquela comenda existia uma "casa de depósitos" na qual podia ser depositada literalmente qualquer coisa. Embora jóias, documentos e dinheiro fossem os depósitos mais comuns, cavalos, milho e outros produtos agrícolas também podiam ser deixados lá por medida de segurança. O mais estranho de tudo para um banqueiro ou cliente moderno era que um proprietário que fosse para o exterior podia deixar até suas mulas ou seus escravos mouros depositados e recolhê-los quando voltasse para casa.[25]

Documentos existentes do século XIII mostram de forma mais completa os números de depósitos e a importância dos "clientes". Em 1204-5 o rei João da Inglaterra deixou as jóias da Coroa no Templo de Londres para lá serem guardadas — quase tão logo adquiriu a posse delas. Seu sucessor, Henrique III, usou bastante o Templo, e também depositou as jóias da Coroa no cofre de Londres durante a revolta dos Barões, em 1261. Dois anos depois, o rei Eduardo obrigou os Templários a lhe dar a soma de dez mil libras esterlinas, que tinham sido depositadas por vários barões e mercadores.[26] Portanto, ao que tudo indica, esses depósitos eram bastante normais entre as classes de mercadores que estavam surgindo, e as comendas locais menores também eram usadas para depósitos em cofres de segurança durante todo o século XIII. No final do século, a fama dos cofres templários já era quase lendária, porém é importante lembrar que as igrejas e as outras ordens religiosas também possuíam cofres para depósitos. São as outras operações financeiras dos Templários que são distintivas.

Não obstante todas as suas precauções, de vez em quando os Templários perdiam dinheiro e objetos de valor deixados depositados. Um documento que data de 1255, no qual é solicitada a devolução de uma quantidade de prata, dá a entender que dois homens de aparência bastante normal — pai e filho — conseguiram roubar a prata da casa templária em Pisa.[27] Anteriormente, quando foi capturado pelos armênios, em 1167, Isaac Ducas Comnenus, tirano de Chipre e governador da Cilícia, foi vendido para os Templários. Andrônico, soberano de Chipre, enviou o dinheiro necessário

para resgatá-lo; mas Isaac usou metade dessa soma para levantar uma força militar em Isauria e atravessar para Chipre. Segundo a *Gesta Regis Henrici II*, Isaac pagou a outra metade de seu resgate aos Templários — a qual foi então roubada destes por piratas.[28] Essa história dá uma idéia das condições difíceis que predominavam na Terra Santa, no século XII. Mas também mostra que nem mesmo os Templários eram sempre capazes de proteger seus interesses — ou seu capital.

Confiscos

Existem alguns casos importantes de confiscos realizados pelos Templários. Estes envolveram a apropriação da renda de uma propriedade, a fim de fazer pagamentos ou satisfazer reclamações contra o proprietário, e sua existência demonstra a fé depositada na Ordem por soberanos ou nobres que precisassem fazer pagamentos internacionais com o fornecimento de uma garantia satisfatória.

Em 1158, quando Henrique II da Inglaterra ajustou o casamento de seu filho Henrique com Margaret, filha de Luís VII da França, alguns castelos foram dados aos Templários como garantia, devendo o dote ser pago por eles quando o casamento fosse finalmente realizado.[29] Em 1214, o rei João desejou prometer pensões a certos barões franceses, a fim de ganhar o apoio destes. Infelizmente, os barões não confiaram nele; então, ele depositou na comenda de La Rochelle uma soma suficiente para pagar as pensões por um número fixo de anos — que variava de caso para caso. Por exemplo, 2.500 libras deveriam ser pagas anualmente a Alice, condessa de Angoulême, e uma soma de trinta mil libras durante cinco anos para Raoul d'Exoudun, o conde d'Eu, como indenização pela perda de terras na Normandia.[30] Outro tipo de garantia é ilustrado pelas grandes somas de dinheiro pagas no Templo de Londres, em 1228, para comprar terras para o dote de Isabel da Escócia.[31]

Esses poucos exemplos provenientes de registros existentes bastam para mostrar o papel dos Templários como fiadores em importantes negociações, bem como seu *status* verdadeiramente internacional. Esse papel dá uma indicação precisa de sua força no século XII e fornece uma noção de sua função de sofisticados banqueiros internacionais.

Empréstimos e Adiantamentos

A função de agentes de empréstimo aparece muito cedo na história dos Templários. Já na década de 30 do século XII eles estavam atuando como prestamistas em Aragão, emprestando somas de dinheiro para pessoas de todas as classes sociais, inclusive a população judaica.[32] Ainda quando Hugues de Payens era vivo, o empréstimo de dinheiro era visto como parte dos deveres templários. Talvez isso fosse apenas porque eles eram tidos como donos de grandes reservas de dinheiro e eram pressionados para fornecer esses serviços. É impossível saber como ou quando os Templários ingressaram em tais atividades, ou se de fato houve uma decisão em comum. O aspecto surpreendente é sua infração evidente de regras da Igreja contra a usura.

A atitude contemporânea em relação a dinheiro e empréstimo de dinheiro a juros resultou de uma série de pronunciamentos oficiais contra a avareza, que durante o final do século XI substituiu o orgulho como principal vício cristão. Peter Damian havia atacado a avareza como "a raiz de todo mal", ao passo que São Bernardo definiu um homem avarento como "semelhante ao inferno".[33] L.K. Little observa que "a presença cada vez mais comum de usurários em cidades a partir do século XI inspirou uma riqueza de condenações morais ao empréstimo de dinheiro que se haviam acumulado desde o tempo de Moisés".[34] Foi condenado pelo Terceiro Concílio Lateranense de 1179 e por quase todos os escritores contemporâneos: a avareza e o empréstimo de dinheiro a juros eram vistos como sintomas de

decadência moral da vida urbana e estavam na raiz de movimentos de pobreza voluntária como os dos valdenses e dos franciscanos por volta do fim do século XII e do começo do século XIII. A crise originou-se do desconforto e da dificuldade prática do homem medieval no longo processo de adaptação à economia do lucro, e o principal bode expiatório para esse ódio foi a comunidade judaica.

São Bernardo identificou explicitamente todo o comércio de dinheiro com os judeus e atacou-os com virulência. Numa carta, escreveu: "Dói-nos observar que onde não há judeus, agiotas cristãos agem como judeus ou tornam-se 'judaizados', piores do que os judeus, se é que esses homens podem ser chamados de cristãos, e não batizados de judeus."[35] É uma ironia que a Ordem inspirada e apoiada por São Bernardo estivesse entre os maiores prestamistas da Cristandade — quando ele ainda era vivo, conforme demonstra o exemplo de Aragão, fornecido anteriormente.

Sem dúvida, créditos de venda e empréstimos eram comuns no comércio medieval, embora, talvez, não-institucionalízados na época de São Bernardo. Sem esses empréstimos, o comércio teria muitas vezes sido impossível. Contudo, talvez em conseqüência de censuras da Igreja à usura, em geral os pagamentos de juros eram disfarçados. O "empréstimo por venda" era um desses métodos: "Empréstimos de dinheiro entre um mercador e outro eram disfarçados, às vezes, sob forma de vendas comuns."[36] Postan também afirma que outros tipos de empréstimo medieval muitas vezes não eram registrados ou eram até "registrados de maneira errada".

Forey explica como os Templários conseguiram ocultar pagamentos de juros, geralmente com base numa dedução para despesas que na verdade equivalia a um pagamento de juros:

> As quantias pagas aos Templários por despesas podiam perfeitamente ocultar um pagamento extra, sobretudo quando era destinada à Ordem uma proporção fixa de rendimentos com essa finalidade. Em alguns outros casos,

> é possível que os juros fossem deduzidos de um empréstimo na época em que o dinheiro era emprestado, de modo que a quantia mencionada no instrumento de dívida representaria a soma emprestada, mas não a quantia real recebida pela pessoa que contraía o empréstimo.[37]*

Embora, por razões óbvias, poucos documentos possam ser encontrados para comprovar a afirmação, ele diz que, em Aragão, a "taxa e o costume do Templo" era de dez por cento ao ano, o que equivalia a aproximadamente a metade dos juros cobrados por prestamistas judeus.[38]

Assim, inacreditavelmente, considerando-se a proximidade de São Bernardo com os Templários, o empréstimo de dinheiro a juros tornou-se um dos principais serviços financeiros prestados por eles. Na Espanha, a Ordem foi praticamente a única instituição a emprestar dinheiro, já que os banqueiros toscanos foram banidos por Jaime I. Em Barcelona, o rei e seus nobres e mercadores foram obrigados a recorrer ao Templo quando precisaram de fundos.[39] Na França, os Templários foram banqueiros para a casa real por mais de um século, ao passo que o rei João e o rei Henrique III da Inglaterra recorreram a fundos templários em várias ocasiões. Até mesmo um mosteiro rico e importante como Cluny às vezes se via sem dinheiro, e em 1216 foi obrigado a tomar emprestados do Templo mil marcos de praga — com a condessa de Champagne como fiadora. No Oriente, Balduíno II, de Constantinopla, deu a Cruz Verdadeira como fiança para um empréstimo feito com os Templários na Síria latina, em 1240; um caso análogo na França é o do conde Eudes de Nevers, que morreu em 1266 com uma dívida de três mil besantes com os Templários, que foi paga por seus testamenteiros.[40]

Um exemplo de um empréstimo comercial concedido pelos Templários de Famagusta, em Chipre, em 13 de dezembro de 1300, é apresentado aqui

*Os juros também eram disfarçados sob pagamentos adicionais feitos pela pessoa que contraía o empréstimo, *pro recompensacione dampnorum, interesse et expensis* incluídos em contratos existentes (cf. Ferris, *Relations of Templars to English Crown*. p. 15).

para ilustrar a fórmula, embora ele seja bem posterior aos empréstimos mencionados anteriormente nesta parte do capítulo. Podemos ver a fiança especificada e a dedução do pagamento pelos serviços:

> Em nome do Senhor, amém. Eu, Sr. Thomas, médico, residente em Famagusta, admito e reconheço publicamente para você, Sanç Pérez de Sant Marti, recebendo este recibo e estipulação em nome do nobre conde, Senhor Bernat Guillem de Emprença, que obtive e recebi de você e Bernart Marquet, capitão do navio chamado São Nicolau, que se encontra no porto de Famagusta, oito mil *modii* de grãos, de acordo com o *modius* de Chipre, pertencentes ao citado nobre conde, e que você e o citado Bernat entregaram-nos a mim como uma garantia pelos 16.350 *deniers* de prata Tournois de França que declaramos ter o supracitado nobre conde recebido de empréstimo do Mestre Theodore, meu irmão, médico do Templo. (...) E estes grãos, eu prometo-lhe, em nome do mesmo, vender e enviar o lucro para onde quer que agrade ao supracitado nobre conde ou seu mensageiro autorizado, com a exceção, porém, de que eu ou meu citado irmão deveremos ter permissão para obter pagamento integral relativo à citada quantia de dinheiro dos besantes que serão arrecadados com os citados grãos, dependendo de como for vendido. E, a respeito desses grãos, afirmamos que eles estão registrados na alfândega de Famagusta. Por outro lado, também declaro que obtive e recebi de você, Sanç e do mencionado Bernat Marquet, em nome do supracitado nobre conde, em minha custódia e responsabilidade, 3.006 *modii* de grãos, de acordo com o citado *modius*, além de trinta jarros de óleo catalão, pertencentes ao supracitado nobre conde. (...) E por esse óleo, então, tenho permissão para receber pagamento integral de 229 1/2 besantes brancos pelas despesas feitas por mim.[41]

A sofisticação e o caráter completo das atividades bancárias dos Templários são enfatizados pela declaração do Senhor Thomas de que o dinheiro levantado em empréstimo pode ser enviado "para onde quer que agrade ao

supracitado nobre conde". Esses exemplos mostram ainda outra das contradições intrínsecas dessa Ordem "pobre", cujos irmãos parecem ter infringido claramente tanto sua Regra quanto a prática cristã, do mesmo modo que obedeciam a estas.

Transferência de Dinheiro

O empréstimo ao conde de Emprença poderia ser pago onde quer que ele desejasse. Essas operações eram mais um dos serviços financeiros habituais oferecidos pelos Templários: a "ordem", "carta de pagamento" ou "tratta", em termos modernos uma nota era, nas palavras de Postan, "a mais cosmopolita de todas as invenções diplomáticas do final da Idade Média".[42] Contudo, embora ele afirme que o exemplo mais antigo na Inglaterra ocorreu em 1260, os Templários já transferiam dinheiro entre suas comendas muito antes disso. Pelo menos, já em 1148, o abade Suger de Saint Denis enviava dinheiro a Luís VII, durante a Segunda Cruzada, por intermédio dos Templários.[43]

Mas, embora as transferências de capital da Europa Ocidental para a Terra Santa tenham se tornado mais freqüentes no século seguinte, o funcionamento das Cruzadas não foi o único uso feito do sistema de transferência. Henrique II da França forneceu uma pensão a sua filha, que era paga na comenda templária de Sainte-Vaubourg, perto de Rouen, até onde ela teria de viajar regularmente para receber seu dinheiro.[44] Um documento existente mostra que em 1248 Henrique III da Inglaterra fez um pagamento a Tomás de Savóia e Amadeus, conde de Savóia, por intermédio do Templo de Londres.[45] Ele também usou os serviços financeiros da Ordem para distribuir pensões, e o Templo agia costumeiramente como cobrador de dívidas e agente de pagamento para clientes tais como reis, papas, grandes senhores laicos e mercadores; dois exemplos são Alphonse, conde de Poitiers, e a mãe de São Luís.[46] A Ordem executava mais um serviço importante,

cobrando dívidas e dízimos. Quando foram criados impostos na Inglaterra para as cruzadas, em 1166, e novamente em 1185 e 1188, baseados na renda e no valor da propriedade móvel por um período de três anos, com a isenção de cavalos, armas e roupas, essenciais para um cavaleiro,[47] foram os Templários — juntamente com os Hospitaleiros — os responsáveis pela coleta. O último imposto, o de 1188, era conhecido como o "dízimo de Saladino", a ser cobrado em cada paróquia; mais uma vez, o trabalho foi dividido pelos Templários e pelos Hospitaleiros. Uma conseqüência inesperada foi que um certo Templário chamado Gilbert de Ogerston apropriou-se indevidamente da maior parte do dinheiro que havia arrecadado. Posteriormente, confessou tudo ao novo Mestre da Inglaterra, Geoffrey Fitz Stephen, e foi punido por sua ação com "grilhões (...) e outros castigos".[48]

Como cobradores de impostos papais, que eram então transferidos para a Terra Santa, os Templários tornaram-se poderosos durante o pontificado de Inocêncio III (1198-1216). Em 1202, ele ordenou que um qüinquagésimo das receitas de certas abadias e ordens religiosas fosse separado para as necessidades da Terra Santa e fosse enviado diretamente para o Templo de Paris.[49] Em 1208 ele mandou que as contribuições dos cistercienses, mais um quadragésimo dos depósitos do bispo de Paris no Templo de Paris, fossem enviados para a Terra Santa para uso do patriarca de Jerusalém e dos Mestres do Templo e do Hospital naquela cidade.[50] Quatro anos depois, o mesmo papa mandou o subdiácono Pierre Marc cobrar os tributos da Igreja no sul da França: ele foi instruído a pagar os rendimentos aos comendadores das casas templárias da Provença, de Montpellier, Saint-Gilles e Arles, os quais então enviariam o dinheiro para o Templo de Paris.[51] Outras quantias, décimos, vigésimos e qüinquagésimos, destinados à Terra Santa durante toda a ocupação latina de Jerusalém, circulavam através dos principais centros bancários templários de Londres e Paris.

Na Espanha, onde o papel da Ordem era muitas vezes diferente e atrelado às necessidades específicas da localidade, os Templários se tornaram

importantes arrecadadores de impostos. Inocêncio III ordenou que os judeus e mudéjares de Valença pagassem todos os seus impostos ao grão-mestre templário, que deveria usar esses fundos para "liberar o reino de hipotecas".[52] Em 1220, Jaime I de Aragão nomeou o Templário William intendente-geral da Catalunha, e outro irmão templário recebeu a mesma posição em Aragão. Esses Templários tinham responsabilidade total pela supervisão e coleta de rendimentos e receitas no reino de Jaime, bem como pela cobrança de dívidas e hipotecas.[53]

Banqueiros Reais e Papais

O número e a importância dessas operações financeiras indicam como os Templários tornaram-se os banqueiros de papas e monarcas poderosos nos dois séculos de existência da Ordem. Os papas também usavam outros bancos, mas, no que dizia respeito às atividades na Terra Santa — quer novas cruzadas, quer pagamentos diversos pela batalha contra Saladino —, os Templários eram os principais banqueiros da Santa Sé. Delisle conclui: "Portanto, não constitui exagero dizer que o tesouro do Templo foi, durante todo o século XIII, o escritório do caixa onde eram concentrados e administrados os recursos financeiros destinados às cruzadas e às várias necessidades da Terra Santa."[54]

Dois exemplos serão suficientes. Em 1198 Inocêncio III escreveu para o Mestre templário Gilbert Erail, enviando fundos para uso de cristãos no Oriente; ao mesmo tempo, pedia desculpas por não poder enviar uma quantia maior.[55] Em 1219, seu sucessor, Honório III, enviou fundos para o Mestre, então Guilherme de Chartres, para que ele aplicasse "em galeras ou em outros equipamentos, de acordo com a ponderação do Núncio papal, o bispo de Albano".[56] Mas parece que a "conclusão" de Delisle é ligeiramente exagerada, pois já se afirmou que durante o século XIII banqueiros laicos substituíram os Templários em serviços bancários papais: "Embora os rendimentos

papais tivessem sido depositados com os Templários no início do século XIII — por exemplo, o imposto por lar de Languedoc, arrecadado durante a Cruzada Albigense em 1212 —, os toscanos haviam assumido esse serviço em meados do século."[57] Essa afirmação é confirmada por um declínio geral nas relações entre o papado e os Templários após os pontificados de Inocêncio III e Honório III (isto é, após 1227). Mas uma outra observação é feita pelo mesmo historiador: "Igualmente importante foi o fato de que grandes quantidades de dinheiro já não tinham de ser transportadas. Uma razão para isso foi que, imitando os primeiros métodos dos Templários e dos Hospitaleiros, mercadores e banqueiros haviam criado uma multiplicidade de transferências de papel-moeda." Aqui a ênfase é claramente nos Templários como inovadores, e foram eles — mais do que os Hospitaleiros — os primeiros a exercer atividades bancárias. E inegável que os Templários na Síria latina atuaram efetivamente como agentes papais, através dos quais subsídios papais iam para a Terra Santa e informações voltavam para Roma.[58]

Como os Templários eram, em certo sentido, uma criação papal e, do ponto de vista administrativo, diretamente responsáveis pela Santa Sé, é compreensível então a importância deles como banqueiros e agentes papais. O que talvez seja mais interessante e menos esperado é sua função de banqueiros reais, sobretudo para os reis da França e da Inglaterra — onde estavam estabelecidos os dois maiores Templos fora da Terra Santa, em Paris e Londres.

Já vimos o papel dos Templários na cruzada de Luís VII, bem como exemplos de atividade bancária real. Mais tarde, esses serviços tornaram-se praticamente indispensáveis para o trono francês: desde o tempo de Filipe Augusto (1180-1223) até Filipe, o Belo (1285-1314), o Templo de Paris era literalmente o centro da administração financeira na França. Ele oferecia um serviço financeiro completo, administrando finanças e arrecadando impostos, transferindo dinheiro, controlando dívidas e pagando pensões.[59] Os grandes nobres e mercadores franceses eram claramente incentivados pela confiança da monarquia e usavam os serviços do Templo numa medida

semelhante. Financeiramente, o Templo de Paris era muito mais importante do que sua réplica em Londres, e assim permaneceu até a primeira década do século XIV.

Delisle fornece um exemplo detalhado dos serviços oferecidos pelo Templo de Paris a Filipe o Belo, no ano 1287 (a *Compte de la Chandeleur*). Consiste em 290 artigos, que Delisle, em sua introdução à prestação de contas, divide em onze capítulos principais. Essa lista abreviada dos principais capítulos dará uma idéia do caráter completo dos serviços templários:

1. Resumo de despesa em contas individuais de casas templárias.
2. Resumo de despesa.
3. Resumo de despesa para Navarro.
4. Prestação de contas de rendimentos recebidos pelo Templo.
5. Prestação de contas de pagamentos feitos pelo Templo para o "*hôtel du roi*".
6. Prestação de contas por aluguéis, pensões, gratificações e fianças concedidas pelo rei ao Templo.
7. Prestação de contas de grandes despesas atribuídas ao Templo.
8. Prestação de contas de quantias pagas pelo Templo para Navarro.
9. Situação de períodos de adiamento concedidos a vários devedores para saldarem suas dívidas.
10. Prestação de contas detalhada de reembolsos que os Templários tiveram de fazer sobre dívidas contraídas pelo rei na Normandia.
11. Prestação de contas de adiantamentos feitos a soldados a serviço do rei em Navarro.

Fica claro, a partir dessa abreviação dos 290 artigos, que os Templários forneciam um serviço bancário completo ao rei como o que nenhum outro banqueiro, nem mesmo os bancos comerciais que então começavam a

florescer na Itália, podia executar na época. A imensa rede de casas e comendas templárias em toda a França tornou possíveis essas operações.*

Na Inglaterra, os Templários foram desde o início favorecidos por Henrique II e pelo rei Estêvão; mas imunidades e privilégios também foram concedidos a eles por Ricardo I, João, Henrique III e Eduardo I. Essas concessões abrangiam isenção de tributação local e nacional, isenção de imposto e taxas de trânsito, isenção de comparecer a tribunais locais, o direito de possuir seu próprio tribunal e receber os lucros, e isenção de cobranças de dinheiro e suprimentos sob o pretexto de substituir a prestação de serviço militar, leis florestais ou necessidades temporárias do rei.[60] Mas de forma alguma o papel deles era aceito de um modo geral, e os Templários muitas vezes encontravam dificuldade em obter essas isenções na prática — daí a necessidade de os reis que se sucediam repetirem os privilégios com tanta freqüência. Perkins dá os detalhes de uma longa série de disputas entre os Templários e os habitantes do burgo de Bristol.[61]

Os Templários ingleses eram especialmente valiosos pelo capital que suas propriedades produziam, tanto da hábil administração de produtos locais quanto da considerável renda extraída das igrejas que eles possuíam. Uma dessas igrejas, em Rothele, Leicestershire, proporcionou uma renda líquida média de 76 libras, 1 *s.*, 1 *d.* por ano entre 1308 e 1313.[62] Além disso, os Templários ingleses às vezes arrendavam os rendimentos de outras igrejas, na esperança de obter algum lucro, e alugavam suas propriedades agrícolas e domínios feudais vantajosamente sempre que possível. Calcula-se que, na época da dissolução da Ordem, o valor anual total das terras templárias na Inglaterra — com base em recibos — era de cerca de 4.720 libras; na mesma época, terras templárias na Irlanda foram avaliadas em 411 libras, 11 *s.*, 7 *d.*; não existem números para as três casas templárias na Escócia mencio-

*Ver a lista completa de casas templárias na França fornecidas por Leonard em *Introduction au Cartulaire*, pp. 30-173.

nados em registros (Blantrodok, Culthur e Templiston).[63] Essa renda, mais quantias levantadas em cobranças de impostos, serviam de base para as atividades bancárias templárias na Inglaterra.

Embora no século XII o tesouro inglês ficasse em Westminster, o rei servia-se de vários tesouros, na Torre de Londres, em Winchester, e no Templo Novo. Eleanor Ferris cita um trecho de um recibo de tesouro do ano de 1185, o qual menciona o tesouro de Westminster e revela a função do Templo nesse sistema: "De fundos recebidos lá, o tesouro de Winchester estava repleto, ao passo que o saldo era depositado no Templo."[64] Existem registros de muitos tipos de impostos que eram pagos no templo e creditados lá em contas reais ou então transferidos para o tesouro, inclusive impostos sobre terras cultivadas, concessões de frações de bens móveis, impostos pagos por senhores feudais de Londres e pelos judeus, tesouro irlandês, ouro da rainha e tributos feudais.[65] Embora o papel do Templo de Londres fosse de menor importância do que o de seu equivalente de Paris, ele parece ter sido por mais de um século parte integrante do sistema financeiro do governo inglês.

Os administradores financeiros templários devem ter mantido registros detalhados, já que suas atividades múltiplas teriam exigido um sistema complexo de contabilidade. Na verdade, os irmãos eram muitas vezes empregados em comissões financeiras e em juntas de auditoria. Em 1294, o preceptor e o tesoureiro do Templo de Londres constituíam dois terços de um comitê de três homens formado para ajustar a conversão do dinheiro velho para o novo. Ferris conclui que "...ao que tudo indica, era comum empregar Templários em questões de administração financeira que envolvessem habilidade, precisão e honestidade ao longo de todo o século XIII".[66]

Mas muitas vezes os Templários eram mais do que simples banqueiros reais. O poder político e social dos Mestres era, com freqüência, de igual importância. Quando o rei João morreu, seu filho Henrique tinha apenas nove anos. Este foi coroado em 28 de outubro de 1216, no castelo real de

Gloucester, por Peter des Roches, bispo de Winchester, tornando-se rei de um país semicontrolado por Luís de França — inclusive Londres —, sem governo organizado nem erário. Barões rebeldes controlavam a maioria dos portos na costa sul. O rei-criança foi bem recebido, porém, até mesmo pelos rebeldes, e o longo reinado de Henrique III foi de importância fundamental para a formação de instituições inglesas. Para supervisionar os primeiros anos, foi criado um conselho dos líderes mais poderosos, baseado nos realizadores escolhidos pelo rei João: o Núncio Papal; os bispos de Winchester, Chichester e Worcester; o grão-mestre do Templo; o alto dignitário da Inglaterra; os condes de Chester e Derby; e outros quatro senhores seculares feudais.[67] O espírito condutor era Guilherme, o Marechal, amigo pessoal íntimo do grão-mestre do Templo, que cuidou dele quando de sua morte; o Marechal foi sepultado na igreja redonda do Templo, em 1219.[68] Um dos atos mais importantes desses dois amigos fora arrecadar dez mil marcos, cerca de sete mil libras, como um pagamento de paz a Luís. A quantia foi, naturalmente, depositada no Templo de Paris.

Durante todo o seu reinado, portanto, Henrique III contraiu uma dívida de gratidão com os Templários e muitas vezes procurava a orientação do Mestre. Em 1259, durante discussões sobre as importantíssimas medidas de Westminster, que modificaram a lei comum e criaram dispositivos legislativos de longa duração, o parlamento na realidade se reunia e trabalhava *dentro* do Templo de Londres.[69] Assim, a posição de Mestre do Templo, como chefe de uma grande casa religiosa e de um serviço bancário, conferiu-lhe uma posição privilegiada. Lees afirma que posições oficiais dentro da Ordem foram cuidadosamente preenchidas por homens de boa família e amigos poderosos do lugar, que naturalmente já formariam parte da hierarquia.[70] Mas eles nunca foram grandes nobres ou proprietários de terra; portanto, tudo indica que o imenso prestígio que os Mestres templários tinham durante o reinado de Henrique provinha de sua posição dentro da Ordem, e não de seu *status* feudal. O prestígio da Ordem é demonstrado

pelo fato de que em determinado estágio o próprio Henrique manifestou o desejo de ser enterrado no Templo.[71]

Fazendeiros e Proprietários de Terras

A riqueza do Templo originava-se de suas terras. Foi na administração de suas propriedades que a Ordem foi verdadeiramente excepcional e pioneira. Fazendas e domínios feudais em toda a Europa geravam enormes quantias de dinheiro, além dos rendimentos que a Ordem ganhava por suas atividades na Terra Santa. Era, obviamente, muito mais conveniente enviar do norte da Europa para a Terra Santa dinheiro do que alimentos, embora grãos e forragem para cavalos fossem transportados de Apulia, onde Carlos II d'Anjou mais tarde isentou de impostos os grãos exportados pela Ordem para Chipre e Síria.[72]

O historiador de St. Albans, Matthew Paris, afirmou, por volta do final do século XIII, que:

> Os Templários na Cristandade têm nove mil domínios feudais, mas os Hospitaleiros dezenove [mil], além dos ganhos e das várias rendas provenientes de suas irmandades e de comissões cobradas por empréstimos, os quais são, todos, aumentados por seus privilégios. E, destes, cada domínio feudal pode fornecer, sem problemas, um soldado, bem armado e inteiramente equipado, para o socorro da Terra Santa, mesmo com todas as coisas que fazem parte do equipamento completo de um soldado.[73]

Embora fazendo um desconto dos números provavelmente exagerados, isso explica como a posse de domínios feudais era concebida: sua tarefa era financiar os cavaleiros templários, juntamente com o equipamento, os cavalos e os homens necessários para o desempenho bem-sucedido de seu papel. Mas, mesmo no cálculo de Matthew Paris, é importante observar que se diz

que os bens dos Hospitaleiros são mais do dobro dos de seus rivais. Cálculos de riqueza e tesouros templários enormes são, em grande parte, infundados e exagerados: na Aquitânia, onde os Templários eram tão prósperos quanto em qualquer lugar, um cômputo de 1300 mostra que sua riqueza era de seis mil libras francesas — igual à dos Hospitaleiros, mas apenas metade da soma atribuída à Ordem de Cister.[74] Essa proporção parece refletir-se em outro lugar da Europa, e um historiador confiável afirmou que no momento do julgamento "o valor dos bens móveis dos Templários era bem menor do que poderíamos esperar".[75] No tocante às terras e aos bens móveis, não se julgou que a Ordem tenha ficado menos rica no século XIII.

Os Templários adquiriram a posse de suas propriedades de quatro maneiras principais. A primeira, e mais óbvia, foi por doação, quer diretamente da realeza e nobreza, quer sob a forma de benefícios que garantiam a contínua disponibilidade de dinheiro ou sustento até a morte do doador. Em segundo lugar, os Templários, sobretudo na Espanha, ganharam grandes extensões de terra por meio de conquista ou em conseqüência de doações feitas após ações militares; isso também se aplicava claramente à doação de castelos, tais como o de Tortosa, na Terra Santa. Em terceiro lugar, o que talvez fosse menos esperado, os Templários também compravam terras. Isso podia ser um meio de investir dinheiro produzido por outras fontes ou parte de uma tentativa de aumentar propriedades comprando lotes de terra adjacentes. Isso tendeu a ser um desenvolvimento na fase final da história da Ordem. Como acontecia com a maioria das ordens monásticas, o entusiasmo inicial que resultou em doações maciças diminuiu lentamente: no final do século XII, em Aragão, por exemplo, havia mais registros de vendas de terra do que de doações.[76]

Em último lugar, surpreendente e ao mesmo tempo fascinante, vinha a posse de terra por reclamação. Isso foi extremamente importante em Lincolnshire e Yorkshire, onde no século XIII os Templários reclamaram áreas consideráveis de pântano para uso agrícola, sobretudo ao redor do Templo Brewer (Lincs, fundado em 1195) e Templo Newsam (Yorks, fun-

dado em 1181).[77] Nesse contexto, é digno de nota, e demonstra a eficácia das técnicas de administração da Ordem, que o cálculo de valores anuais de propriedade na época do julgamento feito por Clarence Perkins mostra que Yorkshire era, de longe, o condado mais rico em termos templários, e Lincolnshire o segundo — com quatro vezes a renda dos condados que vinham a seguir, Essex, Gloucestershire, Leicestershire, Oxfordshire e Warwickshire.[78] A concentração de muitas das maiores comendas e propriedades inglesas naqueles dois condados demonstra o êxito da política de reclamação adotada pela Ordem.

Possuímos um registro particularmente preciso de propriedades templárias na Inglaterra no final do século XII. Em conseqüência da nomeação de Geoffrey Fitz Stephen para Mestre da Comarca da Inglaterra, e talvez para evitar futuras disputas organizando um registro confiável, um *inquisitio*, ou inquérito, semelhante em alcance ao livro de Domesday foi feito na Inglaterra.* Os bens da Ordem foram arrolados sob sete categorias: doações de terras, posses de terras, igrejas, moinhos, terras sob juízo, domínios senhoriais e aluguéis. Os aluguéis deveriam ser fixados por acordo, o que permitia à administração ter diretrizes precisas e também realçava a importância de aluguéis fixos em dinheiro na economia templária. Infelizmente, o inquérito é incompleto, em parte porque rendimentos como os da Ânglia oriental chegavam tarde demais para serem incluídos, mas também porque os Templários de Sussex estavam em disputa com o clero local e não forneciam rendimentos. Mas, no resto do país, os rendimentos oferecem um quadro preciso dos bens e da administração dos Templários em 1185.[79]

A terminologia habitual para o *domus*, ou "casa" templária, era *templum* ou *le tempil*,[80] mas na realidade havia diferentes tipos de economia rural reu-

*Os bens na época da eliminação dos Templários podem ser avaliados a partir de Knowles e Hadcock, *Mediaeval Religious Houses*, pp. 234-9, e Perkins, *The Wealth of the Knights Templars*, p. 253. Informações locais podem ser encontradas nos importantes volumes da História do Condado de Vitória, citados amplamente como HCV nas referências a esta parte.

nidos por conveniência sob esse uso comum. O *domus*, moldado na economia senhorial, era a unidade administrativa básica, cujos principais tipos eram:

1. O pequeno domínio real (por exemplo, Finchingfield em Essex).
2. Domínios feudais de "fama generalizada" (por exemplo, Cressing, em Essex, e Cowley, em Oxfordshire).
3. Grandes feudos (Clare, em Hertfordshire, Ferrers, Pevenel e Mowbray).
4. Estabelecimentos menos importantes (Harcourt, Braose, Basset, Deyncourt e Vilers).
5. Propriedades eclesiásticas (as doações do arcebispo de Canterbury).
6. Propriedades espalhadas, não transformadas em domínios feudais, em Lincolnshire, incluindo terras reclamadas.[81]

O *domus* e a comenda eram, muitas vezes, pequenos,* e várias formas de agricultura abrangiam as hortas de Kent, os milharais de Essex, os pastos do oeste e do norte, os pântanos do nordeste, florestas e colinas. Essas propriedades mudavam com freqüência de mãos, embora grande parte das terras fosse alugada por preços padronizados. Na verdade, muitas propriedades ficavam distantes de casas templárias: por exemplo, a Ordem possuía entre 0,80 a 1,60 hectares no pequeno vilarejo de Drayton, em Somerset, perto de Langport, pelos quais a comenda de Bristol recebia um aluguel anual de doze *pence*.[82]

Muitas doações à Ordem também eram pequenas, sendo aquelas feitas à comenda do Templo de Cressing, em Essex, geralmente de 0,80 a 2 hectares. Do mesmo modo, os arrendamentos eram fragmentados, de modo que Cressing tinha um total de cerca de 160 arrendatários.[83] Um pequeno arrendatário templário típico foi um certo Roger Janitor, que ocupava três casas em New Street do Templo de Londres, com uma casa de moradia no feudo de Leicester, um co-arrendamento em "Thurolds' Land", em Hackney, e um

*Por exemplo, a comenda do Templo de Cowton, em Yorkshire, era composta, em 1308, de um salão, quarto, capela, cozinha, cervejaria e ferraria (*Victoria County History, Yorkshire*, vol. II, p. 259).

estábulo ou abrigo alugados por seis *pence* por ano.[84] Assim, os bens totais podiam ser divididos em grandes números de propriedades surpreendentemente pequenas. O Templo de Londres possuía os padroados das igrejas de St. Clement Danes e da capela dos Santos Inocentes da Praia; casas na margem norte do Tâmisa, em Holborn; prados em Hackney, Low Leyton e Tottenham; terras em Southwark e Bermondsey; um moinho no rio Fleet e alguns moinhos alugados em Southwark. É possível que a Ordem tenha construído New Street, que mais tarde se tornou Chancery Lane, juntamente com o Templo Novo e a terra e as casas nos dois lados da rua. Arrendatários e inquilinos abrangiam St. Giles in the Fields, os Cônegos de St. Paul e donos de barracas de feira na Cidade.[85] A nova igreja redonda, que ainda existe hoje com sua cela de penitência e a nave posterior, estava perto de ser terminada na época do inquérito de 1185. Foi inaugurada naquele ano por Heráclito, patriarca de Jerusalém, que se encontrava temporariamente na Inglaterra.[86]

Algumas casas templárias tinham funções específicas. A comenda de Denney, no condado de Cambridge, parte da qual ainda existe, era um hospital para irmãos doentes e aposentados. O mosteiro original, pertencente aos monges da vizinha Ely, passou para mãos templárias em 1170 e talvez tenha sido comprado com a finalidade específica de criar um hospital. As já existentes construções monásticas eram ideais para essa finalidade, que estava de acordo com os parágrafos 60 e 61 da Regra, que ordenava que se cuidasse dos irmãos doentes e idosos. Quando a irmandade de Denney foi embargada, em 1308, somente dois "deviam ser idosos, 1 era demente e 2 eram incapacitados pela idade e por doença".[87] A única outra comenda da Inglaterra usada como enfermaria e asilo para irmãos aposentados era a de Eagle, em Lincolnshire, fundada pelo rei Estêvão.[88]

A importante comenda de Templecombe, em Somerset, onde partes do *domus* e da igreja ainda estão intactas, foi doada à Ordem em 1185 por Serlo Fitz Odo, descendente de Odo, bispo de Bayeux e meio-irmão de Guilherme, o Conquistador. A doação envolvia metade do domínio, *Combe Templariorum*, enquanto a outra parte, *Combe Abbatissa*, nunca fez parte

da propriedade da Ordem. Essa comenda parece ter sido usada como centro de recrutamento e treinamento para o ramo inglês da Ordem.[89] A bela pintura de Cristo em painel de madeira na igreja de Templecombe, considerada por alguns cópia do sudário de Turim, mostra provavelmente a importância de Templecombe na hierarquia templária. (Ver Figura 12).

Sabe-se muito pouco a respeito da comenda de Kent, em Ewell, logo ao norte de Dover, no caminho para Canterbury, mas sua proximidade do principal porto de canal dos tempos medievais indicaria um papel fundamental de lugar de encenação.[90] Um incidente que fundamenta essa hipótese ocorreu em 1205, quando o rei João afirmou sua sujeição ao papa Inocêncio III lá.[91] Sua função não parece ter sido agrícola, já que a comenda não possuía mais do que vinte hectares. Isso era uma proporção relativamente pequena dos 400 hectares que a Ordem possuía em Kent, pertencentes principalmente ao *domus* de Strood.[92]

Em Sussex, a propriedade mais importante ficava em Saddlecombe, a noroeste de Brighton, a qual foi doada por Geoffrey de Say em 1228. Existem provas de um uso inesperado dessa comenda: "Um documento extraordinário que estava entre os de Saddlecombe, e por conseguinte possivelmente relacionado a essa comenda, é uma carta de um certo arcebispo Azo solicitando ao Mestre do Templo na Inglaterra que receba Joan, a idosa esposa de *Sir* Richard Chaldese, que fizera juramento de castidade e queria submeter-se à regra do Templo."[93] Não se sabe se essa solicitação extraordinária foi atendida pela Ordem, veementemente misógina, mas ela dá uma idéia interessante das múltiplas funções de uma comenda templária — pelo menos da forma como era concebida por pessoas da época.

Contudo, a principal função continuou sendo a de arrecadar e produzir dinheiro para sustentar atividades militares. As maiores reservas na Inglaterra vinham de Yorkshire, que se tornou tão importante nos últimos anos que um comendador-chefe ou grão-mestre foi nomeado exclusivamente para aquele condado e suas dez casas — inclusive Flaxfleet, talvez a mais rica de todas as propriedades inglesas.[94] Nos outros lugares do país, as comendas

maiores muitas vezes estendiam sua jurisdição e influência para fronteiras de condados: por exemplo, a propriedade em Hampshire e Berkshire era administrada da comenda de Oxfordshire, em Sandford-on-Thames, na segunda parte do século XIII.[95]

A mão-de-obra para essas propriedades era fornecida por um exército de irmãos leigos, criados e agricultores assalariados. Numa comenda com grandes terras como Lydley, em Shropshire — importante em conseqüência de sua localização perto de Watling Street —, os habitantes normais consistiam, em 1273, no preceptor e dois irmãos serviçais. Não havia cavaleiros presentes e o próprio preceptor era, portanto, com toda a probabilidade, um sargento, como acontecia com freqüência.[96] Outros criados e trabalhadores não eram necessariamente registrados. Os pequenos números de Templários encontrados em outras propriedades inglesas revelam uma diminuição do efetivo militar por volta do fim da história da Ordem e uma pequena força permanente de *Cavaleiros* Templários na Inglaterra. Fora de Londres, a presença de cavaleiros seria supérflua, na verdade, e a maioria das funções administrativas eram exercidas por sargentos ou funcionários leigos especializados.

A explicação da função das propriedades templárias na Europa dada por Matthew Paris certamente foi precisa, muito embora ele possa ter exagerado o número. Essas propriedades, e o enorme exército de trabalhadores não-cavaleiros, cumpriam um único propósito: "Os Templários empregavam lavradores e agricultores, pastores e moleiros, jardineiros e artesãos, mas, acima de tudo, exerciam o mesmo controle central, digirido pelo mesmo motivo, o aumento da renda comum e o financiamento da Guerra Santa."[97] Era o declínio gradual da "Guerra Santa", sobretudo depois da queda de Jerusalém, em 1187, que estava na origem dos longos e torturantes estertores dos Templários.

6

Saladino e a Queda de Jerusalém

O principal líder muçulmano responsável pelo colapso do Reino de Jerusalém, herói da anticruzada e inimigo figadal dos Templários, foi Saladino — cujo nome completo era Ṣalāḥ-ad-Dīn Yūsuf ind-Aiyūb, isto é, "Virtuoso da Fé, José filho de Jó". Nascido em 1138, na cidade de Baalbek — leste de Beirute, perto da fronteira moderna com a Síria —, onde seu pai era governador, ele passou os primeiros 24 anos de sua vida estudando o Corão, árabe, retórica, poesia e entregando-se a esportes e passatempos próprios para o descendente de uma família tão ilustre: caça, equitação, xadrez e pólo. Mais tarde, seu pai, Jó — "Najm-al-Dīn", isto é, "Estrela da Fé" —, foi nomeado comandante militar da cidade para Nur-al-Dīn, enquanto o tio de Saladino, Shirkūh, era um general do exército do rei sunita. Como o terceiro grande anticruzado, o próprio Saladino tornou-se o sucessor de Nur-al-Dīn, e do pai deste último, Zengi, que havia conquistado a primeira vitória importante sobre os francos cruzados em Edessa, em 1144.[1]

A experiência militar de Saladino foi conquistada em campanhas com seu tio Shirkūh nos anos 1164-9; no último ano, Shirkūh tornou-se vizir

do califa al-'Adid, no Cairo. O ocupante desse cargo era conhecido, em geral, como "sultão", e, quando Shirkūh morreu, logo depois de sua promoção, Ṣalāḥ ocupou seu lugar. A partir desse instante, ele começou uma rápida ascensão ao poder. Em dois anos, derrubou al-'Adid e tornou-se governante do Egito; também começou a promover mudanças drásticas no exército xiita fatimida, pois ele mesmo, de origem curda, era membro da fé sunita ortodoxa. O que é mais interessante em sua carreira é o fato de que, desde o começo de seu "sultanato", ele teve plena consciência de uma missão como sucessor de Nur-al-Dīn. O conceito de Guerra Santa, *jihād*, como enfatiza o muitas vezes citado diploma de empossamento como vizir, era parte de sua política já em 1169. Saladino é considerado a personificação e o principal instigador da *jihād*:

> No que diz respeito à guerra santa, és o filho de leite dela, filho de seu peito. Portanto, cinge as hastes das lanças para ir ao seu encontro e, a seu serviço, mergulha num mar de pontas de espadas.(...) até que Deus dê a vitória que o Comandante dos Fiéis espera que seja guardada para teus dias e que te sirva de testemunha quando compareceres à sua presença.[2]

Esse trecho profético informa as batalhas e as campanhas de Saladino nos vinte anos seguintes. Primeiro ele consolidou seu poder como governante do mundo muçulmano, em seguida dominou lentamente os estados cruzados usando uma estratégia contra a qual eles não podiam oferecer muita resistência. Segundo dizem, Saladino era um homem de gostos simples, sem interesses em riqueza pessoal nem em poder, cuja vida foi dedicada à idéia da *jihād*. Morreu quase sem deixar o suficiente para as despesas do enterro. Talvez seja por essa razão que seu nome ainda é lembrado e que ele é a figura histórica mais popular entre os árabes. Seu túmulo em Damasco é hoje objeto de peregrinação.

Em 1174 Saladino tomou Damasco e no ano seguinte conseguiu suplantar o filho de Nur-al-Dīn, al-Malik al-Salih, que se opusera a seu co-

mando, mas foi derrotado em sua fortaleza do norte, em Hamah. Saladino tornou-se efetivamente governante do Egito, de Núbia, al-Maghrib, da Arábia, Palestina e Síria. Então, de Damasco e do Cairo, ele começou a fazer um movimento esmagador contra os estados cristãos. Em 1177 tomou Ascalão com um exército de 26 mil homens e avançou para al-Ramlah: aqui os francos eram comandados pelos Templários do Sidon, juntamente com forças do castelo fronteiriço de al-Karak, comandadas por Reginald de Chatillon. Um ataque contra Saladino usando essas tropas, comandado pelo rei leproso Balduíno IV, lançou o exército de Saladino na confusão. Essa batalha, no monte Gisard, foi uma das derrotas mais humilhantes da carreira militar de Saladino: seus homens ficaram sem comida e água e eram constantemente atacados pelas tropas francicas à medida que recuavam de forma desorganizada para o Egito.[3]

Ele nunca esqueceu essa lição, que lhe serviria bem numa situação quase exatamente oposta em Hattin. Em 1179, sua primeira desforra foi obtida contra o recém-construído castelo templário no Vau de Jacó. Com forças auxiliares dos turcomanos e tropas de cerco, ele sitiou a fortaleza templária por seis dias, depois dos quais o castelo foi tomado de assalto. Foram feitos setecentos prisioneiros. O castelo fora cuidadosamente minado por solapadores, que haviam cavado túneis e depois incendiado as escoras, mas Saladino não ficou satisfeito: "Apesar do calor e do fedor dos cadáveres, Saladino só partiria quando a última pedra tivesse sido destruída."[4]

Em 1182 ele finalmente conquistou Mosul, que fora a última fortaleza de Izz-al-Din, irmão do califa al-'Adid, e no ano seguinte tomou Alepo. A partir desse momento, o destino dos reinos francicos foi, na verdade, selado. Vimos num capítulo anterior que as forças cristãs conseguiram estabelecer-se na Síria latina, em parte em conseqüência da composição fragmentária dos estados muçulmanos e dos pequenos emirados e da falta de uma política muçulmana coordenada. O sucesso de Saladino compensou aquela fraqueza e a partir de 1183 ele começou a usar o título de "Sultão do Islã e dos

Muçulmanos". Os francos foram então cercados por um único poder muçulmano, cujo líder era dedicado à *jihād* e à reconquista do território tomado pelos cavaleiros da Primeira Cruzada.

A Batalha de Nazaré

A destruição do castelo templário no Vau de Jacó foi parte de uma estratégia de Saladino para remover peões desprotegidos do tabuleiro: seu exército nunca foi forte o bastante para atacar fortalezas frâncicas tais como Trípoli ou Tiro, mas suas ações mostram como ele pouco a pouco desmontou e enfraqueceu as defesas de que os cavaleiros cruzados dependiam.[5] Um exemplo dessa estratégia ocorreu em 1º de maio de 1187, perto de Nazaré, somente algumas semanas antes da batalha de Hattin, enfraquecendo bastante os Templários e pegando de surpresa as forças cristãs.

Enquanto durante décadas os muçulmanos não haviam tido um único líder, agora as forças cristãs estavam divididas em duas facções antagônicas. Quando o rei leproso Balduíno IV já não podia mover-se e comandar suas forças, ele indicou o marido de sua irmã, Guy de Lusignan, para *bailli* do Reino de Jerusalém. Guy foi apoiado pela maioria dos cavaleiros recém-chegados ao Reino e por seu amigo Gérard de Ridefort — Mestre dos Templários desde 1185. A facção oposta era comandada por Raimundo de Trípoli, primo de Balduíno e um dos barões feudais mais poderosos do Reino. Em 1185, quando o corpo de Balduíno, então com 24 anos, foi inutilizado pela lepra e ele sabia que a morte estava próxima, Raimundo de Trípoli foi escolhido para atuar como regente junto a seu sobrinho e sucessor de nove anos, Balduíno V. No ano seguinte, Balduíno V também morreu e Raimundo foi mais uma vez usurpado por Guy de Lusignan, que se tornou o primeiro rei de Jerusalém originário de Lusignan.[6] A incerteza política e as constantes disputas afligiram os francos em seu momento de maior perigo externo,

e já foi dito que a queda de Jerusalém pode ser atribuída diretamente à existência de facções antagônicas entre os barões locais.[7]

Os Templários estavam na linha de frente, tanto do ponto de vista militar quanto político, conforme é ilustrado por um incidente provocado pela posição controversa de Raimundo, que levou à dizimação de um contingente da Ordem justamente quando toda a sua força seria necessária. Para que Raimundo de Trípoli continuasse com o domínio de Tiberíade, na costa oeste do mar da Galiléia e no caminho principal ao sul de Damasco, era indispensável um *modus vivendi* satisfatório com Saladino, já que o Vau de Jacó estava em mãos muçulmanas.* Mesmo quando o irascível Reginald de Karak, no sul do Reino de Jerusalém, atacou uma caravana de peregrinos que viajavam do Cairo para Damasco, no começo de 1187, Raimundo foi obrigado a manter uma trégua inquieta com Saladino — que jurara conduzir uma *jihād* contra o Reino de Jerusalém e matar Reginald com suas próprias mãos. No final de abril daquele ano, duas séries paralelas de acontecimentos juntaram-se para provocar uma perda trágica para o Templo.

O rei Guy enviara uma missão a Tiberíade para negociar uma reconciliação com Raimundo, cuja cooperação seria indispensável nas semanas por vir, quando Saladino preparava-se para atacar as forças cristãs. Por alguma razão inexplicável, Gérard de Ridefort, o grão-mestre templário e o inimigo mais figadal de Raimundo, foi incluído nessa missão. Ela viajou para o norte, detendo-se em Nablus, castelo de Balian de lbelin, chefe da missão, e no castelo templário de al-Fūlah (ou La Fève). Enquanto essa pequena força estava a caminho, al-Afdal, filho de Saladino, pediu permissão para atravessar as terras de Raimundo de Trípoli — conforme estipulado num acordo entre Raimundo e seu pai. O conde deu-lhe permissão para entrar em seu território no dia seguinte, 1º de maio, com a condição de que a força de al-Afdal voltasse, no máximo, na noite seguinte. Quando Gérard de

*Ibn al-Athir afirma que os barões acusaram-no de ter-se tornado um muçulmano, senão tal acordo teria sido impossível (*in*, Gabrieli, *Storici arabi*, p. 118).

Ridefort soube desse grupo de ataque, convocou imediatamente noventa cavaleiros templários acampados a alguns quilômetros de distância, sob o comando do marechal do Templo, Jaime de Mailly, e preparou-se para enfrentar al-Afdal com o acréscimo dessa força extra.

De Ridefort estava decidido a travar combate; por isso, quando forças cristãs atacaram de surpresa o grupo de ataque muçulmano no dia seguinte, na Fonte de Cresson, perto de Nazaré, ele ordenou imediatamente um ataque. Tanto Roger des Moulins, o Mestre do Hospital, quanto Jaime de Mailly foram contra o ataque a uma força obviamente superior; mas Gérard de Ridefort, talvez levado a uma determinação ainda maior por insultos contra ele, insistiu e comandou uma investida em declive contra al-Afdal. Foi um ataque suicida, feito com ira, e não com estratégia inteligente. O Mestre do Hospital, o marechal do Templo e somente dois ou três dos cavaleiros templários foram mortos. Milagrosamente, Gérard sobreviveu e, gravemente ferido, retirou-se para Nazaré. Assim, em conseqüência de disputas internas e de tolice, uma boa proporção dos melhores cavaleiros que havia se perdeu. O profundo sentimento de ódio entre Raimundo de Trípoli e Gérard de Ridefort foi exacerbado por esse incidente. Além disso, a trégua alcançada entre o rei Guy e Raimundo depois da batalha foi uma pequena compensação para essa derrota psicológica e moral, justamente quando Saladino estava reunindo forças para um ataque em grande escala no Reino de Jerusalém.[8]

Mais uma vez, é interessante notar que a pessoa do grão-mestre do Templo foi, em grande parte, responsável por uma derrota desastrosa. Embora ele deva ter lamentado profundamente sua ação, bem como a morte de tantos cavaleiros templários (inclusive o oficial de terceiro escalão da Ordem), era decisão obstinada sua atacar a todo custo, contrariando o conselho de seus companheiros, o que causou a desgraça. O cronista Ernoul, escudeiro de Balian, que estava presente e cujo relato constitui a base de versões modernas, atribuiu sem rodeios a derrota ao "orgulho do Mestre do Templo".[9] Ambroise conta que as perdas "causaram ao Templo imensa dor".[10] Por sua

vez, obviamente, os muçulmanos exultaram com esse "sucesso": al-Afdal obtivera uma vitória ainda maior do que sua missão teria conseguido se ele tivesse continuado dentro do território de Acra, conforme seu pai desejara. Eles tinham apreciado em especial a morte de Roger des Moulins, cuja bravura era reconhecida e temida. Ibn al-Athir concluiu: "Foi uma grande vitória, já que os Templários e os Hospitaleiros constituíam a força dos francos, de modo que a boa notícia espalhou-se por toda a parte."[11]

Hattin

Os chifres de Hattin são duas montanhas que guardam um desfiladeiro que atravessa o espinhaço norte das montanhas entre Tiberíade e a estrada que vem de Acra, a oeste. Baldwin descreve a região da seguinte maneira:

> Entre Ṣuffūrīyah e o lago Tiberíade, a cerca de 25 quilômetros a leste, o terreno era alto e semelhante a um platô, com elevações rochosas e pequenas depressões, e quase sem água durante o verão. Essa região árida era delimitada a leste e ao norte por uma cadeia curva de montanhas, cujas encostas norte e leste desciam abruptamente, bem abaixo do nível do platô, até a margem do lago. Assim, as montanhas que pareceriam altas e íngremes para uma pessoa que estivesse ao norte e a leste pareceriam a oeste e ao sul apenas uma serra baixa a partir do ponto de vista do platô escarpado.[12]

A principal estrada leste-oeste, construída pelos romanos, é conhecida como a Darb al-Hawarnah e liga os vaus do Jordão, o mar da Galiléia e a costa mediterrânea. A leste, em Tiberíade, estava Saladino, acompanhado por doze mil cavaleiros, com "provisões regulares e remuneração militar",[13] bem ciente das dificuldades do terreno; a oeste, nas fontes de Al-Qastad, perto de Seforia, estava o exército do rei Guy, com 1.200 cavaleiros e 15-18 mil turcópolos e soldados de infantaria.[14]

Saladino tomara Tiberíade sem grande dificuldade em 2 de julho, com apenas uma pequena parte de suas forças, enquanto Raimundo estava em Acra com o rei Guy e o exército cristão. Em Acra, o antagonismo entre Raimundo de Trípoli e Gérard de Ridefort deu origem a uma série de erros fatais: Raimundo argumentou que seria tolice atacar os muçulmanos no calor do verão e que eles deveriam deixar que Saladino tomasse a iniciativa; Gérard acusou-o de covardia e convenceu o rei Guy a ordenar a marcha de Acra para o interior, até Seforia. Como havia bastante pasto para os cavalos do exército, e também provisão de água suficiente, ele argumentou que seria possível esperar ali em segurança pelo próximo movimento de Saladino.

Raimundo rebateu dizendo que seria desastroso marchar pela terra árida entre Acra e Tiberíade em meados de julho. Ele entendia de táticas muçulmanas e Ibn al-Athir diz que ele conhecia a estratégia de Saladino. Raimundo argumentou que, "se Saladino tomar Tiberíade, ele não conseguirá permanecer lá, e, quando ele tiver partido, nós retomaremos a cidade; se ele quiser permanecer, só poderá fazê-lo com todas as suas forças, que não aceitarão ficar longe de suas famílias e aldeias por muito tempo".[15] Ele conhecia a predileção muçulmana por campanhas periódicas e sabia que os homens de Saladino iam querer voltar para casa, a fim de participar da colheita. Todos os historiadores concordam que o conselho de Raimundo foi bem fundado, que foi procurar desgraça deixar bons pastos e água para atacar um inimigo pelo menos igual em número e numa boa posição estratégica.* Ao que tudo indica, a maioria dos homens presentes também concordaram, já que muitos deles conheciam o país tão bem quanto Raimundo. Mas uma pessoa importante discordou: Gérard de Ridefort argumentou — com base

*Smail observa que os relatos do discurso de Raimundo não são totalmente confiáveis, porque "versões contemporâneas deles foram registradas depois da catástrofe subseqüente, e é provável que alguns dos historiógrafos envolvidos tenham cedido à tentação de apresentar Raimundo como um profeta" (Smail, *Crusading Warfare*, p. 191; cf. Baldwin, *Raymond de Tripoli*, pp. 96-135). Sobre a questão complexa de fontes cristãs e muçulmanas para um relato da batalha, *ver* Prawer, *Crusading Institutions*, pp. 484-7, e Runciman, *History of the Crusades*, II, Apêndice II, pp. 486-91.

nos acontecimentos que precederam a Batalha de Nazaré — que Raimundo era um traidor e que Tiberíade ficava a apenas alguns quilômetros de distância. Ao insinuar que, recusando-se a agir, o rei Guy seria visto por seus inimigos como um covarde, ele conseguiu derrubar a decisão tomada pouco tempo antes e obter a ordem de atacar o exército de Saladino em Tiberíade.[16]

Embora a decisão do rei Guy e os conselhos de Gérard de Ridefort tenham sido criticados com freqüência, os argumentos apresentados fizeram um certo sentido, considerando-se os acontecimentos do passado recente. Raimundo recusara homenagens na coroação de Guy, no ano anterior; ele mantinha relações diplomáticas estreitas com Saladino e, mais importante do que tudo, estava apoiando o tipo de plano que desgraçara Guy quatro anos antes.[17] Guy estava em sua primeira campanha como rei de Jerusalém, e é fácil entender que o argumento do Mestre templário de que ele não podia ignorar o pedido de ajuda da esposa de Raimundo, ainda dentro da cidadela de Tiberíade, tocaria o sentimento de honra do rei. Outro fator convincente, dada sua amizade com Gérard de Ridefort, foi a ameaça de retirada do apoio templário. Ele deve ter pensado: qual seria o poder das forças militares do Reino, se fossem privadas do contingente templário?[18]

O exército cristão deixou seu acampamento em Seforia na manhã de sexta-feira, 3 de julho, fornecendo, ironicamente, um estímulo psicológico a mais aos muçulmanos, já que sexta-feira, o dia santo dos muçulmanos, era o dia preferido de Saladino para ações militares. O objetivo imediato era libertar Tiberíade, mas desde o começo a retaguarda templária foi atormentada pela costumeira tática muçulmana de arqueiros atirarem flechas a galope. Saladino recebeu a notícia do avanço durante as orações do amanhecer, em Tiberíade, e partiu imediatamente para juntar-se ao grosso de suas forças em Kafr Sabt; ao meio-dia ele já estava com seu exército, observando do alto o avanço do exército cristão rumo a Tiberíade.[19] O exército de Guy chegou à fonte de Turan, cerca de um terço da distância de Seforia

a Tíberíade, e defrontou-se com uma importante decisão: podiam parar e acampar em Turan, onde havia água, ou podiam continuar o avanço em direção a Tiberíade, que ficava quatorze quilômetros adiante. Havia dois caminhos, um dos quais passava perto do corpo principal das tropas de Saladino; um caminho ao norte, que atravessava o que parecia ser uma serra e descia até a aldeia de Hattin, onde havia outras nascentes, era o melhor. Da posição em que ele se encontrava, a terra pareceu favorável a Guy, que percebeu as montanhas íngremes como uma serra baixa. Ele decidiu avançar em direção a Tiberíade.

Assim que o exército cristão deixou Turan, Saladino enviou duas alas do seu exército para atacar de flanco os cristãos, tomar a nascente e impedir uma possível retirada. Assim, incapaz de alcançar Tiberíade por causa do bloqueio do caminho pelo corpo principal de homens de Saladino e impedido de recuar, o exército do rei Guy foi obrigado a acampar durante a noite sem suprimento de água — depois de uma longa tarde quente, durante a qual eles não tinham podido dar água a seus cavalos.[20] Eles acamparam cercados pelo exército de Saladino, provocados por gritos de "Deus é Grande!" e pela evidente alegria dos muçulmanos. Soldados que deixaram o acampamento em busca de água para sua sede insuportável foram alvejados por atiradores de tocaia. No acampamento muçulmano, as coisas eram diferentes: era trazida água do mar da Galiléia, eram distribuídas flechas e havia setenta dromedários com reservas de alimentos em meio às tropas. Saladino passou a noite preparando-se para a vitória que ele esperava confiantemente para o dia seguinte.[21] "Apesar de seu sucesso e da posição aparentemente desesperada dos francos, ele ainda tomou o cuidado de providenciar para que os combatentes fossem identificados pelo nome em cada esquadrão."[22] Foram acesas fogueiras no cerrado ao redor do acampamento cristão para atiçar a sede dos soldados cristãos com fumaça.

Na manhã de 4 de julho, por volta de nove horas, o exército cristão levantou acampamento e começou a avançar em direção às nascentes de Hattin.

Sedentos e cansados, eles tiveram de avançar no quente sol que se erguia, cujo brilho os ofuscava.[23] Os primeiros a ficar sob o ataque de Saladino foram os Templários, na retaguarda. Eles lutaram vigorosamente, mas sem ajuda, e seu contra-ataque fracassou.[24] Os soldados de infantaria sucumbiram sob o principal ataque de Saladino: sedentos e exaustos mesmo antes de iniciarem a batalha, eles romperam fileiras e subiram correndo uma das duas montanhas que formavam os "chifres" de Hattin. Os cavaleiros ficaram ao pé da montanha, cercados pelos fogos de arbustos que os muçulmanos haviam acendido, com a visibilidade drasticamente reduzida. Em geral, concorda-se em que os cavaleiros lutaram heroicamente em terríveis condições de inferioridade, sem o apoio de sua infantaria; mas, após um combate feroz, o rei Guy e os cavaleiros bateram em retirada para o alto da montanha, com o bispo de Acra carregando a Cruz Verdadeira. No final da tarde, Saladino desferiu seu último ataque, que dizimou o exército cristão, deixando milhares de mortos, juntamente com a maioria dos cavalos; outros tantos foram capturados. Imad ad-Din dá uma descrição especialmente sangrenta do campo de batalha, com todo tipo imaginável de ferimento e desmembramento descrito em detalhes.[25] Os muçulmanos apossaram-se da tenda real da Cruz Verdadeira, e nesse momento Saladino soube que a batalha havia terminado afinal. A nata das forças militares do Reino de Jerusalém, reunidas em castelos e guarnições em todos os estados cruzados, fora destruída.[26]

Existem alguns relatos da batalha feitos na época. O menestrel Ambroise contou que:

> O Mestre do Templo morreu*
> Em meio à fúria da batalha.
> Foi ele quem disse as nobres palavras
> Aprendidas na boa escola do Senhor

*Licença poética: ele foi poupado a pedido do rei Guy e morreu dois anos depois.

Quando nesse ataque violento gente medrosa
E gente corajosa também falaram-lhe assim:
"Venha, senhor, venha, abandone a luta",
E, se tivesse desejado, ele poderia
Ter ido.* "Que Deus não permita", disse ele,
"Que em outra parte eu esteja algum dia,
Ou que algum homem censure
Ao Templo eu ter fugido amedrontado."
Ele não fugiu, mas morreu assim,
Abatido por turcos numerosíssimos.[27]

Fontes muçulmanas enfatizam mais uma vez a coragem templária. Ibn al-Athir, que baseou sua versão nas informações colhidas junto ao filho de Saladino, al-Afdal, conta que os prisioneiros templários deveriam ser executados sob as ordens de Saladino, porque estavam "entre os mais belicosos de todos os francos".[28] Do mesmo modo, Ibn al-Qalānisi disse que era costume de Saladino massacrar Templários e Hospitaleiros por causa do ódio evidente que eles tinham pelos muçulmanos.[29]**

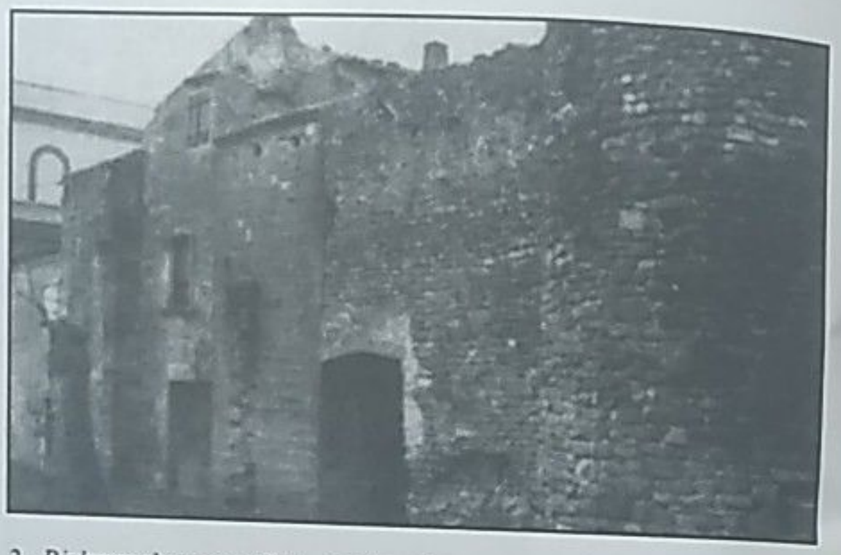
A fúria de Saladino foi estendida primeiro a Reginald de Karak, que ele jurara matar com suas próprias mãos. Muitos dos outros cavaleiros foram libertados por meio de resgate, como era costumeiro nas guerras do século XII. Mas um tratamento especial foi reservado aos Templários e aos Hospitaleiros aprisionados, cerca de duzentos ao todo. Imad ad-Din narra o horrível episódio:

Dois dias depois da vitória, o sultão reuniu os prisioneiros templários e hospitaleiros e disse: "Vou limpar a terra dessas duas raças impuras." Ele então destinou cinqüenta dinares a cada homem que trouxesse um prisio-

*Uma clara referência à fuga de Raimundo do campo de batalha.
**Mas, escrevendo não muito tempo depois e próximo aos Templários, Jacques de Vitry diz: "Depois de muita matança, Guy de Lusignan, rei de Jerusalém, e o Mestre dos Templários, com muitos outros de posição elevada, foram levados prisioneiros e fugiram covardemente ao depararem com os seus perseguidores" (*History of Jerusalem*, p. 201).

ALGUMAS CONSTRUÇÕES TEMPLÁRIAS AINDA EXISTENTES

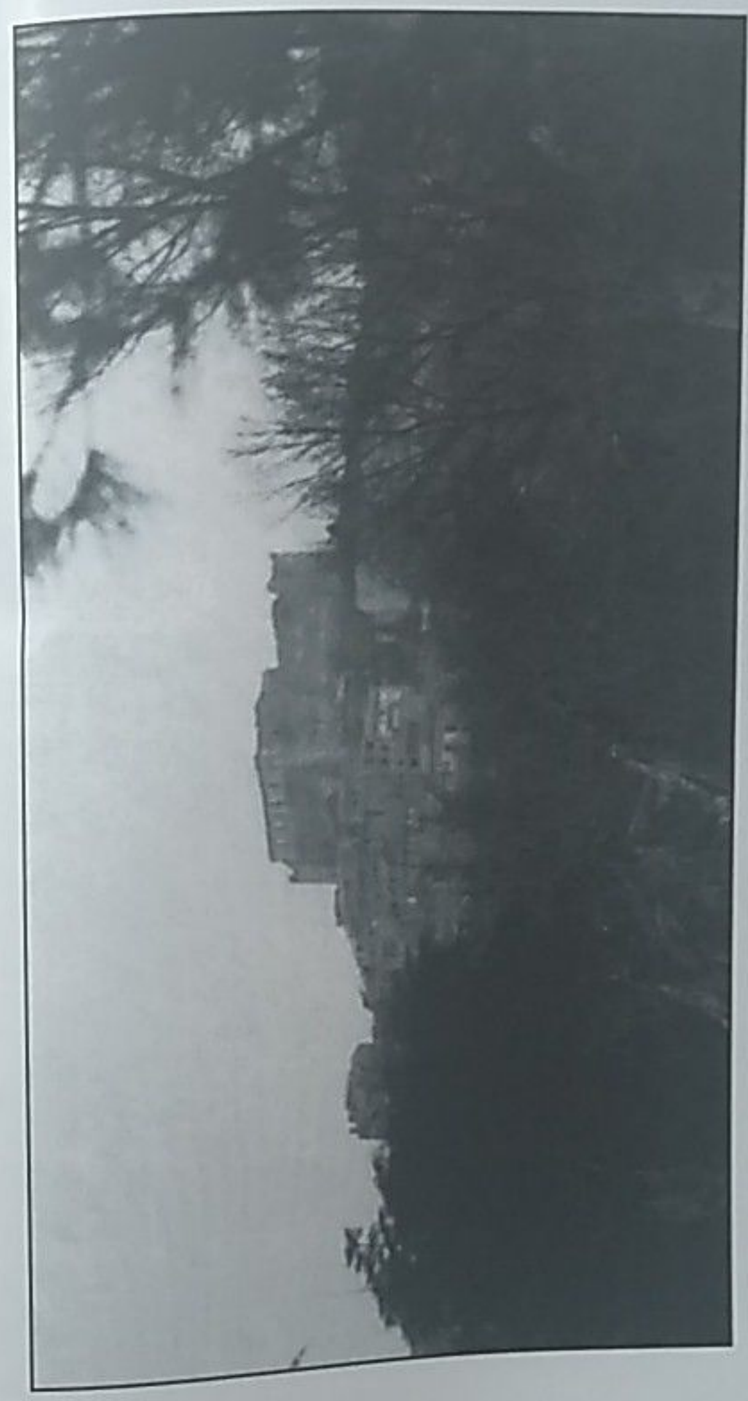
1. Richerenches (norte da Provença): entrada principal da bem conservada comenda, ainda com suas quatro muralhas, cada uma com duzentos metros de comprimento.



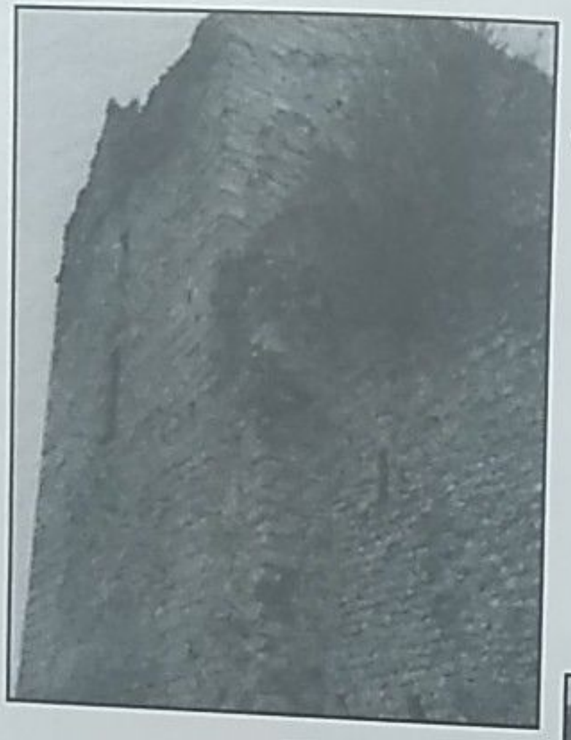
2. *Richerenches: muralhas, mostrando o começo da abóbada do Templo, à direita da igreja restaurada.*

3. *Richerenches: detalhe do Templo, com os arcos dando uma idéia de o quão imponente deve ter sido a construção.*

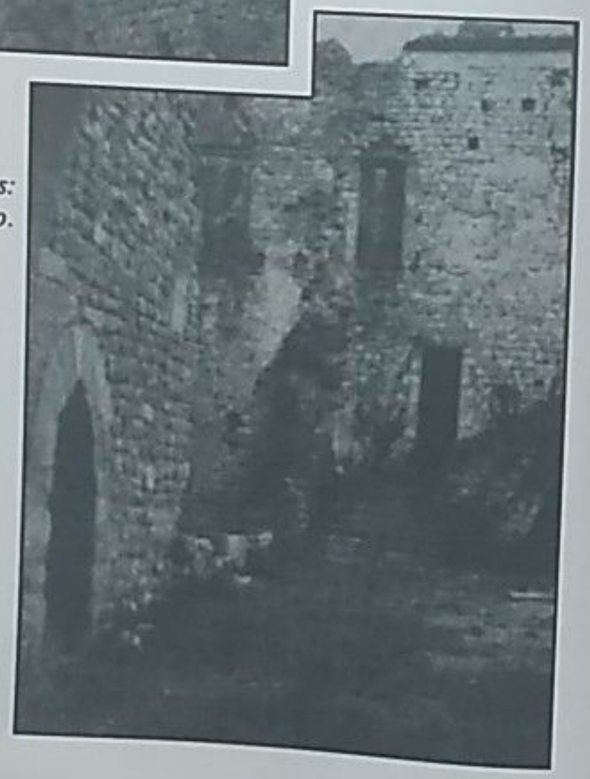
4. *Richerenches: parede lateral do Templo.*



5. *Gréoux-les-Bains (norte de Aix-en-Provence): o maior castelo templário ainda existente, atualmente em restauração, dominando o vale que era controlado por ele.*



6. *Gréoux-les-Bains: torre angular.*

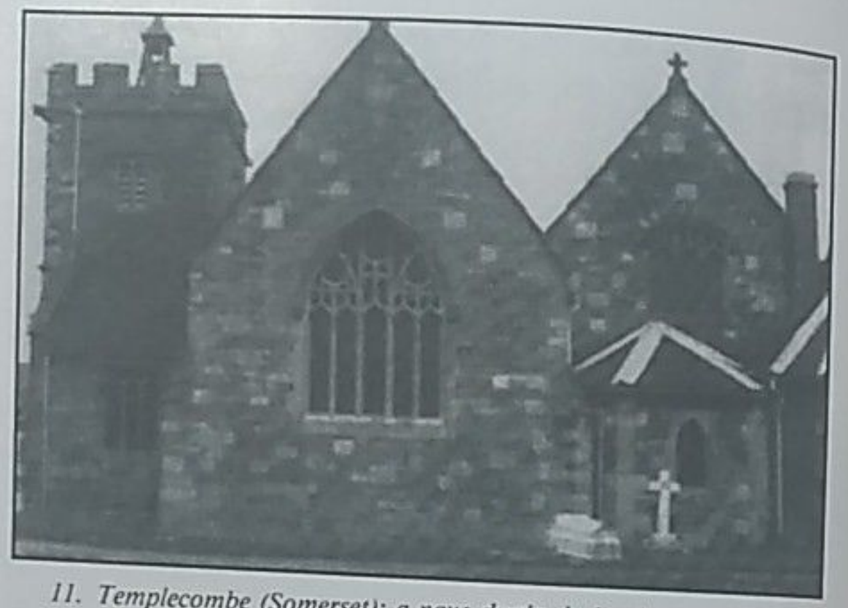


7. *Gréoux-les-Bains: pátio interno.*

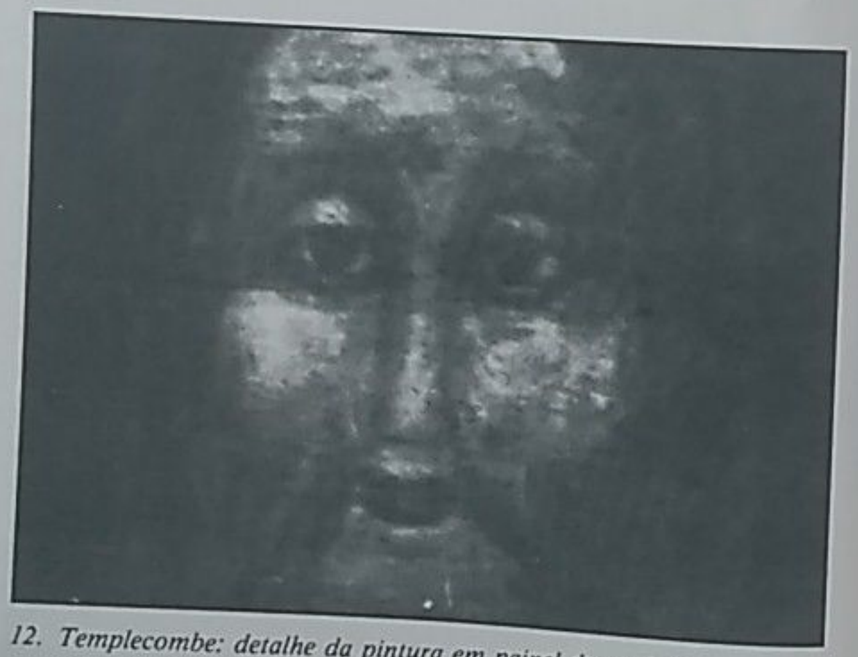
8. *Gréoux-les-Bains: entrada da comenda sob o castelo.*

9. S. Maria del Ponte (Tione, Abruzzi, Itália): começada no caminho cruzado que atravessa a Itália, de Perugia a Siponto (porto de partida), conservando sua forma original, com uma casa construída dentro das muralhas.

10. S. Maria del Ponte: entrada sul, ao lado da igreja bastante restaurada que aparece na ilustração 9. Note-se a semelhança em estilo com a da ilustração 8.



11. Templecombe (Somerset): a nave dupla da igreja templária.



12. Templecombe: detalhe da pintura em painel de madeira considerada uma cópia do Sudário de Turim, e talvez uma solução para o mistério da adoração de imagens templárias.

neiro, e imediatamente o exército trouxe centenas. Ele ordenou então que eles fossem decapitados, preferindo matá-los a escravizá-los. (...) Alguns faziam um corte perfeito e recebiam agradecimentos; alguns abrandavam o golpe e fracassavam; e alguns provocavam riso e eram substituídos por outros. Via-se quem zombava e quem matava, quem conversava e quem agia: quantos juramentos foram cumpridos, quantos elogios ganhos, e eternas recompensas adquiridas com o sangue que se fazia correr, e obras devotas estabelecidas com o pescoço daquele que era decapitado! Quantas espadas manchadas de sangue por uma vitória desejada, quantas lanças brandidas contra um leão capturado por ele, quantas doenças curadas tornando enfermo um Templário...[30]

Mesmo no meio da retórica de Ibn ad-Din, essa referência mostra a coragem dos Templários reconhecida por seus inimigos. Contudo, raramente sua célebre bravura fora combinada com sucesso no campo de batalha, e pode até ter contribuído para a derrota do reino; pois, na Batalha de Hattin, o exército cristão foi aniquilado como força combatente.

A Queda de Jerusalém

O rei Guy ordenara uma mobilização geral das forças armadas existentes na Terra Santa, talvez num total de vinte mil homens. Como assinala Prawer, foi, ironicamente, o enorme sucesso dessa mobilização que facilitou a tarefa de Saladino, uma vez que o exército fora derrotado em Hattin.[31] Castelos, portos, guarnições e até mesmo Jerusalém foram deixados desprotegidos. A ocupação pacífica de Jerusalém, que não possuía importância estratégica, seria um fator fundamental para realçar a sinceridade da motivação religiosa de toda a sua campanha: "Fora ponto central em seus esforços conquistar apoio e este tinha de ser recuperado antes que ele pudesse testar adequadamente se havia alcançado seu objetivo ou não."[32]

A tarefa foi facilitada pela falta de defesas. Sir Hamilton Gibb observa que depois de Hattin o "esfacelamento subseqüente das defesas internas de Jerusalém e Antioquia revelam a fraqueza fundamental dos estados cruzados mais do que o talento militar dos conquistadores, um ponto enfatizado pelo fato de que muitos deles caíram para pequenas forças destacadas".[33] Durante oitenta anos, os cruzados e colonizadores tinham vivido num estado precário de falsa segurança, sendo sua força proveniente não da coragem das ordens militares e perícia de seus comandantes, mas da desunião dos muçulmanos.

Em meados de setembro de 1187, Saladino havia tomado Acra, Nablus, Jafa, Toron, Sidon, Beirute e Ascalão. Em 20 de setembro, seu exército acampou diante de Jerusalém e começou a atacar as muralhas norte e noroeste — sabendo que só havia um punhado de cavaleiros na cidade para resistir a seu cerco. Em 29 de setembro, as muralhas de Jerusalém já tinham brechas. Depois de negociações com Balian de Ibelin, que comandava a cidade juntamente com o patriarca Heráclito (que consagrara o Templo Novo em Londres dois anos antes), Jerusalém caiu para Saladino em 2 de outubro de 1187. Os cristãos dentro da cidade foram libertados por um resgate de trinta mil dinares, evitando uma repetição do massacre em Hattin.[34]

Uma vez que o contingente templário restante havia deixado a cidade com outros refugiados, Saladino ordenou que as construções de Jerusalém fossem restauradas à sua condição original. A primeira destas foi a mesquita al-Aqsa: "Os Templários haviam erguido construções para sua moradia a oeste de al-Aqsa, com celeiros, latrinas* e outros serviços necessários, incorporando parte de al-Aqsa em suas construções; a área foi restaurada a seu estado primitivo. O sultão ordenou que a mesquita e o rochedo fossem limpos de toda a sujeira, e isso foi feito."[35] Assim, todos os indícios da ocupação templária foram erradicados, e a partida deles da cidade santa foi marcada

*Imad ad-Din confirma isso. Se for verdade, então o fato de ter construído latrinas no *mihrab* (o nicho defronte a Meca para o qual os fiéis se voltam quando rezam) pode ter sido perfeitamente um ato de sacrilégio deliberado (cf. Imad ad-Din, *in* Gabrieli, *Storici Arabi*, pp. 161-5).

simbolicamente pelo comparecimento de Saladino às orações na mesquita, na sexta-feira seguinte. Assim como havia demolido o Vau de Jacó pedra por pedra, ele limpou Jerusalém da presença de seus odiados inimigos.

Os doze meses seguintes foram marcados por uma lista de conquistas, quando Saladino atingiu alvos quase à vontade.[36] Mas uma das últimas conquistas é de interesse na história dos Templários, que ainda conservavam os castelos na região fronteiriça de Amanus, que estavam em sua posse desde a década de 30 do século XII. Depois de um mês de ação contínua, que começou em 2 de julho de 1188, com o saque de Tortosa — onde Saladino não conseguiu tomar o castelo templário e então recuou, como era costume seu —, suas forças descansaram alguns dias nas proximidades de Antioquia. Essa cidade era protegida pelos três castelos templários de Darbsak, Bagras e al-Qusair, e em 2 de setembro Saladino executou sua estratégia pondo cerco a Darbsak. Logo foi feita uma brecha na muralha, mas Ibn Shahdad conta o modo como os Templários impediram Saladino de tomar o castelo, agindo como uma parede humana, "cada um ocupando o lugar de seu companheiro".[37] Essa defesa heróica prosseguiu por quatorze dias, enquanto a maioria das outras cidades e castelos havia capitulado para Saladino muito mais depressa.

Mais uma vez, portanto, a coragem dos Templários foi ressaltada; mas, nesse caso, essa coragem foi em certo sentido comprometida por um acontecimento raro. Tendo resistido por duas semanas, a guarnição pediu quartel: os Templários abriram mão de seus víveres, grãos e armas e concordaram relutantemente em pagar um grande resgate, que teve de ser tirado de seu tesouro. Depois do ataque suicida de Nazaré e da bravura no campo de batalha em Hattin, essa medida revela consciência de sua fraqueza e talvez desespero. Até mesmo Ibn Shahdad comentou que o pagamento de um resgate pelos Templários era algo "inaudito".[38]

Essa foi uma das últimas ações na campanha de dois anos de Saladino contra os estados cruzados. Jerusalém estava de novo em mãos muçulma-

nas, e as outrora gloriosas ordens militares foram dizimadas e pelo menos até certo ponto manchadas com fracasso e derrota. Todo o Reino de Jerusalém fora tomado, com exceção da inconquistável fortaleza de Belfort e da cidade de Tiro. O principado de Antioquia foi reduzido à cidade de Antioquia — conservada por seu governante Boemundo em conseqüência de uma trégua com Saladino — e ao castelo de al-Marqab. No condado de Trípoli, somente uma única torre em Tortosa, os dois pequenos castelos templários de Castel Blanc e Castel Rouge (Qala'at Yahmur), a inconquistável fortaleza hospitalária de Krak des Chevaliers e a cidade de Trípoli ainda estavam em mãos cristãs.

Os Templários emergem disso com pouco crédito: a coragem templária nunca foi posta em dúvida, mas muitas vezes foi colocada fora de lugar. Se a força total da Ordem na Síria latina fora, de fato, os seiscentos cavaleiros citados anteriormente, então metade desse número foi perdido em questão de semanas: 60 em Nazaré e 230 em Hattin.[39] Outros foram perdidos em Darbsak e nas batalhas de menor importância da campanha de Saladino. Enquanto a Ordem estava em seu auge no Ocidente como potência financeira e proprietária de terras, no final do século XII os Templários na Terra Santa eram um bando de homens abatidos e derrotados.

7

Templários na Terra Santa: 1187-1292

Os anos que se seguiram imediatamente de Hattin constituíram o período mais negro dos anos intermediários da história templária. Drasticamente reduzidos em número e sem uma liderança experiente desde que seu Mestre Gérard de Ridefort era prisioneiro de Saladino, eles estavam profundamente envolvidos na luta política interna que dividia as cidades cruzadas restantes. Assim que foi libertado, Gérard foi recapturado e morto; além disso, a Ordem sofreu mais perdas e um revés desastroso para seu orgulho em Chipre. Foi somente com o apoio renovado dado a eles por Inocêncio III — que se tornou papa em 1198 — e com os esforços dos dois sucessores de Gérard de Ridefort que os Templários começaram a recuperar um pouco de seu prestígio perdido na Terra Santa.

Como no caso da queda de Edessa, em 1144, a conseqüência imediata da perda de Jerusalém foi a estimulação do interesse pela idéia de uma nova cruzada. Já em 1184, no Concílio de Verona, Frederico Barba-Roxa e o papa Lúcio III haviam discutido uma nova cruzada; e, no ano seguinte, Balduíno IV — pouco antes de sua morte — apelou para Henrique II da Inglaterra

para que comandasse uma cruzada. Mas, depois dos acontecimentos de 1187, o pedido deixou de ser insistente. Cartas, mensageiros e cavaleiros que retornavam espalharam rapidamente a notícia da queda de Jerusalém por toda a Europa Ocidental. Dizem que a notícia da desgraça matou o papa Urbano II, já um homem doente, ao passo que seu sucessor Gregório VIII enviou o arcebispo de Tiro e Henrique de Albano em missões aos monarcas europeus para convencê-los a tomar a cruz: a primeira resposta foi de Frederico Barba-Roxa enquanto Filipe Augusto da França e Henrique II da Inglaterra interromperam sua guerra em curso para concordar em participar juntos de uma cruzada.* Ricardo, filho de Henrique, que breve o sucederia, fez um voto de cruzado.[1] A natureza da notícia incentivou o entusiasmo popular pela guerra santa, e dezenas de milhares de soldados europeus ficaram mentalmente preparados para as grandes cruzadas que estavam prestes a acontecer. Tal interesse foi sustentado por gravuras de propaganda: Conrad de Montserrat, cuja chegada inesperada salvara Tiro no momento da capitulação para Saladino, enviou uma gravura de um cavalo árabe defecando no templo de Jerusalém, enquanto outras gravuras mostravam Cristo sendo surrado por árabes. Esses esforços atrevidos estimularam o apoio popular.[2]

A liderança de Conrad conservara Tiro para os francos, e em 1188 Henrique II deu trinta mil marcos aos Templários e aos Hospitaleiros para melhorar as defesas da Cidade. Trípoli foi salva pela pronta resposta de Guilherme II da Sicília — "Guilherme, o Bom" —, que era casado com Joan, filha de Henrique II e irmã de Ricardo. Ele também abasteceu e reforçou Tiro e Antioquia; se ele não tivesse morrido em 1189, as forças sicilianas teriam desempenhado um importante papel na nova cruzada.[3]

Frederico Barba-Roxa que desejara partir numa nova cruzada desde sua participação na Segunda Cruzada, deixou Ratisbon em 11 de maio de 1189

*Foi então, de Le Mans, que Henrique ordenou a coleta do "dízimo de Saladino" mencionado no Capítulo 5.

com um exército calculado em cem mil homens. Seu avanço pelos Bálcãs foi dificultado pelos problemas habituais de estradas ruins, clima quente e saqueadores, mas foi mais complicado pelas difíceis relações com o imperador bizantino Isaac — que quase degeneraram em guerra de grandes proporções. Em Anatólia, os seljúcidas forçaram o exército de Frederico a uma série de batalhas e obrigaram-no a usar os caminhos mais difíceis das áridas regiões montanhosas. A jornada de Frederico terminou em tragédia: à vista da cidade de Selêucia, que oferecia descanso entre os amigáveis armênios, ele se afogou quando buscava refrescar-se do calor no rio Saleph.[4] Seu exército, já seriamente esvaziado, desintegrou-se nos meses seguintes, e assim o que parecera ser uma grande cruzada terminou no que Runciman define apropriadamente como um "triste fiasco".[5] Os árabes consideraram sua morte uma dádiva de Deus.[6]

Filipe Augusto e Ricardo I foram levados por falta de confiança mútua a viajar para a Terra Santa ao mesmo tempo, embora não exatamente juntos. Depois de algumas cruzadas espontâneas de embarcações dinamarquesas, flandrenses e inglesas em 1189, Ricardo e Filipe planejaram sua partida. Grandes números de barões provenientes de toda a Europa chegaram à Palestina naquele verão.[7] Nesse ínterim, acontecimentos na Terra Santa haviam conduzido a uma ação nova e surpreendente. Uma discórdia reavivada entre os barões, que contra a sua vontade estavam apinhados na cidade de Tiro, conduziu a disputas entre as facções estabelecidas. A maior parte dos nobres aceitava Conrad de Montserrat, que salvara Tiro do avanço de Saladino, como seu líder natural,* enquanto o rei Guy, apoiado pelos Templários, foi forçado a procurar outra cidade na qual pudesse exercer plenamente sua autoridade como rei. Assim, no que talvez tenha parecido um gesto suicida, em 1189 ele pôs cerco a Acra.

*Bahà'ad-Din define-o como o mais sagaz e o mais forte dos francos e atribui-lhe a responsabilidade de "incitar as multidões" a partir numa nova cruzada (*in*, Gabrieli, *Storici Arabi*, p. 203).

Esse cerco de dois anos foi desastroso para os Templários. Quando o exército de Guy lançou um ataque contra a posição de Saladino, em 4 de outubro de 1189, a Ordem sofreu grandes perdas entre seus cavaleiros. De início, o exército frâncico pareceu ter posto as forças de Saladino em fuga, e até mesmo os muçulmanos pensaram que a batalha estivesse perdida.[8] Mas, enquanto eles perseguiam fugitivos, Saladino investiu contra eles. Embora seu centro tivesse sofrido um colapso, Saladino reagrupara seus homens por trás das linhas e comandara o ataque contra os francos. Ibn al-Athir descreve sua vitória:

> Assim, as espadas dos Fiéis cercaram-nos de todos os lados, e ninguém fugiu, mas a maioria foi morta, enquanto o restante foi aprisionado; entre estes, o Mestre dos Templários, que Saladino capturara e depois libertara, e que agora, novamente em suas mãos, ele matara.[9]

De acordo com o historiógrafo árabe, dez mil* cristãos morreram naquela batalha — em sua maioria, cavaleiros, já que os soldados de infantaria não conseguiram juntar-se a eles na batalha. Saladino ordenou um recuo de cerca de cinco quilômetros, "por medo de que o cheiro dos cadáveres causasse algum mal a seus homens".[10] Foi mais um golpe para o poder e o prestígio dos Templários, cujo Mestre fora capturado por Saladino duas vezes em dois anos.

Ricardo I, Chipre e os Templários

No caminho de Messina para Acra, Ricardo da Inglaterra e sua esquadra fizeram um desembarque forçado em Rodes, onde o rei passou dez dias, ao que tudo indica, recuperando-se de um acesso de enjôo. Alguns outros navios, porém, que levavam a rainha Joan da Sicília e a princesa Berengaria de Navarro — que era noiva de Ricardo —, foram impelidos na direção de Chipre. Essas embarcações, inclusive a embarcação-tesouro, naufragaram ao largo de Limassol, e prisioneiros e despojos foram apanhados pelos homens do pretenso imperador Isaac Comênio. Isaac recusou-se a abrir mão de seu butim e, depois de uma falsa tentativa de prestar homenagem a Ricardo, fugiu para o interior da ilha.

*Bahà'ad-Din calculou em um pouco menos de sete mil (*in*, Gabrieli, *Storici Arabi*, p. 191).

Ricardo, juntamente com o rei Guy — que viera da Palestina para encontrar-se com ele em Chipre —, outros nobres e a maioria dos oficiais templários importantes, saqueou os portos de Chipre e tomou os castelos de Famagusta e Nicósia. No final de maio daquele ano, Ricardo já havia conquistado a ilha de Chipre, que não estava entre seus objetivos, e obtido um enorme butim, que ajudou a financiar sua expedição à Terra Santa. Assim que a ilha estava sob um controle seguro, Ricardo foi para Tiro, onde chegou depois de um único dia de viagem; de lá, foi para Acra e juntou-se ao recém-chegado Filipe Augusto no cerco àquela cidade. Depois do cerco de dois anos, a guarnição quase não tinha víveres e a chegada dos reis europeus foi um impulso suficiente para provocar o fim da operação. Em 12 de julho de 1191, Acra rendeu-se: Ricardo e Filipe dividiram a cidade, sendo que Ricardo fez da casa templária seu quartel-general.[11]

Uma vez em Acra, com os diversos problemas e intrigas relativos aos cruzados franceses e alemães, a posse de Chipre pareceu a Ricardo de menor importância. Embora fosse uma fonte fértil de provisões em potencial e um possível refúgio, sua guarnição na ilha informara-o de uma agitação incipiente. Ele era muito chegado ao novo Mestre dos Templários, Robert de Sablé, e negociou a venda de Chipre para a Ordem. O preço foi cem mil dinares de ouro ("*besanz sarazineis*"),[12] o que representou uma verdadeira barganha para a Ordem, já que apenas quarenta mil foram pagos em dinheiro, e o resto em prestações a serem pagas com os rendimentos da ilha.[13]

Mas a propriedade criou problemas inesperados. O historiógrafo da *Continuação* de Guilherme de Tiro afirma que os Templários quiseram "tratar o povo da ilha de Chipre como tratavam as pessoas de um castelo na terra de Jerusalém. Quiseram fazê-los de reféns, bater neles e maltratá-los, e quiseram controlar a ilha de Chipre com uma guarda de vinte irmãos".[14] Uma lenda conta que o castelo de Buffavento foi construído por uma senhora nobre, a fim de refugiar-se dos Templários, que tiranizavam as pessoas durante o ano que dominaram a ilha.[15]

Foi traçado o plano secreto para surpreender e massacrar os Templários e seu comandante em Chipre, Arnaut de Bouchart, a ser colocado em execução no sábado da Semana Santa de 1192 — quando os Cavaleiros menos esperariam tal ataque. Arnaut de Bouchart soube da revolta de antemão e conseguiu retirar-se para o castelo de Nicósia com quatorze irmãos, 29 outros homens montados e 74 soldados de infantaria. Não era um castelo particularmente forte e eles possuíam reservas limitadas de comida; foram apanhados do lado de dentro por uma multidão turbulenta que exigia seu sangue, sem nenhum meio de convocar ajuda imediata. Mais uma vez, os Templários foram salvos por sua coragem temerária:

> Ouvindo isso, Bouchart sugeriu que, em vez de morrer de fome como covardes, a pequena companhia fizesse uma investida contra os sitiantes e morresse como homens. Portanto, no domingo de Páscoa de manhã, tendo assistido à missa, eles avançaram numa investida, surpreendendo completamente os gregos, que nunca suspeitaram que uma força tão pequena fosse capaz de uma iniciativa tão audaciosa. Os latinos mataram os gregos indiscriminadamente, como carneiros; vários gregos que buscaram refúgio numa igreja foram massacrados; os Templários montados cavalgaram pela cidade trespassando com suas lanças todos aqueles que conseguissem alcançar; o sangue correu pelas ruas e caiu no riacho na ponte do Senescal (Lodron), de onde a água carregou-o para a ponte do Pelourinho; ali foi

> erguida posteriormente uma grande pedra em memória do massacre. Os Templários cavalgaram pela terra, saqueando as aldeias e espalhando desolação, pois a população de cidades e aldeias fugiu para as montanhas.[16]

A aquisição de Chipre não fora feliz, e essa rebelião popular representa uma prova ambígua da atitude dos Templários em relação a suas posses. Eles eram senhores mais uma vez, ainda que temporariamente, de uma ilha hostil. Já possuíam um pouco de terra na ilha, concedida por Amaury, que recebera a doação de um rubi em troca,[17] mas Arnaut de Bouchart fugiu para Acra, onde explicou os acontecimentos "ao grão-mestre e ao mosteiro",[18] e os Templários concordaram em que não mais deveriam tentar manter a posse da ilha.

Podemos supor que o "notável entendimento"[19] que existia entre Robert de Sablé e o rei Ricardo garantiu que os Templários desempenhassem um papel importante nas campanhas que ele realizou em seus dois anos na Terra Santa. Os Templários lutaram à direita do rei ou na vanguarda na Batalha de Arsuf, em 7 de setembro de 1191, quando Ricardo demonstrou que Saladino podia ser derrotado.[20] O conhecimento que o grão-mestre tinha das táticas e dos costumes orientais deve ter sido valioso para o rei cruzado, e talvez até De Sablé estivesse por trás da proposta surpreendente feita por Ricardo de oferecer sua irmã Joan, viúva de Guilherme da Sicília, em casamento para al-'Adil (ou Safadino), irmão de Saladino, a fim de que eles pudessem governar Jerusalém juntos.[21] Seu papel é revelado pelos termos de uma proposta de trégua envolvendo o acordo de casamento: como parte do complexo acordo, Saladino deveria devolver propriedades que tomara das ordens militares. Evidentemente, Saladino recusou essa condição, juntamente com as demais propostas.[22]

Depois de chegar duas vezes a vinte quilômetros de Jerusalém e depois recuar, de retomar Acra de Saladino e ajudar seu sobrinho Henrique, conde de Champagne, a suplantar Guy de Lusignan casando-se com a viúva de Conrad de Montserrat, que fora assassinado, e assim reivindicar o título de

rei de Jerusalém, Ricardo chegou afinal a um acordo com Saladino em 2 de setembro de 1192. Um tratado de paz de cinco anos foi assinado por Saladino e afiançado em nome de Ricardo por Henrique de Champagne, Balian de Ibelin e pelos Mestres do Templo e do Hospital. As cidades costeiras ao sul de Jafa deveriam permanecer em mãos cristãs, os peregrinos deveriam ter permissão para visitar Jerusalém e a cidadela de Ascalão deveria ser demolida. O próprio Ricardo nunca foi a Jerusalém, mas a "mera presença de Ricardo e seu exército durante 1191 pode muito bem ter impedido Saladino de colher todos os frutos de sua vitória em Hattin".[23] Ao longo de toda a sua campanha, sua amizade com os Templários foi testemunhada por acontecimentos importantes, entre eles a controvertida venda de Chipre. Por fim, com sua aprovação, a ilha foi vendida por sua vez a Guy de Lusignan, que estava convenientemente afastado das hostilidades internas da Palestina, de modo que o sobrinho de Ricardo pôde governar sem conflito.[24]

Contudo, esse não foi o último incidente envolvendo Ricardo e os Templários. Quando, afinal, o tratado foi assinado, ele pôde planejar sua volta para a Inglaterra — onde seu irmão João estava usurpando-lhe pouco a pouco a posição. Mas a viagem era repleta de perigo. Segundo Ernoul, Ricardo solicitou ajuda ao Mestre do Templo nos seguintes termos:

> *Sire*, sei perfeitamente que não sou amado por todos e é de conhecimento geral que não gosto do mar, e sei que não chegarei àquele lugar sem ser morto ou capturado. Por favor, pelo amor de Deus, queira instruir seus irmãos cavaleiros e seus irmãos sargentos a me acompanhar numa embarcação e, quando tivermos chegado, a me conduzir, como se eu fosse um Templário, a meu país.

O Mestre concordou e Ricardo viajou para a Europa disfarçado de cavaleiro templário, como uma confirmação interessante de sua estreita relação com a Ordem. Seu medo de ser capturado pelo imperador Isaac Ângelo

levou-o a esse subterfúgio e também levou a uma identificação popular entre o rei Ricardo e os Templários.

Infelizmente, a ajuda dos Templários foi inútil. O rei envolveu-se em algumas aventuras com piratas, tempestades e um desembarque dramático na costa de Ístria, no norte da Iugoslávia. Ele era conhecido demais para viajar incógnito, foi reconhecido e capturado perto de Viena, e aprisionado pelo duque Leopoldo da Áustria.[25] Embora seja fascinante que ele tenha colocado sua vida nas mãos dos Templários, também é digno de nota que até mesmo eles foram incapazes naquela época de garantir para o rei uma travessia segura de Acra até a Inglaterra.

Restabelecimento do Poder Templário no Oriente

Os Templários tinham sido diretamente responsáveis pela Santa Sé desde a proteção do papa Eugênio III, mas, embora os últimos anos do século XII tivessem visto uma série de pontificados fracos e de pouca duração, a virada do século foi marcada pelo advento de um dos papas mais ambiciosos e bem-sucedidos, Inocêncio III (1198-1216). Dotado de uma mente legal brilhante, possuía um jeito entusiasta e austero; um de seus muitos livros, *De Contemptu Mundi*, escrito antes de sua eleição para Roma, relembra São Bernardo na forma como ele ataca o orgulho e a sensualidade. A vontade de ferro e a suprema espiritualidade pelas quais ele era célebre também fazem lembrar o fundador da Ordem de Cister. As ambições de Inocêncio não eram pessoais: ele considerava um ideal político a criação de um estado feudal baseado no supremo poder da Igreja, *um regale sacerdotium* no qual o papa representasse o ponto culminante de uma hierarquia de estados vassalos, que dependeriam direta ou indiretamente da Igreja através de seu império.[26] Esse ideal teórico e a tenacidade com que Inocêncio buscou alcançá-lo ao longo de seu pontificado representam o ponto alto do poder da Igreja Romana medieval.

Era natural que tal papa percebesse nos Cavaleiros Templários um instrumento para o cumprimento de seu propósito. Desde o começo de seu pontificado, sua política foi dupla: libertar Jerusalém e combater a heresia, especialmente o catarismo. Esses objetivos foram repetidos na carta que convocava os bispos do Quarto Concílio Lateranense, de 1215, na qual ele escreveu: "Duas coisas são, acima de tudo, caras para mim: a libertação da Terra Santa e a reforma da igreja Universal."[27] Nesse desejo obstinado de anular a derrota em Hattin e suas conseqüências, ele voltou-se muitas vezes para os Templários em busca de orientação, apoio e da capacidade que eles possuíam de transferir e controlar os fundos papais para a guerra no Oriente. Vimos exemplos desse uso da Ordem para a coleta de impostos papais destinados à Terra Santa, e a conclusão de Delisle de que o "tesouro dos Templários era o banco onde os recursos financeiros destinados às cruzadas"[28] eram coletados e administrados foi certamente válida durante o pontificado de Inocêncio. Inocêncio referiu-se certa vez aos Templários como "os queridos irmãos da milícia do Templo",[29] e promulgou cinqüenta bulas em nome deles — inclusive repetições freqüentes da *Omne datum optimum*. Melville afirma que Inocêncio considerava os Templários uma espécie de milícia pontifical,[30] e foi nessa época que três grãos-mestres sucessivos (Philippe de Plessiez, 1201-9, Guilherme de Chartres, 1210-19, e Pedro de Montaigu, 1209-32) consolidaram e conseguiram ampliar o poder dos Templários na Terra Santa. O papa seguinte, Honório III (1216-27), deu continuidade de muitas maneiras às políticas de seu antecessor e favoreceu esse processo de reflorescimento.

Vários outros fatores promoveram esse desenvolvimento. Mudanças de governo e dinastia em Acra, Antioquia e nos estados latinos vizinhos permitiram aos Templários consolidar sua base de poder por meio de manobras diplomáticas e alianças construídas cuidadosamente; até mesmo o nascimento de uma nova ordem militar, os Cavaleiros Teutônicos, não foi suficiente para preencher o vazio de poder existente. Além disso, depois da

conquista de Chipre (1191) e Constantinopla (1204), e do conseqüente estabelecimento de colonizações latinas por toda a Grécia, os cavaleiros europeus que talvez um dia tivessem se aventurado pela Terra Santa em busca de terra e riqueza preferiram esses territórios mais próximos e menos difíceis. A partir de cerca de 1205, os únicos cavaleiros novos que se estabeleceram na Terra Santa foram membros das ordens militares. As cruzadas fragmentárias que se seguiram às mortes do Sagrado Imperador Romano Henrique IV e de Ricardo I da Inglaterra foram fatalmente enfraquecidas pelo mesmo vazio de poder e conquistas diversivas. Jacques de Vitry afirma que as ordens militares eram os únicos cavaleiros que conseguiam evitar a corrupção e a indolência que afligia os cristãos no Oriente: embora os muçulmanos fossem militarmente fracos depois da morte de Saladino e se concentrassem no comércio, as ordens puderam expandir-se.[31] Assim, elas puderam construir fortalezas novas e maiores e tornaram-se ainda mais importantes do que tinham sido no delicado equilíbrio de poder ao longo da estreita faixa costeira deixada nas mãos dos cruzados.

Uma prova disso pode ser encontrada num período de construção e reconstrução de castelos que teve início por volta do final do pontificado de Inocêncio.* Depois da Batalha de Hattin, somente Tortosa continuara sob a posse dos Templários, e a estratégia por trás da construção de castelos mudara drasticamente. As campanhas de Saladino haviam demonstrado que os pequenos castelos para ataque e colonização, do tipo das antigas fortalezas romanas, típicos do século XII, de nada adiantavam em guerras de grandes proporções, ao passo que a grande fortaleza de Krak des Chevaliers resistira a todas as tentativas de tomá-la. Novas técnicas de cerco exigiam a construção de castelos que adotassem as características arquitetônicas orientais, mais

*Nos primeiros anos do século, Azor (Castel des Plains) foi reconstruído. Em 1216 Bagras foi reforçado, e 'Atlit (Castelo Peregrino) foi construído a partir de 1217-18. Em 1232, Mabonim-Carfarlet, a oito quilômetros ao sul de 'Atlit, foi comprado pelos Templários. Em 1240 foi iniciado o grande castelo de Safed, enquanto Tsipori foi construído em 1250 e Beaufort em 1260.

sofisticadas. Foram criadas muralhas maciças para resistir a catapultas cada vez mais potentes, que lançavam pedras de até 150 quilos nas muralhas do castelo de uma distância segura; foi aumentado o número de torres nas muralhas, e castelos com circunvalação dupla tornaram-se mais comuns na defesa contra técnicas de sapa e mina; essas características também ofereciam maior proteção contra a torre de madeira móvel e blindada, que podia ser levada até perto da muralha de um castelo e da qual uma ponte levadiça podia ser baixada para permitir que os atacantes corressem diretamente para cima das muralhas do castelo. Foram introduzidas torres com posições de tiro para cobrir um terreno que antes não podia ser atingido por fogo de artilharia. "Portões inclinados" fortificados, nos quais qualquer pessoa que entrasse pelo portão externo tinha de fazer uma volta pronunciada na direção do portão interno, também tornaram-se características regulares.[32] 'Atlit e Safed também possuíam fossos.

Quando os Templários recuperaram a posse de Bagras, em 1216, em conseqüência de seu apoio a Boemundo de Antioquia e ao patriarca Alberto de Jerusalém contra Leo da Armênia, ele foi reforçado imediatamente. Depois que esse serviço foi executado, Bagras continuou em mãos templárias até 1268, o mais longo período contínuo de posse.[33] Na verdade, a reaquisição marcou o início de um período de governo quase independente na região fronteiriça de Amanus.[34] Agora, em vez de servir constantemente ao rei de Jerusalém e aos soberanos dos outros estados cruzados, os Templários seguiram seu próprio caminho como senhores feudais.

O castelo templário mais importante construído durante esse breve período de reflorescimento foi 'Atlit (Chastiau Pèlerin, isto é, Castelo Peregrino), situado no único promontório no litoral entre Jafa e Haifa. Ele representa a quintessência da nova política de construção de castelos e, ironicamente, o começo do fim da tentativa de colonizar a Palestina. Foi iniciado no inverno de 1217-18 no local de uma antiga torre de vigia, conhecida como Destroit, construída pelos Templários para proteger os peregrinos no caminho da costa para Jerusalém.[35] O historiógrafo Oliver de Padeborn, que descreve sua construção com grandes detalhes, conta que a "principal utilidade dessas construções é permitir aos Templários escapar da depravação de costumes e da corrupção que enchem a cidade de Acra".[36] Mas sua natureza defensiva, aberta ao ataque por terra somente num dos lados, fica imediatamente evidente a partir da localização e de sua planta. Ele foi construído com a experiência dos cercos de Acra e Tiro em mente, e os Templários entenderam que um castelo abastecido e reforçado com reservas vindas por mar poderia resistir indefinidamente contra os exércitos terrestres dos muçulmanos. 'Atlit marca uma importante mudança na mentalidade cruzada, e na verdade nunca foi tomado pelos muçulmanos. Os outros grandes castelos dos Templários construídos em contrafortes no século XIII, Safed e Beaufort, também eram baseados no conceito de que muralhas enormes poderiam substituir o efetivo militar.

Embora os grandes castelos hospitaleiros de Krak e Marqab e o castelo templário de Safed tenham sido reforçados no século XIII pelo acréscimo de uma segunda circunvalação,* 'Atlit — e também Tortosa, construído num local semelhante — ainda possuía uma única circunvalação. Mas, no caso de 'Atlit e Tortosa, essa única muralha erguia-se praticamente do mar. 'Atlit era cercado em três lados pelo mar, e no quarto lado o rochedo escarpado natural era reforçado por um engenhoso esquema de defesa baseado num fosso, numa muralha e em três torres;** ele foi construído por engenheiros habilidosos, que colocaram em prática toda a experiência dos Templários no século XII.

A entrada era através das torres, que tinham dois portões externos, um com ponte levadiça e outro sem, de modo que, juntamente com um portão

*Chastel Blanc e Chateau Rouge, no interior a partir de Tortosa, são outros exemplos de castelos templários com dupla circunvalação. *Chastel* é a forma francesa antiga para castelo.

**Beaufort era igualmente defendido por um precipício de trezentos metros em seus lados leste e norte, de modo que um ataque só era viável pelos lados oeste e sul (Smail, *Crusading Warfare*, p. 221). O uso das características naturais era de especial valor em tal terreno escarpado.

interno, eles formavam uma entrada encurvada do tipo oriental tradicional.[37]* Entre as torres, a muralha tinha seis metros de espessura, com "um relevo quase tão grande por sobre a contra-escarpa quanto seria possível sem bloquear o comando das grandes torres sobre o terrapleno do lado de fora.[38] Assim, um inimigo que se aproximasse da beira do fosso escarpado com seis metros de profundidade se veria diante da muralha a 25 metros de distância e ficaria sob o tiro defensivo de flechas disparado de pelo menos quatro fendas em qualquer ponto específico.[39] Acredita-se que o fosso podia ser inundado pela água do mar. As torres comandavam o fosso perfeitamente e também ofereciam uma vista da planície até o monte Carmelo, de modo que os vigias podiam ver as nuvens de poeira que se aproximassem a pelo menos onze a treze quilômetros de um lado e de outro da costa. A região era rica em peixe, sal, madeira, óleos, videiras, grãos e frutas, sendo, portanto, de grande valor, além de sua importância estratégica.[40] Também possuía um bom porto natural.

A habilidade dos construtores foi considerada excepcional por C. N. Johns, que escavou o sítio na década de 30 do século XX. O castelo oferecia uma defesa quase perfeita na direção da terra, ao passo que podia ser abastecido pelo mar — onde os francos, com o auxílio das grandes frotas mercantes de Pisa, Gênova e Veneza, mantiveram o controle durante a maior parte do século XIII. A única torre que ainda resta fica a 34 metros de altura e possui duas paredes com abóbada semicilíndrica da altura dos dois andares inferiores. Essa torre era ligada às outras torres por um corredor interno, oferecendo excelente comunicação entre os defensores.[41] Com suas enormes reservas de víveres, seu abastecimento de água potável e seus pomares, 'Atlit podia manter uma força de alguns milhares de pessoas,** cavaleiros e

*Tortosa, também cercado em três lados pelo mar, possuía uma única entrada encurvada, mais normal.
**Em 1220, a guarnição contava com quatro mil homens (Benvenisti, *Crusaders in the Holy Land*, p. 177).

criados necessários. Com sua capela decagonal e seu grande salão abobadado, era apropriado para receber e proporcionar hospitalidade à realeza, ao alto clero e aos grandes senhores seculares que visitavam os Templários: em 1251, a rainha Margarete da Provença, esposa de Luís IX da França, ficou lá, enquanto seu marido participava de uma cruzada, e deu à luz um filho entre as paredes de 'Atlit.[42]

Dois anos depois de ter sido concluído, 'Atlit foi atacado por Al-Mu'azzam, soberano de Damasco. O sultão pôs cerco ao castelo com armas sofisticadas, tais como uma balestra (um instrumento extremamente preciso para atirar pedras por contrapeso), três catapultas e quatro mangonelas ou fundas. Mas o castelo era bem protegido contra a mais temida das táticas de cerco, o ato de minar os muros de defesa, já que seus alicerces ficavam abaixo do nível do mar. A guarnição de trezentos Templários, supervisionada por Pedro de Montaigu, o Mestre, resistiu a todos os ataques e conseguiu colocar uma balestra e uma catapulta fora de ação. Depois de um mês de cerco, o sultão foi obrigado a abandonar seu ataque, tendo perdido três emires e duzentos mamelucos.[43] Em 1229, Frederico II de Hohenstaufen foi obrigado pela força de 'Atlit a desistir de uma tentativa de tomar o castelo dos Templários, e ele só foi perdido quando a Ordem evacuou o local depois da queda de Acra, em 1291. Burchand do Monte Sião, que visitou 'Atlit em 1280, não exagerou quando escreveu que ele era "... o mais fortemente fortificado de todos os lugares já possuídos pelos cristãos. Está alicerçado nas profundezas do mar e é protegido por muralhas e fortificações exteriores, bem como barbacãs e torres tão fortes que o mundo inteiro não conseguiria tomá-lo".[44] As ruínas de 'Atlit continuam sendo hoje o maior monumento ao poder templário na Terra Santa.

A importância da nova fortaleza foi reconhecida durante uma das principais ações ofensivas que os francos empreenderam no século XIII. Justamente quando ela estava terminando de ser construída, em 1218, novas forças cruzadas estavam reunindo-se em Acra; Ibn al-Athir refere-se a uma

"nova aparição" dos francos depois de uma longa ausência.[45] Em maio daquele ano, o rei João de Brienne e o exército do que em geral se conhece como Quinta Cruzada, com um grande número de cruzados alemães, frísios e italianos,* deteve-se em 'Atlit no caminho de Acra para o seu destino em Damietta, no delta do Nilo. É interessante que 'Atlit já era considerado o mais importante porto de escala ao sul de Acra. Um contingente de Templários, inclusive o Mestre Guilherme de Chartres, partiu por mar com o exército cruzado para juntar-se a eles em seu planejado ataque a al-Adid, filho de Saladino, que estava envelhecendo, em Damietta. Mais uma vez, pode-se considerar que a nova fortaleza representa um reflorescimento do poder templário, sobretudo porque a expedição contra Damietta já fora proposta no ano anterior pelos Mestres templário e hospitaleiro mas fora abandonada por falta de um efetivo adequado.[46] O exército fez escala por algumas horas em 'Atlit, enquanto suprimentos extras e cavaleiros templários eram colocados a bordo; em seguida, eles partiram diretamente para Damietta, onde Guilherme de Chartres pisou em terra com João de Brienne, o duque Leopoldo VI da Áustria e o Mestre do Hospital.

A cidade de Damietta era considerada uma ponta de lança fundamental para o controle do Oriente Próximo e como base para outros ataques ao reino do sultão al-Adid. Se Damietta e Alexandria fossem tomadas, os líderes da cruzada achavam que talvez até fosse possível negociar uma troca com Jerusalém. O exército desembarcou na margem oeste do Nilo, em frente a Damietta, e preparou-se para atacar a cidade e defender simultaneamente seu acampamento cavando um fosso e construindo um muro de defesa.

Damietta era uma cidade bem fortificada e protegida, com oitenta mil pessoas presentes quando o exército cruzado chegou. Os primeiros ataques

*Uma idéia fascinante da influência templária é fornecida pelo caso de André II na Hungria, que partira por mar com os cruzados da Europa mas voltara em janeiro de 1218. Se André não voltasse, ficara combinado que o Reino da Croácia e da Dalmácia deveria ser governado por Pons da Cruz, Mestre dos Templários húngaros (cf. Van Cleve, *The Fifth Crusade, in* Setton (org.), *History of the Crusades*, II. p. 387).

foram feitos contra uma torre com corrente no Nilo: uma corrente e uma ponte flutuante entre essa torre e Damietta davam aos muçulmanos controle sobre o tráfego no rio bloqueando o único canal navegável. Mas a torre era bem fortificada e resistiu a esses ataques iniciais; ao mesmo tempo, um ataque conduzido por uma força de 70-80 embarcações não conseguiu abalar as defesas da cidade. Assim, teve início um cerco que durou de 27 de maio de 1218 até a tomada final da cidade abandonada, em 5 de novembro de 1219. Os Templários desempenharam um papel importante em meio a um exército grande e muitas vezes indisciplinado: uma tentativa templária de tomar Damietta atacando a cidade numa grande embarcação terminou com esta indo a pique ao pé das muralhas;[47] em outra ocasião, forças templárias esmagaram tropas muçulmanas que saíam da cidade;[48] mais uma vez, somente as forças unidas dos Templários e dos Hospitaleiros em apoio a João de Brienne impediu a destruição do exército cristão.[49] Mais importante do que tudo, considerando-se alguns Mestres não totalmente bem-sucedidos, foram o habilidoso comando e o senso tático do novo Mestre Pedro de Montaigu, que sucedeu Guilherme de Chartres depois da morte deste na campanha de Damietta.[50] Sua liderança ajudou claramente a manter a disposição para o combate entre os Templários, enquanto os outros elementos do exército se atrapalhavam.[51]

O longo cerco foi mantido em vão, pois Damietta foi evacuada depois que uma trégua de oito anos foi negociada com os muçulmanos. A promessa de forças extras provenientes da Europa nunca se concretizou, e o que foi quase um triunfo terminou em fracasso. A Terra Santa não fora retomada por conquista nem por negociação; Damietta não deveria servir de ponta de lança para atacar o Egito; e, embora em determinado estágio Jerusalém tenha sido oferecida nos termos da trégua, não foi aceita. Mas, nessa ocasião, os Templários não tiveram culpa. Desde a partida de 'Atlit até o saque de Damietta, que proporcionou uma enorme quantidade de despojos, sua reputação de grande valor foi mantida. Eles perderam um Mestre, mas ga-

nharam outro, que desempenharia um papel fundamental na história templária na década seguinte. O papel deles criou, em parte, um prestígio renovado, que ajudou a atenuar as lembranças de fracassos e perdas que a Ordem sofrera nas mãos de Saladino.

Os Templários e a Cruzada de Frederico II

Frederico II de Hohenstaufen (1197-1250), Sagrado Imperador Romano e rei da Sicília, prometera há muito tempo partir numa cruzada. É possível que Jerusalém tivesse sido tomada, se ele tivesse se juntado ao grande exército de cruzados em Damietta, em 1218 ou 1219. Mas, desde o começo, seus motivos foram de natureza menos pura do que a maioria dos grandes cruzados. Depois de uma expedição fracassada ao norte da Itália, partindo de seu reino na Sicília, em 1226, ele buscou o apoio do papa Honório III contra as comunas lombardas, que haviam resistido a ele. Seu objetivo fora "reformar a situação política do Império"[52] trazendo a independente Liga Lombarda para o seu poder; para opor-se a eles, adotou a estratégia de enfatizar a obrigação de conduzir uma cruzada — e por conseguinte a necessidade de remover obstáculos para a realização de tal cruzada —, a fim de obter a aprovação de Honório. Foi nessa época que Frederico começou a ver o papa como um rival laico, e não como um líder espiritual. Assim, desde o começo, sua cruzada foi de inspiração política.

Honório III foi sucedido, em março de 1227, por Gregório IX, sobrinho de Inocêncio III, que lançou uma política de domínio mundial pela Igreja. Gregório "viu na obrigação de longa data por parte de Frederico de participar de uma cruzada a oportunidade suprema de inutilizar, se não destruir, a ameaça Hohenstaufen".[53] Quando, por fim, Frederico partiu em setembro daquele ano, e voltou quase imediatamente, Gregório não acreditou que a razão fora uma doença e excomungou o imperador. Mas tudo

indica que ele também estivera envolvido numa série de ações na Sicília contra os Templários e outros proprietários rurais fiéis à Santa Sé.[54] Quando Frederico partiu em 26 de junho de 1228, Gregório na realidade enviou um exército contra seu reino na Sicília; ainda mais estranho foi o fato paradoxal de um imperador excomungado comandar uma cruzada.*

Essa anomalia resultou em conseqüências ainda mais estranhas. Quando Frederico chegou a Acra, em 7 de setembro de 1228, com uma frota de quarenta embarcações e algumas centenas de cavaleiros alemães e sicilianos, foi acolhido com entusiasmo pelos Templários e Hospitaleiros — em conseqüência de seu juramento de combater os sarracenos durante dois anos. Mas logo depois chegou-lhes uma carta de Gregório, ordenando-lhes que não participassem das atividades cruzadas de Frederico.[55] E o entusiasmo dos Templários já estava misturado à preocupação: sob o patronato de Frederico, os Cavaleiros Teutônicos estavam crescendo rapidamente, a ponto de igualá-los em posses e poder, e parece que Thomas de Acerra, representante do imperador na Síria, foi encarregado da tarefa específica de pôr freio ao poder dos Templários.[56] A crescente preocupação por parte deles foi aumentada por uma segunda excomunhão de Frederico II, que foi acusado pelo papa de partir numa cruzada sem esperar pela absolvição da primeira excomunhão. Isso tornou difícil para os Templários, sob o patronato papal direto, apoiar Frederico — não obstante a autorização paradoxal do segundo parágrafo da *Regra* de associação com cavaleiros excomungados sempre que possível. A situação conduziu a resultados estranhos: na região fronteiriça ao sul de Jafa, o contingente templário marchou sob a comando de Pedro de Montaigu *um dia de viagem atrás* de Frederico — a fim de evitar acusações de que haviam marchado *com* ele.[57]

*A excomunhão não era excepcional em tais casos, e era tanto um sinal de desaprovação quanto uma punição real. Filipe da Suábia, tio de Frederico, fora excomungado por Inocêncio III, e o doge Dandolo e toda a esquadra veneziana foram excomungados depois do saque de Zara, quando se encontravam a caminho da Quarta Cruzada.

A cruzada de Frederico foi anômala sob outros aspectos. O imperador falava perfeitamente o árabe, tendo sido educado numa corte de Palermo sob a influência do Islã; ele mesmo possuía um harém na Sicília, e o papa Gregório irritava-se com os costumes e o estilo de vida árabes de Frederico. O cronista árabe Ybn Wasil afirma que Frederico era "amigo da filosofia, da lógica e da medicina, e favorável aos muçulmanos".[58] Ele realizou intercâmbios sobre problemas de matemática com os líderes muçulmanos, e suas propostas de trégua eram bem recebidas pelo sultão, em conseqüência da simpatia natural que existia entre eles. Ele cultivava uma amizade profunda com Fakhr ad-Din, filho do sultão do Egito, e manteve contato diplomático e amigável com os descendentes do sultão até o fim de sua vida. Essas relações pessoais resultaram na maior de todas as anomalias: Frederico II na realidade negociou o retorno de Jerusalém para mãos cristãs, tendo êxito onde inúmeras cruzadas e tentativas de negociação haviam fracassado. O tratado foi assinado em 18 de fevereiro de 1229.

Deve ter parecido aos Templários que eles deveriam suportar o impacto das concessões de Frederico: os termos do tratado especificavam que muçulmanos deveriam conservar Al-Haram ash-Sharif e a área que continha a mesquita de Omar e o Templo de Salomão — embora os cristãos devessem ter acesso ao Templo para suas orações.[59] Os inimigos de Frederico queixaram-se de que o tratado fora feito sem menção à Igreja, à Cristandade ou aos peregrinos. Os Templários ficaram compreensivelmente furiosos por ter o Templo, seu antigo quartel-general, ficado em mãos muçulmanas. Nas palavras de Thomas Van Cleve:

> Era um princípio de sua fé, a *raison d'être* da ordem, eles lutarem incansavelmente contra o "infiel". A aceitação dos termos de Frederico imporiam sobre eles relações pacíficas com os muçulmanos durante pelo menos dez anos. Eles já haviam passado por dificuldades e sofrido doenças e privações para conquistar o controle de lugares fortificados a partir dos quais poderiam prosseguir a conquista. Agora, num único golpe, um imperador cristão, notoriamente amigo dos muçulmanos, desprezara as conquistas deles, ignorara-lhes os direitos, talvez até tivesse se comprometido a impedir-lhes outras conquistas.[60]

Os Templários precisavam de guerra santa para sobreviver, e esse foi o primeiro sinal da apreensão que a falta de conflito com os muçulmanos criou na Ordem. Em 17 de março de 1229, Frederico II foi coroado rei de Jerusalém, e deve ter parecido a alguns deles mesmo então que seu futuro era seriamente duvidoso.

Quando em Jerusalém, Frederico visitou a mesquita de al-Aqsa, ex-quartel-general dos Templários, e, se se deve acreditar no relato de Sibt Ibn al-Giawzi, os sentimentos entre o imperador e os Templários estavam exaltando-se. Esta narrativa, rica em detalhes interessantes da visita de Frederico a Jerusalém, conta que Frederico "ficou em Jerusalém apenas duas noites, e em seguida retornou a Jafa, temendo que os Templários quisessem matá-lo".[61] A tentativa subseqüente por parte de Frederico de atacar 'Atlit e o papel dos Templários no plano do patriarca Gerold de tomar Jerusalém em nome do papa com a ajuda deles mostram as relações difíceis entre os dois lados.

Contudo, os Templários eram oportunistas demais, o Mestre um diplomata perito demais, para que tais preocupações lhes perturbassem a perspectiva a longo prazo. Mais cedo ou mais tarde, Frederico teria de voltar para o Ocidente e para os problemas de seu reino lá, enquanto os Templários podiam esperar. Assim, no último instante possível, antes da ruptura total, os Templários parecem ter-se oferecido para ajudar na reconstrução de Jerusalém. Van Cleve atribui essa mudança ao oportunismo deles e afirma que ela representou um "reconhecimento tardio pelas Ordens e pelo patriarca Gerold de que a conquista de Frederico II era algo que poderia ser revertido em benefício deles, sobretudo depois da partida do imperador, que eles acreditavam ser iminente".[62] Mas o envolvimento deles com os planos de Gerold

já haviam comprometido os Templários na mente de Frederico. O imperador realizou uma reunião em Acra na qual condenou os partidários de Gerold e em especial os Templários. Eles foram rotulados de traidores, expulsos da cidade de Acra, e as ruas que conduziam à área onde eles residiam foram vigiadas pelas tropas do imperador. Seu último ato antes de deixar a Terra Santa, em 1º de junho de 1229, foi expedir ou destruir todas as armas disponíveis, de modo que o patriarca e os Templários não pudessem fazer uso delas.[63] Ele também ajudou os Cavaleiros Teutônicos a recuperar as terras ao redor de seu castelo em Montfort, que dominava Acra, como mais uma medida defensiva contra os Templários.[64]

Essa perseguição prosseguiu na Itália. Chegando com uma rapidez extraordinária, para que nem mesmo o papa fosse informado por mais um mês, Frederico começou a reconquista de seu reino com a ajuda de tropas alemãs leais. No final de 1229, ele já havia conseguido. As operações compreenderam o confisco de propriedades templárias no reino da Sicília, mas o papa conseguiu negociar pagamentos compensatórios como parte de concessões gerais feitas pelo imperador em 1230. A tensão continuou, porém, e quando Gregório IX foi levado a excomungar Frederico mais uma vez em 1239, as acusações e queixas abrangeram sua ação dez anos antes, ao voltar da Terra Santa. Onze das dezesseis queixas enumeradas diziam respeito às supostas iniqüidades de Frederico no Reino da Sicília; uma delas relacionava-se especificamente com seu ato de espoliar os Templários e os Hospitaleiros.[65]

Assim, as relações entre Frederico II e os Templários foram continuamente turbulentas durante um período longo, em virtude talvez do apoio dado por ele aos Cavaleiros Teutônicos, mas também exacerbadas pelos ataques diretos que ele fazia ao prestígio e ao poder dos Templários. É possível que muitos outros líderes seculares tenham se sentido como Frederico em relação aos Templários, mas nenhum tinha poder suficiente para agir como ele agiu. O apoio papal foi, nesse caso, de inestimável valor para a Ordem, e é verdade que — como eles haviam previsto —, uma vez que Frederico

havia deixado a Terra Santa, a situação deles lá voltou logo ao que era antes. Mais importante do que tudo era o fato de que os Templários nunca tinham sido tão poderosos na Itália, sobretudo no Reino da Sicília, como na França e na Inglaterra, onde a influência política de Frederico era desprezível. Henrique III da Inglaterra era um aliado e correspondente de Frederico, e deu sua irmã Isabella em casamento ao imperador; mas, ao mesmo tempo, ele era ardorosamente leal aos Templários.

Ações Militares: 1229-91

Essa defesa do imperador Frederico II representa uma recuperação de prestígio e poder pelos Templários depois das catástrofes da última década do século XII. Na década de 30 do século XIII, a Ordem reassumiu parte de seu objetivo original e começou a despachar peregrinos e mercadorias de Marselha para a Terra Santa.[66] Em 1240, em conseqüência de uma trégua entre Ricardo da Cornualha, irmão cruzado de Henrique III, e o sultão de Damasco, eles receberam Safed de volta, embora tenham violado o tratado que o dava a eles atacando Hebron dois anos depois.[67] No mesmo ano, eles se sentiram seguros o bastante para atacar abertamente os Cavaleiros Teutônicos, queimando-lhes a igreja em Acra, enquanto a esquadra genovesa punha cerco ao núcleo do Hospital lá.[68] Em 1252, o grão-mestre Thomas Berard forneceu salvo-conduto para 26 pessoas de Malta a Trípoli, a fim de julgar uma disputa com o príncipe; a ordem de Berard, "pela graça de Deus, humilde Mestre dos Cavaleiros do Templo", demonstra o poder internacional que os Templários tinham como fiadores.[69] Seu poder renovado também é mostrado pela doação dos feudos de Belfort e Sidon, que passaram para os Templários em 1260, quando os senhores laicos decidiram que já não podiam manter sua defesa.[70] Imensas reservas de homens e dinheiro na Europa Ocidental permitiram-lhes aceitar responsabilidades tais como o encargo

de manter fortalezas na Síria latina, o qual se tornara insuportável para os barões locais, que já não podiam contar com os impostos arrecadados por seus antecessores do século XI.

Mas também foi nesse período que ocorreu a maioria dos abusos de poder templário, e historiógrafos falaram claramente do papel dos Templários na perda de cidades, castelos, e até mesmo no enfraquecimento do comércio entre Tiro, Acra e o Ocidente, em conseqüência de rixas entre as ordens militares e as colônias mercantes italianas. O poder dos Templários e do Hospital aumentou, na presença de um vazio de poder muçulmano. Depois da morte de Saladino, o poder muçulmano fora dividido entre os filhos e os sobrinhos do grande anticruzado, e em meados do século XIII rivalidades e disputas mortais já haviam praticamente anulado as vantagens obtidas por Saladino. Pequenas tréguas governavam o delicado equilíbrio do poder militar na Terra Santa, e os Templários estavam sempre prontos a rompê-las quando havia uma vantagem óbvia a ser obtida. Desde a morte de Saladino, em 1192, até cerca de 1260, eles conseguiram aumentar, ou recuperar, regularmente seus domínios e seu poder. Mas, depois de 1260, o último dos grandes anticruzados árabes, Baybars, reuniu as forças muçulmanas, como haviam feito antes dele Saladino e Nur-ad-Din. E então, mais uma vez, a fragilidade do Reino Latino de Jerusalém foi revelada, e o poder templário decaiu drasticamente pelo resto do século.

Mas, antes que Baybars chegasse ao poder, o que um historiador recente definiu como o "último esforço sincero da Cristandade contra o infiel"[71] aconteceu sob o estandarte de Luís IX da França. Foi também a primeira vez, desde a cruzada de Luís VII, que os Templários foram, em grande parte, responsáveis pelo financiamento de uma cruzada.* Contudo, sob certos aspectos, seu orgulho e sua arrogância haviam criado a necessidade da cru-

*Grande parte do financiamento vinha do velho Reino da Borgonha, tradicionalmente uma fortaleza templária (Joseph R. Strayer, *The Crusades of Louis IX, in* Setton (org.), *History of the Crusades*, II, p. 490).

zada: em conseqüência de um tratado rompido, o sultão voltou-se para os bandos khorezmianos do norte da Síria em busca de ajuda. O resultado da aliança foi que os khorezmianos tomaram Jerusalém em 11 de julho de 1243, e numa batalha em Gaza, no ano seguinte, entre os khorezmianos com seus aliados egípcios, e os francos e damascenos, esta última força foi praticamente aniquilada. Os Templários sofreram perdas terríveis, inferiores apenas àquelas de Hattin, o Mestre Armand de Peragors foi feito prisioneiro e os esforços cruzados de vinte anos foram tornados inúteis.[72]

Luís IX só tomou a cruz em 1244, em conseqüência da derrota em Gaza, mas essa desgraça certamente ajudou-o a encontrar homens, armas e financiamento para sua primeira cruzada. A organização da esquadra que levou Luís e seu exército à Terra Santa foi realizada por Renaud de Vichiers, que então era preceptor templário na França e mais tarde tornou-se Mestre naquele país — em parte, em conseqüência de sua relação pessoal estreita com o rei. Luís partiu da fortaleza de Aigues-Mortes, construída de forma especial, na Camarga, e desembarcou em Damietta, em 5 de junho de 1249, depois de uma longa pausa em Chipre, aguardando outras tropas da Europa. Templários de Acra juntaram-se a suas forças lá e desempenharam o papel fundamental da vanguarda para o fracassado ataque de Luís no Cairo.[73] Quando o próprio Luís foi capturado pelos sarracenos, ele se voltou para os Templários em busca de ajuda para o pagamento do enorme resgate que era exigido por ele, e esse episódio dá uma idéia do pensamento — e do orgulho — templário. Eles se mostraram dispostos a fornecer o dinheiro para o resgate do rei, desde que em conseqüência disso fossem eximidos de qualquer culpa pelo fracasso da cruzada.[74]

Esse aspecto de sua atividade confirma a crítica que examinaremos posteriormente, mas durante os quatro anos contínuos que Luís IX passou na Terra Santa os Templários foram os conselheiros do rei, participando de todas as atividades militares e diplomáticas deste. Ele fez sua base em 'Atlit, onde, como vimos, sua rainha deu à luz um filho em 1251. Ironicamente, essa

longa permanência na Terra Santa e a ajuda dos Templários não só de nada adiantaram, mas, indiretamente, causaram o fim do poder cruzado no Oriente. Uma vez que o rei francês havia partido, nenhuma outra cruzada bem organizada partiu para a Terra Santa. O próprio Luís comandou uma cruzada final contra o emir da Tunísia em 1270, mas ela foi resultado do apoio do emir aos inimigos de seu irmão, Charles d'Anjou. Em 1272, Eduardo I da Inglaterra viajou para a Terra Santa, mas sua viagem não teve conseqüências militares importantes; desde a expropriação feita por ele dos fundos depositados no Templo de Londres, em 1263,[75] os Templários não tinham motivos para ver o rei inglês com simpatia.

A derrota do exército de Luís levou indiretamente ao estabelecimento do sultanato mameluco que por fim destruiu todo o poder cruzado na Terra Santa e veio a abranger Egito, Palestina, Síria, regiões do vale do alto Eufrates, o sudeste de Anatólia, Hejaz, o norte do Sudão e Cirenaica.[76] Esses mamelucos, ou escravos, haviam figurado com destaque nas campanhas de Saladino, e mais tarde vieram a suplantar a dinastia Aiyūbid, fundada pelo próprio Saladino. Quando Tūrān-Shāh, o último soberano Aiyūbid do Egito, foi assassinado, em maio de 1250, os mamelucos fizeram Aybeg, o comandante-em-chefe turcomano, impedir a possibilidade de um contra-ataque por forças cristãs para libertar o rei Luís. Shajar ad-Durr, uma esposa escrava do harém de Tūrān-Shāh, casou-se com Aybeg, a fim de legitimar a reivindicação de poder feita por ele, e depois abdicou em favor dele, para evitar a possível crítica de uma mulher ocupar o poder.[77] Esse foi o começo da primeira dinastia mameluca.*

Dez anos depois, Baybars, general do mameluco Kutuz, assassinou o sultão e usurpou o trono mameluco, em outubro de 1260. Ele era um comandante militar corajoso e resoluto, que naquele mesmo ano havia derrotado

*Houve duas dinastias mamelucas: os mamelucos Bahri (rio) (1250-1390) e os mamelucos Burji (torre) (1382-1517).

o mongol Ilkan Hulegu numa batalha campal em Ain Julat, perto de Nazaré, livrando, assim, Damasco do medo de uma invasão mongol. Baybars continuaria como sultão até 1277 e se tornaria o último da grande série de anticruzados. Ganhou o título honorífico de Malik al-Zahir, isto é, "O Rei Vitorioso", e suas façanhas são encontradas nos contos do Egito deste século.[78] O Cairo tornou-se a sede do Islã sob o governo de Baybars, que consolidou rapidamente seu império numa série de medidas que demonstraram sua rapidez de ação, resolução, coragem, sagacidade e determinação.[79] Foi essa consolidação, com o reforço de fortalezas na Síria, e a organização de estuários pelas novas torres de vigia, e a organização das comunicações entre Damasco e Cairo, que proporcionaram ao Islã as condições ideais para enfrentar uma série de golpes esmagadores contra os cruzados cristãos no Oriente.

A partir de 1265, Baybars lançou uma vigorosa ofensiva militar contra os cruzados. Tomou Cesaréia, Haifa e Arsuf e demoliu as fortificações dessas cidades. No ano seguinte, pôs cerco pessoalmente ao castelo templário de Safed. O cerco começou em 7 de julho de 1266 e a guarnição capitulou dezoito dias depois. A perda foi desastrosa para o recém-renovado poder templário, já que 160 aldeias e dez mil camponeses dependiam de Safed. Os próprios Templários, "desmoralizados e paralisados por suas suspeitas", foram traídos pelos cristãos sírios. Baybars decapitou todos eles.[80] Uma prova do fato de que nem sempre os Templários ficavam na retaguarda das formações cruzadas é fornecida pela tática de Baybars no ano seguinte: segundo o *Gestes de Chiprois*, ele tentou surpreender a guarnição de Acra carregando os estandartes capturados dos Templários e dos Hospitaleiros na frente de suas tropas.[81] Em 1268 os Templários perderam Beaufort para Baybars depois de um cerco de dez dias, e após a queda de Antioquia naquele mesmo ano abandonaram Bagras e Roche Roussel na região fronteiriça de Amanus.[82] Em 1271 Baybars tomou a fortaleza templária de Chastel Blanc e também o grande

castelo dos Hospitaleiros de Krak des Chevaliers.[83] Quando ele morreu, em 1277, o estado cruzado foi mais dizimado e as posses templárias mais uma vez diminuíram muito. O único castelo forte que eles possuíam era o inconquistável 'Atlit, que Baybars atacara sem êxito, a caminho da Síria, em 1265.

O poder militar dos Templários foi praticamente anulado pelas bem-sucedidas campanhas de Baybars, e, se o reino estava desintegrando-se, eles eram pelo menos em parte responsáveis. Em 1282, foram obrigados a aceitar os termos de uma trégua com o sultão al-Malik al-Mansur, a fim de conservar suas posses em Tortosa, que até então sobrevivera aos ataques violentos de Baybars. Qalawun, como al-Malik é conhecido em geral, assinou esse tratado com Guillaume de Beaujeu, Mestre dos Templários, com a duração de dez anos. A trégua desigual, pela qual os Templários comprometiam-se a não atacar nenhuma das posses do sultão — inclusive o recém-perdido Safed —, dava-lhes a única e praticamente inútil garantia de paz em Tortosa. Esses termos, aceitos pelo grão-mestre, anularam efetivamente o papel dos Templários no Oriente, já que eles foram reduzidos à inação.[84] Qalawun deu continuidade à estratégia de erosão de Baybars, tomando Trípoli em 1289. Nessa data, o estado cruzado já estava reduzido ao território de Acra, com duas posições templárias restantes fora de Acra, em Tortosa e 'Atlit.

A Queda de Acra

Os habitantes de Trípoli e outras cidades perdidas nas décadas anteriores estavam concentrados em Acra, juntamente com um total de dois a três mil cavaleiros, dezoito mil soldados de infantaria e dois a três mil escudeiros, sargentos e turcópolos.[85] Já em 1289 um irmão templário chamado Hertrand

e o Hospitaleiro Pierre d'Hézquam tinham sido mandados até Roma a fim de implorar o apoio e dinheiro papais para a defesa da última cidade cristã na Terra Santa contra o que deve ter parecido por alguns anos um ataque iminente.[86] Guillaume de Beaujeu e a maior parte das forças templárias que permaneceram no Oriente estavam presentes em Acra, em 1291, quando teve início o esperado cerco.

Al-Ashraf, filho de Qalawun, completou a tarefa que fora começada por Baybars e continuada por seu pai. Deixou o Egito em 6 de março de 1291 com forças bem superiores* às que aguardavam sua aproximação em Acra e chegou diante da cidade em 5 de abril com cem armas de cerco, inclusive a famosa mangonela tomada da fortaleza dos Hospitaleiros de Krak des Chevaliers.[87] O cerco começou no dia seguinte, com mangonelas e catapultas lançando pedras nas muralhas da cidade e engenheiros trabalhando sem cessar para encher o fosso e minar as defesas da cidade. Ao mesmo tempo, arqueiros atacavam os cristãos que defendiam as muralhas de Acra. De início, as forças cristãs foram mantidas por suprimentos e auxílio que chegavam pelo mar, o qual eles ainda controlavam. O cronista Abu L-Fidà, que também estava presente, conta que os muçulmanos foram atacados com flechas lançadas de navios ancorados ao largo, dotados de torres de madeira protegidas com couro de búfalo.[88]

Durante o cerco, os Templários lutaram bravamente, sempre no centro da ação. Em 15 de abril, eles fizeram uma surtida noturna, para fora dos muros da cidade, contra o acampamento muçulmano, mas sofreram grandes perdas, pois os cavaleiros tropeçavam em cordas na escuridão.[89] No dia seguinte, os muçulmanos lançaram um importante ataque contra o Portão de Santo Antônio, um dos principais portões terrestres, a nordeste. Foi uma batalha feroz, na qual, por mútuo acordo, somente a extraordinária bravura

*Benvenist diz 66 mil cavaleiros e 160 mil soldados de infantaria contra quatorze mil soldados de infantaria e oitocentos cavaleiros em Acra (*Crusaders in the Holy Land*, p. 91).

dos Templários e dos Hospitaleiros salvou a cidade. Guillaume de Beaujeu foi mortalmente ferido no ombro direito e morreu no núcleo residencial templário, para onde alguns irmãos o tinham carregado.[90] Imediatamente após essa batalha sinistra, teve início a evacuação de Acra, com o uso de embarcações venezianas, embora houvesse muito poucas para a enorme multidão de possíveis refugiados.

Na sexta-feira, 18 de abril, o sultão al-Ashraf tomou Acra. O historiógrafo conhecido como o "Templário de Tiro", que era provavelmente um clérigo do corpo de assistentes do Mestre, descreve o começo do ataque geral dos muçulmanos:

> Quando chegou sexta-feira, antes que o dia amanhecesse, foi ouvida a batida de tambores gigantescos, e com esse som, tão alto e horrível, os sarracenos atacaram a cidade de Acra de todos os lados. O lugar onde eles fizeram sua primeira incursão foi a Torre Maldita,* por eles tomada. Eles foram a pé, em números incontáveis: primeiro aqueles que carregavam grandes escudos altos, e atrás deles lançadores de "fogo grego", depois atiradores de dardos e aqueles que atiravam flechas com penas, em número tão grande que era como se estivesse caindo chuva do céu.[91]

A única fortaleza cristã que resistiu foi o castelo templário, que ficava a sudoeste da cidade protegida de dois lados pelo mar. Durante uma semana, os Templários que haviam recuado para lá com cidadãos de Acra resistiram em condições de inferioridade incríveis.** Por fim, o sultão fez uma proposta ao comendador templário, Pedro de Sevrey, marechal da Ordem. Os Templários poderiam retirar-se para Chipre com todas as pessoas que estavam dentro da fortaleza, com a condição de que entregassem esta. Eles aceitaram: o estandarte de batalha do sultão foi erguido por sobre a fortaleza, e soldados mamelucos entraram para controlar a operação. Mas eles começaram a saquear e violentar mulheres e meninas dentro da fortaleza. Em retaliação imediata, os Templários mataram os mamelucos, fecharam os portões da fortaleza e aumentaram sua resistência a al-Ashraf.[92] A situação deles era irremediável, porém: a proposta de salvo-conduto foi repetida por al-Ashraf e, sem uma alternativa realista, Pedro de Sevrey deixou a fortaleza para discutir os termos com o sultão. Ele e sua comitiva foram imediatamente decapitados, e a fortaleza submetida a um ataque frontal por dois mil mamelucos, que entraram por uma brecha feita na muralha pelos sapadores do sultão. Um pequeno número de Templários sobreviveu, mas, com a perda de sua fortaleza, Acra capitulara totalmente ao sultão, que se pôs a destruir sistematicamente seus mercados, torres e fortificações. Até mesmo o porto foi bloqueado com pedras e cascalhos.

*No ponto nordeste extremo das defesas da cidade, perto do Portão de Santo Antônio. O nome origina-se do cerco de 1190-1, quando os cruzados, sob o comando de Conrado de Montserrat, retomaram Acra de Saladino.

**O castelo templário fora outrora o palácio e castelo de al-Afdal, filho de Saladino e governador de Acra fatimida, que havia provocado a Batalha de Nazaré.

Assim, como conta o peregrino Ludolph von Sachen, "no décimo segundo dia do mês de maio, a mais nobre e gloriosa cidade de Acra, a flor, a donata e o orgulho de todas as cidades do Oriente, foi tomada. Quando souberam disso, as pessoas de todas as outras cidades, a saber, Jafa, Tiro, Sidon e Ascalão, deixaram suas posses para trás e fugiram para Chipre".[93] Depois de quase duzentos anos de coabitação precária com forças muçulmanas fragmentadas, a Terra Santa foi perdida.

Nunca mais os Templários travaram uma grande batalha depois do cerco de Acra. Os castelos templários que restaram na Terra Santa não tinham guarnições suficientes para defendê-los, já que todos os homens combatentes que havia tinham sido enviados para a defesa de Acra. Em 3 de agosto de 1291, o castelo de Tortosa se rendeu, e em 14 de agosto 'Atlit foi evacuado e deixado para o exército do sultão, de modo que, nas palavras de Abu L-Fidà, "toda a Síria e a zona costeira foram purificadas da presença

frâncica".[94] Agora os Templários possuíam um único castelo no Oriente: Ruad, situado em segurança numa ilha a três quilômetros da costa de Tortosa. Permaneceu em mãos templárias até 1303, quando essa última, minúscula posse foi também evacuada. Mas o novo Mestre templário, Theobald Gaudin, conseguira escapar de Acra com o tesouro e as relíquias da Ordem, encontrando refúgio em Chipre.[95]

Quando Gaudin morreu, dois anos depois, Jacques de Molay, que ingressara na Ordem em Beaune, em 1265,[96] tornou-se o último Mestre. Nesse mesmo ano, os Templários equiparam seis galeras em Veneza para a proteção da ilha de Chipre e em 1294 De Molay viajou para a Europa, a fim de tentar reparar as perdas sofridas em Acra.[97] Em 1295 o papa Bonifácio VIII concedeu à Ordem os mesmos privilégios para Chipre que ela tivera na Síria latina. Agora os Templários possuíam amplas propriedades por toda a ilha de Chipre — sobretudo perto de Lemesos, mas também propriedades com fortalezas em Gastria, Kolossi, Yermasoyia e Khirokitia. Bonifácio admirou a participação deles na defesa de Acra e insistiu com o rei para que os tratasse com obséquio, considerando-se os grandes sofrimentos por que eles haviam passado pela Terra Santa. Uma segunda bula pedia a Eduardo I que permitisse aos Templários exportar suprimentos necessários em Chipre.[98]

Mas tais medidas foram, na melhor das hipóteses, paliativas. Com a perda de Acra, os Templários tinham perdido seu poder e papel no Oriente. A glória de Acra deu brilho à reputação manchada deles, mas era tarde demais para salvar a Ordem. Levando-se em conta o papel que eles tiveram nas operações militares do século anterior, parece justo o julgamento feito pelo biógrafo francês de Filipe, o Belo, de que os Templários foram "mais heróicos do que eficientes, corajosos mas indisciplinados".[99] La Monte faz eco a essa opinião, e também enfatiza o fato irônico de que grande parte da glória atribuída posteriormente aos Templários originou-se dessa última grande derrota, quando ele afirma que o "heroísmo magnífico porém inútil dos

Templários na última posição desesperada em Acra, em 1291, ficou sendo para sempre um monumento à glória e ao valor da Ordem".[100] Levando-se em conta sua verdadeira conquista militar e colocando-se de lado a adulação da literatura e o brilho da lenda, é preciso considerar que os Templários fracassaram.

8

Crítica e Declínio

A motivação original de Hugues de Payens sustentou a Ordem do Templo por um período relativamente curto. Uma metamorfose interna foi imposta pelo inesperado e esmagador sucesso da Ordem, bem como por seu impulso cada vez maior e pelos privilégios papais a ela concedidos, e talvez até ela tenha se transformado num tipo diferente de ordem contra a vontade de seus fundadores. É possível que a rápida institucionalização tenha sido, por si só, suficiente para modificar o conceito original a ponto de ele se tornar irreconhecível.

Os privilégios e a independência em relação às autoridades eclesiásticas locais que resultaram da bula *Omne Datum Optimum* parecem ter causado ressentimento contra a Ordem inicialmente. Já em 1154, o patriarca de Jerusalém queixou-se do abuso dos privilégios por parte dos Templários, que, em resposta, atiraram flechas em sua porta. Isso e outras manifestações semelhantes de arrogância condicionaram claramente a atitude do adversário mais clamoroso dos Templários no século XII, Guilherme de Tiro, cuja opinião provavelmente representa o sentimento do clero como um todo na Terra Santa. Vale a pena observar que ele reconheceu a mudança em relação

ao conceito original, dando a entender que aprovava a Ordem como tinha sido concebida de início mas não como se tornara quando ele era vivo:

> Durante muito tempo, eles mantiveram intacto seu objetivo nobre e exerceram sua atividade com bastante seriedade. Por fim, porém, começaram a desprezar "a humildade, guardiã de todas as virtudes, que, colocando-se voluntariamente no lugar mais baixo, não corre risco de uma queda". Afastaram-se do patriarca de Jerusalém, de quem tinham recebido o estabelecimento da ordem e seus primeiros privilégios, e recusaram-lhe a obediência que seus antecessores tinham demonstrado a ele. Também para as igrejas de Deus eles se tornaram muito incômodos, pois afastaram-se de seus dízimos e primeiros rendimentos e estragaram injustamente suas posses.[1]

Nesse trecho, relativamente livre de vituperação, seu relato encaixa-se extraordinariamente bem nos fatos.

Guilherme de Tiro não estava só em seus sentimentos em relação aos Templários, embora seja a única pessoa a ressaltar a mudança no caráter destes. Eles nunca granjearam a estima da hierarquia local, quer secular, quer eclesiástica, na Terra Santa — embora, na época da fundação, o patriarca provavelmente tenha achado que a ordem proporcionava sustentação à sua posição.[2] Em 1160 o papa Alexandre III expediu uma bula proibindo as pessoas de empurrar os Templários de seus cavalos, de tratá-los com desonestidades ou maltratá-los.[3] Isso indica que o sentimento popular combinava com o desdém eclesiástico. Amaury I estava constantemente em conflito com os Templários: vimos que em 1166 ele executou doze cavaleiros por traição, e em 1174 ele pensou em expulsar a Ordem da Terra Santa depois do assassinato dos emissários ismaili, que tinham sido enviados até ele.[4] Cinco anos depois, abusos de seus privilégios foram discutidos no Terceiro Concílio Lateranense, no qual Guilherme de Tiro expressou as preocupações do clero no Oriente em sua invectiva contra a Ordem.

Uma crítica inicial profética e mais surpreendente veio da pena do abade cisterciense Isaac d'Étoile, que escreve sobre:

> essa terrível nova ordem militar, que alguém um tanto jocosamente chamou de ordem do quinto evangelho, foi fundada com a finalidade de forçar os infiéis a aceitar a fé na ponta da espada. Seus membros consideram que têm o direito de atacar qualquer pessoa que não professe o nome de Cristo, deixando-a sem recursos, ao passo que, se eles mesmos forem mortos ao atacarem assim injustamente os pagãos, são chamados mártires pela fé. (...) Não afirmamos que tudo o que eles fazem é errado, mas insistimos em que o que eles estão fazendo pode ser uma justificativa para futuros males.[5]

Assim, desde os primeiros anos da existência dos Templários, pelo menos desde a mudança drástica no caráter da Ordem que ocorreu na década de 30 do século XII, foi lançada uma crítica forte e regular contra eles. A história dos Templários pode ser vista em termos da crescente veemência e autoridade dessas críticas, culminando na série de julgamentos que conduziram à sua eliminação. De forma alguma os julgamentos foram um acontecimento inesperado, mas sim uma conseqüência inevitável de dois séculos de crítica. Contudo, por outro lado, conforme escreveu Edward J. Martin em seu estudo sobre o julgamento, "nenhuma sociedade de homens poderia ter mantido esses privilégios sem impopularidade...".[6]

Perto do final do século XII, a crítica foi concentrada nos dois pecados capitais do orgulho e da avareza. Numa carta de 13 de setembro de 1207, o papa Inocêncio III condenou formalmente o orgulho dos Templários.[7] Mais tarde, o cronista Matthew Paris referiu-se constantemente aos problemas causados pelo orgulho e pela arrogância da ordem,[8] e quando Ricardo da Cornualha retomou Ascalão, em 1242, a fortaleza não foi dada à Ordem deliberadamente, por causa de seu orgulho excessivo.[9]

Do mesmo modo, depois de exercerem humildemente a função de guardiães dos caminhos dos peregrinos na Terra Santa, os Templários tornaram-se rapidamente um sinônimo de ganância. Vimos a crítica de Guilherme de Tiro ao comportamento, no cerco de Ascalão, do Mestre Bernard de Trémélay, que só permitiu que seus próprios homens entrassem por uma brecha para "ficar com a parte maior e mais rica dos despojos e da pilhagem". Ao que tudo indica, os amplos privilégios e isenções de impostos não foram suficientes para a Ordem, e eles tornaram-se mais gananciosos à medida que sua riqueza aumentou. É uma ironia que eles tenham alcançado tão depressa uma situação que contradizia de forma tão gritante os preceitos de São Bernardo, e as críticas relativas à ganância ganharam um ponto a mais a partir do desenvolvimento dos movimentos de pobreza voluntária no começo do século XIII. Inocêncio III censurou-lhes a ganância um ano depois de ter expedido a bula papal que fundava efetivamente as Ordens Mendicantes.

Crítica Papal

Como banqueiros papais e como uma ordem religiosa subordinada ao papa, os Templários eram protegidos contra a crítica papal direta — sobretudo durante o pontificado de Eugênio III, ex-monge de Clairvaux. Contudo, alguns papas, como Inocêncio III, se mostraram prontos a atacar a Ordem sempre que necessário, ao mesmo tempo em que usavam seus serviços para o transporte de fundos para a Terra Santa. Já no Concílio Lateranense de 1179, durante o pontificado de Alexandre III, a Ordem fora severamente repreendida, provavelmente com o consentimento tácito do papa. Em conseqüência do ataque feito por Guilherme de Tiro,[10] os Templários foram formalmente acusados de enfraquecer a autoridade episcopal incentivando os irmãos a gozar de privilégios aos quais não tinham direito: sepultar os

excomungados e admiti-los indevidamente nos sacramentos da Igreja, cobrar donativos mais de uma vez por ano, o que não era permitido, e receber indevidamente igrejas de pessoas leigas.[11]

Os privilégios concedidos repetidamente aos Templários com a bula *Omne Datum Optimum* resultaram em mais repreensões papais, sobretudo o direito de fazer enterros dentro de seus cemitérios fora do controle diocesano. Já em 1144, um exemplo desse abuso ocorreu no Templo de Londres: Geoffroi de Mandeville, conde de Essex, que fora excomungado, foi recebido na Ordem à beira da morte e depois sepultado no cemitério do Templo Velho. Embora aparentemente obedecesse ao ditame do controverso segundo parágrafo da Regra templária, esse gesto ia contra os bispos. Em 1175 o papa Alexandre III publicou uma veemente declaração contra o sepultamento de pessoas excomungadas nos cemitérios dos Templários e dos Hospitaleiros na Inglaterra.[12]

O ataque mais sério contra os Templários foi o feito por Inocêncio III em 1207 e depois continuado por seu sucessor Honório III — embora ambos se valessem dos serviços da Ordem sempre que necessário. Em sua violenta denúncia das práticas templárias, Inocêncio destacou mais uma vez o polêmico enterro de corpos excomungados em cemitérios da Ordem, e o título dado à bula pelos escribas, "Sobre o Orgulho Templário",* revela o tom geral de seu conteúdo. Segundo Inocêncio, era um orgulho descomedido que os levava a abusar dos privilégios concedidos a eles por seus antecessores. Mas suas políticas de recrutamento também ficaram sob fogo: qualquer pessoa disposta a pagar dois ou três *pence* (*denarii*) por ano podia ser admitida na Ordem e podia assim comprar para si uma garantia contra o enterro como excomungado. Ele também acusou-os de falta de respeito pelos núncios papais, de abjuração de Deus, e de escandalizar a Igreja. Além de excomungados, afirmou ele, usurários e adúlteros também eram enterrados em cemi-

*De Insolentia Templariorum.

térios templários.[13] Isso foi, de fato, uma violenta denúncia, vinda de um homem que apenas nove anos antes escrevera sobre os Templários dizendo serem "nossos muito queridos irmãos...". Ao afirmar que os Templários renderam-se à doutrina dos demônios dando sua cruz a qualquer pessoa, a bula de Inocêncio forneceu a base para muitas das acusações levantadas contra eles cem anos depois.[14]

O sentimento popular contra os abusos dos Templários aumentou durante todo o século XIII, a ponto de Clemente IV (1265-8) repreendê-los novamente e sugerir que eles demonstrassem maior humildade e brandura. Etienne de Sissi, marechal da Ordem, fora excomungado e somente depois de uma longa controvérsia a excomunhão foi revogada: numa carta anunciando sua decisão, Clemente lembrou aos Templários que eles eram dependentes do pontificado e que, sem o apoio papal, não teriam defesa contra a hostilidade dos bispos e dos príncipes laicos. Acusou-os de embuste, de recrutar irmãos e irmãos servos por dinheiro, e criticou-os pela posse de uma imensa fortuna e por seu orgulho.[15] Pouco depois disso, Gregório IX (1271-6) acusou o Mestre Thomas Berard de depravações não-especificadas.[16] Lucro financeiro e usura parecem ter ocupado um lugar ainda mais destacado na política templária durante o século XIII. Em Aragão, eles concediam direitos e rendimentos a indivíduos e comunidades, transferindo assim direitos que eles mesmos tinham recebido como doação por outros motivos. Essa foi a causa de uma crítica vigorosa feita posteriormente por Bonifácio VIII em 1297: "Chegou ao nosso conhecimento que não só os queridos filhos, o preceptor e os irmãos da casa do Templo de Jerusalém em Aragão e Catalunha, mas também seus antecessores, concederam dízimos, terras, casas, prados, pastos, bosques, moinhos, direitos, jurisdições e outros bens daquela casa (...) para grande prejuízo da mesma casa..."[17] O que foi considerado por Bonifácio um "grande prejuízo" foi claramente considerado vantajoso pelos Templários.

Esses poucos exemplos serão suficientes para mostrar que os Templários tinham ficado com freqüência sob o fogo de papas sucessivos por suas polí-

ticas e atividades. Não foi nos últimos anos da existência deles, após a queda de Acra, que a hierarquia romana de repente adquiriu conhecimento dos vícios e defeitos dos Templários. Uma geração depois da morte do protetor espiritual deles, São Bernardo, eles já estavam provocando críticas freqüentes, que aumentaram na proporção direta de seu poder e riqueza, independentemente do sucesso ou fracasso na Terra Santa.

Fraqueza, Fracasso e Traição

Outros fatores que contribuíram para a queda final dos Templários também surgiram no começo da história da Ordem. Certos defeitos intrínsecos a seus métodos de recrutamento e administrativos parecem ter mais conseqüências importantes, com o amadurecimento e a expansão da Ordem durante dois séculos. Desde o começo, os Templários tenderam a atrair e recrutar cavaleiros da pequena nobreza, muitas vezes cavaleiros pobres ou segundos filhos que não tinham condições de pagar suas despesas nas cruzadas. A conseqüência dessa política foi uma mediocridade que muitas vezes veio a ser mencionada pelos historiadores da Ordem. Em geral, os cavaleiros eram analfabetos ou semi-analfabetos, e na verdade não seria muito de esperar que a capacidade de ler e escrever desempenhasse um papel importante na vida diária da Ordem. Forey fornece uma lista de livros numa relação de posses da casa templária de Corbins em 1229, uma lista que pode ter sido bem típica. Talvez mais convincente do que o número de volumes seja o conteúdo e a proporção: de dezesseis volumes, doze eram livros de culto religioso, dois eram livros de sermões e dois eram vidas dos santos.[18] Isso reflete a condição monástica dos Templários e indica que eram os membros do clero dentro da Ordem os mais instruídos. É preciso lembrar também, entretanto, como vimos, que no Oriente muitos Templários sabiam falar árabe e atuavam como embaixadores e intérpretes; do mesmo modo,

os especialistas financeiros, criadores de métodos de contabilidade templários, devem ter alcançado um certo grau de instrução. Contudo, o clero, os intérpretes e os contadores eram uma pequena minoria. Infelizmente, os documentos que sobreviveram não nos permitem formar uma idéia mais clara das atividades templárias, mas, se os irmãos servos e todo o corpo de assistentes das casas templárias forem incluídos, parecerá provável que o nível de instrução fosse baixo. Sua falta de compreensão da situação política, e conseqüente incapacidade de eliminar críticas e assim evitar sua desgraça iminente estão entre as condenações mais fortes que podem ser feitas à hierarquia da Ordem.

Um segundo fator de enfraquecimento originou-se da organização administrativa da Ordem — paradoxalmente, a mesma estrutura internacional que a fizera rica e poderosa. A administração central era realizada por capítulos gerais realizados em Jerusalém, onde os assuntos mais importantes eram discutidos; em cada casa, o chefe de comenda local era responsável pela organização de capítulos semanais, nos quais questões locais eram discutidas e decisões tomadas. Tal organização parece excelente na teoria, mas era seriamente enfraquecida por mudanças freqüentes no pessoal: uma política de rotação de membros superiores da Ordem impedia uma administração eficiente, ao não lhes permitir ficar numa única comenda ou *domus* tempo suficiente para entender a situação local. Existem muitos casos em que a administração local deve ter sido conduzida por irmãos servos totalmente despreparados, talvez por um período considerável.[19] À medida que Ordem se tornava cada vez menos uma ordem cavaleiresca, essa fraqueza foi agravada, e é provável que os benefícios mais satisfatórios possíveis não fossem extraídos das vastas posses da Ordem.

Essas fraquezas administrativas também foram exacerbadas pelos efeitos políticos e propagandísticos negativos de fracassos militares freqüentes. No estudo das atividades militares na Terra Santa, mencionamos algumas

derrotas com grandes perdas humanas: basta lembrar a catástrofe em Ascalão, em 1244, quando somente cinco Templários sobreviveram de uma força de 290. Os Templários não foram bem-sucedidos do ponto de vista militar: até mesmo seu proclamado — e nostalgicamente relembrado — heroísmo originava-se de uma resistência desesperada na derrota. Mas, com os recursos e privilégios à sua disposição, seria de esperar que eles alcançassem um êxito militar maior. O fracasso gerava instabilidade administrativa, que, por sua vez, contribuía de forma negativa para a organização militar da Ordem e sua preparação para campanhas na Terra Santa. Era um círculo vicioso que ficava cada vez mais apertado: por trás da fachada de força havia uma tendência incurável para a inépcia, que provinha do paradoxo intrínseco à ideologia por trás da Ordem e da drástica diferença entre os Templários do Ocidente e os Templários do Oriente.

Talvez esses problemas fossem a causa verdadeira de inúmeros casos de evidente traição ao ideal cruzado, sintetizados em acusações de conduta egoísta ou covardia. Matthew Paris expressou esse sentimento quando escreveu sobre o fracasso dos Templários, depois de comentar sobre a grande riqueza da Ordem e sua capacidade teórica de equipar milhares de soldados:

> Por isso, refletindo sobre essas coisas, os cristãos sempre supõem que eles ocultavam alguma trapaça e que talvez tenham algumas perfídias lupinas sob uma pele de cordeiro. Pois, se não tivesse havido perfídia e trapaça, muitos cavaleiros ocidentais bravos teriam forçosamente penetrado na formação de todos os orientais e colocado estes em debandada.[20]

Inadvertidamente, ele coloca o dedo na imperfeição enfraquecedora que subjaz à ideologia templária quando posta em prática.

A mancha de traição nunca se desfez; na verdade, ela aumentou por volta do final da carreira militar dos Templários. A *Bury St. Edmunds Chronicle* apresen-

ta duas críticas contemporâneas interessantes de suposta traição templária. O primeiro exemplo ocorre sob o registro da *Chronicle* referente a 1270:

> Na véspera e no dia de Domingo de Ramos, os cristãos e os infiéis travaram batalha entre Acra e Safed. Primeiro oito emires e dezoito colunas de infiéis foram mortos; por fim, os infiéis venceram, porém não sem uma perda muito grande de homens. O exército cristão foi quase exterminado, em virtude da rebelião dos Templários.[21]

Esse relato refere-se à tomada da fortaleza templária de Safed por Baybars durante sua campanha de 1266. Baybars primeiramente pôs cerco ao castelo, mas foi derrotado três vezes no decorrer de julho daquele ano. Então propôs uma anistia aos cristãos nativos, que formavam uma parte importante da guarnição; alguns aceitaram — embora os Templários tenham ficado desconfiados de sua proposta. Parece que, nesse caso, os Templários foram traídos por um sírio chamado Leo, que eles encarregaram de negociar com Baybars: ele voltou com a promessa de que a guarnição cercada teria permissão para retirar-se a salvo para Acra, mas, uma vez que haviam deixado a segurança do castelo, eles foram capturados por Baybars e decapitados até o último homem.[22] Assim, a acusação da *Chronicle* parece ser injustificada pelos fatos, mas o que é mais interessante nesse caso é a percepção dos acontecimentos na Terra Santa a partir da abadia de Bury. Qualquer que tenha sido a verdade na distante Terra Santa, os Templários já estavam em grande parte desacreditados até mesmo dentro da Igreja.

Outro exemplo, talvez igualmente infundado, diz respeito ao rei Hugo III de Chipre (1267-84). A *Chronicle* afirma muito simplesmente que: "Hugo de Lusignan, rei de Chipre, seu filho e outras pessoas da família foram mortos por envenenamento pelos cavaleiros do Templo."[23] O organizador moderno da *Chronicle* observa que na verdade não existem provas

de que tal assassinato ocorreu realmente e de que o caso pode ser explicado pela estreita aliança entre os Templários e Charles d'Anjou. O então Mestre Guillaume Beaujeu estava seguindo uma política a longo prazo de esmagar Hugo com o objetivo de colocar a coroa de Jerusalém sobre Charles. Esse contraste mostra os Templários sob uma luz diferente, menos altruísta e mais política. Eles se envolveram estreitamente na longa luta pelo poder que permitiu que o que havia restado do Reino de Jerusalém* se desintegrasse. Hugo confiscou a propriedade templária em Chipre, em represália pela manobra da Ordem contra ele, e talvez tivesse conseguido retomar Tiro em 1279, se as forças de Acra e os Templários tivessem secundado os seus esforços. Ele considerou, com razão, os Templários responsáveis por seu fracasso, e a idéia de que talvez eles o tenham assassinado é, no mínimo, plausível.[24] Contudo, mais uma vez, o que é mais interessante é o fato de que, da perspectiva de Bury St. Edmunds, os Templários foram julgados responsáveis. Não é feito nenhum juízo de valor, nem é mostrada nenhuma tendência específica. A *Chronicle* afirma simplesmente que os Templários assassinaram Hugo.

Exemplos citados em capítulos anteriores confirmam a validade da percepção de Bury. Parece haver pouca dúvida de que os Templários muitas vezes agiram contra os interesses da Cristandade e do Reino de Jerusalém — quer por butim, como em Ascalão, por vantagem política, como em Chipre, quer em conseqüência da rivalidade com os Hospitaleiros que examinaremos um pouco mais adiante. Mesmo no final de sua carreira, a mancha persistiu. Jean Favier comenta que na queda de Acra, "apesar de todos os cavaleiros que morreram (...), algumas pessoas falaram da 'traição' dos Templários".[25] Essa suspeita de traição surgiu no começo da história da Ordem e nunca foi totalmente atenuada. Em muitas ocasiões, os Templários foram

*Esse título ainda era usado, embora, a partir de 1191, a "capital" das posses cristãs na Síria latina fosse Acra.

condenados por sua arrogância e seu orgulho, e por sua vez essa condenação estimulou seus inimigos e levou os críticos a atribuir o fracasso a eles.

Declínio Natural do Ideal Cruzado

Contudo, talvez a Ordem do Templo estivesse necessariamente fadada ao fracasso final e à supressão, independentemente dos méritos de seus cavaleiros na batalha. À medida que o conceito de cruzada e o ideal cruzado decresceram com o declínio gradual do Reino latino, também a *raison d'être* dos Templários desapareceu. É possível interpretar seu declínio nos últimos anos do século XIII como uma conseqüência inevitável do enfraquecimento do ideal cruzado. Veremos que as outras ordens militares mostraram-se dispostas a adaptar-se à mudança de circunstâncias e assim evitaram o destino dos Templários. Favier comentou que o "Templo pereceu por ter esquecido Jerusalém",[26] mas tal julgamento pressupõe uma continuidade de propósito cruzado que na verdade não existiu. Por mais imperfeitos que eles fossem, os Templários não foram os únicos responsáveis pela perda de Jerusalém e seu Reino; nem tampouco a Ordem arruinou-se em virtude de eles terem se descuidado daquela cidade. A razão da inevitabilidade de seu declínio tem de ser buscada em acontecimentos que ultrapassaram seu controle.

Maureen Purcell mostrou, num artigo fascinante, como a idéia de cruzada produziu uma certa disposição de espírito — exemplificada pela ideologia templária da década de 30 do século XII —, que sobreviveu ao próprio ideal. Ela encontra as raízes da mudança na batalha de Hattin:

> Como uma idéia *vital*, a cruzada sofreu um imenso retrocesso nos campos de Hattin, mas não mais vital ela sobreviveu até a queda de Acra, quando se tornou rapidamente apenas um campo ideal para teóricos políticos ou uma designação convenientemente atordoante para as políticas interesseiras de políticos cínicos.[27]

Se ela estiver certa, então a incapacidade — em conseqüência da mediocridade essencial da liderança templária — de criar um novo papel ou estabelecer uma forte base política na Europa Ocidental é que foi a verdadeira causa da queda dos Templários.

As primeiras cruzadas aconteceram dentro de uma visão de mundo firmemente determinada, com objetivos cristãos a curto prazo: a Primeira e a Segunda Cruzadas foram aventuras que harmonizaram um dualismo entre esse objetivo imediato e visões a longo prazo da economia cristã de salvação. Como a quintessência do ideal cruzado, poderíamos acrescentar às observações de Purcell que os Templários foram um exemplo da harmonia e conciliação dessas visões. Mas, depois da perda de Jerusalém, o ideal cruzado e as indulgências cruzadas que o acompanhavam foram rapidamente explorados em excesso e essa harmonia foi destruída. A cruzada tornou-se uma ferramenta de oportunismo político nas mãos de papas sucessivos, que caíram presa da atraente idéia do que Purcell define como "desvios geográficos"; esses desvios afastavam-se radicalmente da idéia original de cruzada como uma expressão de unidade cristã contra os muçulmanos sírios. De início, a cruzada foi adotada em *defesa da unidade cristã* (contra eslavos e tártaros); depois foi usada *contra hereges* dentro da Cristandade (os cátaros e os albigenses); por fim, foi usada de forma gritante contra os *inimigos do pontificado* ou de um único papa (contra Frederico II, por exemplo). A *reductio ad absurdum* desse processo de degeneração foi a idéia de uma cruzada que Bonifácio VIII teve contra a aristocrática família Colonna, de Roma, que se opunha continuamente à autoridade dele.[28]

O ideal de harmonizar misticismo e militarismo, suscitado e justificado de forma magnífica pelo monge cavaleiro São Bernardo, tornou-se impossível de sustentar: tal noção de cruzada foi tornada obsoleta por Hattin. A partir de então, os remanescentes do outrora grande reino cruzado estavam lutando continuamente por sobrevivência sem um espírito de sustentação. A solução prática do paradoxo implícito no conceito do monge-guerreiro

já não era viável, ao passo que Jerusalém como alvo simbólico de uma peregrinação à eternidade foi eclipsado pelo desejo de posse financeira e militar da entidade física chamada Jerusalém. O papel dos Templários também foi tornado obsoleto. No mesmo período que viu a cruzada reduzida a uma questão de oportunismo político na Europa Ocidental, no Oriente "a noção mística reduziu-a à impraticabilidade militar".[29]

Veremos como a fraqueza, a indecisão e a falta de visão futura por parte da liderança templária impediu a Ordem de mudar sua estrutura e seu papel antes que fosse tarde demais. Mas já parece claro que seu papel da forma como foi concebido por Hugues de Payens e São Bernardo estava literalmente ultrapassado no começo do século XIII. Foi somente uma espécie de impulso histórico, proveniente do poder, da riqueza e do prestígio imensos dos Templários, e um apego desesperado aos vestígios do ideal cruzado que lhes permitiram sobreviver até e posteriormente à queda de Acra, em 1291.

9

A Reconquista de Jerusalém e a Proposta de União

Uma vez que a *raison d'être* subjacente havia perdido o impulso fundamental de seu significado, o objetivo dos Templários, juntamente com as outras ordens cruzadas, o papado e os reis europeus, tornou-se a *reconquista* do Reino de Jerusalém. Essa idéia aumentou de importância até que se tornou uma das principais obsessões da Europa Ocidental; a idéia da reconquista de Jerusalém estabeleceu-se e permaneceu nas mentes dos nobres e também do clero. Foi a dificuldade crescente do empreendimento, dos pontos de vista militar e financeiro, que resultou na idéia de uma união das ordens militares: com sua experiência, riqueza e força militar combinadas, pensou-se, a tarefa de reconquistar a Terra Santa seria muito mais fácil. Assim, a cerca de 1248, quando São Luís, rei da França, sugeriu a união dos Templários e Hospitaleiros, pouco a pouco percebeu-se que a união era uma *precondição necessária* para a reconquista de Jerusalém. Em certo sentido, a existência independente das duas ordens ficou condenada a partir desse momento, e, pensando bem, poder-se-ia afirmar que somente a ordem com uma liderança sagaz tinha alguma chance de sobrevivência.

Pelo menos em parte, a idéia de unir as duas principais ordens cruzadas originou-se da contínua rivalidade e contenda entre elas. Riley-Smith cita oito casos de sérias disputas até 1291. Elas vão desde uma disputa a respeito da política dos estados cruzados vizinhos aos estados muçulmanos, em 1168, e casos em que as ordens ficaram de lados opostos em rixas entre barões dentro da Terra Santa, até pequenos desentendimentos em relação a direitos sobre a água, fornos de pães e propriedade de terras.[1] Rixas cruentas, que enfraqueciam seriamente as forças cristãs, muitas vezes encontravam o Templo e o Hospital em lados opostos. Uma dessas rixas disse respeito a Gastin. Esse território no Principado de Antioquia foi tomado dos Templários por Saladino e depois passado para o controle de Leo da Armênia. Os Templários tentaram reclamar suas terras perdidas de Leo e desse modo provocaram uma longa e complexa discórdia, na qual Boemundo de Antioquia apoiou-os contra as forças unidas de Leo e dos Hospitaleiros.[2] Uma rixa ainda mais séria foi a que resultou nas mortes de vinte mil homens em Acra, em 1257, e destruiu o comércio de Acra e Tiro: nesse caso, as forças envolvidas eram muito maiores, com os Templários, os Cavaleiros Teutônicos, Veneza e Pisa dispostos contra os Hospitaleiros, Gênova e Barcelona.[3]

Uma das poucas tentativas bem-sucedidas de reconquista foi feita por Ricardo da Cornualha, irmão de Henrique III, que chegou a Acra em outubro de 1240 e imediatamente tentou apaziguar a quase guerra declarada entre o Templo e o Hospital. Com grande tato e negociação cautelosa, ele conseguiu restaurar a ordem nos territórios cristãos restantes e estabelecer boas relações diplomáticas com o sultão Ayub. Mas, assim que ele partiu, em maio de 1241, os Templários recusaram-se a aceitar os termos do tratado de Ricardo com Ayub e atacaram as cidades muçulmanas de Hebron e Nablus. Seguiu-se um estado de quase guerra civil, com cavaleiros templários e hospitaleiros lutando claramente nas ruas. No ano seguinte, os Templários chegaram ao ponto de pôr cerco ao núcleo residencial do Hospital em Acra. Assim, os esforços conciliatórios de Ricardo da

Cornualha correram o risco de ser invalidados no que Grousset definiu como um ato de "loucura criminosa".[4]

União das Ordens Militares

Essas rixas constantes, o beco sem saída no Oriente e as críticas aos Templários enumeradas no capítulo anterior devem ter estado presentes nas mentes dos delegados no Concílio de Lyon, em 1274. O papa Gregório X, que foi eleito para a Santa Sé em 1271, quando se encontrava na Terra Santa com Eduardo, filho de Henrique III, manteve seu interesse pelas cruzadas ao voltar para Roma. Apelou aos cavaleiros para que tomassem a cruz e fez um levantamento dos relatos sobre a situação na Terra Santa. A falta de entusiasmo pelas cruzadas, a corrupção da Igreja e das ordens militares e o desaparecimento do costume de fazer penitência partindo numa cruzada para o Oriente eram ressaltados nesses relatos. Mais interessante, do ponto de vista de uma história dos Templários, é a sugestão ameaçadora de que houvesse um exército permanente de cruzados.[5] Quando o levantamento foi concluído, o papa Gregório convocou um Concílio Geral da Igreja, o qual teve início em maio de 1274, em Lyon. Embora os reis da França e da Inglaterra não estivessem presentes, havia os cardeais e quinhentos bispos, os patriarcas da Igreja do Oriente e representantes das ordens militares. Guillaume de Beaujeu, que fora eleito Mestre dos Templários um ano antes, representou sua ordem. As outras duas figuras de considerável importância para o futuro imediato dos Templários também estavam presentes: Fidenzio de Pádua, o Vigário Provincial Franciscano na Terra Santa e Girolamo Masci, Núncio Apostólico de Gregório no Oriente. As idéias que esses homens ouviram, talvez pela primeira vez, no Concílio de Lyon teriam conseqüências importantes.

O homem que produziu tal impacto foi Raymond Lull (1232-1315). Cavaleiro espanhol convertido a pregador, místico e futuro autor de uma

famosa obra sobre cavalaria, Lull entendia os muçulmanos e sua língua. Também era um pensador e um orador persuasivo e sempre insistia na sua idéia de converter os muçulmanos ao cristianismo por meio de uma combinação de armas e pregadores bem preparados. Suas idéias foram fundamentais na história posterior das cruzadas, ao passo que na gramática e na filosofia sua influência perdurou por séculos.* No Concílio de Lyon, ele fez seu primeiro ponto como principal defensor da união das ordens militares.[6] Parece ter convencido o próprio Gregório X, bem como Carlos II d'Anjou, rei de Nápoles e da Sicília, além de Fidenzio de Pádua e do núncio apostólico de Gregório. Nessa época, não havia acompanhamento prático, e quando Gregório X morreu, em 1276, nada fora feito no sentido de colocar em prática a defesa da união feita explicitamente por Raymound Lull. Mas a idéia fora bem semeada e iria florescer.

Os doze anos seguintes viram uma sucessão de seis papas de curta permanência, que não tiveram tempo de dedicar-se seriamente aos problemas da Terra Santa. Mas, quando em 15 de fevereiro de 1288 Girolamo Masci, de Ascoli, foi eleito para a Santa Sé como Nicolau IV, seus primeiros pensamentos disseram respeito à Terra Santa, onde fora passada grande parte de sua carreira. Uma de suas primeiras ações foi reavivar a idéia de uma união das ordens militares, e em 1291 foi publicado por incentivo seu o primeiro texto importante a abordar a questão: o *Liber Recuperatione Terrae Sanctae*,** de seu outrora colega Fidenzio de Pádua. Qualquer que tivesse sido a recepção inicial a essa obra, a notícia que chegou logo depois de Acra aumentou a insistência do apelo de Fidenzio. A década seguinte viu uma proliferação de livros defendendo a união, com títulos fazendo ressonância ao da obra de Fidenzio. Depois da queda de Acra, a força militar unida das ordens cru-

*Ainda no século XVII, a *Dissertação sobre a Arte da Associação*, de Leibniz, foi escrita com o mesmo propósito de *Ars generalis*, de Lull, que tentava criar um método de tornar a fé inteligível para os infiéis.

**"Sobre a Reconquista da Terra Santa".

zadas sob um único líder foi considerada por muitos escritores — e pelo próprio papa Nicolau — o único meio pelo qual os cristãos poderiam reconquistar Jerusalém.

A união já não era uma idéia abstrata, mas uma necessidade desesperada. Em 1292 o Concílio de Salzburg aprovou a união, embora nada tenha resultado dessa decisão. No ano seguinte, Nicolau IV escreveu cartas aos reis e príncipes da Cristandade para consultas a respeito da união.[7] Mas em abril de 1292 Nicolau morreu. Sem o seu entusiasmo, a idéia definhou: um intervalo de doze anos precedera a eleição de um papa que tinha experiência do Oriente e um interesse pessoal pela união. Agora, depois do breve pontificado de Celestino V, o papado foi controlado durante nove anos, de 1294 a 1304, por Bonifácio VIII, um papa advogado cujo principal interesse era a conclusão da lei da Igreja e a consolidação do poder papal contra os grandes senhores seculares da Europa — sobretudo Filipe, o Belo, da França. O interesse pela cruzada diminuiu durante seu pontificado, e o interesse pela união também murchou depois de *Petitio pro recuperatione Terrae Sanctae*, de 1294, de autoria de Lull, e de *Liber sancti Passagii Christicolarum contra Saracenos pro recuperatione Terra Sanctae*, de 1295, de autoria de Galvano de Levanti. De forma profética, visto que já apontava para Filipe como único líder potencial, este último volume foi dedicado ao rei francês.[8] Como que desconhecendo o processo que ocorria por trás dos bastidores e o fato de que a idéia de união estava ganhando força pouco a pouco, carecendo apenas do apoio papal, Jacques de Molay viajou por toda a Europa tentando reparar as perdas sofridas em Acra. A natureza insuficiente das concessões que obteve, citadas no Capítulo 7, acentua intensamente a situação empobrecida dos Templários.* Na Europa, houve pouco interesse por cruzadas, a despeito do entusiasmo de Raymond Lull.

*Outro exemplo de menor importância das concessões é a ordem dada em 1295 por Carlos II de Nápoles, isentando do "*jus exiturae*" os grãos exportados para Chipre pelos Cavaleiros Templários (Yver, *Le Commerce et Les Marchands*, p. 118).

A atenção e a energia diplomática na Europa estavam, nessa época, concentradas na batalha que estava sendo travada entre Filipe, o Belo, da França, e o papado. Esta abrangeu o célebre e escandaloso ataque a Bonifácio VIII na residência de verão deste, em Anagni, sua cidade natal, ao sul de Roma. O poder francês era absoluto na Europa e, em 1305, Filipe conseguiu afinal eleger um francês para a Santa Sé. Bertrand de Got, de Bordeaux, que adotou o nome de Clemente V, nunca foi a Roma; depois de um período errante passado sobretudo em Poitiers e perto dessa cidade, estabeleceu seu papado em Avignon, convenientemente na Provença e portanto tecnicamente fora do território da França. Mas havia pouca dúvida de que ele era um fantoche do rei francês, e talvez seja por essa razão que ele estivesse muito mais interessado na idéia de uma cruzada do que Bonifácio estivera. Com seu pontificado teve início a última fase fatal da idéia de união. Os primeiros dois anos de seu governo viram a publicação dos dois panfletos mais influentes sobre a união, *Liber de Fine* (1305), de Lull, e *De Recuperatione Terrae Sanctae* (c.1305-7), de Pierre Dubois.

Foi a partir de 1305 que a idéia de uma nova cruzada, com Filipe ou um de seus filhos como chefe de uma ordem cruzada unida, foi proposta com uma freqüência que o próprio Filipe não pôde ignorar. Na Segunda Parte de *Liber de Fine*, intitulada *De modo bellandi*, Lull afirmou que o líder da cruzada que ele estava propondo deveria ser um homem de sangue real e seus sucessores, filhos de reis. Todas as ordens militares deveriam unir-se sob o comando desse rei, cujo título era *dominus bellator rex*, isto é, "rei guerreiro". Lull passou alguns anos na corte de Filipe, ou perto desta, buscando espalhar suas idéias relativas à reconquista da Terra Santa, e na verdade escreveu outro livro com essa finalidade, o *Liber de Acquisitione Terrae Sanctae*, em 1309. Os atrativos para Filipe de apresentar a si mesmo ou um de seus filhos como o *bellator rex* são óbvios, pois tal condição favoreceria sua tentativa de criar uma hegemonia dos Capetos sobre a Igreja e a Europa cristã. Mas seu problema mais premente era a falta de fundos para tal em-

preendimento, e foi Pierre Dubois quem sugeriu uma fonte potencial de dinheiro para o projeto.

Dubois era um advogado e publicitário normando que se especializou em escrever propagandas a favor da monarquia francesa. Ao que tudo indica, ele escrevia para adular Filipe em proveito próprio, o que não teria muita importância, se não fosse por sua contínua posição polêmica contra os Templários — a quem ele atacou em três panfletos separados. Foi dito a seu respeito que ele fez muito "para tornar bem conhecida a idéia de abolir a ordem e confiscar sua propriedade" a partir de cerca de 1300.[9] Seu *De Recuperatione* foi um panfleto longo e cuidadosamente escrito, que de insinuações e idéias explícitas espalhadas por todo o texto chega a uma declaração do valor de suprimir a Ordem do Templo. A primeira condição para o sucesso de qualquer tentativa para reconquistar a Terra Santa era, obviamente, a paz na Cristandade ocidental, afirma ele, uma posição sustentada claramente em apoio a Filipe como o homem que deveria criar essa paz. Ele reconhece a necessidade de grandes subsídios em dinheiro, e no parágrafo 14 diz onde eles poderiam ser obtidos: se as propriedades dos Hospitaleiros e dos Templários — que ele qualifica de "divididos e confusos" — fossem reunidas, seria possível levantar o dinheiro necessário.[10] O parágrafo 37 insiste na necessidade de reforma da situação presente, ao passo que o parágrafo 60 elabora um projeto para criar escolas de intérpretes em mosteiros templários e hospitaleiros no Oriente.[11] Uma medida mais claramente antitemplária aparece no parágrafo 107, no qual ele sugere um tesouro comum da Terra Santa, a ser guardado na catedral de cada diocese — roubando dos Templários o papel tradicional de banqueiros das cruzadas.

Mas é no *Apêndice*, o qual seu organizador moderno, Langlois, acredita ter sido escrito um pouco mais tarde, que a natureza das sugestões é esclarecida. No parágrafo 3 do *Apêndice*, ele defende uma única ordem militar, sob a direção do rei de Chipre; mas o que é mais notável é o fato de ele excluir especificamente os Templários dessa ordem (*exceptus Templariis*).[12]

Por fim, no parágrafo 5, ele menciona de forma explícita a supressão da Ordem: "Foi decidido, com a aprovação do concílio, que a Ordem dos Templários deveria ser abolida e que, de acordo com a justiça, totalmente anulada, e foi decidido ordenar, conforme mencionado acima, que sua riqueza fosse usada para uma cruzada geral."[13*]

Essa afirmação, feita sob medida para o consumo de Filipe, o Belo, representa o ponto culminante de uma série de idéias, projetos e panfletos a respeito da reconquista de Jerusalém. Ninguém havia tentado ainda colocar em prática as ações recomendadas, mas essa "decisão" — e sua sustentação convincente — era boa demais para ser omitida. Uma vez que Filipe se viu no papel de *bellator rex*, o passo seguinte foi lógico demais. Hillgarth comentou: "Se olhamos para os acontecimentos de 1305-12 como um todo, fica claro que, se uma ação preliminar necessária para uma cruzada geral, aos olhos de Filipe IV, era a tomada de Constantinopla por um príncipe francês, a segunda, igualmente essencial, era a destruição do Templo."[14]

A Defesa do Mestre

Os Mestres do Templo e do Hospital foram convocados a comparecer perante o papa Clemente V, em Poitiers, em 6 de junho de 1306. Eles deveriam dar-lhe conselhos sobre o envio da ajuda aos reis da Armênia e de Chipre, e discutir a idéia de união, proposta recentemente.[15] Jacques de Molay preparou dois textos separados para apresentar ao papa nessa ocasião: o primeiro dizia respeito à organização de cruzadas e consistia numa tentativa de convencer o papa a pregar uma cruzada geral; o segundo texto dizia respeito à união proposta das duas principais ordens cruza-

*"Ordinem vero Templariorum cum consilio concilii modis omnibus expedit demoliri, et exigente justicia totaliter adnullari, er sicut predictum est de bonis eorum usque as generale passagium ordinare."

das e atacava a idéia com todos os argumentos e com toda a autoridade que De Molay conseguiu reunir.

Este último texto, intitulado *De Unione Templi et Hospitalis Ordinum ad Clementem Papam Jacobi de Molayo Relatio*, começa com uma história da idéia de união desde o Concílio de Lyon, em 1274. Depois desse trecho introdutório, ele expõe os argumentos a favor e contra a união proposta — com uma clara inclinação contra. Como Mestre, refere-se às tradições dos Templários, afirmando que "não seria honroso unir essas ordens antigas" (*antiquas religiones*).[16] Mas reconhece implicitamente uma discórdia entre as ordens quando afirma que seria imprudente uni-las, porque os membros das ordens originais seriam induzidos pelo demônio a brigar. Isso seria perigoso, já que eles estariam armados.[17] Mas discórdia resultaria da supressão de certas comendas em favor de outras, e ele também duvidava que a união aumentasse efetivamente sua força unida. Quanto aos serviços de caridade, tais como donativos e fornecimento de alimentos aos pobres,* ele acreditava que estes diminuiriam consideravelmente.[18]

Contudo, alguns de seus argumentos são muito fracos — como se ele não tivesse pensado seriamente sobre a questão ou fosse incapaz de entender todas as implicações da situação. Por exemplo, ele observa que o Templo e o Hospital possuem um marechal, um chefe de comenda e um *drapier*, e que em caso de união isso criaria conflitos e rivalidade, porque cada um desses homens ia querer manter sua função.[19] Conforme observou Barber, em tais comentários, ele "exibiu apenas a mais vaga idéia de que os Templários poderiam ser vulneráveis".[20] Toda a questão parece impossível para o Mestre: ele afirma que a rivalidade entre as ordens existentes é uma coisa boa, e sempre fora vantajosa para os cristãos e desvantajosa para os muçulmanos. À parte a evidente ingenuidade de tal afirmação, existe algo de patético na

*É interessante, e contrário à crença popular e às provas apresentadas no julgamento, que De Molay afirme que todas as casas templárias forneciam donativos gerais três vezes por semana a quem os pedisse e dava um décimo de seu pão aos pobres.

afirmação de que, enquanto os Hospitaleiros partiam numa expedição, os Templários tinham podido descansar.[21] Isso seria uma questão de organização militar, e tem pouco a ver com o número de ordens. A comparação que ele faz com a rivalidade entre dominicanos e franciscanos, e suas conseqüências benéficas para os cristãos, é inteligente mas em grande parte irrelevante.[22] No entanto, o interessante é que De Molay também se refere aos peregrinos nesse contexto, afirmando que o propósito original dos Templários não fora completamente esquecido. Os peregrinos, diz ele, quer sejam homens ilustres ou comuns, sempre buscam pousada e descanso numa das duas ordens; talvez — e aqui ele está evidentemente num argumento muito fraco — uma única ordem não fosse capaz de proporcionar esse serviço completo.[23]

Depois de expor em parágrafos diferentes o que considera as principais desvantagens da união, o Mestre faz uma exposição breve e pouco convincente do que vê como principais vantagens. Se o trecho anterior era desprovido de convicção, o casuísmo desses argumentos é gritante. Fica claro que Jacques de Molay está argumentando a contragosto, a despeito de sua tentativa de apresentar o que parece ser um argumento equilibrado. Contudo, até mesmo ele é forçado a admitir que a união levaria a reduções de custos, considerando-se a diminuição do número de comendas e casas que precisariam ser mantidas na Europa e no Oriente. Ele conclui seu argumento da seguinte maneira. "Por isso, Santo Padre, são expostas as vantagens e as desvantagens, a honra e a desonra, ou os perigos que percebo e que reconheço na supracitada união."[24] A inclinação é clara: o documento contém 115 linhas contra a união, ao passo que dezenove linhas constituem o argumento a favor.

A conclusão do texto contém uma sugestão que mostra o quanto o grão-mestre está distante de levar a sério a idéia de união. Longe de esperar que tal coisa aconteça, ele parece prever o anúncio de uma nova cruzada. Convida Clemente V a procurar os Templários sempre que precisar de conselhos sobre essa questão, afirmando que não havia meio mais barato de

financiar uma cruzada do que por meio das ordens militares existentes. Suas últimas palavras, sinceras mas irremediavelmente ingênuas, foram no sentido de que, se o papa pretendia distribuir rendas fixas, perpétuas ou anuais para as ordens militares, seria melhor distribuí-las separadamente para o Templo e o Hospital, porque "todo o mundo luta para obter os seus direitos até mesmo além de seu poder".[25] Esse último pedido, que se revela patético, considerando-se o que estava prestes a acontecer a Jacques de Molay e sua Ordem, constitui a melhor prova da total incapacidade do Mestre para entender o que estava acontecendo ao seu redor.

O Mestre rejeitou a idéia de união e, ao fazê-lo, talvez tenha acelerado o processo de supressão. A proposta só fora apresentada por Pierre Dubois depois de décadas de movimentos preliminares por parte dos críticos dos Templários; uma vez que Filipe, o Belo, adotara a causa, não podia haver muita dúvida quanto ao resultado. A captura dos Templários em toda a França, em 13 de outubro de 1307, é muitas vezes apresentada como uma surpresa, como algo que ninguém na Cristandade poderia ter previsto, quando na verdade muitos sinais apontavam para essa solução inevitável, de um só golpe, de muitos dos problemas do rei francês. Filipe já trouxera a Igreja para o seu controle e podia agora visar destruir uma de suas ordens mais ricas, a fim de atenuar uma séria escassez de dinheiro. Talvez um Mestre com mais visão do que Jacques de Molay tivesse reconhecido isso e aceito poder menor dentro de uma ordem militar unida. Considerando-se os ataques e os confiscos de Filipe, o Belo, contra a Igreja, os judeus e os lombardos, é difícil afirmar que essa violenta tentativa de rápida supressão foi uma surpresa. "Todo o mundo sabia", diz Jean Favier.[26] Exceto, evidentemente, Jacques de Molay.

Mas, mesmo que os argumentos financeiros e essas reflexões feitas com a vantagem da distância temporal sejam rejeitados, existe uma prova da época que explica de uma forma nova e mais satisfatória a decisão de eliminar a Ordem do Templo. Hillgarth mostrou que talvez tenha sido a *recusa* de

Jacques de Molay *em aceitar a idéia de união* que ocasionou a queda da Ordem. Ele fundamenta sua hipótese com uma carta escrita por Christian Spinola de Gênova a Jaime II de Aragão em 2 de novembro de 1307:

> Acredito, porém, que o papa e o rei [da França] estejam fazendo isso pelo dinheiro [do Templo] e porque desejam fazer do Hospital, do Templo e de todas as outras ordens militares uma única Ordem unida, da qual o rei quer e pretende fazer um de seus filhos rei. O Templo, porém, manifestou-se veementemente contra estas [propostas] e não quis concordar com elas.[27]

A hipótese de Hillgarth é confirmada por mais duas fontes, um cardeal falando a emissários de Jaime II e por *Continuatio chronicarum*, de Adam Murimuth.[28]

As razões para a captura dos Templários na França, e posteriormente em toda a Europa, são diversas e complexas. Mas, como muitas vezes no passado, a causa pode ter sido a arrogância deles. Depois de dois séculos de privilégios e poder praticamente sem entraves, a "ordem antiga" e seu Mestre de sessenta anos não conseguiram adaptar-se à mudança drástica de circunstâncias.

10

Supressão

O verdadeiro choque relativo à captura dos Templários na França originou-se do fato de que um governante secular acusara em público uma Ordem diretamente ligada ao papa de heresia, um crime que pertencia à jurisdição da Igreja. O tribunal eclesiástico conhecido como Inquisição, naquele momento envolvido numa batalha contra cátaros, franciscanos espiritualistas e outros hereges na França e norte da Itália, era a autoridade competente. Se tivesse havido forte suspeita de heresia dentro da Ordem do Templo antes de as prisões serem feitas, deveria ter sido denunciada à Inquisição — que então teria realizado investigações e convocado os líderes dos Templários a comparecer perante um inquisidor. Na verdade, a fim de criar uma aparência de legalidade, Filipe, o Belo, inseriu na Ordem de Prisão de 14 de setembro de 1307 a afirmação de que as prisões estavam sendo feitas para atender ao "justo pedido": do Inquisidor Geral, Guillaume de Paris.[1*] Mas não existe prova de que tal pedido foi feito, e ele não voltou a ser mencionado nos documentos do julgamento.

---

*A inquisição na França era dividida então em oito províncias. Os inquisidores da Província de Paris, que abrangia Rouen, Sens e Reims, receberam o título de *inquisiteurs in regno Franciae* ou *inquisiteurs généraux de France* (J.-M. Vidal, *Bullaire de l'Inquisition Francaise au XIVe Siècle*, Paris: Letouzey et Ané (1913), p. xxi).

Filipe dedicara quase uma década para trazer a Inquisição da França para o seu controle pessoal. Além disso, o inquisidor Guillaume de Paris era o confessor particular do rei desde o final de 1305. Essa estreita relação pessoal e a dependência por parte de Guillaume da boa vontade do rei para conservar sua posição de autoridade o incentivariam obviamente a aquiescer à política de Filipe e a permitir que seu nome fosse usado na Ordem de Prisão. Não era tanto o poder ou a eficiência da Inquisição que Filipe queria utilizar, mas a legalidade oriunda de se fazerem as prisões, ainda que de forma obscura, em nome do tribunal competente. As técnicas e os métodos empregados pela Inquisição também tiveram importância, e a situação paradoxal que viu uma instituição papal usada contra outra sem permissão ou nem mesmo o conhecimento do papa — embora estes também tenham sido mencionados na Ordem de Prisão — pode ser explicada da seguinte maneira: "Novas forças foram dispostas contra o papado quando uma monarquia secular superior (...) fez uso irrestrito de técnicas inquisitoriais, a fim de apossar-se da riqueza dos Templários".[2] Em termos da história da Inquisição, os julgamentos templários podem ser vistos como uma de uma série de tentativas por parte de líderes seculares e religiosos para empregar em benefício próprio o notável sucesso que a Inquisição alcançara nos setenta anos desde seu estabelecimento, por volta de 1233.

A chave para entender o pensamento por trás do gesto de Filipe, o Belo, está contida na Ordem de Prisão enviada aos senescais três semanas antes de as prisões deverem acontecer. A retórica exagerada e cuidadosamente estudada do trecho introdutório, obviamente destinada a convencer oficiais céticos da coroa quando recebessem essa ordem extraordinária, é justificadamente célebre mas merece ser repetida:

> Uma coisa triste, uma coisa lamentável, uma coisa horrível de imaginar e terrível de ouvir, um crime detestável, um malefício execrável, uma obra abominável, uma desgraça detestável, uma coisa totalmente desumana,

> alheia a todo sentimento humanitário, chegou aos nossos ouvidos, graças aos relatos de algumas pessoas dignas de crédito, não sem nos causar grande espanto e nos fazer estremecer de horror violento, e, ao pensarmos em sua gravidade, uma imensa dor nos domina, ainda mais intensamente porque não há dúvida de que as enormes proporções do crime atingem o ponto de ser uma ofensa à majestade divina, uma vergonha para a humanidade, um exemplo pernicioso de maldade e um escândalo universal.[3]

Só podemos imaginar o efeito dessa explosão veemente sobre aqueles que receberam a Ordem de Prisão e o espanto com que devem ter lido as páginas restantes. Em seguida, os Templários são definidos como lobos em pele de cordeiro, culpados de uma "assombrosa bestialidade" (*bestialitate transcendens*), "crimes extremamente abomináveis" (*scelerum summe nepharia*), e recorreram à sensualidade de animais irracionais (*refugit ipsarum irrationabilium sensualitas bestiarum*).[4]

No segundo parágrafo da ordem, é repetida a afirmação de que "pessoas dignas de crédito" foram responsáveis por um relato que conduziu diretamente às acusações. Sabemos que uma dessas pessoas dignas de crédito era um francês ambíguo chamado Esquin de Floyran. Esquin tentara primeiramente convencer o rei Jaime II de Aragão de que os Templários haviam cometido certos atos horríveis. A tentativa fracassou porque Jaime II não quis aceitar acusações infundadas contra uma Ordem que sempre fora leal a ele — ao contrário dos mais poderosos Templários franceses em suas relações com Filipe, o Belo. Depois dessa rejeição em Aragão, Esquin voltou para a França e, afirma Norman Cohn,[5] conseguiu convencer Guillaume de Nogaret, juiz real e fanático anticlericalista que instaurara processo contra Bonifácio VIII em nome de Filipe alguns anos antes. Sob uma excomunhão não-anulada de Benedito XI (1303-4), antecessor de Clemente, Nogaret era perito em empregar acusações de práticas de magia e heresia, para atacar os inimigos do rei. Já as usara contra Bonifácio VIII e as usaria mais tarde

contra Louis de Nevers, filho do conde de Flandres. Peter Partner mostrou que muito subitamente, "por volta do ano de 1307, as acusações de magia tornaram-se um dos métodos típicos de agressão* entre os servidores invejosos e competitivos do rei Filipe, o Belo".[6]

No contexto de manobras para extinguir a Ordem do Templo e fundar uma nova ordem militar unida, a oportunidade apresentada pelas acusações de Esquin era, claramente, boa demais para se perder. Mas Jacques de Molay também fora informado dessas acusações contra sua Ordem e começou a insistir para que houvesse uma investigação papal sobre as acusações, a fim de limpar o nome dos Templários. Talvez tenha sido por essa razão que Filipe foi obrigado a preparar um golpe preventivo. Enquanto Jacques de Molay e Clemente V discutiam em Poitiers a possibilidade de uma cruzada e também a idéia de união, Filipe já estava planejando impedir qualquer investigação papal prendendo os Templários antes que ela pudesse acontecer. Cohn explica da seguinte maneira: "Havia em Filipe pelo menos tanto do fanático quanto do cínico, e talvez ele tenha convencido a si mesmo de que uma organização que era capaz de frustrar seus objetivos era capaz de qualquer iniqüidade (...), ele compreendeu que uma investigação papal, realizada com os Templários ainda em liberdade e capazes de conduzir sua defesa, provavelmente não resultaria na condenação e na supressão da ordem."[7]

Assim, pode-se ver que o relato enviado a Guillaume de Nogaret pelo "confiável" Esquin de Floyran agiu como um catalisador que desencadeou a Ordem de Prisão e deu aos advogados de Filipe a desculpa de que eles estavam agindo com base em informações fidedignas. A aparência de legalidade era fundamental, embora estivesse claramente apoiada em bases pouco firmes. Na verdade, Esquin parece ter tido motivos mercenários: mais tarde ele adquiriu a posse de algumas terras templárias e escreveu para Jaime II de

*Não só na França. O julgamento de *Dame* Alice Kyteler, em Kilkenny, na Irlanda, em 1324, por bruxaria, foi um exemplo quase contemporâneo de tais acusações sendo usadas por uma autoridade secular por motivos políticos (cf. Kieckhefer, *European Witch Trials*, pp. 14, 111).

Aragão, em 1308, reivindicando mil libras francesas em aluguéis e três mil libras francesas em dinheiro de propriedades templárias que lhe tinha sido prometido caso suas acusações se revelassem corretas. É nessa carta que ele afirma de forma inequívoca que "sou o homem que apontou as ações dos Templários ao Senhor Rei da França...".[8]

Tendo justificado assim a origem da informação, o autor da ordem de prisão busca legitimar seu conteúdo ainda mais referindo-se ao suposto apoio de Clemente V e Guillaume de Paris. Em nome de Filipe, o Belo, ele afirma que agira apenas "depois de ter falado com Clemente, nosso mais Santo Padre no Senhor", e em seguida menciona uma "investigação anterior" feita por Guillaume de Paris — da qual não há menção nem vestígio em nenhum outro lugar.[9] Tirando do rei a responsabilidade direta, ele afirma que foi apenas "atendendo aos pedidos do citado inquisidor" que Filipe decidiu pela prisão dos irmãos Templários na França. Ele chega à triunfante conclusão de que:

> ordenamos que todos os membros da ordem dentro de nosso reino sejam detidos, sem nenhuma exceção, aprisionados e reservados para o julgamento da Igreja e que todas as suas propriedades móveis e imóveis sejam confiscadas, colocadas em nossas mãos e guardadas fielmente.[10]

A ordem de prisão termina com uma lista detalhada dos procedimentos a serem adotados durante as prisões. É digno de nota que estes, ao contrário do corpo principal da ordem, estejam escritos em francês arcaico; parece que essa descrição da maneira como as prisões foram efetuadas, juntamente com uma breve lista das acusações que deveriam ser feitas contra os Templários, destinava-se ao consumo dos servidores do rei. Nesse caso, o texto latino era para o clero, servidores de posição elevada e possíveis críticos da ação do rei. Resumindo, os oficiais reais deveriam usar o mês entre o recebimento da ordem de prisão e sua execução para fazer investigações secretas

nas casas templárias. Deveriam evitar despertar suspeita fazendo investigações paralelas em outras casas religiosas ao mesmo tempo.

Levando-se em conta o argumento a respeito do uso da tortura para obter confissões dos Templários, existe um outro trecho da Ordem de Prisão que é de especial interesse. Assim que as capturas tivessem sido feitas, os senescais e beleguins reais — juntamente com forças locais auxiliares que os tivessem ajudado — deveriam "colocar as pessoas [isto é, os Templários presos] em isolamento sob uma guarda boa e segura, fazer uma investigação preliminar a respeito deles e então chamar os assistentes do inquisidor e examinar a verdade com cuidado, *usando de tortura se necessário...*".[11] Em 22 de setembro de 1307, uma semana depois de a ordem de prisão ser distribuída por toda a França, o Inquisidor Geral enviara instruções aos inquisidores de Toulouse e Carcassonne para ajudarem no inquérito.[12] Podemos ver, portanto, que tinham sido tomadas providências cuidadosas para obter confissões das acusações iniciais antes que as prisões fossem feitas.

É importante também observar que as prisões ocorreram no momento em que o uso flagrante e violento da tortura pela Inquisição chegou ao seu ponto culminante, com o uso regular do cavalete, da roldana, da prova da água e da prova do fogo para extrair confissões a todo custo. Tanto assim que o papa João XXII foi posteriormente obrigado a expedir um decreto limitando o uso da tortura, ao passo que a questão já era discutida no mesmo Concílio da Igreja que aboliu a Ordem do Templo em 1312. Os mais célebres utilizadores de tortura foram os inquisidores do sul da França, onde a ameaça cátara que levara à fundação da Inquisição fora mais forte. O famoso inquisidor dominicano Bernard Gui queixou-se a João XXII de que a limitação da tortura que fora proposta prejudicaria a eficiência do tribunal.[13] Em certo sentido, os Templários ficaram condenados a partir do momento de sua prisão na França: o mais poderoso monarca europeu se uniria com o mais cruel e eficiente de todos os tribunais contra eles, usando livremente a tortura para obter confissões de que Filipe, o Belo, precisava para destruí-los.

Muito poucos dos Templários aprisionados eram cavaleiros ou mesmo sargentos, e é sensato supor que muitos deles não dispunham de coragem nem de vontade para suportar a tortura. Os "Templários" interrogados pela Inquisição em Paris eram em número de 138, variando em idade de dezesseis a oitenta anos e incluindo entre eles despenseiros, pastores, agricultores e carpinteiros. Barber forneceu uma análise dos papéis desses 138 homens: somente quinze eram cavaleiros, dezessete eram padres e 49 eram sargentos ou irmãos serviçais; o restante eram, no máximo, irmãos servidores mas muitas vezes de posição ainda mais inferior.[14] O número de cavaleiros corresponde a nossos cálculos anteriores da proporção de cavaleiros dentro da Ordem. Considerando-se a grande variação de idade, função e grau de instrução dentro desse grupo de homens, não é propriamente de surpreender que suas confissões constituam uma mistura de ignorância, inconsistências, contradições e pura confusão. Usando uma técnica bem experimentada, os inquisidores conduziram sua presa às respostas necessárias por meio de perguntas cuidadosamente escolhidas, extraídas de depoimentos anteriores e de sua própria imaginação.

Contudo, no meio do pequeno corpo de quinze cavaleiros estavam alguns dos oficiais mais importantes da Ordem naquela época. É bem possível que tenha sido a concentração incomum de Templários de posto elevado em Paris que incentivou Filipe a agir contra eles de forma tão imperiosa. Entre eles estavam Jacques de Molay, Hugues de Pairaud, inspetor da França, Geoffroi de Charney, preceptor da Normandia, e os preceptores da Aquitânia, de Reims e de Chipre. Somente doze Templários então na França, inclusive Gérard de Villiers, preceptor da França, conseguiram escapar à prisão.

O Papel de Clemente V

Parece provável que a esperança de Filipe, o Belo, fosse aplicar um golpe irreversível nos Templários e ocasionar a supressão da Ordem o mais breve

possível. Mas ele se esqueceu do poder obstrutor de Clemente V, cuja autoridade lhe era necessária para tornar a operação legal. Ao papa fora apresentado um *fait accompli*, e, como as prisões tinham sido feitas tecnicamente com a aprovação do Inquisidor Geral da França, não havia uma forma fácil de ele reverter o golpe preventivo de Filipe. Sua única manobra possível era assumir o comando do julgamento, e assim manter o direito de opinar no resultado. Desse modo, depois de semanas de consulta e de reflexão sobre seu dilema perto de Poitiers, ele promulgou a bula *Pastoralis praeminentiae* em 22 de novembro de 1307. Barber explicara a importância de sua ação da seguinte maneira:

> Desse modo, Clemente comprometeu-se de forma irrevogável com um papel central e impediu efetivamente que o processo se desse às pressas, como Filipe teria preferido. Se Clemente tivesse sido preparado inteiramente para concordar com o golpe de 13 de outubro, então é provável que uma decisão secreta, embora sem dúvida alguma vergonhosa, tivesse sido tomada para o benefício material de Filipe e que a Ordem tivesse sido dissolvida.[15]

A bula instruía as autoridades cristãs a prender todos os Templários dentro de sua jurisdição e a assumir o controle da propriedade templária em nome do papa. Foi dirigida aos reis e príncipes da Inglaterra, Irlanda, Castela, Aragão, Portugal, Itália, Alemanha e Chipre. Embora Eduardo II da Inglaterra tivesse a princípio defendido os Templários contra as acusações feitas por Filipe, o Belo, e tivesse escrito a outros monarcas em apoio à Ordem, essa bula papal obrigou-o a agir. Ele ordenou que os Templários em seu reino fossem presos em 10 de janeiro de 1308, na esperança de que a questão fosse resolvida rapidamente.[16] Em comparação com as prisões feitas na França no mês de outubro anterior, os Templários foram tratados com indulgência; alguns irmãos tiveram permissão para permanecer em suas comendas,

enquanto outros — inclusive o Mestre inglês, William de la More — recebiam pensões reais durante sua prisão. Do mesmo modo, Jaime II de Aragão recusara-se inicialmente a prender os Templários em seu reino e escreveu aos reis de Castela e de Portugal, a fim de estabelecer uma política conjunta a respeito da Ordem em suas relações com Filipe, o Belo.[17]

Tanto em Aragão como na Inglaterra, os processos iniciais foram seriamente dificultados pela proibição de tortura existente naqueles reinos, interrogadores espanhóis e ingleses não obtiveram confissões tão dramáticas e condenatórias quanto os inquisidores que trabalhavam sob a direção de Guillaume de Paris. Na verdade, a única vez que a Inquisição papal agiu em solo inglês foi quando dois inquisidores, Dieudonné, abade de Lagny, e Sicard de Vaur, chegaram lá para interrogar os Templários em 13 de setembro de 1309. Os resultados, sem que fosse aplicada tortura, são significativos: nenhum dos 43 irmãos examinados pelos inquisidores admitiu uma única acusação.[18] Em outros lugares, sobretudo na Itália e na Alemanha, as prisões foram esporádicas, não planejadas e dependentes de situações políticas locais complexas, que faziam com que procedimentos diferentes fossem adotados e graus variados de entusiasmo fossem aplicados à tarefa. Não obstante, a autoridade legitimadora de Clemente levou todos os soberanos cristãos a tomar *alguma* ação, muitas vezes quando antes haviam se recusado a fazê-lo.

Mas o papa foi atormentado por sua consciência. Afinal de contas, a Ordem do Templo sempre fora leal à Santa Sé por quase dois séculos, e deve ter ficado óbvio que a decisão unilateral de prender os Templários era parte do processo gradual de declínio do poder papal. Embora o rei francês tivesse sido responsável pela eleição de Bertrand de Got como Clemente V, estava claro agora que isso era parte de um plano gritante de colocar o papado a seu serviço. A freqüente indecisão, as drásticas mudanças de idéia, contradições e até certo ponto até mesmo o julgamento dos Templários eram os produtos de uma luta de poder desigual entre papa e rei. Nessa disputa de

vontade, a aquiescência inicial de Clemente foi seguida por uma necessidade premente de expressar seu protesto contra a ação de Filipe. Em fevereiro de 1308, ele suspendeu os processos contra os Templários por parte da Inquisição, e os irmãos aprisionados seriam involuntariamente colocados num limbo legal e teológico que duraria seis anos — com todos os efeitos psicológicos sobre suas consciências e sentimentos a respeito da culpa da Ordem que se podem imaginar.

Os protagonistas dessa luta de poder encontraram-se em Poitiers, em maio de 1308. O argumento real contra os Templários foi apresentado num longo discurso feito pelo ministro do rei, Guillaume de Plaisians, que buscou convencer Clemente da heresia dos Templários recapitulando os julgamentos, as confissões e as provas até o momento em que o processo inquisitorial fora suspenso. Ele tentou confirmar seu argumento dizendo que há muito tempo os Templários eram suspeitos de atividades ilícitas em seus cabidos, as quais eram realizadas à noite, como as dos conhecidos hereges. O orgulho, a avareza e a perfídia são, todos, citados como argumentos que corroboram sua alegação. Mas Clemente era obstinado o bastante para resistir à intimidação real, manifestada em Poitiers pela presença de uma força militar suficiente para esmagar o séquito papal.[19] Essa presença é uma confirmação da eficácia da política de obstrução de Clemente. Apesar de seus planos a longo prazo para restringir o poder da Igreja, Filipe, o Belo, precisava da aprovação papal e queria obtê-la de forma pacífica, se isso fosse possível. Mas, de sua posição mais poderosa, ele também preparou-se para insistir na questão mais uma vez, se Clemente não cedesse.

Ele providenciou para que 72 Templários — talvez 14 cavaleiros, três padres, vinte irmãos serviçais e outros não identificados — comparecessem perante o papa em Poitiers. Eles foram escolhidos com base em suas confissões anteriores, e entre eles havia irmãos que tinham sido torturados antes de confessar, bem como alguns que pareciam ter ressenti-

mentos contra a Ordem. Nenhum dos Templários que ocupavam posição elevada apareceu. Havia muitas contradições nas provas apresentadas, e a maioria dos pontos fundamentais que aparecem em julgamentos posteriores podem ser encontrados nos registros que restaram dos depoimentos feitos perante Clemente V. O intuito da exibição foi atender à exigência papal de que os prisioneiros lhe fossem entregues, e agora que ele pudera salvar as aparências, foram tomadas providências para novas investigações sobre as supostas heresias. Foi formada uma comissão papal para investigar a culpa da Ordem como um todo, enquanto conselhos provinciais deveriam investigar a dos prisioneiros individualmente. As únicas exceções eram os líderes da Ordem, que deveriam ser interrogados por uma comissão de cardeais designados pelo próprio Clemente. As posses dos Templários deveriam ser mantidas até que a culpa destes fosse confirmada, e, no caso de supressão da Ordem, deveriam ser usadas para financiar atividades na Terra Santa.

Desse modo, com uma série de bulas papais promulgadas durante o verão de 1308, Clemente V submeteu-se formalmente à vontade de Filipe, o Belo. A partir desse momento, o papel do papa diminuiu de importância, e as comissões papais tiveram grande dificuldade para realizar seu trabalho, em conseqüência de obstáculos criados pelos oficiais reais. A lista completa de acusações contra os Templários foi apresentada numa bula de 12 de agosto de 1308, depois da qual os julgamentos puderam começar.

As Acusações

As acusações originais feitas por Filipe, o Belo, podem ser divididas em três áreas principais: negação da cruz e o ato de cuspir sobre esta, homossexualidade e adoração de ídolos. Como resultado de interrogatórios, confissões sob tortura e da fantasia de muitos dos prisioneiros e inquisidores, a lista

final completa compreendia 127 acusações. Muitas delas eram repetitivas ou análogas, e podem ser reduzidas a oito categorias principais:

1. Que os membros negavam Cristo, Deus, a Virgem ou os santos durante uma cerimônia secreta.
2. Que os membros cometiam uma multiplicidade de atos sacrílegos sobre a cruz ou a imagem de Cristo.
3. Que os membros praticavam beijos obscenos.
4. Que os membros incentivavam e permitiam a prática da sodomia.
5. Que os padres da Ordem não consagravam a Hóstia.
6. Que os membros não acreditavam nos sacramentos.
7. Que os membros praticavam vários tipos de idolatria.
8. Que o Mestre, ou outros dignitários, absolviam os irmãos de seus pecados.[20]

Essas acusações generalizadas, raramente admitidas por completo, nem mesmo por um único Templário, ficaram sendo a base para a supressão final da Ordem. Mas o mais surpreendente é o fato de que, no contexto dos julgamentos por bruxaria da época, todas essas acusações são muito conhecidas. Como observa Norman Cohn em seu estudo dos "demônios internos" da sociedade européia: "Claramente, as acusações contra os Templários eram apenas uma variante das que (...) tinham sido feitas anteriormente a certos grupos heréticos, reais ou imaginários."[21] Também é importante observar que as acusações se multiplicaram e se tornaram mais complexas ao longo dos interrogatórios e dos julgamentos, com aspectos acrescentados como que para convencer os céticos da culpa templária. É notável como podiam ser eficazes estereótipos tradicionais, tais como negação de Cristo, adoração de imagens ou do demônio, e beijos obscenos, na França do início do século XIV.

A negação de Cristo fora uma acusação fundamental contra os hereges da Aquitânia, que, segundo diziam, haviam rejeitado com desprezo a cruz e depois realizado orgias sexuais, no começo do século XI, e tal acusação fora

mencionada com freqüência nos séculos subseqüentes.[22] A acusação secundária de realização de orgias era, obviamente, mais difícil de sustentar contra os Templários, ao passo que a prática de sodomia seria mais viável numa Ordem totalmente masculina. Finalmente, com uma certa ironia, considerando-se a condenação muçulmana explícita da adoração de imagens, a veneração de um ídolo ou de ídolos foi considerada plausível numa Ordem que extraía muito de seu poder e de sua tradição do Oriente. Em geral, esta última acusação foi considerada pelos leigos baseada na realidade, muito embora poucos dos Templários que "confessavam" adorar um ídolo pareçem ter concordado quanto à sua identidade. Esta variava desde a cabeça de Jacques de Molay a imagens ambíguas com três rostos.* Algumas das acusações mais fantásticas que o demônio aparecia como gato preto, no qual eles davam o beijo obsceno, ou que eles preparavam pós com os corpos dos irmãos mortos — originam-se mais evidentemente de julgamentos comuns por bruxaria. Elas mostram que os julgamentos dos Templários pertencem ao grupo de dez julgamentos motivados politicamente entre 1300 e 1360, os quais envolviam acusações relacionadas com o fenômeno da bruxaria.[23] O elemento que sustentou as acusações nesse caso foi a aceitação geral de conspiração pelos Templários. Conforme observou Peter Partner em seu breve estudo sobre os julgamentos, "o que há de singular nas acusações não são os métodos implacáveis de acusação, mas a fusão da idéia de conspiração política com a idéia de ataque mágico".[24]

De início, Clemente V hesitara em acreditar nas acusações feitas contra os Templários, e sua luta com Filipe, o Belo, ocasionara um período de

*Salomon Reinach observou que o número de supostos Bafomés pertencentes aos Templários multiplicou-se drasticamente durante o século XIX, desde *Monuments Historiques* (1813), de Raynouard, até *Le Doctrine Secrète des Templiers* (1872), de Loiseleur. Em 1881, afirma ele, já era possível falar de "figuras bafométicas" (*La Tête Magiques des Templiers*, pp. 25-6). A bela cabeça de Cristo pintada na ex-igreja templária de Templecombe, considerada por muitos uma cópia do Sudário de Turim, indicaria uma forma mais plausível — e certamente nada herética — de "adoração de ídolos". Ver Figura 12.

descanso depois das audiências iniciais, uma vez que a suspensão por ele do processo inquisitorial tornou impossível a realização de outros interrogatórios. Assim, a lista formal de acusações publicada pelo papa em 12 de agosto de 1308 representa um marco na história dos julgamentos: a partir desse momento, com a autoridade papal e a eficiência inquisitorial sustentando as acusações, os Templários estavam praticamente condenados. Em conseqüência de manobras astutas contra Clemente V, o rei francês conseguira usar contra seus inimigos políticos as mesmas acusações que a Igreja vinha usando contra os hereges há pelo menos dois séculos. Seu triunfo só é realçado pelo fato de que nenhuma prova física convincente de heresia jamais foi encontrada.

Defesa dos Templários

A propaganda cuidadosamente manipulada de Guilherme de Nogaret não foi suficiente para convencer todos. Depois das confissões iniciais vieram retratações de afirmações anteriores e até mesmo negações obstinadas. Ainda mais notável foi a súbita corrida que se seguiu ao anúncio pela comissão papal de que ouviria o depoimento de qualquer Templário que se apresentasse para defender a Ordem. Mais de quinhentos irmãos que tinham sido torturados e aprisionados pela Inquisição na França ofereceram-se para depor em fevereiro de 1310; dos 134 Templários que haviam afirmado a culpa da Ordem em Paris, em 1307, 81 agora queriam defendê-la.[25] Quando esse movimento adquiriu impulso, o número de defensores potenciais aumentou de 532, em fevereiro, para 597 no final de março.[26] Os membros de comissão visitaram grupos de Templários instalados em várias partes de Paris e registraram defesas detalhadas e negações de todas as acusações feitas contra a Ordem. Dois padres templários, Pierre de Bolonha e Renaud de Provins, prepararam declarações que criticavam os procedimentos adotados

contra eles. Parece provável que Pierre de Bolonha, que era o procurador templário para a corte papal, tenha estudado direito na Universidade de Bolonha.[27] Seu ótimo conhecimento das leis e sua capacidade de comentar complexidades processuais, juntamente com uma defesa oral eloqüente, pareciam quase estar tendo o efeito desejado sobre os delegados papais.

A linguagem de um documento preparado por esses advogados, datado de 7 de abril de 1310, lembra o tom nobre dos primeiros manuscritos templários. Após observar que nenhum Templário fora da França confessou até então as acusações feitas contra a Ordem, eles afirmam que: "a ordem do Templo foi criada e fundada na caridade e no amor de uma fraternidade verdadeira e que ela está (...) perto de Deus Pai, uma ordem santa e imaculada, livre de todas as manchas e vícios, na qual há e sempre haverá com vigor uma doutrina regular, uma prática saudável, e que, como tal, é aprovada, confirmada e agraciada com inúmeros privilégios da Santa Sé".[28] Os itens da acusação são qualificados de "desonestos, horríveis, aterradores e detestáveis, tanto quanto são impossíveis e extremamente vergonhosos".[29] Outra defesa semelhante e cuidadosamente elaborada dos Templários, dirigida aos doutos da Universidade de Paris e talvez escrita já em 1308, foi publicada por Cheney.

Alguns relatos dos julgamentos templários feitos na época também parecem considerar a Ordem como um todo inocente das acusações feitas contra ela. O frei dominicano Pierre de la Palud prestou depoimento a favor da Ordem;[30] o teólogo cisterciense Jacques de Thérines ficou perplexo com contradições nas provas apresentadas e não conseguiu chegar a uma conclusão;[31] mais surpreendente de tudo é o que Cheney chama de "desconcerto" de Bernard Gui, um dominicano, experiente caçador de hereges e inquisidor, e autor de um dos mais influentes manuais para inquisidores.[32] Se esse advogado e juiz de heresia perito se viu impossibilitado de interpretar as provas, é justo perguntar como alguém poderia, ou pode hoje, fazer afirmações seguras a respeito da culpa ou inocência dos Templários. A mes-

ma dúvida foi expressa em versos pelo cronista Geoffroi de Paris, cuja incerteza pode ser tida como representativa de um sentimento generalizado:

Je ne sai a tort ou a droit
Furent li Templiers, sanz doutance,
Touz pris par le royaume de France.[33]*

Com irmãos apresentando-se para defender a Ordem, e testemunhas e observadores objetivos dispostos a publicar opiniões a respeito da inocência deles, muitos Templários devem ter olhado para o futuro imediato com um certo otimismo durante a primeira parte de 1310.

Mas a crueldade e a determinação de Filipe, o Belo, logo puseram um fim a qualquer otimismo. Quando viu seu projeto em perigo real, ele tomou providências para que 44 Templários que haviam voltado atrás em suas confissões fossem queimados num campo fora de Paris, em 12 de maio. Mais uma vez, a inocência dos Templários foi enfatizada, como mostra uma crônica da época: "nenhum deles, sem exceção, reconheceu afinal nenhum dos crimes imputados a eles, mas insistiram firmemente na negação geral, dizendo sempre que estavam sendo levados à morte sem motivo e injustamente...".[34]

Não obstante, essas execuções tiveram o efeito desejado, pois um novo terror tomou conta do coração dos Templários que ainda estavam nas mãos da Inquisição. Aimery de Villiers-le-Duc, que foi interrogado dois dias depois, afirmou muito claramente que preferia confessar a morrer na fogueira.[35] A medida drástica de Filipe fora o golpe decisivo contra a Ordem do Templo: em novembro, já não se podia encontrar ninguém para defendê-la, e o impulso que se criara em fevereiro e março dissolvera-se por completo. Depois de um trabalho de dois anos, no decorrer do qual membros

*Não sei se com ou sem razão, os Templários foram, sem hesitação, presos pelo reino da França. (*N. da T.*)

ouviram 231 testemunhas durante 161 dias, a comissão papal concluiu oficialmente sua tarefa. Foi feita uma cópia dos depoimentos para o papa, ao passo que outra deveria ser mantida no mosteiro de Sainte-Marie, em Paris.[36]

Supressão e Conseqüências

No verão de 1308, Clemente V anunciara um Concílio Geral da Igreja, a ter lugar em Viena dois anos depois. A agenda desse concílio deveria abranger o destino dos Templários, reformas dentro da Igreja e a possibilidade de uma cruzada à Terra Santa. O Concílio teve início um ano depois da data planejada, em 16 de outubro de 1311. Antes que o Concílio começasse tinham sido enviados para Clemente resumos dos julgamentos em todos os países da Europa, juntamente com as opiniões do clero — que fora convidado a submeter por escrito suas opiniões a apreciação.[37] Dois relatos que restaram, um do futuro papa João XXII, eram extremamente hostis e sugeriam que o papa abolisse a Ordem por sua própria autoridade, sem pedir o consentimento do Concílio. Mas Clemente queria, tanto quanto Filipe, o Belo, agir com a autoridade legitimadora de um Concílio Geral.

Mais uma vez, uma resistência surpreendente quase frustrou os passos na direção da supressão. Clemente convidara formalmente os Templários a comparecer ao Concílio de Viena, em defesa de sua Ordem; justamente quando parecia que a supressão era iminente — depois de quatro longos anos de interrogatórios —, nove Templários apareceram, de fato, com a intenção manifesta de apresentar uma defesa. Imediatamente, Clemente ordenou a prisão deles, talvez porque temesse que houvesse outros no lugar com intenções parecidas, porém mais provavelmente porque até mesmo ele agora queria concluir o caso o mais breve possível. Barber afirma que, ao concluir os julgamentos templários, ele esperava abrir o caminho para uma nova cruzada[38] — voltando ao propósito original da propaganda contra os

Templários por Pierre Dubois. Muitos dos cem prelados presentes no Concílio eram, na verdade, a favor de permitir que os Templários defendessem sua Ordem, com exceção dos da França, que não ousavam opor-se à vontade de Filipe, o Belo.[39] Clemente V foi perdendo o controle do Concílio à medida que os meses de inverno passavam em debates sobre o direito dos Templários a uma defesa.

Mais uma vez, foi Filipe, o Belo, quem forçou o desfecho. Com a paciência posta duramente à prova pelas prevaricações dos membros do Concílio, ele começou a expedir ultimatos rudes. Em 2 de março de 1312, disse que, como provas de heresia e outros crimes detestáveis tinham sido encontradas pelos delegados papais, a Ordem do Templo deveria ser suprimida imediatamente. E prossegue:

> É por isso que, ardendo de devoção pela fé ortodoxa, e para que tal ofensa contra Cristo não fique impune, suplicamos a Vossa Santidade afetuosamente, devotadamente e humildemente que suprima a Ordem acima e crie uma nova ordem militar e transfira para ela, com seus direitos, honras e encargos, as propriedades da Ordem acima...[40]

Esse cerceamento gritante dos poderes do Concílio intensificou as dúvidas de Clemente e aumentou o desejo de membros não-franceses do Concílio de conceder aos Templários uma chance de defender-se.

Mas era impossível um novo adiamento. Em 20 de março, Filipe, o Belo, chegou a Viena com seus irmãos Carlos e Luís, seus três filhos e uma força armada considerável. As ameaças veladas de meses anteriores foram então transformadas numa ameaça militar clara. Depois de anos de debate, discussão e prevaricação, a supressão da Ordem do Templo foi votada com uma maioria de quatro quintos, apenas dois dias depois, numa reunião secreta do Concílio de Viena. A decisão foi tornada pública numa cerimônia de 3 de abril de 1312, quando a bula de supressão, *Vox in Excelso*, foi lida na presença de Clemente

V — que foi ladeado por Filipe, o Belo, como que para garantir que não houvesse mudanças de último minuto.[41] O objetivo de Filipe foi alcançado, mas o fato mais importante a observar é que o Templo *foi suprimido sem ser condenado formalmente*. Não obstante as confissões muito elaboradas e novas provas apresentadas no Concílio de Viena, a culpa da Ordem e de cada um de seus membros nunca foi confirmada. É nesse fato que a natureza claramente política dos julgamentos dos Templários é mais evidente.

* * *

Uma vez que o Templo foi suprimido, restaram duas questões importantes: como dispor das propriedades templárias e o que fazer com os líderes ainda presos. Filipe ainda esperava ver a formação de uma nova ordem militar, com um de seus filhos como Mestre, mas até ele ficou pouco a pouco convencido de que o fraco interesse dos participantes do Concílio de Viena pesou contra tal ordem. Dessa vez, Clemente V conseguiu afirmar seu próprio desejo, contrariando o de muitos membros do Concílio. Em sua bula *Ad providam*, de 2 de maio de 1312, ordenou que todas as propriedades templárias fossem transferidas para o Hospital, com a única exceção das propriedades da Península Ibérica, que deveria ir para as ordens militares locais da Espanha e de Portugal, em conseqüência de pressão diplomática exercida pelos reis daqueles países.[42] Também foi feito o acordo com Filipe, o Belo, de que as despesas com os irmãos templários presos e a administração de suas posses a partir do momento de sua prisão, em 1307, deveriam ser deduzidas do total de posses da Ordem e pagas à coroa francesa.[43]

Contudo, essas posses tinham sido erodidas pouco a pouco desde 1307. Na Inglaterra, por exemplo, Eduardo II recorrera a recursos templários um mês depois da prisão destes e continuou a fazê-lo até a supressão. Vendeu a lã deles, usou os estoques de grãos para sua guerra contra a Escócia, recorreu a reservas templárias de carne e peixe para seu banquete de coroação, e

usou fundos templários para pagar dívidas vencidas a seus clérigos e dar donativos a casas religiosas. Do mesmo modo, as propriedades tinham sido roubadas de cavalos e aves, equipamentos de cozinha e quaisquer outros bens móveis, e Eduardo despojou as terras templárias até mesmo de suas árvores.[44] Além disso, o processo de tomar posse dos bens templários por parte do Hospital não foi de modo algum direto, nem mesmo com o apoio de uma bula papal. Perkins descreve a corrida por terras na Inglaterra:

> A remoção dos guardas reais parece ter sido o sinal para uma escalada em que os senhores feudais e o rei estavam numa posição muito melhor para ter êxito do que o pequeno número de Hospitaleiros. Os Templários haviam adquirido suas amplas propriedades aos poucos e mantinham-nas sob vários domínios de muitos senhores diferentes. Isso tornou muito mais fácil para os Hospitaleiros obter do papa a posse da doação que lhes fora feita, sobretudo sem o uso dos documentos, escrituras e registros dos Templários, que em 30 de agosto de 1324 eles ainda não haviam adquirido. No início eles asseguraram a posse de algumas das propriedades, mas a maioria foi tomada por senhores feudais vizinhos...[45]

Esse processo foi repetido por toda a Europa. Na França, Alemanha e Itália, o Hospital conseguiu, depois de muitos adiamentos longos e dispendiosos, obter apenas uma parte da "doação" papal. A conseqüência imediata da supressão foi, portanto, uma "orgia desenfreada de pilhagem que ultrapassou rapidamente o controle papal".[46] Essa orgia estava concentrada quase exclusivamente na terra, já que levantamentos de bens móveis dos Templários — tesouro, dinheiro, ouro e prata — mostram que eles possuíam extraordinariamente pouco na época de sua queda. A perda de Acra e a ida subseqüente para Chipre deve ter provocado rombos enormes nas reservas de dinheiro templárias, e talvez os cofres não tenham sido enchidos de novo posteriormente. Vimos que a visita de Jacques de Molay à Europa não fora particularmente bem-sucedida nesse aspecto.

O segundo problema, o dos líderes templários presos, foi resolvido com a bula papal *Considerantes dudum*, de 6 de maio de 1312. Esta estabeleceu que os líderes deveriam ser destinados a julgamento papal, enquanto os irmãos comuns seriam julgados pelos concílios provinciais.[47] O tratamento a estes últimos foi generoso: aqueles que foram julgados inocentes ou que se submeteram voluntariamente à Igreja tiveram permissão para residir em ex-casas templárias, com pensões pagas a partir de posses da Ordem. Uma vez que o escândalo inicial e as acusações foram esquecidos, prevaleceu a indulgência: em 1317 a Conferência de Frankfurt deu aos Templários alemães permissão para ingressar no Hospital e um ano depois o papa João XXII ordenou que os franciscanos e os dominicanos do Reino de Nápoles sustentassem os Templários sobreviventes.[48] Em Portugal, muitos ex-Templários haviam tido permissão para entrar para a nova ordem de Jesus Cristo, que recebeu as propriedades deles naquele país, e manter sua posição anterior. Nos outros lugares, os ex-Templários foram deixados relativamente livres, desde que se lembrassem de seus votos monásticos e levassem vidas sossegadas, dedicadas à oração; muitos continuaram a viver e trabalhar em suas propriedades rurais, exatamente como faziam antes. Depois das dramáticas mortes na fogueira, em 1310, poucos Templários de qualquer posição que estavam dispostos a confessar parecem ter sofrido. Em 1319, os Templários ainda estavam vivendo em suas casas em Aragão, em "grupos razoavelmente grandes", e o último dos Templários aragonenses só morreu pouco depois de meados do século;[49] doze ex-Templários ainda estavam recebendo pensões na Inglaterra, em 1338;[50] em 1350, o ex-Templário Berenger de Coll ainda estava vivendo na comenda de Mas Deu, em Roussillon.[51]

Esses vestígios isolados e anacrônicos do poder templário pós-dataram o fim real da Ordem do Templo, que se pode dizer que coincidiu com a morte de Jacques de Molay e outros líderes. Enquanto eles ainda estavam vivos, houve a esperança de que de alguma forma a Ordem pudesse ser reconstituída ou continuar a existir clandestinamente. De Molay, Hugues

de Pairaud, Geoffroi de Gonneville e Geoffroi de Charney foram levados perante uma comissão especial de três cardeais em 18 de março de 1314, em Paris. Como esses homens haviam confessado repetidas vezes sua culpa, a comissão foi na verdade uma formalidade; eles seriam condenados a prisão perpétua, a punição de praxe para heresia. Mas, para surpresa de todos os presentes, Jacques de Molay e Geoffroi de Charney negaram suas confissões anteriores e buscaram desesperadamente defender-se. Barber comenta sobre De Molay: "Ele era um homem idoso, provavelmente com mais de setenta anos a essa altura, e passara quase sete anos na prisão. A confiança patética que ele depositara no julgamento papal, a ponto de excluir algum tipo de defesa da Ordem, não o ajudara."[52]

Nesse ponto, os cardeais da comissão não tiveram escolha, pois voltar atrás numa confissão era considerado uma reincidência de heresia. Na verdade, a prisão perpétua não era considerada uma punição, mas uma penitência após o reingresso na igreja através da confissão. A reincidência significava que o prisioneiro seria entregue ao braço secular, nesse caso as autoridades reais de Filipe, o Belo, para morrer na fogueira. Com uma calma e uma coragem que impressionaram as pessoas presentes e alimentaram novas lendas a respeito dos Templários, Jacques de Molay e Geoffroi de Charney morreram queimados na fogueira declarando sua ortodoxia numa pequena ilha no rio Sena, em 18 de março de 1314.

Posfácio

É impossível escrever, quase setecentos anos depois com algum grau de certeza, sobre um acontecimento que, mesmo na época, foi coberto por um véu de mistério e ambigüidade. Essas características, juntamente com a falta de provas conclusivas a favor ou contra uma suposta culpa, foram responsáveis pela geração de tantas hipóteses a respeito da queda dos Templários. Podemos observar aqui que nunca houve mais do que uma forte suspeita (*vehemens suspicio*)[1] no que diz respeito às acusações feitas contra eles. Até mesmo o documento intitulado *Procedimento a adotar contra os Templários*, escrito por Filipe, o Belo, no começo de 1308 admite que "talvez nem todos eles tenham pecado".[2] Em última análise, a opinião a respeito do que os Templários realmente fizeram ou não fizeram no tocante a práticas de heresia ou magia deve continuar sendo uma questão de ponto de vista ou gosto pessoal.

Contudo, eles continuam a exercer fascínio. Assim como a aura de glória e heroísmo persistiu, apesar de fracassos militares contínuos, a mancha de magia e heresia também permanece, apesar de demonstrações eruditas do absurdo de muitas das acusações. Pelo menos parte desse fascínio perpétuo parece originar-se da associação na mente de muitas pessoas com o conceito de cavalaria. A contribuição dos Templários ao desenvolvimento da cavalaria foi embutida em obras literárias importantes e, ao mesmo tempo, na imaginação histórica popular.

A idéia de cavalaria começou a espalhar-se principalmente no norte da França durante a primeira parte do século XII. Embora Maurice Keen tenha afirmado recentemente que os Templários não foram responsáveis por essa ascensão do ideal cavaleiresco, pode-se contrapor que a influência deles foi, talvez, maior do que ele admite. Os objetivos fundamentais da cavalaria — conquistar a fama neste mundo e alcançar a salvação no próximo — estão, evidentemente, relacionados com os objetivos dos Templários — embora no caso destes a primeira é subjugada à Ordem. Além disso, vimos que a ideologia templária foi o resultado de uma combinação da austeridade de São Bernardo, própria do norte, com os ideais cavaleirescos seculares, mais luxuosos, do sul da França. Tal fusão reflete com precisão a união das partes componentes da idéia de cavalaria, em que, nas palavras de Keen, a peregrinação marcial ou cruzada "estabelecia-se como a forma mais elevada de expressão das virtudes cavaleirescas de coragem e resistência".[3] Também vimos que foram justamente esses valores que foram enfatizados constantemente na Regra templária, bem como em comentários feitos por observadores a respeito da Ordem do Templo. Se a peregrinação cruzada foi a forma mais elevada de expressão da cavalaria, então os Templários podem ser considerados modelos da vida cavaleiresca em sua fase inicial.

Além disso, os Templários estavam profundamente identificados com a expressão literária da cavalaria. Chrétien de Troyes, que adotou a causa da cavalaria em seu poema épico *Perceval*, vinha do coração da região templária na Borgonha — como seu nome dá a entender. Ele nasceu apenas sete anos depois que o Concílio que concedeu aos Templários sua Regra foi realizado em Troyes, e parece ter estado impregnado do senso de propósito cavaleiresco. Melville observou que nesse poema a figura de Artur assemelha-se ao Mestre de uma ordem militar, e não a um rei de verdade.[4] Uma ligação ainda mais estreita está presente na reelaboração da mesma história por Wolfram von Eschenbach, que visitou a Terra Santa por volta de 1218 e ficou muito impressionado com as atividades dos Templários que viu por lá. Em seu

Parzival, o castelo de Munsalvaesche era guardado por cavaleiros templários.[5] Essa associação literária dos Templários com a lenda do Graal forneceu um novo impulso ao mistério da queda deles. É fácil entender como o misticismo eucarístico implícito na lenda do Graal poderia extravasar para a heresia; do mesmo modo, a acusação de heresia poderia ser considerada uma prova de que havia alguma verdade em ligações entre o Graal e os Templários.

Da mesma forma, tanto os modelos religiosos quanto os seculares para a cavalaria tornaram-se ligados aos Templários. Embora eles não tenham extraído sua ideologia das lendas de Artur, como fizeram os cavaleiros seculares, o nome desse rei tornou-se associado ao Templo no contexto literário — e, por conseguinte, talvez, na imaginação popular. Do ponto de vista religioso, os modelos eram igualmente fascinantes e entrelaçados mais uma vez com a lenda do Graal. No século XII, na verdade, o Livro dos Juízes foi traduzido para o vernáculo para os Templários, de modo que estes pudessem estudar a cavalaria dos tempos bíblicos, em especial histórias da conquista da Terra Santa por Josué e sua defesa posterior por Davi e Judas Macabeu.[6] Como a maior, mais rica e mais temida das ordens militares — já semilendária em sua época, conforme indicam as discrepâncias ocultas entre fama e feitos heróicos —, os Templários atraíram inveja, desconfiança e admiração quase mística, assim como a luz atrai as mariposas.

A busca de modelos no passado, representando uma necessidade premente de estabelecer raízes históricas e legitimar a ocupação do poder ou a conservação de um segredo, foi logo aplicada aos próprios Templários. O arquétipo dessa forma de legitimação da História é a *Eneida*, de Virgílio, que foi escrita para justificar a reivindicação do poder imperial feita pelo imperador Augusto. Geoffrey de Monmouth buscou extrair a história inglesa da lenda romana de um modo que lembra o relato que Virgílio faz da viagem de Enéias de Tróia até Roma. Da mesma forma, quando a época das cruzadas terminou com a queda de Acra, outros grupos buscaram alimentar suas aspirações lembrando-se dos Templários. Novas ordens seculares de

cavalaria floresceram no século XIV, desde a Ordem do Bando, fundada por Alfonso XI de Castela por volta de 1330, até a Ordem da Jarreteira, fundada por Eduardo III da Inglaterra em 1348, e um grande número de outras características pela ênfase na cerimônia e nas formas esmeradas de indumentária, e não no ideal cavaleiresco original. Embora haja poucas ligações precisas entre essas ordens e os Templários, pelo menos um exemplo importante é fornecido pela Ordem do Tosão de Ouro, fundada por Filipe, o Bom, em 1431, a qual contém ecos da Regra templária em seus estatutos.[7] A cavalaria assumiu um aspecto mais formal e buscou inspiração nas aventuras de reis semilendários como Artur. E possível que tenha sido nesse aspecto que o Graal, o qual talvez tenha de fato influenciado alguns membros de posição elevada do Templo em sua forma eucarística cristã, estava relacionado aos hoje também lendários Cavaleiros Templários.

Na Inglaterra do século XVII, essa visão nostálgica dos Templários ressurgiu nos textos de Elias Ashmole, conforme mostrou Peter Partner.[8] Precursor de um movimento para o reflorescimento de ordens nobres e cavaleirescas que teve lugar durante o Iluminismo, Ashmole também foi um dos primeiros não-artesãos a tornar-se membro de uma Loja Maçônica. Mais uma vez, embora não haja nenhuma ligação direta com Ashmole, foi fornecido alimento à imaginação literária. Partner mostra que, no século XVIII, os Templários foram atraídos para um sistema simbólico de franco-maçonaria especulativa. Na Alemanha, a forma mais moderna de "Templarismo" inspirou-se em seus supostos precursores medievais, assim como as ordens cavaleirescas seculares do século XIV tomaram como modelos os "cavaleiros" romanos e "bíblicos". As manifestações literárias modernas dessa névoa dourada da cavalaria que envolve o passado histórico abrangem o Cavaleiro da Cruz Vermelha de Spenser, em *The Faerie Queene*, o qual representa o homem inglês idealizado do século XVI, e o Mestre templário de Walter Scott em *Ivanhoé*. Desse modo, os Templários podem ser vistos

como um elo numa cadeia de associações mais ou menos vagas que se estende até outros cavaleiros semilendários. Essa necessidade perene de justificação histórica, juntamente com o mistério relativo a sua supressão, faz da Ordem do Templo um material ideal para aqueles que buscam segredos esotéricos ou simplesmente inspiração. O fato é que esses aspectos são mais uma questão de enfeite literário e pseudo-erudito do que de realidade. Vimos que na verdade os feitos dos Templários foram surpreendentemente limitados; mas isso não faz nada para diminuir o fascínio que os cerca.

* * *

Muitos fatores contribuíram para a queda dos Templários. A mera suspeita de culpa não foi suficiente para destruir uma Ordem tão poderosa e construir as fantasias que se formaram no decorrer do seu julgamento. Ao que tudo indica, uma combinação da impopularidade dos Templários, da escassez crônica de dinheiro do tesouro francês e da recusa de Jacques de Molay em considerar a união das ordens militares criaram circunstâncias em que a conseqüência das prisões foi um resultado inevitável. Um outro fator é apresentado pelo argumento de Malcolm Barber de que as ações de Filipe, o Belo, foram motivadas por uma convicção verdadeira de que os Templários haviam transgredido as leis sobre as quais a sociedade medieval estava baseada.[9] A profunda crença de Filipe na necessária "ordem" da sociedade é revelada por sua insistência na legalidade e na forma externa — mesmo ao custo de impô-la pela força armada. Contudo, a maior acusação que pode ser feita contra os Templários é uma que eles não puderam fazer nada para evitar e que não pôde ser formulada nos julgamentos: o conceito de monges-cavaleiros cruzados se tornara obsoleto. O Templo era simplesmente anacrônico.

Nessa ordem tão grande, era inevitável que houvesse alguns hereges, alguns homossexuais e alguns membros de um nível mais elevado que aspi-

rassem à experiência mística — talvez envolvendo o graal eucarístico — e portanto ficassem sujeitos a acusações de heresia. Na Idade Média, a heresia e o misticismo eram considerados, igualmente, desvios, e muitas vezes andavam de mãos dadas. Mas os fatos são simples: nunca foi encontrada uma prova convincente de heresia, e a Ordem do Templo nunca foi condenada.

Notas

CAPÍTULO 1

1. Prawer, *The Latin Kingdom*, p. 253.
2. Runciman, *History of the Crusades*, II, p. 71.
3. *Ibid.* pp. 91-99, 152-5.
4. Lawrence, *The Castle of Baghras*, pp. 42-6.
5. Smail, *Crusaders' Castles*, p. 137.
6. Richard, *Royaume Latin*, p. 105.
7. Saewulf, *Account of the Pilgrimage*, pp. 8-9.
8. Daniel the Higumene, *Pilgrimage*, p. 9.
9. Ekkehard of Aura, *Hierosolymita*, p. 39.
10. Prawer, *Settlement of the Latins*, p. 493.
11. Guilherme de Tiro, *History*, I, p. 507.
12. Prawer, *Settlement*, pp. 495-6.
13. La Monte, *Feudal Monarchy*, p. 173.
14. Prawer, *Settlement*, p. 503.
15. Guilherme de Tiro, *op. cit.*, I, pp. 524-5.
16. Jacques de Vitry, *History of Jerusalem*, p. 50.
17. Albert of Aix, *Historia Hierosolymitana*, p. 713.
18. Runciman, *op. cit.*, II, p. 484.
19. Por exemplo, Baigent, Leigh & Lincoln, *The Holy Blood, and the Holy Grail*, Londres: Jonathan Cape, 1982, pp. 56-7.
20. Guilherme de Tiro, *op. cit.*, I, p. 525.
21. Barber, *Origins*, pp. 221-2.
22. Richard, *op. cit.*, p. 105.

23. Bulst-Thiele, *Sacrae Domus Militiae Templi Hierosolymitani Magistri*, pp. 20-21.
24. Albon, *Cartulaire*, p. 1, nº 1.
25. Melville, *La Vie des Templiers*, pp. 18-19.
26. Barber, *Origins*, p. 226.
27. Albon, *op. cit.*, pp. 1-2, nº 2.
28. Barber, *Origins*, p. 226.
29. Leclerq, *Sur les débuts des Templiers*, p. 84.
30. *Ibid.*, pp. 86-9.
31. Daniel-Rops, *Cathedral and Crusade*, p. 18.
32. Hill, *Gesta Francorum*, p. xxi.

CAPÍTULO 2

1. Prawer, *The Latin Kingdom*, p. 253.
2. Melville, *La Vie des Templiers*, pp. 26-7.
3. Guilherme de Tiro, *History*, I., p. 525.
4. Daniel-Rops, *Cathedral and Crusade*, p. 97.
5. Southern, *Western Society*, p. 255.
6. Daniel-Rops, *op. cit.*, pp. 111-13.
7. Prawer, *op. cit.*, p. 254.
8. Curzon (org.), *La Règle*, §2.
9. Prawer, *op. cit.*, p. 255.
10. *Règle*, §2.
11. Leclerq, *Un document*, p. 81.
12. Richard, *Royaume Latin*, p. 106.
13. Albon, *Cartulaire*, pp. 23-4, nº XXXI.
14. *Ibid.*, p. 5, nº VII.
15. Citado em Lees, *Records*, p. xxxviii.
16. *Ibid.*, p. xxxix (VCH Essex apresenta 1136).
17. *Ibid.*, p. lxxiv.
18. *Ibid.*, pp. xlvii-xlviii.
19. Forey, *The Templars in Aragón*, p. 9.
20. *Ibid.*, p. 15.
21. Bini, *Dei Tempieri e dei loro processo*, p. 403.
22. Guerrieri, *I Cavalieri Templari*, pp. 15-24.
23. Prawer, *Crusading Institutions*, p. 150.

24. *Ibid.*, p. 152.
25. Riley-Smith, *Templars and Teutonic Knights*, pp. 93-5.
26. Melville, *op. cit.*, p. 33.
27. *De Laude*, p. 1252.
28. *Ibid.*, pp. 1255-6.
29. Prawer, *The Latin Kingdom*, p. 255.
30. *De Laude*, p. 1252.
31. Prawer, *op. cit.*, p. 262.

CAPÍTULO 3

1. Melville, *op. cit.*, p. 33.
2. Albon, *Cartulaire*, p. 375, nº V.
3. *Ibid.*, pp. 375-9.
4. Riley-Smith, *The Crusades: Idea and Reality*, pp. 92-3.
5. Melville, *op. cit.*, p. 37.
6. *Ibid.*, pp. 42-7.
7. Riley-Smith, *The Knights of St John*, pp. 329-30.
8. Prawer, *Latin Kingdom*, p. 261 and p. 331.
9. Cf. a estimativa de Partner em *Murdered Magicians*, p. 14.
10. Richard, *Royaume*, p. 107.
11. Ambroise, *The Crusade of Richard Lion-Heart*, II. 2.500-2 (p. 124); Riley-Smith, *Knights*, indica 230 mortos (p. 325, nº 5).
12. Matthew Paris, *English History*, I, p. 484.
13. Hill, *History of Cyprus*, II, p. 37.
14. Partner, *op. cit.*, p. 59.
15. Lea, *Inquisition in the Middle Ages*, III, p. 251.
16. *Ibid.*, p. 244.
17. Albon, *Cartulaire*, p. 381, nº 8.
18. Daniel-Rops, *Cathedral and Crusade*, p. 95.
19. *Ibid.*
20. Albon, *Cartulaire*, p. 382, nº 10.
21. Delaville, *Documents concernant les Templiers*, p. 11.
22. Bini, *Dei Tempieri in Lucca*, p. 8; Melville, *op. cit.*, p. 42.

CAPÍTULO 4

1. Smail, *Crusading Warfare*, p. 19.
2. *Ibid.*, pp. 20-1.
3. Runciman, *op. cit.*, II, p. 211.
4. *Ibid.*, p. 219.
5. Riley-Smith, *Templars and Teutonic Knights*, pp. 93-5.
6. Lawrence. *The Castle of Baghras*, pp. 43-6.
7. Runciman, *op. cit.*, II, p. 215.
8. *Ibid.*, p. 223.
9. *Ibid.*, p. 230.
10. Smail, *Crusaders' Castles*, p. 140.
11. Guilherme de Tiro, *op. cit.*, II, p. 203.
12. Runciman, *op. cit.*, II, pp. 237-8.
13. Virginia G. Berry, *The Second Crusade, in* Setton, org., *History of the Crusades*, I, pp. 469-81; cf. Runciman, *op. cit.*, II, pp. 252-4, e Daniel-Rops, *op. cit.*, pp. 106-7.
14. Runciman, *op. cit.*, II, p. 257.
15. *Ibid.*, p. 268.
16. Delisle, *Mémoire*, p. 17.
17. Odo de Deuil, *De Profectione*, p. 125.
18. Runciman, *op. cit.*, II, p. 288.
19. Regra §138, e notas da p. 110.
20. Smail, *Crusading Warfare*, pp. 112-15.
21. *Ibid.*, pp. 78-80.
22. *Ibid.*, p. 128.
23. *Ibid.*, p. 129.
24. Ibn Wasil, *in* Gabrieli, *Storici Arabi delle Crociate*, p. 289.
25. Ibn Alatyr, *Extrait de la Chronique intitulée Kamel-Altevarykh*, p. 679.
26. Jacques de Vitry, *History of Jerusalem*, p. 52.
27. *Ibid.*
28. Riley-Smith, *Knights of St John*, p. 136.
29. Riley-Smith, *Templars and Teutonic Knights*, p. 280.
30. Guilherme de Tiro, *op. cit.*, II, p. 312.
31. Hamilton, *Latin Church*, p. 109.
32. Smail, *Crusading Warfare*, p. 204.

33. Fedden, *Crusader Castles*, p. 20.
34. Hamilton, *op. cit.*, p. 149.
35. Smail, *Crusading Warfare*, p. 207.
36. Smail, *Crusaders' Castles*, p. 147.
37. Prawer, Settlement, p. 135.
38. Prawer, *Crusader Institutions*, p. 214.
39. *Ibid.*, p. 322.
40. Riley-Smith, *Knights of St John*, p. 79.
41. *Ibid.*, p. 74.
42. Smail, *Crusaders' Castles*, p. 148.
43. Theoderich, *Description of the Holy Places*, pp. 30-2.
44. Smail, *Crusading Warfare*, p. 33.
45. Runciman, *op. cit.*, II, pp. 280-1.
46. Berry, *op. cit.*, p. 507.
47. Smail, *op. cit.*, p. 31 & p. 33.
48. Runciman, *op. cit.*, II, pp. 282-3.
49. Berry, *op. cit.*, p. 510.
50. Guilherme de Tiro, *op. cit.*, II, p. 203.
51. *Ibid.*, p. 227.
52. Cf. o relato de Marshall Baldwin, *in* Setton, *op. cit.*, I, pp. 536-8.
53. Smail, *op. cit.*, pp. 102-3.
54. Baldwin, *in* Setton, *op. cit.*, p. 539.
55. Guilherme de Tiro, *op. cit.*, II, p. 312.
56. Runciman, *op. cit.*, II, pp. 390-1.
57. Smail, *op. cit.*, p. 96.
58. Fedden, *op. cit.*, p. 61.
59. Richard, *Royaume*, p. 107.
60. Smail, *op. cit.*, p. 96.
61. La Monte, *Feudal Monarchy*, p. 219.
62. Smail, *op. cit.*, p. 96; Runciman, *op. cit.*, II, pp. 452-4.
63. Riley-Smith, *Knights of St John*, p. 74.
64. Lizerand, *Clément V et Philippe le Bel*, p. 77.
65. Melville, *Vie des Templieres*, p. 30.
66. *Cartulaire*, p. 28, N° XXXVIII.
67. Melville, *op. cit.*, p. 29.
68. Forey, *Templars in Aragón*, p. 15.

69. Cf. Forey, *op. cit.*, pp. 24-62, & Burns, *Medieval Colonialism*, pp. 14-16.
70. Forey, *op. cit.*, pp. 285-9.
71. Hillgarth, *The Spanish Kingdoms*, I, p. 22.
72. Lees, *Records of the Templars*, pp. xl-xli.
73. *Ibid.*, p. xlv.
74. Poole, *Domesday to Magna Carta*, p. 155.
75. Lees, *op. cit.*, p. 1.
76. Gransden (org.), *Chronicle of Bury St Edmunds*, p. 150.

CAPÍTULO 5

1. Postan, *Medieval Trade and Finance*, p. 134.
2. Postan, *Essays on Medieval Agriculture*, p. 98.
3. Little, *Religious Poverty and the Profit Economy*, pp. 15-16.
4. Bini, *Dei Tempieri e del loro Processo*, pp. 460-501.
5. Prawer, *Latin Kingdom*, pp. 65-6.
6. Runciman, *op. cit.*, pp. 318-19.
7. *In* Gabrieli, *Storici Arabi*, p. 80.
8. Postan, *Essays*, p. 33.
9. Richard, *Royaume Latin*, p. 108.
10. Hamilton, *Latin Church*, p. 284.
11. Byrne, *Genoese Trade*, pp. 213-14.
12. Heyd, *Histoire du Commerce du Levant*, II, p. 29.
13. Yver, *Commerce et Marchands dans L'Italie Meridionale*, pp. 167-8.
14. Little, *op. cit.*, p. 13.
15. Thompson, *Economic and Social History*, I, p. 431.
16. Albon, *Cartulaire*, p. 79, nº CXI.
17. Forey, *op. cit.*, p. 46.
18. *Ibid.*
19. Atiya, *Crusade and Commerce*, pp. 46-7.
20. Heyd, *op. cit.*, I, p. 186; Prawer, *Latin Kingdom*, p. 197.
21. Prawer, *op. cit.*, p. 198.
22. Baldwin, *Business in the Middle Ages*, p. 96.
23. Lees, *Records*, p. lv.
24. Hamilton, *op. cit.*, pp. 246-7.
25. Forey, *op. cit.*, p. 346.

26. Delisle, *Mémoire sur les Opérations Financières des Templiers*, pp. 4-5.
27. Bini, *Dei Tempieri e del loro Processo*, pp. 441-3.
28. Hill, *History of Cyprus*, I, pp. 312-13.
29. Delisle, *op. cit.*, p. 10.
30. *Ibid.*, pp. 11-13.
31. *Ibid.*, p. 12.
32. Little, *op. cit.*, p. 36.
33. *Ibid.*
34. *Ibid.*, p. 39.
35. *Ibid.*, p. 56.
36. Postan, *Medieval Trade*, pp. 11-12.
37. Forey, *op. cit.*, p. 351.
38. *Ibid.*, p. 352.
39. Hillgarth, *Spanish Kingdoms*, I, p. 272.
40. Delisle, *op. cit.*, p. 17.
41. Lopez & Raymond, *Medieval Trade*, pp. 101-2.
42. Postan, *Medieval Trade*, p. 54.
43. Delisle, *op. cit.*, p. 20.
44. *Ibid.*, p. 21.
45. *Ibid.*, p. 12.
46. *Ibid.*, p. 21 & pp. 32-7.
47. Brundage, *Medieval Canon Law and the Crusader*, p. 185.
48. Lees, *op. cit.*, p. lviii.
49. Delisle, *op. cit.*, p. 27.
50. *Ibid.*, p. 28.
51. *Ibid.*, p. 25.
52. Burns, *Medieval Colonialism*, p. 19.
53. *Ibid.*, p. 19 & p. 217.
54. Delisle, *op. cit.*, p. 31.
55. Melville, *La Vie des Templiers*, p. 151.
56. *Ibid.*, p. 154.
57. Mundy, *Europe in the High Middle Ages*, p. 171.
58. Riley-Smith, *Knights of St John*, p. 390.
59. Delisle, *op. cit.*, pp. 32-7.
60. Perkins, *Templars in the British Isles*, p. 213.
61. *Ibid.*, pp. 216-17.

62. Perkins, *Wealth of the Knights Templar*, pp. 255-6.
63. *Ibid.*, p. 254.
64. Ferris, *Financial Relations*, p. 4.
65. *Ibid.*, p. 5.
66. *Ibid.*, p. 6.
67. Powicke, *The Thirteenth Century*, pp. 1-3.
68. *Ibid.*, p. 17.
69. *Ibid.*, pp. 146-7.
70. Lees, *op. cit.*, p. xxxvii.
71. *Victoria Country History, London*, Vol. I, p. 486 (doravante citado como VCH).
72. Yver, *op. cit.*, p. 118.
73. Matthew Paris, *English History*, I, p. 484.
74. Lea, *Inquisition of the Middle Ages*, III, p. 251.
75. Perkins, *Wealth*, p. 254.
76. Forey, *op. cit.*, p. 60.
77. Postan, *Medieval Economy and Society*, p. 92; cf. VCH, *Lincolnshire*, II, pp. 210-13 e VCH, Yorkshire, III, pp. 256-60.
78. Perkins, *Wealth*, p. 253.
79. Lees, *op. cit.*, pp. xxix-xxx.
80. *Ibid.*, p. xxxiii.
81. *Ibid.*, p. lxxi.
82. *Ibid.*, p. 141.
83. *Ibid.*, p. lxxiv.
84. *Ibid.*, p. xciv.
85. *Ibid.*, p. lxxxv; cf. VCH, *London*, I, pp. 485-91.
86. VCH, *London*, I, p. 485.
87. VCH, *Cambridgeshire*, II, pp. 259-60.
88. VCH, *Lincolnshire*, II, pp. 210-13.
89. VCH, *Somerset*, II, pp. 146-7.
90. VCH, *Kent*, II, p. 175.
91. VCH, *London*, I, p. 486.
92. Lees, *op. cit.*, pp. xcv-c.
93. VCH, *Sussex*, p. 92.
94. VCH, *Yorkshire*, III, pp. 256-60.
95. VCH, *Oxfordshire*, II, pp. 106-7.
96. VCH, *Shropshire*, II, p. 86.
97. Lees, *op. cit.*, p. lxxi.

CAPÍTULO 6

1. Baseado em Hitti, *Salah-al-Din*, pp. 117-23, e Gibb, *The Rise of Saladin pp. 563-89.*
2. Gibb, *op. cit.*, p. 564.
3. Runciman, *History of the Crusades*, II, pp. 417-18.
4. Gibb, *op. cit.*, p. 573.
5. Cf. Lyons e Jackson, *Saladin*, p. 287.
6. Cf. Baldwin, *in* Setton, *History of Crusades*, I, pp. 599-606, e Runciman, *op. cit.*, II, pp. 436-45.
7. Baldwin, *Raymond III of Tripolis*, pp. 86-95.
8. *Ibid.*, pp. 90-1; Runciman, *op. cit.*, pp. 452-4; Ernoul, *Chronique*, pp. 148-52.
9. Ernoul, *op. cit.*, p. 152.
10. Ambroise, *Crusade of Richard Lion-Heart*, II, 2,500-2, p. 124.
11. *In* Gabrieli, *Storici Arabi*, p. 118.
12. Baldwin, *in* Setton, *op. cit.*, I, p. 610; cf. Prawer, *Crusader Institutions*, pp. 488-91, onde é feita uma descrição detalhada da topografia.
13. Ibn al-Athir, *in* Gabrieli, *op. cit.*, p. 118.
14. Prawer, *Crusader Institutions*, p. 487; Runciman, *op. cit.*, pp. 455-6.
15. Ibn al-Athir, *op. cit.*, p. 120.
16. Cf. Baldwin, *in* Setton, *op. cit.*, I, pp. 610-11.
17. Smail, *Crusading Warfare*, p. 195.
18. Cf. Ernoul, *op. cit.*, pp. 161-2.
19. Lyons e Jackson, *op. cit.*, pp. 259-60.
20. *Ibid.*, pp. 260-1.
21. Prawer, *Crusader Institutions*, p. 496.
22. Lyons e Jackson, *op. cit.*, p. 261.
23. Richard, *An Account of the Battle of Hattin*, p. 169.
24. Baldwin, *Raymond III of Tripolis*, p. 123.
25. Imad ad-Din, *in* Gabrieli, *op. cit.*, p. 134.
26. Cf. Baldwin, *in* Setton, *op. cit.*, pp. 612-15; Lyons e Jackson, *op. cit.*, pp. 262-4; Prawer, *Crusader Institutions*, pp. 496-500; Runciman, *op. cit.*, II, pp. 458-9; Ibn al-Athir, *op. cit.*, pp. 121-4; Imad ad-Din, *op. cit.*, pp. 125-36.
27. Ambroise, *op. cit.*, II, 3,021-34, p. 143.
28. Ibn al-Athir, *op. cit.*, p. 124.
29. Citado por Riley-Smith *in The Knights of St John*, p. 76.
30. Imad ad-Din, *op. cit.*, p. 76.

31. Prawer, *Crusader Institutions*, p. 487.
32. Lyons e Jackson, *op. cit.*, p. 266.
33. Gibb, *op. cit.*, p. 57.
34. Ibn al-Athir, *op. cit.*, pp. 140-1.
35. *Ibid.*, p. 143.
36. Lyons e Jackson, *op. cit.*, pp. 283-90.
37. Citado em Lyons e Jackson, *op. cit.*, p. 289.
38. *Ibid.*, p. 290.
39. Riley-Smith, *The Knights of St John*, p. 327n.

CAPÍTULO 7

1. Poole, *Domesday Book to Magna Carta*, p. 344.
2. Munz, *Frederick Barborossa*, p. 371n.
3. Sidney Painter, *The Third Crusade: Richard the Lionhearted and Philip Augustus, in* Setton, *History of Crusades*, II, p. 47.
4. Munz, *op. cit.*, pp. 391-6.
5. Runciman, *op. cit.*, III, p. 17.
6. Cf. Ibn al-Athir, *in* Gabrieli, *op. cit.*, p. 205.
7. Cf. Painter, *op. cit.*, p. 50.
8. Cf. Bahà ad-Din, *in* Gabrieli, *op. cit.*, p. 191.
9. *In* Gabrieli, *op. cit.*, pp. 184-5.
10. Bahà ad-Din, *in* Gabrieli, *op. cit.*, p. 192.
11. Painter, *op. cit.*, pp. 61-9; Runciman, *op. cit.*, III, pp. 43-50; Poole, *op. cit.*, pp. 347-78.
12. Morgan, *La Continuation de Guilhaume de Tyr*, p. 135.
13. Hill, *History of Cyprus*, II, pp. 34-5.
14. Morgan, *op. cit.*, p. 135.
15. Hill, *op. cit.*, p. 36.
16. *Ibid.*, p. 37.
17. *Ibid.*, III, p. 1042.
18. Morgan, *op. cit.*, p. 136.
19. Poole, *op. cit.*, p. 361.
20. Painter, *op. cit.*, p. 74; Runciman, *op. cit.*, III, pp. 55-6.
21. Bahà ad-Diu, *in* Gabrieli, *op. cit.*, pp. 221-2.
22. Runciman, *op. cit.*, p. 59.
23. Painter, *op. cit.*, p. 85.

24. *Ibid.*, pp. 74-85; Runciman, *op. cit.*, III, pp. 55-74.
25. Poole, *op. cit.*, p. 362.
26. Morghen, *Medioevo cristiano*, p. 157.
27. Epist. XVI, 30, citado em Fliche, *Histoire de l'Église*, p. 39.
28. Cf. Delisle, *op. cit.*, p. 31.
29. Epist. XIII, 1210, citado em Fliche, *op. cit.*, p. 106.
30. Melville, *op. cit.*, p. 129.
31. Cf. Jacques de Vitry, *History*, pp. 56-91.
32. Benvenisti, *Crusaders in the Holy Land*, pp. 284-8.
33. Lawrence, *The Castle of Baghras*, p. 46.
34. Riley-Smith, *Templars and Teutonic Knights*, p. 110.
35. Van Cleve, Thomas Curtis, *The Fifth Crusade, in* Setton, *History of Crusades*, pp. 394-5.
36. *In* Benvenisti, *op. cit.*, p. 176.
37. Johns, *Excavations at Pilgrim's Castle*, p. 159; ver também a descrição em Benvenisti, *op. cit.*, pp. 175-85.
38. Johns, *op. cit.*, p. 153.
39. *Ibid.*, p. 162.
40. Van Cleve, *op. cit.*, p. 395.
41. Johns, *op. cit.*, p. 152.
42. Fedden, *Crusader Castles*, p. 92; Benvenisti, *op. cit.*, p. 177.
43. Fedden, *op. cit.*, p. 92.
44. Burchand do Monte Sião, *Description*, p. 93.
45. Gabrieli, *op. cit.*, p. 251.
46. Van Cleve, *op. cit.*, p. 396.
47. *Ibid.*, p. 405.
48. *Ibid.*, p. 408.
49. *Ibid.*, p. 414.
50. *Ibid.*, p. 413.
51. Cf. Ibn al-Athir *in* Gabrieli, *op. cit.*, pp. 252-5; Runciman, *op. cit.*, III, pp. 151-70.
52. Van Cleve, *The Emperor Frederick II*, p. 184.
53. *Ibid.*, p. 193.
54. *Ibid.*, pp. 196-7.
55. *Ibid.*, p. 215.
56. Van Cleve, *The Crusade of Frederick II, in* Setton, *History of the Crusades*, II, p. 444.
57. Van Cleve, *The Emperor Frederick II*, p. 218.

58. *In* Gabrieli, *op. cit.*, p. 264.
59. Van Cleve, *The Emperor Frederick II*, p. 220.
60. Van Cleve, *The Crusade of Frederick II, in* Setton, *op. cit.*, II, p. 457.
61. *In* Gabrieli, *op. cit.*, p. 271.
62. Van Cleve, *The Emperor Frederick II*, p. 226.
63. *Ibid.*, p. 227.
64. Van Cleve, *The Crusade of Frederick II, in* Setton, *op. cit.*, II, p. 460.
65. Van Cleve, *The Emperor Frederick II*, pp. 428-9.
66. Heyd, *Histoire du Commerce*, I, p. 186.
67. Riley-Smith, *Knights of St John*, p. 178.
68. *Ibid.*, p. 179.
69. Delaville Le Roulx, *Documents*, p. 27.
70. La Monte, *Feudal Monarchy*, p. 220.
71. Joseph R. Strayer, *The Crusades of Louis IX, in* Setton, *History of the Crusades*, II, pp. 487-518.
72. Riley-Smith, *Knights of St John*, pp. 180-3; Strayer, *op. cit.*, pp. 488-9.
73. Strayer, *op. cit.*, p. 499; Ibn Wasil, *in* Gabrieli, *op. cit.*, p. 285.
74. Strayer, *op. cit.*, p. 505.
75. Delisle, *op. cit.*, p. 6.
76. Mustafa M. Ziada, *The Mamluk Sultans to 1293, in* Setton, *History of Crusades*, II, p. 735.
77. *Ibid.*, pp. 738-42.
78. Nicholson, *Literary History of the Arabs*, pp. 447-8.
79. Ziada, *op. cit.*, p. 746.
80. Grousset, *Histoire des Croisades*, III, pp. 626-7.
81. Citado em Riley-Smith, *Knights of St John*, p. 126.
82. Lawrence, *op. cit.*, p. 46.
83. Ziada, *op. cit.*, p. 749.
84. Ibn 'Abd Az-Zahir, *in* Gabrieli, *op. cit.*, pp. 316-18.
85. Schlumberg, *Prise de Saint-Jean-d'Acre*, p. 23.
86. *Ibid.*, pp. 6-7.
87. Abu L-Mahasin, *in* Gabrieli, *op. cit.*, p. 339.
88. Abu L-Fidà' *in* Gabrieli, *op. cit.*, p. 337.
89. Runciman, *op. cit.*, II, p. 416.
90. Schlumberger, *op. cit.*, p. 47.
91. Citado de Benvenisti, *op. cit.*, p. 92.

92. Abu L-Mahasin, *in* Gabrieli, *op. cit.*, p. 340.
93. Ludolph von Sachem, *Description*, p. 57.
94. *In* Gabrieli, *op. cit.*, pp. 338-9.
95. Hill, *History of Cyprus*, II, p. 187.
96. Barber, *James of Molay*, p. 92.
97. *Ibid.*, p. 94.
98. *Ibid.*, pp. 94-5; Hill, *op. cit.*, pp. 202-3.
99. Favier, *Philippe le Bel*, p. 431.
100. La Monte, *op. cit.*, p. 220.

CAPÍTULO 8

1. Guilherme de Tiro, *História*, I, pp. 526-7.
2. Prawer, *Latin Kingdom of Jerusalem*, p. 259.
3. Barber, *Trial of the Templars*, p. 12.
4. Grousset, *Histoire des Croisades*, II, pp. 598-602.
5. Citado em Seward, *Monks of War*, p. 28.
6. Martin, *Trial of the Templars*, p. 18.
7. Cf. Barber, *op. cit.*, p. 261, nº 34.
8. Mattew Paris, *History*, por ex. I. p. 387.
9. Riley-Smith, *Knights of St John*, p. 177.
10. Por exemplo, 17 de novembro de 1206, *in* Fliche, *op. cit.*, p. 183.
11. Riley-Smith, *op. cit.*, p. 387.
12. Melville, *op. cit.*, p. 129.
13. Barber, *Trial*, pp. 12-13; Lea, *op. cit.*, III, p. 243.
14. Partner, *Murdered Magicians*, p. 30.
15. Lizerand, *Clément V et Philippe le Bel*, p. 78.
16. Bini, *Dei Tempieri e del loro Processo in Toscana*, pp. 401-13.
17. Forey, *op. cit.*, p. 197.
18. *Ibid.*, pp. 281-2.
19. *Ibid.*, p. 267.
20. Matthew Paris, *History*, I, p. 484.
21. Gransden (org.), *Chronicle*, p. 47.
22. Runciman, *op. cit.*, III, pp. 320-1.
23. Gransden, *op. cit.*, p. 82.
24. Cf. Hill, *History of Cyprus*, II, pp. 172-4.

25. Favier, *Philippe le Bel*, p. 431.
26. *Ibid.*, p. 9.
27. Purcell, *Changing Views of Crusade*, p. 3.
28. *Ibid.*, pp. 11-17.
29. *Ibid.*, p. 19.

CAPÍTULO 9

1. Riley-Smith, *Knights of St John*, p. 151 & pp. 444-50.
2. La Monte, *Feudal Monarchy*, p. 223n.
3. *Ibid.*
4. Grousset, *Histoire*, II, p. 397; cf. Runciman, *op. cit.*, III, pp. 218-20.
5. Cf. Runciman, *op. cit.*, III, pp. 338-42.
6. Atiya, *Crusade in the Later Middle Ages*, p. 36.
7. Lizerand, *Clément V et Philippe le Bel*, pp. 80-1.
8. Atiya, *op. cit.*, p. 71.
9. Macdonell, *Historical Trials*, p. 27.
10. Dubois, *De Recuperatione*, p. 13.
11. *Ibid.*, pp. 30-2 & pp. 49-50.
12. *Ibid.*, p. 133.
13. *Ibid.*, p. 134.
14. Hillgarth, *Ramon Lull and Lullism*, p. 86.
15. Barber, *James of Molay*, p. 103.
16. Lizerand, *Dossier*, p. 4.
17. *Ibid.*, p. 6.
18. *Ibid.*
19. *Ibid.*, p. 8.
20. Barber, *Trial*, p. 15.
21. Lizerand, *Dossier*, p. 8.
22. *Ibid.*, p. 10.
23. *Ibid.*
24. *Ibid.*, p. 12.
25. *Ibid.*, p. 15.
26. Favier, *op. cit.*, p. 427.
27. Hillgarth, *op. cit.*, p. 93.
28. *Ibid.*, p. 94.

CAPÍTULO 10

1. Lizerand, *Dossier*, p. 23.
2. Lambert, *Medieval Heresy*, p. 173.
3. Lizerand, *Dossier*, p. 16.
4. *Ibid.*, p. 18.
5. Cohn, *Europe's Inner Demons*, p. 83.
6. Cf. Partner, *Murdered Magicians*, pp. 51-5.
7. Cohn, *op. cit.*, p. 84.
8. Citado de Barber, *Trial*, p. 51.
9. Lizerand, *Dossier*, p. 20.
10. *Ibid.*, p. 22.
11. *Ibid.*, p. 26.
12. Barber, *Trial*, p. 52.
13. Gui, *Gravamina*, citado em Lea, *Inquisition of the Middle Ages*, I, p. 424.
14. Barber, *Trial*, pp. 58-9.
15. *Ibid.*, p. 73.
16. *Ibid.*, p. 195.
17. *Ibid.*, pp. 204-5.
18. *Ibid.*, pp. 195-6; cf. Perkins, *Trial in England*, pp. 434-5.
19. Barber, *Trial*, pp. 89-97.
20. Gilmour-Bryson, *Trial of the Templars*, p. 17; Barber, *Trial*, fornece uma lista completa de acusações em tradução, *Appendix A*, pp. 248-52.
21. Cohn, *Europe's Inner Demons*, p. 88.
22. Cf. Russel, *Witchcraft in the Middle Ages*, p. 86.
23. *Ibid.*, pp. 194-8.
24. Partner, *Mundered Magicians*, p. 58.
25. Cohn, *op. cit.*, p. 95.
26. Barber, *Trial*, p. 132.
27. *Ibid.*, p. 142.
28. *In* Lizerand, *Dossier*, p. 182.
29. *Ibid.*, p. 184.
30. *Ibid.*, pp. 192-5.
31. Cheney, *A Letter in Defence of the Templars*, p. 315.
32. *Ibid.*
33. Citado por Cheney, *op. cit.*, p. 316 & Raynouard, *Monuments Historiques*, p. 30.

34. Citado de Barber, *Trial*, p. 157.
35. Lizerand, *Dossier*, p. 190.
36. Barber, *Trial*, p. 177.
37. *Ibid.*, p. 233.
38. *Ibid.*, p. 224.
39. *Ibid.*, p. 226.
40. Lizerand, *Dossier*, pp. 196-9.
41. Barber, *Trial*, p. 229.
42. *Ibid.*, p. 231.
43. Cf. carta de Felipe a Clemente em 24 de agosto de 1312, in Lizerand, *Dossier*, pp. 198-203.
44. Perkins, *Wealth of the Knights Templars*, pp. 256-7.
45. *Ibid.*, p. 259.
46. *Ibid.*, p. 263.
47. Barber, *Trial*, p. 238.
48. Lea, *Inquisition of the Middle Ages*, III, p. 324.
49. Forey, *Templars in the Corona of Aragón*, p. 364.
50. Barber, *Trial*, p. 239.
51. Lea, *op. cit.*, III, p. 316.
52. Barber, *Trial*, p. 241.

POSFÁCIO

1. Cf. a análise jurídica do caso em Macdonell, *Historical Trials*, especialmente p. 42.
2. Lizerand, *Dossier*, p. 80.
3. Keen, *Chivalry*, p. 76.
4. Melville, *La Vie des Templiers*, p. 181.
5. Cf. Keen, *op. cit.*, p. 59 & p. 118.
6. *Ibid.*, pp. 120-1.
7. *Ibid.*, pp. 179-80.
8. Por exemplo, Partner, *The Murdered Magicians*, pp. 96-8.
9. Cf. Barber, *The World Picture of Philip the Fair*.

Bibliografia

A bibliografia dos Templários, contida sobretudo nas obras de Dessubré e Neu citadas abaixo, é de dimensões imensas. Grande parte dela é irrelevante para um livro como este: de cerca de 1.200 títulos enumerados em Dessubré, por exemplo, 318 dizem respeito a história local; mais 100 volumes tratam do julgamento, e quase 100 tratam das chamadas doutrinas secretas e possíveis práticas de ocultismo. Não foi feita nenhuma tentativa de incorporar essas obras, exceto ocasionalmente, quando contêm informações que não são encontradas em outras obras. O mesmo se aplica a mais de três mil páginas publicadas de documentos de julgamentos em Dupuy, *Traittez concernant l'histoire de France* (1685); Raynouard, *Monuments Historiques Relatifs à la Condamnation des Chevaliers du Temple* (1813); Michelet, *Le Procès des Templiers* (1841-51); Schottmüller, *Der Untergang des Templer-Ordens* (1887); Prutz, *Entwicklung und Untergang des Tempelherrenordens* (1888), e Finke, *Papsttum und Untergang des Templeordens* (1907). Algumas dessas obras foram citadas para exemplificar determinados pontos, mas não foi feita nenhuma tentativa de analisá-las, visto que somente uma pequena parte deste livro trata do julgamento. A série agora foi completada com a publicação das transcrições dos únicos julgamentos inéditos que restavam por Anne Gilmour-Bryson, em *The Trial of the Templars in the Papal State and the Abruzzi* (1982). A Bibliografia apresentada aqui contém apenas as obras citadas no texto.

Albert of Aix, *Alberti Aquensis: Historia Hierosolymitana*, Paris: Recueil des Historiens des Croisades, Historiens Occidentaux, 5 vols. (1844-95), Vol. IV, pp. 265-713.

Albon, Marquis d', *Cartulaire de l'Ordre du Temple*, Paris: Champion (1913).

Ambroise, *The Crusades of Richard Lion-Heart* (trad. de Merton Jerome Hubert), Nova York: Columbia University Press (1941).

Atiya, Aziz Suryal, *The Crusade in the Later Middle Ages*, Londres: Methuen (1938).

——, Crusade, *Commerce and Culture*, Bloomington & Londres: Indiana University Press & OUP (1962).

Baldwin, Marshall Whithed, *Raymond III of Tripolis and the Fall of Jerusalem* (1140-1187), Princeton: Princeton University Press (1936).
Baldwin, Summerfield, *Business in the Middle Ages*, Nova York: Henry Holt (1937).
Barber, Malcolm, "The Origins of the Order of the Temple", *Studia Monastica*, XII, (1970), pp. 219-40.
——, "James of Molay, the Last Grand Master of the Temple", *Studia Monastica*, XIV (1972), pp. 91-124.
——, *The Trial of the Templars*, Cambridge: CUP (1978).
——, "The World Picture of Philip the Fair", *Journal of Medieval History*, Vol. 8, nº 1 (março de 1982), pp. 13-43.
Benvenisti, Meron, *The Crusaders in the Holy Land*, Jerusalém: Israel Universities Press (1970).
Bernardo de Clairvaux, *Liber Ad Milites Templi De Laude Novae Militiae, in Sancti Bernardi Opera Omnia*, org. de J. Mabillon, Paris: *Apud* Gaume Fratres, Bibliopolas, 1839, vol. I, pp. 1252-78.
Bini, Telesforo, *Dei Tempieri in Lucca*, Lucca: Tipografia Bertini (1839).
——, *Dei Tempieri e del loro Processo in Toscana*, Lucca: La Reale Accademia Lucchese (1845).
Blancard, L., "Documents relatifs au procès des Templiers en Angleterre", *Revue des Sociétés Savantes* 4ª série, VI (outubro de 1867), pp. 414-23.
Brundage, James A., *Medieval Canon Law and the Crusader*, Madison, Milwaukee, e Londres: University of Wisconsin Press (1969).
Bulst-Thiele, Marie Luise, *Sacrae Domus Militiae Templi Hierosolymitani Magistri: Untersuchungen zur Geschichte des Templerordens 118/9 — 1314*, Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht (Abhandlungen der Akademie Der Wissenschaften in Göttingen) (1974).
Burchand do Monte Sião, *Burchand of Mount Sion, AD 1280: A Description of the Holy Land* (trad. de Aubrey Stewart), Londres: Palestine Pilgrims' Text Society, XII (1896).
Burns, Robert Ignatius, *Medieval Colonialism: Postcrusade Exploitation of Islamic Valencia*, Princeton: Princeton University Press (1975).
——, *The Crusader Kingdom of Valencia: Reconstrucion on a Thirteenth-Century Frontier*, Cambridge, Mass: Harvard University Press, 2 vols. (1967).
Byrne, E. H., "Genoese Trade with Syria in the Twelfth Century", *American Historical Review*, XXV (1919-20), pp. 191-219.
Cheney, C.R., "The Downfall of the Templars and a Letter in their Defence", *in Medieval Texts and Studies*, Oxford: Clarendon Press (1973), pp. 314-27.

Cohn, Norman, *Europe's Inner Demons*, Londres: Paladin (1976).
Curzon, Henri de (org.), *La Règle du Temple*, Paris: Librarie Renouard (1886).
Daniel-Rops, H., *Cathedral and Crusade: Studies of the Medieval Church 1050-1350*, Londres: Dent (1957).
Daniel the Higumene, *The Pilgrimage of the Russian Abbot Daniel in the Holy Land, 1106-7* (trad. de C. W. Wilson), Londres: Palestine Pilgrims' Text Society, IV, 1895.
Delaville le Roulx, J., *Documents concernant les Templiers, extraits des Archives de Malte*, Paris: Plon (1882).
Delisle, Léopold, *Mémoire san les Opérations Financières des Templiers*, (Mémoires de l'Institut National de France, Académie des Inscripitions et Belles-Lettres, Vol. 33, Part 2), Paris: Imprimerie Nationale (1888).
Dessubré, M., *Bibliographie de l'Ordre des Templiers*, Paris: Librairie Critique Emile Nourry (1928).
Dubois, Pierre, *De Recuperatione Terre Sancte: Traité de Politique Générale* (org. de Ch.-V. Langlois), Paris: Alphonse Picard (1891).
Edwards, John, "The Templars in Scotland in the Thirteenth Century", *The Scottish Historical Review*, Vol. 5 (1908), pp. 13-25.
Ekkehard de Aura, *Ekkehardi, Abbatis Uraugiensis: Hierosolymita, de Oppressione, Liberatione, ac Restauratione Jerosolymitanae Ecclesiae*, Paris: Recueil des Historiens des Croisades, Historiens Occidentaux, 5 vols., 1844-95, Vol. V. pp. 1-40.
Ernoul, *Chronique d'Ernout et de Bernard le Trésorier* (org. de M. L. De Mas Latrie), Paris: Juies Renouard (1871).
Favier, Jean, *Philippe le Bel*, Paris: Fayard (1978).
Fedden, Robin, & Thomson, John, *Crusader Castles*, Londres: John Murray (1957).
Ferris, Eleanor, "The Financial Relations of the Knights Templar to the English Crown", *American Historical Review*, VIII (outubro de 1902), pp. 1-17.
Fidenzio of Padua, *Liber Recuperationis Terrae Sanctae*, in Biblioteca BioBibliografica della Terra Sancta (org. de G. Golubovich), Vol. 2, Florence: Quaracchi (1913).
Fliche, A., Thouzellier, C., Azais, Y., *Histoire de l'Église, Vol. X: La Chrétienté romaine (1198-1274)*, Paris: Bloud & Gay (1950).
Forey, A. J., *The Templars in the Corona of Aragón*, Londres: OUP (1973).
Gabrieli, Francesco (org.) *Storici Arabi delle Crociate*, Turin: Einaudi (1963).
Gibb, Sir Hamilton, *The Life of Saladim, from the works of 'Ima\d ad-Di\n and Baha'\ ad-Di\n*, Oxford: Clarendon Press (1973).
Gilmour-Bryson, Anne, *The Trial of the Templars in the Papal State and the Albruzzi*, Città del Vaticano: Biblioteca Apostolica Vaticana (1982).

Gransden, Antonia (ed.), *The Chronicle of Bury St Edmunds 1212-1301*, Londres: Nelson (1964).
Grousset, René, *Histories des Croisades de du Royaume Franc de Jérusalem*, Paris: Plon, 3 vols. (1934-6).
Guerrieri, Giovanni, *I Cavalieri Templari nel Regno di Sicilia*, Trani: Vecchi (1909).
Guilherme de Tiro, *A History of Deeds done beyond the Sea* (trad. e anotações de Emily Atwater Babcock & A. C. Krey), Nova York: Octagon Books, 2 vols. (1976).
Hamilton, Bernard, *The Latin Church in the Crusader States: The Secular Church*, Londres: Variorum (1980).
——, *The Medieval Inquisition*, Londres: Edward Arnold (1981).
Heyd, W., *Histoire du Commerce de Levant au Moyen Age*, Leipzig: Otto Harrassowitz, 2 vols. (1923).
Hill, *Sir* George, *A History of Cyprus*, Cambridge: CUP, 4 vols. (1948-52).
Hill, Rosalind (org.), Gesta Francorum: *The Deeds of the Franks and other Pilgrims to Jerusalem*, Oxford: Clarendon Press (1972).
Hillgarth, J. N., *Ramon Lull and Lullism in Fourteenth Century France*, Oxford: Clarendon Press (1971).
——, *The Spanish Kingdoms 1250-1516*, Oxford: Clarendon Press, 2 vols. (1976).
Hitti, Philip K., "Salah-al-Din: Hero of the Anti-Crusades", in *Makers of Arab History*, Londres: Macmillan (1969), pp. 116-42.
Johns, C. N., "Excavations at Pilgrim's Castle, 'Atlit (1932)", *Quarterly of the Department of Antiquities in Palestine*, Vol. III, nº 4 (1933), pp. 145-64.
Keen, Maurice, *Chivalry*, New Haven and Londres: Yale University Press (1984).
Kieckhefer, Richard, *European Witch Trials: Their Foundation in Popular and Learned Culture, 1300-1500*, Londres: Routledge & Kegan Paul (1976).
Knowles, David, & Hadcock, R. Neville, *Medieval Religious Houses: England and Wales*, Londres: Logman, Green (1953).
Lambert, Malcolm, *Medieval Heresy, Popular Movements from Bogomil to Hus*, Londres: Edward Arnold (1977).
La Monte, John L., *Feudal Monarchy in the Latin Kingdom of Jerusalem*, Cambridge, Mass: The Mediaeval Academy of America (1932).
Lawrence, A. W., "The Castle of Baghras", in Boase (ed.), *The Cilician Kingdom of Armenia*, Edinburgh & Londres: Scottish Academic Press (1978), pp. 34-83.
Lea, Henry Charles, *The History of the Inquisition of the Middle Ages*, Nova York: Macmillan, 3 vols. (1908).
Leclerq, Jean, "Un document sur les débuts des Templiers", *Revue d'Histoire Ecclésiastique*, LII (1957), pp. 81-91.

Lees, Beatrice, *Records of the Templars in England in the Twelfth Century: The Inquest of 1185 with illustrative charters and documents*, Londres: OUP (1935).
Leonard, E. G., *Introduction au Cartulaire Manuscrit du Temple (1150-1317), Constitué par le Marquis D'Albon*, Paris: Edouard Champion (1930).
Little, Lester K., *Religious Poverty and the Profit Economy in Medieval Europe*, Londres: Elek (1978).
Lizerand, Georges, *Clément V et Philippe le Bel*, Paris: Hachette (1910).
——, *Le Dossier de L'Affaire des Templiers*, Paris: Honoré Champion (1923).
Lopez, Robert S., Raymond, Irving W., *Medieval Trade in the Mediterranean World*, Nova York: Norton (n.d.).
Ludolph Von Sachem, *Ludolph von Sachem's Description of the Holy Land and of the way thither, Written in the year AD 1350* (trad. de A. Stewart), Londres: Palestine Pilgrim's Text Society, XII (1895).
Lyons, Malcolm Cameron, & Jackson, D. E. P., *Saladin: The Politics of the Holy War*, Cambridge: CUP (1982).
Macdonell, *Sir* John, *Historical Trials*, Oxford: Clarendon Press (1927).
Maillard de Chambure, Charles Hippolyte, *Règles et Status secrets des Templiers*, Paris: Brockhaus & Avenarius (1840).
Martin, Edward J., *The Trial of the Templars*, Londres: George Allen and Unwin (1928).
Melville, Marion, *La Vie des Templiers*, Paris: Gallimard (1951).
Miguel, o Sírio, *Chronique de Michel le Syrien*, vol. III (trad. de J. B. Chabot), Paris: Ernest Leroux (1905).
Michelet, Jules, *Le Procès des Templiers*, Paris: Imprimerie Royale (Collection de Documents Inèdits sur L'Histoire de France), Vol. I (1841), Vol. II(1851).
Mollat, G., *Les Papes D'Avignon (1305-1378)*, Paris: Letouzey & Ané (1949, 9ª edição).
Morgan, Margaret Ruth (org.), *La Continuation de Guillaume de Tyr (1184-1197)*, Paris: Paul Geuthner (1982).
Morghen, Raffaello, *Medioevo cristiano*, Bari: Laterza (1978).
Mundy, John H., *Europe in the High Middle Ages, 1150-1309*, Londres: Longman (1973).
Munz, Peter, *Frederick Barbarossa, A Study in Medieval Politics*, Londres: Eyre and Spottiswoode (1969).
Neu, H., *Bibliografie des Templer-Ordens 1927-1965*, Bonn: Wissenschaftliches Archiv, GMBH (1965).
Nicholson, Reynold A., *A Literary History of the Arabs*, Londres: T. Fisher Unwin (1907).
Odo de Deuil, *De Profectione Ludovici VII in Orientem: The Journey of Louis VII to the East* (org. & trad. de Virginia Gingerick Berry), Nova York: Norton (1948).

Otto of Freising, and his continuator Rahewin, *The Deeds of Frederick Barbarossa* (trad. de Charles Christopher Mierow), New York: Columbia University Press (1953).
Paris, Matthew, *English History from the year 1215 to 1273* (trad. do Reverendo J. A. Giles), Londres: Henry G. Bohn, 3 vols. (1852).
Partner, Peter, *The Murdered Magicians: The Templars and their Myth*, Oxford: OUP (1982).
Perkins, Clarence, "The Trial of the Knights Templars in England", *English Historical Review*, XCV (julho de 1909), pp. 432-47.
——, "The Wealth of the Knights Templar in England", *American Historical Review*, XV (1910), pp. 252-63.
——, "The Knights Templars in the British Isles", *English Historical Review*, XCVIII (abril de 1910), pp. 209-30.
Poole, Austin Lane, *From Domesday Book to Magna Carta 1087-1216*, Oxford: Clarendon Press (1955).
Postan, M.M., *The Medieval Economy and Society: An Economic History of Britain 1100-1500*, Berkeley & Los Angeles: University of California Press (1972).
——, *Essays on Medieval Agriculture and General Problems of the Medieval Economy*, Cambridge: CUP (1973).
——, *Medieval Trade and Finance*, Cambridge: CUP (1973).
Powicke, *Sir* Maurice, *The Thirteenth Century: 1216-1307*, Oxford: Clarendon Press (1953).
Prawer, Joshua, "The Settlement of the Latins in Jerusalem", *Speculum*, XXVII (1952), pp. 490-503.
——, *The Latin Kingdom of Jerusalem: European Clonisation in the Middle Ages*, Londres: Weidenfeld & Nicholson (1972).
——, *Crusader Institutions*, Oxford: Clarendon Press (1980).
Purcell, Maureen, "Changing Views of Crusade in the Thirteenth Century", *The Journal of Religious History*, Vol. 7, nº 1 (junho de 1972), pp. 3-19.
Raynouard, M., *Monumens Historiques Relatifs à la Condamnations des Chevaliers du Temple, et à l'Abolition de leur Ordre*, Paris: Adrien Égron (1813).
Reinach, Salomon, "La Tête magique des Templiers", *Revue de l'Histoire des Religions*, LXIII (1911), pp. 25-39.
Rey, E. G. (org.), *Les Families d'Outremer de Du Cange*, Paris: Imprimerie Impériale (Collections de Documents Inédits sur l'Histoire de France) (1869).
Richard, Jean, "An Account of the Battle of Hattin Referring to the Frankish Mercenaries in Oriental Moslem States", *Speculum*, XXVII (1952), pp. 168-77.
——, *Le Royaume Latin de Jérusalem*, Paris: Presses Universitaires de France (1953).

Riley-Smith, Jonathan, *The Knights of St John in Jerusalem and Cyprus c. 1050-1310*, Londres: Macmillan (1967).
——, "The Templars and the castle of Tortosa in Syria: an unknown document concerning the acquisition of the fortress", *English Historical Review*, CCCXXXI (abril de 1969), pp. 278-88.
——, "The Templars and the Teutonic Knights in Cilician Armenia", *in* Boase (org.), *The Cilician Kingdom of Armenia*, Edimburgo & Londres: Scottish Academic Press (1978), pp. 92-117.
——, "Crusading as an Act of Love", *History*, Vol. 65(1980), pp. 177-92. Riley-Smith, Jonathan & Louise, *The Crusades: Idea and Reality 1095-1274*, Londres: Edward Arnold (1981).
Runciman, Steven, *A History of the Crusades*, Harmondsworth: Peregrine, 3 vols. (1978).
Russel, Jeffrey Burton, *Witchraft in the Middle Ages*, Ítaca e Londres: Cornell University Press (1972).
Saewulf, *An Account of the Pilgrimage of Saewulf to Jerusalem and the Holy Land in the Years 1102 and 1103* (trad. de W. R. Brownlow), Londres: Palestine Pilgrim's Text Society, IV (1896).
Schlumberger, Gustave, *Prise de Saint-Jean-d'Acre en l'an 1291 par l'armée du Soudan d'Egpte*, Paris: Plon (1914).
Setton, Kenneth M., (Organizador Geral, *A History of the Crusades*, Madison, Milwaukee & Londres: University of Wisconsin Press (1969), Vol. I: *The First Hundred Years*, e Vol. II: *The Later Crusades 1189-1311*.
Seward, Desmond, *The Monks of War: The Military Religious Orders*, Londres: Eyre Methuen (1972).
Smail, R. C., "Crusaders' Castles of the Twelfth Century", *The Cambridge Historical Journal*, Vol. X, nº 2 (1951), pp. 133-49.
——, *Crusading Warfare (1097-1193)*, Cambridge: CUP (1956).
Southern, R. W., *Western Society and the Church in the Middle Ages*, Harmondsworth: Penguim (1970).
Strayer, Joseph R., *The Reign of Philip the Fair*, Princeton: University of Princeton Press (1980).
Theoderich, *Theoderich's Description of the Holy Place (circa 1172 AD)*, (trad. & org. de Aubrey Stewart), Londres: Palestine Pilgrims' Text Society, V (1896).
Thompson, James Westfall, *Economic and Social History of the Middle Ages*, Nova York: Frederick Ungar, 2 vols. (1959).
Van Cleve, Thomas Curtis, *The Emperor Frederick II of Hohenstaufen*, Oxford: Clarendon Press (1972).

Vitry, Jacques de, *History of Jerusalem* (trad. de Aubrey Stewart), Londres: Palestine Pilgrim's Text Society, XI (1896).

Wendover, Roger of, *Flowers of History, comprising the history of England from the descent of the Saxons to AD 1235* (trad. de J. A. Giles), Londres: Henry G. Bohn, 2 vols. (1849).

Wolff, Philippe, *Cartulaires des Templiers de Douzens*, Paris: Bibliothèque Nationale (Collections des Documents Inédits sur l'Histoire de France, Série in 8° — Vol. 3), (1965).

Yver, Georges, *Le Commerce et Les Marchands dans L'Italie Meridionale au XIII° et au XIV° Siècle*, Paris: Albert Fontemoing (1903).

Este livro foi composto na tipologia Agaramond, em corpo 12/17, e impresso em papel off-set 75g/m², no Sistema Digital Instant Duplex da Divisão Gráfica da Distribuidora Record.

Fundamentado em documentos oficiais e evitando citações indiretas, o autor descreve a atuação dos Templários nas Cruzadas, sua expansão pela Europa, seu desempenho como pioneiros em atividades econômicas que estão no cerne do mundo capitalista moderno, as intrigas, batalhas, acusações, feitos heróicos, e o papel de personagens como Hughes de Payens, Felipe, o Belo, e Jacques de Molay, entre outros, abrangendo seu apogeu, privilégios e o amargo declínio que levou por fim ao desaparecimento da Ordem dos Templários.

Johann Heyss
Escritor e pesquisador sobre história medieval

EDWARD BURMAN é graduado em filosofia pela Universidade de Leeds (Inglaterra) e autor de *The Inquisition*.

Capa: Julio Moreira
Imagem: Tombs of the Knights Templar, de Alessandro Sanquirico
© Corbis/Stock Photos

Conhecedores de segredos místicos, os Templários organizaram uma das mais poderosas máquinas de guerra de que se tem notícia na Europa medieval. Aliando a fé à perícia militar, causaram muita polêmica e acabaram sendo perseguidos, acusados de heresia.

Neste extraordinário relato, Edward Burman faz revelações surpreendentes sobre as atividades dos Templários. Utilizando-se de uma profunda pesquisa histórica, mostra como os monges-guerreiros estiveram envolvidos num clima de mistério e magia.

ISBN 978-85-7701-174-2

9 788577 011742